

versão impressa ISSN 1517-4999
versão online ISSN 2446-8681

REVISTA

Geopantanal

REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS

v.15 n. 28 • 2020



REVISTA
GeoPantanal
REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

**CURSO DE GEOGRAFIA
GRUPO DE PESQUISA
PANTANAL VIVO/AGB CORUMBÁ
CÂMPUS DO PANTANAL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Diretor do Câmpus do Pantanal

Aguinaldo Silva

Coordenador do Curso de Geografia

Edgar Aparecido da Costa

Coordenador do Grupo de Pesquisa Pantanal Vivo

Sérgio Wilton Gomes Isquierdo

CÂMARA EDITORIAL

Aguinaldo Silva

Aline de Lima Rodrigues

Edgar Aparecido da Costa

Igor Catalão

Marco Aurélio Machado de Oliveira

EDITOR RESPONSÁVEL

Edgar Aparecido da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

GeoPantanal: revista do Curso de Geografia e do Mestrado
em Estudos Fronteiriços / Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul. - n. 1, (1997) - . Corumbá/MS: A
Universidade, 1997-
v. : il. ; 25 cm

Semestral

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)

1. Geografia – Periódicos. I. Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul.

REVISTA

Geopantanal

REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS

GeoPantanal é uma Revista para divulgação da produção acadêmica e científica de Geografia e áreas afins do Grupo de Pesquisa Pantanal Vivo ligado ao Curso de Geografia e ao Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, em parceria com a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seção Corumbá.

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

CÂMARA DE REDAÇÃO

Aguinaldo Silva

Igor Catalão

Aline de Lima Rodrigues

Marco Aurélio Machado de Oliveira

Edgar Aparecido da Costa

CÂMARA EDITORIAL E CIENTÍFICA

Adauto de Oliveira Souza; Adriana Dorfman; Adriana Maria Andreis; Aguinaldo Silva; Alejandro Balazote; Alejandro Gabriel Benedetti; Alfredo Ricardo Silva Lopes; Aline de Lima Rodrigues; Antônia Márcia Rodrigues Sousa; Antonio Firmino de Oliveira Neto; Beatriz Lima de Paula; Edelir Salomão Garcia; Edgar Aparecido Costa; Edima Aranha Silva; Édipo Henrique Cremon; Edson Belo Clemente de Souza; Elaine Aparecida Cancián Almeida; Eliana Rosa Sturza; Elizabeth Maria Azevedo Bilange; Emilio Daniel Silva Sandes, Fabiano Quadros Rückert; Héctor Hugo Trincherro; Igor Catalão; Elisa Pinheiro de Freitas; João dos Santos Vila da Silva; José Fonseca da Rocha Filho; Juan Engelman; Laurimar Gonçalves Vendrusculo; Lisandra Pereira Lamoso; Luci Helena Zanata; Lucilene Machado Garcia Arf; Luiza Vieira Sá de Figueiredo; Malena Castilla Ines Male; Mara Aline Ribeiro; Marcelino Andrade Gonçalves; Marcelo Marcelo Horacio Impemba; Márcia Regina do Nascimento Sambugari; Marco Aurélio Machado de Oliveira; Maria Aparecida Santos e Campos, Maria Helena da Silva Andrade; Marta Pereira da Silva; Mauro Henrique Soares da Silva; Milton Augusto Pasquotto Mariani; Natalina Sierra Assencio Costa; Nathalia Monseff Junqueira; Pablo Quintero; Rebeca Steiman; Regiane Coelho Pereira Reis; Regina Baruki-Fonseca; Rosemeire Aparecida de Almeida; Sandra Mara Alves da Silva Neves; Sebastián Valverde; Sergio Braticevic; Sérgio Ricardo Oliveira Martins; Sidney Kuerten; Tito Carlos Machado de Oliveira; Walter Guedes Silva.

Catologação na Fonte –

Revista GeoPantanal / Câmpus do Pantanal

Curso de Geografia / Mestrado em Estudos Fronteiriços

– Grupo de Estudos Pantanal Vivo/AGB

UFMS. v. 15 – n. 28, (2020) – . – Corumbá/MS:

Geografia / Mestrado em Estudos Fronteiriços

– CPAN/UFMS/Ed. UFMS, 2020.

1. Geografia – Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

(Câmpus do Pantanal), 2. Geografia/AGB

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

CDU:

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)

<https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo>

Os textos publicados nesta Revista são de inteira responsabilidade de seus autores

Endereço: UFMS – Câmpus do Pantanal – Av. Rio Branco, 1270, Bairro Universitário, 79304-020, Corumbá/MS. Aos cuidados de Edgar Aparecido da Costa, editor da REVISTA GEOPANTANAL.

E-mail revistageopantanal@gmail.com

Solicita-se permuta/Exchange desired

Corumbá, MS

Outubro de 2020

SUMÁRIO

Editorial	7
O Resgate e a Importância do Conceito Lugar na Geografia em Tempos de Pandemia <i>José Adolfo Iriam Sturza</i>	9
Prólogo Festivo: o “Esperando São João de Cachoeira” <i>Sérgio Ricardo Oliveira Martins</i> <i>Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins</i>	31
O Ouro dos Espíritos – Tradição e Esperança no Imaginário Paraguaio <i>Andriolli de Brites da Costa</i>	49
Fronteiras da Ilegalidade: a importação e o uso de agrotóxicos ilegais na fronteira do Brasil com o Paraguai <i>Cíntia Fiorotti</i> <i>Eric Gustavo Cardin</i> <i>Silvio Antônio Colognese</i>	61
O Estado e a Reforma Agrária de Mercado na Produção do Espaço da Agricultura Familiar em Itiquira/MT <i>Hemily Sued Alves Costa</i>	79
Transição Agroecológica no Rural Brasileiro: a complexidade de quatro experiências práticas <i>Rodrigo Ozelame da Silva</i> <i>Bruna Schmidt Gemim</i> <i>Júlio Carlos Bittencourt Veiga Silva</i>	93

Usos das Plantas do Cerrado pela Comunidade Rural Nossa Senhora da Guia, no Município Mato-Grossense de Cáceres, Brasil <i>Luciene da Costa Rodrigues</i> <i>Sandra Mara Alves da Silva Neves</i> <i>Valter Roberto Schaffrath</i>	111
Deliberando o Entendimento Sobre Multifuncionalidade e Pluriatividade em Assentamentos Rurais <i>Iolanda Lopes de Oliveira</i> <i>José Adolfo Iriam Sturza</i> <i>Vera Maria Favila Miorin</i>	127
Gênero e Sexualidade em Assentamentos Rurais: um balanço de produção científica <i>Dominique Stefany Gomes dos Santos</i> <i>Sandro Benedito Sguarezi</i> <i>Luciene Neves</i>	141
Análise da Dinâmica da Cobertura Vegetal e Uso da Terra no Município de Araguaína/TO <i>Gustavo Melo da Silva</i> <i>Maurício Ferreira Mendes</i>	159
Atividade Física em Estudantes da Educação Integral do Pantanal Sul-mato-grossense: estudo de caso <i>Edineia Aparecida Gomes Ribeiro</i> <i>Rogério Zaim-De-Melo</i> <i>Sarita de Mendonça Bacciotti</i>	173
Nas Entrelinhas do Livro Didático de Geografia: a percepção de professores e alunos <i>Aline de Lima Rodrigues</i> <i>Elisangela de Souza Cunha</i>	183
Percepção de Adolescentes Sul-mato-grossenses sobre o Ambiente Escolar e a Participação nas Aulas de Educação Física <i>Edineia Aparecida Gomes Ribeiro</i> <i>Carlo Henrique Golin</i> <i>Sílvio Beatriz Serra Baruki</i>	195
Geografia da Violência Sexual: a ocorrência do crime de estupro no Brasil em 2016 <i>Victória Caroline Vidal</i> <i>Rahyan de Carvalho Alves</i>	207

EDITORIAL

A Revista GeoPantanal apresenta, neste número, 13 artigos avaliados e aprovados oriundos de diversas partes do Brasil, como Bahia, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. Os autores têm origem em ciências diversas, como a Agronomia, Biologia, Comunicação Social, Educação Física, Geografia, Letras, dentre outras.

José Adolfo Iriam Sturza, graduado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria/RS, pós-doutor em Transição Agroecológica junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia Ambiental da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), é o autor convidado desta edição da Revista. Sturza possui relevantes trabalhos que levam a Geografia a dialogar com várias outras ciências, em especial com a Agronomia. Suas orientações acenam para o caminho da agroecologia, com importantes repercussões no cenário nacional. No artigo intitulado “O resgate e a importância do conceito lugar na geografia em tempos de pandemia”, o autor se propõe a fazer uma reflexão teórica sobre o lugar

e o não-lugar no contexto da Geografia. Para ele o conceito de lugar funciona como sustentáculo e meio para a construção da identidade pessoal e familiar.

Reflexões sobre os elementos culturais são o cerne de dois artigos com distintas abordagens, um mais ligado à apropriação do espaço e do fenômeno pelo turismo e outro com foco no imaginário dos fronteiriços. A fronteira é tema frequente na Revista. Além deste trabalho com enfoque cultural é trazida outra contribuição que discute o comércio e uso ilegal de agrotóxicos. Nessa temática da agricultura estão presentes mais quatro artigos. A reforma agrária de mercado, a transição agroecológica no rural brasileiro, a multifuncionalidade e pluriatividade em assentamentos rurais e a produção científica sobre gênero e sexualidade em assentamentos rurais são as temáticas apresentadas sobre o meio rural. Um dos trabalhos apresentados versa sobre o uso e ocupação do solo em um município de Tocantins. Três trabalhos estão mais ligados a educação, sendo dois deles reflexões sobre as atividades físicas e outro sobre percepções de professores e alunos sobre o livro didático. Por fim, fecha este número um trabalho que aborda a geografia da violência sexual, com estudo aprofundado da ocorrência de estupros em 2016 no território nacional.

A fotografia da capa é autoria do Editor da Revista feita no final de 2018 no campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Ilustra a feira de produtos em transição agroecológica realizada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Pantanal e da Fronteira e apoio do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Pantanal. Rubens Alonso é um agricultor que produz em bases agroecológicas no assentamento 72, em Ladário/MS, na fronteira do Brasil com a Bolívia. Integra um grupo informal de agricultores, o Bem-Estar, que está caminhando na direção da produção orgânica.

As feiras agroecológicas representam importante canal de comercialização de produtos da agricultura camponesa e de segurança alimentar para a população urbana. Pouco se dá importância para a procedência dos alimentos consumidos. Esse tipo de conhecimento é vital para a saúde humana. Esse é um dos temas trazidos pela Revista, neste número.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Edgar Aparecido da Costa

O RESGATE E A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO LUGAR NA GEOGRAFIA EM TEMPOS DE PANDEMIA*

The Retrieval and the Importance of the Place Concept in Geography in Pandemic Times

José Adolfo Iriam Sturza**

Resumo: Este artigo é uma reflexão teórica que discute o lugar e o não-lugar dentro da ciência geográfica, destacando-se a análise da casa, o bairro e a cidade como espaços vividos pelo homem. O texto contribui com os estudos de percepção em geografia aplicados no conhecimento da relação homem-ambiente. A metodologia utilizada foi essencialmente a pesquisa bibliográfica. Conclui-se que o conceito lugar representa um sustentáculo e meio para a construção da identidade pessoal e familiar. Por outro lado, o não-lugar está mais presente na vida humana e indica os diferentes espaços de vivência rápida, geralmente associados ao trabalho, lazer e turismo.

Palavras-chave: Percepção, Lugar, Não-lugar

Abstract: This article is a theoretical reflection which discusses the place and placelessness inside geographic science, highlighting the analysis of the house, the neighborhood and the city as spaces lived by the individual. The text contributes with the studies of perception in geography applied in the knowledge of the relation man-environment. The methodology used was essentially the bibliographic research. It was concluded that the concept place represents a support and means for the construction of the personal and family identity. On the other hand, the placelessness is more present in the human life and indicates the different spaces of rapid living, generally associated to work, leisure and tourism.

Keywords: Perception, Place, Placelessness.

Introdução

Os atuais tempos de pandemia, motivados pela disseminação do Covid-19 pelo mundo, traz à discussão a relação homem-ambiente, que impõe ao indivíduo o isolamento social e quarentena em sua casa. Nesse re(conhecer) a casa como ambiente de estar e permanecer, ocorre muitas vezes o estranhamento, a repulsa, pois o mundo pós-moderno trouxe espaços-tempos em diferentes escalas e o homem transitando cotidianamente entre eles.

O homem, como ser histórico e geográfico, tem a existência e experiência ambiental regidas pelas regras da discutida globalização e revolução tecnocientífica que unem e desunem diversas dimensões de tempo e espaço. A coexistência e a dialética do local-regional e do indivíduo-ambiente carecem de uma compreensão humana no âmbito da ciência para ensejar um novo grau de integração do homem no ambiente

* Parte teórica de nossa tese (Sturza, 2005) revisada e atualizada para contribuir na discussão geográfica em tempos de pandemia do Covid-19.

** Pós-Doutor em Geografia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia Ambiental da UFR. E-mail: jasturzaroo@gmail.com.

que o comporta e, ao mesmo tempo, é produzido e modificado por ele.

As relações produzidas e reproduzidas no espaço entre homem e natureza ainda detêm a discussão científica, principalmente entre os geógrafos, que buscam no tocante ao espaço um corpo conceitual e metodológico que permita à geografia consolidar-se epistemologicamente, entendendo a sociedade dentro da natureza e esta última como campo das relações sociais. Entretanto, a Geografia que deveria investigar as inter-relações resultantes da experiência mais íntima entre homem e ambiente, esbarra em rupturas epistemológicas, referenciais teórico-metodológicos e posturas filosóficas que distanciam o sujeito do objeto, em análises parciais desprovidas da experiência e vivência pessoal e/ou coletiva.

A ciência em pauta é construída na discussão das formas interativas entre homem e ambiente e do espaço ocupado e exigido por estas, no plano individual e coletivamente, e paralelamente ao avanço científico e tecnológico. A ciência dos lugares, como já foi conhecida a Geografia, resgata o lugar na perspectiva do mundo vivido e como dimensão do espaço geográfico, principalmente nas relações do homem com o meio ambiente. Cabe também a este geógrafo proceder à análise das relações entre o homem e o meio ambiente fundamentado nas bases da geografia humanista e à luz da releitura dos trabalhos pioneiros de Buttimer,

Lowenthal, Tuan e Relph, entre outros e, principalmente, tratar das “preferências dos indivíduos, seus sonhos e utopias que os lança à ação” (CLAVAL, 2002, p. 30).

Para Habermas (1987), ao lado do mundo vivido coexiste o mundo societário, regido pelo sistema político-econômico vigente, que mundializou a economia e a política, enfim a própria reprodução do espaço. O mundo vivido compreende a visão de mundo apropriada pela cultura formal e informal e a experiência pessoal do indivíduo. O espaço vivido perdeu o sentido no cotidiano da vida e com ele a percepção do meio ambiente ficou restrita, repercutindo na fragilidade e pragmatismo dos conceitos e valores ambientais, notadamente aqueles ligados às paisagens e ao lugar. O homem perdeu-se na dialética entre o interior (eu) e o exterior (meio ambiente), nas palavras de Bachelard (2000), o que o leva a um processo de desindividuação sem identidade que serve de instrumento para uma práxis social de ideologia político-econômica tosca e acrítica. Por isso, vê-se que a percepção do EU e do mundo não é um evento isolado, nem isolável da vida cotidiana das pessoas (OLIVEIRA; MACHADO, 2004).

Em nosso país a percepção que temos do lugar está confinada aos *arquétipos* nacionais emergidos de uma sociedade patriarcal que mascara e dificulta a construção de uma identidade individual e coletiva. O arquétipo, conceito introduzido por Carl G. Jung (1875-1961), representa uma manifestação do inconsciente coletivo na forma de padrão ou modelo comportamental (PAULA CARVALHO, 1992). Para ultrapassar essas amarras e clausuras ideológicas, a conjuntura histórica e cultural deve ser esfacelada e avaliada por esquemas e filtros perceptivos que construam, paralelamente, a identidade do lugar e da consciência de indivíduo e de cidadão.

As pesquisas no campo da percepção investigam as aspirações, decisões e ações, individuais e coletivas, que os homens desenvolvem em relação ao ambiente em que vivem – lugares e paisagens – e devem ser avaliadas sob criteriosa análise das preferências, percepções, atitudes, valores e imagens elaboradas pela mente humana. Os conceitos de lugar e seus correlatos, topofilia, topofobia e topocídio e não-lugar, adquirem grande potencialidade na discussão e tomada de consciência de novo relacionamento entre os homens e o lugar. É este último o verdadeiro palco das paixões humanas que, por meio da ação comunicativa, “são responsáveis pelas diversas manifestações de espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 1996, p. 258).

O artigo tem por objetivo discutir o lugar e o não-lugar como categorias importantes na compreensão do homem e suas relações com diferentes escalas ambientais, sob o prisma da ciência geográfica. Inicialmente trata-se do lugar onde se analisa as categorias clássicas da casa, o bairro e a cidade como espaços vividos

pelo homem. Depois se apresenta o não-lugar, caracterizando-o como um espaço de rápida vivência e transitório na vida das pessoas.

O lugar

A análise do conceito de lugar nos conduz a identificar uma tensão ou confusão entre definição e experiência, a primeira relacionada às atividades de abstração e cognição e a segunda, mais ligada à experiência humana com o lugar, especialmente no tocante à percepção, atitudes e valores, portanto afetiva e emocional. Lugar sempre foi um conceito-chave discutido no cerne da Geografia, porém sob o espectro de diversas abordagens e olhares específicos que não conseguem mostrar a sua amplitude resultante da multiplicidade de interconexões entre o homem e o ambiente.

Lugares não são apenas abstrações ou conceitos, mas são fenômenos experienciáveis diretamente do mundo vivido, cheio de significados, objetos reais e atividades. Para Relph (1976, p. 141), são importantes fontes de identidade individual e comunitária, ou melhor, “centros das nossas experiências imediatas com o mundo”, resultados de fusões do natural com o humano. A definição dos lugares reside mais na experiência e intenções humanas do que na localização, paisagem e comunidade.

Na realidade, a discussão de lugar envolve a dicotomia tradicional da experiência e existência refletidas no simbolismo, pois o lugar tem sua faceta de espaço universal, abstrato e simbólico. Por isso, é foco de diversas vertentes filosóficas, especialmente a fenomenologia de Merleau-Ponty (1999), que tratou do *mundo vivido* mais no âmbito do ser e da existência, sem contemplar o ambiente. Gould, Relph, Yi-Fu Tuan, entre outros geógrafos, reagiram a estas propostas na segunda metade do século passado, por volta da década de 1970, porém, continua o dilema desgastante para a Geografia, gerado e ainda ativo na discussão do método, entre a explicação positivista e a compreensão fenomenológica, ou seja, a objetividade e o subjetivismo.

Tuan (1983) comenta que a “maioria dos dados provindos da experiência é negligenciada porque não podem ser encaixados nos conceitos das ciências que aceitamos sem criticar” e que consistem no grosso cabedal científico desenvolvido e defendido no rigor da mensuração. Neste caso, a geografia humanista, que trata da experiência humana com o espaço e o lugar, ainda encontra dificuldades de aceitação quando investiga e apresenta, cientificamente, a realidade das percepções, atitudes e valores em relação ao meio ambiente. Contudo, é possível sistematizar as experiências humanas com o espaço e o lugar a partir da ação co-

tidiana, que nos mostra um mundo tremendamente complexo e seres humanos com suas experiências mais simples. A distinção entre o lugar e o espaço reside na nossa experiência com ele, por isso o lugar compreende momentos particulares em espaços particulares; em outras palavras, lugar é o nome para o espaço/tempo que “emerge de um espaço indiferenciado quando o conhecemos e dotamos de valor” (MACHADO, 1988, p.98)

Tuan (1983) escreve que o lugar representa um receptáculo de lembranças e permanência carregadas e vivenciadas pelo homem; é um arquivo de lembranças afetivas e realizações importantes que inspiram para viver o presente. Para o autor, é importante o tempo para se conhecer ou afeiçoar-se a um lugar. Em certos casos é necessário um longo tempo para construir raízes num determinado lugar, porém nada impede que alguém se apaixone por um lugar num contato rápido ou numa estória sobre ele. A qualidade e a intensidade da experiência são mais importantes do que a duração, rara na sociedade moderna, na qual o homem se movimenta tanto, sem tempo para enraizar-se num lugar tornando sua experiência mais duradoura e profunda. O autor ainda acrescenta, no que se refere aos objetos do lugar, que “os conhecemos através do uso; não lhes prestamos atenção...”. Eles são quase uma parte de nós mesmos, estão muito próximos para serem vistos” (p. 159).

O autor considera também, que estar arraigado em um lugar é uma experiência diferente daquela de cultivar “sentido de lugar” (TUAN, 1983, p. 219) quando se precisa vivenciá-lo até se conseguir um conhecimento sensível e cognitivo que lhe dê identidade.

Para Ramon (1985), além da natureza fenomenológica do conceito lugar, é necessário recuperar sua dimensão existencial, que ajuda a relembrar o sentimento de apego e enraizamento, processo fundamental para a reconstrução da própria identidade e desenvolver costumes e rotinas, componentes essenciais ao bem-estar psíquico. Em sua *Poética do espaço* (2000), Gaston Bachelard atribui ao lugar uma importância ímpar, recomendando ser mais útil uma *topoanálise* – exploração da identidade pessoal através do lugar – do que uma *psicoanálise* – exploração da identidade pessoal através do “eu”. Neste sentido existencial, Relph (1976) considera que os lugares são “centros de significados ou intenções, entendidos tanto cultural como individualmente”, pois espelham múltiplas facetas do indivíduo, do espaço e da sociedade. Nossa pesquisa pode avançar na determinação e conhecimento dos indicadores topoanalíticos e psicoanalíticos que unem e formam a identidade da pessoa e do lugar.

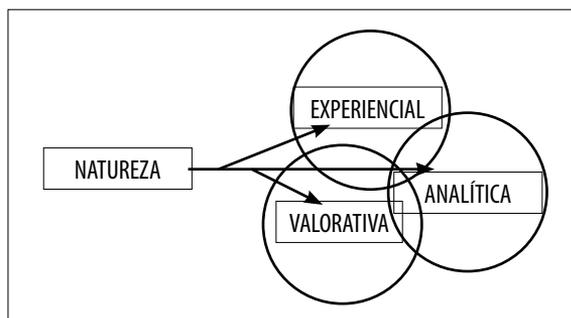
Sack (1988) critica as orientações e perspectivas particulares da Geografia e subdisciplinas que não estudam o lugar na sua integridade, quando este é “uma

forma básica de integração”. Para o autor as pesquisas sobre lugar ainda estão viciadas de perspectivas fragmentadas do natural, social ou humanista, quando, na realidade, lugar é um conceito integrador que apresenta interconexões entre a natureza, relações sociais e significado. O próprio autor, ainda vê na concepção e análise do lugar de forma integrada, a partir das “divisões genéricas modernas do conhecimento (*natureza, significado e relações sociais*)” (SACK, p. 231), a possibilidade de ampliar a compreensão dos problemas tanto da natureza como da sociedade; sintetizando, do lugar, principal elo entre elas.

Machado (1988, p. 03) comenta que a vivência e a experiência em relação aos lugares geram a atribuição de valores, cujo estudo tem importância vital para os grupos sociais e as ciências de modo geral. Portanto, a vivência e experiência precisam ser conhecidas, não somente as da atualidade, mas também as do passado, apresentadas na memória individual e coletiva dos homens. Lugar e homem constituem duas realidades interconexas e chaves explicativas para o conhecimento de ambos em seus múltiplos aspectos. É na experiência sensível com o lugar que o homem manifesta atitudes, sentimentos e emoções, e este investimento afetivo possibilita o surgimento do sentimento de apego e pertencimento a determinado lugar.

De acordo com Soulé (1997) identificam-se três dimensões do envolvimento entre a mente e a natureza: *experencial, analítica* e *valorativa* (Figura 1): a primeira corresponde ao primeiro contato de experiência imediata, sensorial da natureza, amparada pelo sistema sensorio-neural; a segunda é a analítica mental, responsável pelas complexas associações, concepção de teorias e surgimento de sistemas conceituais e a terceira é a valorativa, que implica na atribuição de valores, juízo e julgamentos.

Figura 1– As dimensões do envolvimento entre mente e natureza



Fonte: Soulé *in* Wilson (1997, p. 594).

O autor defende a ideia de uma “conceitualização multidimensional” do lugar com base na experiência, atividade essencial na mudança de valores e con-

dutas. A motivação para ver e ouvir o ambiente com novos olhares é o primeiro passo para que as pessoas valorizem a própria experiência e a percebam na vida cotidiana. Entretanto, elas se proíbem destas importantes atividades mentais, nas palavras de Henry Lefebvre, uma vez que “a vida cotidiana no mundo moderno restringiu a experiência afetiva e emocional” (1991, p. 199) o que também resulta na diminuição das atividades mentais. Este fato explica por que o envolvimento entre a pessoa e o ambiente é limitado e parcial, e isto, por sua vez, implica diretamente na construção do lugar.

De acordo com Leff (2000), lugar é o *locus* das capacidades e condições da população para reconstruir seus mundos de vida de onde pode emergir a nova identidade pessoal e cultural, normatizada por regras coletivas e democráticas de convivência social. É uma nova identidade de lugar, surgida na manifestação do real e do verdadeiro frente à racionalidade econômica instituída, que ignora a natureza e a cultura. O lugar sintetiza, expressa e é reflexo da nossa maneira de estar no mundo, pois o experienciamos como parte de nossa própria consciência. A experiência do lugar é uma parte universal e elementar da vida e fator de vital importância para a compreensão das relações existentes entre as ciências sociais e naturais, tendo como discussão central o homem.

Na opinião de Barros (2004), o conceito de lugar mostra uma tradição geográfica de *raiz fenomenológica* ligada aos conceitos de identidade e sentido do lugar ocupando um papel central na discussão dos fenômenos. Aliados a esta tradição, existem discursos vindos da *visão sociológico-valorativa*, que investiga os conceitos de pertencimento e identificação com os lugares. A raiz fenomenológica e a visão sociológico-valorativa, de certo modo, estão relacionadas com as dimensões do nosso envolvimento com a natureza.

Bachelard (2000), por sua vez, salienta que a “alma ou espírito do lugar” está oculto no espaço vivenciado e que para conhecê-la é necessário perceber e avaliar as atitudes da sociedade perante o meio ambiente. Somente esta atividade perceptiva poderá mostrar ao homem o sentido de lugar e contribuir para a construção deste. Então, torna-se evidente a importância do conhecimento da maneira como a sociedade percebe o meio ambiente para qualquer entendimento que se almeje sobre a construção do lugar.

O sentido de lugar nasce da proximidade e da conduta perante o espaço, mais próximo e íntimo, aponta os valores mais importantes na sua explicitação. Para tanto, é preciso integrar as formas e funções com a percepção, com a experiência que o homem tem do e no lugar. Castello (*in* Del Rio e Oliveira, 1999) pesquisou Porto Alegre e as relações dos moradores com o rio Guaíba, usando três tipos de categorias analíticas: *análise estrutural*, *análise perceptual* e *análise experiencial*. Na

primeira análise é conhecida a natureza morfológica e funcional do ambiente; na segunda se conhecem os mapas mentais e as imagens geradas pela forma urbana na cognição humana e na terceira tem-se o exame das experiências cotidianas, vivência e uso do ambiente.

O conceito lugar enseja o conhecimento do grau das relações entre o homem e o meio ambiente sendo, por isso, também instrumento conceitual para interpretação da realidade e formação de valores. A percepção e a interpretação das imagens e representações do lugar promovem a conscientização para a sua preservação, formação da cidadania e melhor qualidade de vida. Nesse caso é indispensável avaliar a influência da cultura na experiência do lugar e as possibilidades de novos hábitos culturais a partir de novas experiências no lugar.

Rojas (2001, p. 121) explica que “lugar e mundo estão muito próximos” e a escolha entre o estudo do lugar (espaço cotidiano) ou do espaço mundial quantitativo é assunto de discussão para muitos geógrafos contemporâneos que ignoraram o fato de o “espaço mundial cobrir o espaço cotidiano”. Para ele, esse dilema é desnecessário, pois vivência e objetividade marcham juntas na Geografia e a explicação mais racional depende da compreensão fenomenológica.

A *natureza* compreende o entorno, sítio, recursos naturais ao qual o homem atribui significados e valores dentro das relações sociais. O *significado* está ligado ao poder da mente construir a realidade, dotando-a de valores mentais, culturais e espirituais. As *relações sociais* coexistem no conceito integrado de lugar a partir das teorias sociais que resultam e, ao mesmo tempo, explicam e controlam a estrutura social. Portanto, lugar é uma *forma básica de integração* das perspectivas natural, social e humanista fundamental para nossa experiência de mundo, cabendo à Geografia representar e analisar esta experiência.

Bachelard (2000) trata da “alma ou espírito do lugar”, que esconde o espaço vivenciado e as explicações primeiras e as mais íntimas atitudes da pessoa. O filósofo da poesia defende “a importância do estudo da imaginação humana, uma vez que a imagem provém do coração, da alma, do homem visto na realidade”. (BACHELARD, 2000, p. 03). A imagem é um novo ser da linguagem que dá forma ao objeto, e o processo de sua produção implica em relações mais ativas e constantes entre a consciência humana e o próprio objeto.

Tuan (1983, p. 162) também tratou das imagens e suas implicações na assimilação do conhecimento, destacando que

As imagens e as idéias libertadas pela mente poucas vezes são originais. As avaliações e os julgamentos tendem a ser chavões. As intimidades efêmeras através da experiência direta e a verdadeira qualidade de um lugar comumente passam despercebidas porque a cabeça está cheia de idéias desgastadas. As informações dos sentidos são afastadas

para favorecer o que nos foi ensinado ver e admirar. A experiência pessoal cede às opiniões socialmente aceitas, que normalmente são os aspectos mais óbvios e públicos de um meio ambiente.

O lugar é o local onde o indivíduo se reconhece enquanto uma singularidade, que denota uma gama de significações comuns a ambos no contexto do espaço social e cultural, donde provém a identidade pessoal. Assim, percebe-se claramente, no lugar, a identidade do ser que ali está e, no indivíduo, o lugar construído por ele.

Machado (1992, p. 152) expressa que “cada imagem e idéia que temos do mundo é revestida de experiência pessoal, aprendizado, imaginação e memória”. Cada lugar visitado, percorrido, imaginado e construído contribui para as imagens e símbolos, revelados na forma como a sociedade percebe o seu meio ambiente. Conseqüentemente, o lugar comporta códigos ou signos dispostos pela cultura que serão apropriados pelos sujeitos que, por sua vez, os transformam à medida que os adotam; por esta razão as representações também podem variar no interior de um mesmo grupo. Segundo a autora em pauta moldamos o lugar “[...] porque somos seres humanos capazes de representar o mundo exterior simbolicamente, pensar conceitualmente e comunicar nossos símbolos, conceitos e ideias” (p. 03)

Pred (1984, p. 279) considera que os geógrafos humanistas vêem o lugar como “centro dos valores e significados individuais e ligações emocionais”. Porém, lugar é um produto humano que sempre envolve a apropriação e transformação do espaço e da natureza, processos inseparáveis da reprodução e transformação da sociedade no tempo e no espaço. Ele apresenta uma teoria fundamentada nos processos históricos de formação do lugar que abrange as práticas institucionais e individuais bem como as formas estruturais entrelaçadas nas duas práticas. Também considera importante a tradição vidaliana que investiga a vida prática local e o conceito *genre de vie* (gênero de vida) como uma criação fundada no ambiente natural e nas atitudes tradicionais, valores, idéias, convicções e psicologia humana. De acordo com o autor o lugar é formado histórica e simultaneamente por elementos intrincados da prática individual e institucional, estrutura das relações de poder, transformação da natureza, formação pessoal e socialização e gêneros de vida e reprodução social.

Em Buttimer (1985, p. 228), encontra-se a constatação de que os estudos sobre o sentido de lugar, seja qual for a fonte de explicação, analisam diversos temas que se repetem constantemente, como a identidade, o significado e a própria experiência do lugar. A *identidade do lugar* é investigada de forma conectada à identidade pessoal e cultural transparecendo que lugar, pessoa e cultura estão intimamente unidas. Já os *significados* atribuídos ao lugar possuem várias dimensões: simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas. Portanto interagimos

e estamos afiliados ao lugar. Quanto à *experiência no lugar*, Buttimer (1985) alerta que a interpretação objetiva sob uma perspectiva analítica não possibilita agrupar, entender e explicar as categorias significativas desta experiência.

Na investigação dos lugares é necessário determinar a posição da pessoa ou do próprio pesquisador, se está fora ou dentro do lugar, pois quem os vê de fora tenta decifrá-los e entendê-los da forma como deseja pensar, pré-estabelecida, e quem está dentro encontra-se imerso nos pormenores da vivência e ação cotidiana. Foi exatamente isso que Machado (1988) destacou ao estudar a Serra do Mar como espaço e como lugar na percepção dos seus moradores e visitantes.

Já Frémont (1980, p. 121-122) afirma que os lugares formam a “trama elementar do espaço”, seja qual for o local e o número de pessoas, constituindo combinações simples e banais, mas talvez as mais fundamentais das estruturas espaciais. Por isso podemos dizer que por meio dos lugares localizam-se os homens e as coisas e por meio destes pode-se conhecer os lugares. Segundo o autor (p. 139), o significado do lugar é “...uma combinação de elementos econômicos, ecológicos, sociológicos e demográficos apresentado numa forma integrada à paisagem local e regional”.

A existência do lugar também depende de uma escala espacial, e determinados lugares foram e são intensamente investigados, tanto pela Geografia como pela Psicologia, Antropologia ou outras ciências humanas. Entre elas a casa, o bairro e a cidade são alguns espaços-lugares importantes para as pesquisas no campo da percepção ambiental.

No Brasil, merecem destaque, no campo da percepção em Geografia, os trabalhos principiados pela professora Livia de Oliveira e seguidores na UNESP de Rio Claro - SP e outros centros (Curitiba, Porto Alegre, Brasília e Belo Horizonte). Os principais estudos foram reunidos na obra *Percepção ambiental: a experiência brasileira* (1999) sob a coordenação de Vicente Del Rio e Livia de Oliveira, em forma de uma coletânea das pesquisas importantes a respeito de percepção ambiental aplicadas à arquitetura e urbanismo, interpretação da realidade e educação ambiental.

Acerca da importância da percepção ambiental para o estudo das relações entre o homem e o meio ambiente, note-se que

Percepção passa a ser palavra-chave no estudo de interação homem-meio ambiente, uma vez que o contato direto, contínuo e prolongado com a paisagem, espaço ou lugar transforma as percepções individuais em importantes determinantes na avaliação de meios ambientes passados, presentes e futuros (MACHADO, 1998, p. 1).

A percepção é um processo dialético que absorve sujeito (homem) e objeto (lugar), filtrando as relações entre ambos, e as interfaces objetivas e subjetivas, expressas ou obscurecidas, entre a globalização e a individualidade. As percepções,

as vivências e a memória dos indivíduos e dos grupos sociais são elementos importantes na constituição do saber geográfico, e a produção do espaço geográfico e da paisagem se faz a partir do imaginário social.

A vivência e a mobilidade estão associadas na experiência do homem com o lugar e integram o cotidiano das relações sociais no trabalho, lazer, descanso, enfim todas suas ações individuais e coletivas. A existência humana está imbricada nas dimensões de movimento, tempo e lugar. A construção da identidade do lugar ocorre na dinâmica existencial de ritmos e paradas para *estar* e *ser* nos diferentes espaços de vida, ou seja, nos lugares. Atualmente a pessoa movimenta-se mais nos espaços e vivencia diariamente diversos lugares como se tivesse um local para cada ação: morar, trabalhar, divertir-se, comprar etc. Estes diferentes espaços correspondem às escalas clássicas de lugar.

Escalas clássicas de lugar

As escalas clássicas de lugar ou espaços-lugares constituem locais geográficos e existenciais analisados por diversas disciplinas, e consideramos importante apresentar alguns pressupostos e fundamentos teóricos sobre a casa, a rua, o bairro e a cidade, pois estão interligados e compõem a discussão da identidade do lugar e da própria experiência humana com estes ambientes.

A **casa** é explorada como um lugar especial, o primeiro lugar da convivência, intimidade e laços familiares. Frémont (1980,) aponta o espaço vivido cheio de *contornos e profundezas*, onde as pessoas podem viver, identificando-se com o seu lugar, enfim, reconhecendo-se como alguém presente no mundo. Outros autores já investigaram esse tema; a casa ou habitat rural de Albert Demangeon; a casa como *marca essencial do homem* com Pierre Deffontaines; a casa na filosofia poética de Gaston Bachelard; a casa urbana de Henry Lefebvre e na arquitetura de Le Corbusier. A casa dá a segurança e a satisfação do *enraizamento* pelo qual o homem se fixa, fica tranqüilo e abrigado, descansa, enfim vive. Outro conceito semelhante ao enraizamento é o *arraigo*, explorado junto a um grupo de alcoólicos, no estudo do papel dos lugares na sua experiência vivida, por Godkin (*in* GARCÍA RAMON, 1985).

Hoje, cabe a indagação: Será que a casa oferece mesmo segurança no mundo contemporâneo tão violento das cidades? E nestes tempos de pandemia devido ao Covid-19, quais são os níveis de satisfação com nossa casa? Estas e outras razões precisam ser discutidas neste ponto em relação ao ambiente casa.

A casa do campo está tão associada ao significado de lugar para os que migraram para a cidade que aí eles reproduzem fragmentos dela, quando o espaço

possibilita. Um jardim, pequena horta, criação de aves, uma árvore, um cercado em frente à casa são os exemplos mais típicos dos fragmentos do antigo lugar. Por meio da história residencial o indivíduo constrói sua identidade residencial, o *attachment to place* ou *place-identify*, a identidade residencial que, para Proshansky (*apud* KUHNEN, 2003), vai influenciar na percepção e avaliação residencial e, por conseguinte, dos outros lugares (rua, bairro, cidade, entre outros).

Para Oliveira (2001), a casa ou o lar constitui o *centro mais profundo da existência* da vida humana, possuindo significado ímpar para ele; usando as palavras de Bachelard (2000), é o “corpo e alma”, vividos por pensamentos, lembranças e sonhos. É o lugar especial que estrutura e prepara a pessoa para a vida individual, coletiva, institucional, aprimorada nas interfaces vivenciais com os demais lugares (rua, vizinhanças, quarteirão, bairro, cidade, país, mundo).

O **bairro** é considerado pelos planejadores um lugar apenas como um “conceito intelectual” (TUAN, 1983, p. 188), mas não é assim identificado pelos moradores, que consideram uma parte mais íntima e experienciável, a começar pela rua onde moram. A identificação do bairro como lugar depende da experiência afetiva e emocional de cada habitante e do grupo na convivência social em festas, visitas, jantares, ente outros. A satisfação com o bairro depende mais da satisfação com os vizinhos – sua amizade e respeitabilidade – do que das características físicas da área residencial. Devido a complexidades das relações sociais que engendram os sentimentos entre os moradores de um bairro, este espaço-lugar é difícil de apreender.

A **cidade**, por seu lado, é um lugar, um centro de significados por excelência. Tuan (1983, p. 191) estudou as funções econômicas, políticas e religiosas de algumas cidades (Chang-an e Hang-Chou, Atenas, Roma, Londres e Los Angeles). O autor comenta que “as funções econômicas se multiplicaram e abafaram a identidade religiosa da cidade” (p. 192), de forma que nos Estados Unidos as cidades novas precisaram fazer uma propaganda estridente para atrair negócios e promover a fama. Para isso criou-se uma imagem impressionante fundamentada em cognomes (títulos ou alegorias) como “a maior”, “a mais central”, “a mais adiantada”. Assim, é apregoado o sentido de “orgulho individual ou coletivo que emerge do exercício do poder” (p.194). Tuan (1980, p. 259) conclui que a cidade é um “conceito abstraído como imagem e símbolo, enquanto o bairro é mais experienciado”.

Quanto aos os cognomes dados às cidades, referem-se mais à concorrência econômica do que a imagem construída na vontade popular. Trata-se de um “promocionismo, fruto das preocupações de certos grupos políticos ou econômicos específicos que desejam atrair a atenção pública” (TUAN, 1980, pp. 232-36). Os rótulos vêm acompanhados de imagem produzida, que seria a imagem fabricada,

conforme Bachelard (2000, p. 88), como expressão efêmera não produzida no bojo das relações sociais.

A cidade representa hoje o caos, e o seu sentido de lugar mudou muito. No passado ela significava a “ordem, a liberdade e a glória” (TUAN, 1983, p. 288), pois conseguia abrigar uma população atendendo, de certo modo, as necessidades e expectativas humanas e representando um local de convívio mais harmonioso nas relações sociais e nas relações entre o homem e o ambiente urbano.

Para Del Rio (1999, p. 22), alerta para o fato de que a “cidade precisa ser conhecida em suas múltiplas imagens que estão na mente dos usuários”, dentro de cada indivíduo para que se descubra e se construa o verdadeiro caráter do lugar, a partir das preferências e expectativas da coletividade.

A realização de eventos populares pode contribuir para a formação da auto-consciência local e da imagem do bairro ou cidade. A imagem deve compreender a realidade histórica e cultural e ser construída a partir da vivência e experiência de espaço e lugar da população com o meio ambiente. Entretanto, este processo fica à mercê do domínio e da imposição ideológica de imagens respaldadas no cunho econômico que interessa apenas às classes dominantes da sociedade, transmitidas pela mídia na propaganda em *slogans*. Tuan (1983) observa que as pessoas se esquecem facilmente da rica informação derivada da experiência com o lugar, pois predominam os conhecimentos concebidos e pragmáticos e elas se proíbem de sentir e contemplar com novos olhares.

De acordo com Kuhnen (2003), qualquer lugar tem sua identificação dependente da apropriação ou posse, que oferece a liberdade para o homem imprimir nele atributos ou signos moldando-o ao seu estilo. Portanto, a “apropriação é um processo de identificação e a impossibilidade desta apropriação conduz o indivíduo à estranheza e não pertença”, inclusive não lhe dá o dever de respeitar o espaço e o próprio lugar. É o que se observa com os comportamentos antiecológicos (queimadas, entulhos, lixo e outros) em terrenos baldios de posse privada e/ou pública.

É imprescindível pensar-se a identidade do lugar simultaneamente à reflexão acerca do indivíduo que habita e constrói este lugar, uma vez que a sociedade é produto dos lugares. Para Santos (1999), vive-se uma (re) contextualização das identidades que necessita de um esforço analítico e teórico para compreender as práticas ou comportamentos que conformam tanto as situações sociais como o lugar. A perda de nossa identidade inicia-se com a perda do lugar, esse estreito espaço de afetividades entre pessoas e natureza. O lugar resumiu-se (em parte) à nossa casa, em relação à qual nem sabemos embelezar, tratar do lixo, trocar afeto e dialogar com os familiares.

A manutenção de valores comuns e das práticas culturais que se perpetuam no cotidiano depende das relações interpessoais que ocorrem nos lugares e demanda decisões que em muito diferem de decisões de caráter em uma macroescala. É por esse aspecto que a ação política da classe trabalhadora deve acontecer, primeiramente, no lugar. Harvey (1996, p. 32) acredita ser extremamente relevantes o contexto de lugar e a ação, os quais não podem ser avaliados a não ser a partir de um caminho particular de análise que vai do lugar ao espaço e volta ao lugar.

Carlos (1996) considera o lugar a base da reprodução da vida, podendo ser entendido na tríade *habitante-identidade-lugar*, pois o homem vivencia os lugares na cidade onde habita, locomove-se, trabalha, passeia, reúne-se. Assim, pode-se buscar o entendimento do lugar nas ações mais triviais e familiares por meio da leitura sobre o viver e o habitar onde se descortina o mundo.

Santos (1996) observa a existência de relação dialógica ente o local e o global interferindo no lugar:

A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade. (...) Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente (p. 272).

Sturza (2002) explana que o modelo econômico produzido pela ordem global impôs um cotidiano de vida no qual o homem preocupa-se apenas em produzir e manter os moldes de produção (reprodução). Para tanto o espaço é conquistado por meio da técnica, do capital e do trabalho e fica à mercê do capitalismo. O espaço adquiriu um valor de mercadoria, e a prática social alicerçada nas interfaces da globalização e individualidade facilita a reprodução da desigualdade social e acumulação capitalista. O vivido perdeu seu sentido no cotidiano e com ele os lugares são mais desconstruídos do que construídos. O ser humano não tem tempo para estar (**ser**) no espaço, mas sim para produzir dentro deste que já não é símbolo de liberdade, mas sim de prisão e matéria de produção. Fora do lugar (ou sem este), o homem tornou-se escravo espacial, pois perdeu a identidade e a inteligência emocional passando a ser instrumento de uma práxis conservadora, acrítica e antinatural. O lugar necessita ser (re) significado no bojo de interferências das rápidas mudanças e das interfaces entre globalização e individualidade.

A ordem, estruturação e dinâmica dos lugares denotam duas faces: a face mundial ou global (de cunho externo) e a face local (de cunho interno), o que conduz a compreensão da identidade e da própria construção do lugar para a análise tanto da conjuntura exterior como interior deste. A aceleração do tempo e das mudanças impostas no lugar, pela dinâmica da racionalidade global e local, acentua a diferenciação dos lugares em função de fortes processos de territoriali-

zação, desterritorialização e reterritorialização. Estes processos são responsáveis pela degradação da cultura local, que pode, contudo, ser minimizada com a recuperação do sentido de lugar, objeto e razão principal desta pesquisa.

No fenômeno da desterritorialização ocorre a perda dos vínculos com o lugar e com as relações nele efetivamente realizadas, devido à mobilidade constante que paira na vida moderna. Milton Santos, observando essa característica da vida atual, enfatiza que

Hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. Os homens mudam de lugar (...), mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as idéias. Tudo voa. Daí a idéia de desterritorialização. Desterritorialização é, freqüentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização (SANTOS, 1996, p. 262).

A desterritorialização é resultante da evolução tecno-científica do mundo atual que interfere nos lugares impondo-lhes um cotidiano de modismos, comportamentos transitórios e valores fugazes que contribui para a perda de identidade nacional e dos lugares. A capacidade de ajustamento dos lugares a tal evolução é proporcional aos recursos físicos e humanos de que dispõem e usam; quando inexistentes tais recursos, os lugares são incapazes de acompanhá-la ficando a mercê da instabilidade gerada por ela. Todavia, é possível “a revitalização do lugar a partir do reconhecimento da estrutura e identificação que permite sua preservação com desenvolvimento e qualidade de vida” (SANTOS, 2000, p. 138).

O processo de desterritorialização na modernidade da dinâmica urbana movimenta os homens na direção do *apartheid*, da estranheza e estimula a exclusão e o sentimento estrangeiro. A chamada crise de identidade das pessoas está associada à crise dos lugares, porém a resistência dos movimentos urbanos e das organizações comunitárias, quando não comprometidos com determinados políticos e legendas partidárias, pode auxiliar na construção da identidade do indivíduo, grupo, comunidade e, por conseguinte, do próprio lugar. Ferreira (2004) verifica que a desterritorialização interrompe a construção social do lugar porque modifica os sistemas simbólicos de significados e valores criados por meio das práticas socioculturais.

Buttimer (1985) afirma que os imigrantes europeus trasladaram certos patrimônios culturais dos lugares de origem (arquitetura, música, festas, práticas agrícolas etc.) na intenção de *encarnar as imagens de sua terra* nos locais escolhidos para morar. Isso mostra o grau de integração entre a personalidade/identidade da pessoa e do lugar, que pode ser exemplificado pelos gaúchos residentes em Rondonópolis ao preservarem o hábito de tomar chimarrão, cultura típica do seu antigo lugar que continua na construção do novo lugar. Este processo foi inves-

tigado com propriedade na dissertação *O Vão das pandorgas: migração sulista para Rondonópolis – MT* (GOETTERT, 2000) e na tese *“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, desterritorialização e identidade*, (HAESBAERT, 1995)

De acordo com Mello (1990) a cultura tecno-científica do mundo atual interfere na consciência individual e na consciência espacial. A consciência individual é condicionada, estereotipada, alienada e moldada por essa cultura, enquanto a consciência espacial é mediada pelo conjunto de informações do dia-a-dia, do processo educacional formal e dos meios de comunicação. O lugar, que compreende e reflete as duas consciências, evidencia as interferências no indivíduo e no espaço físico, pois é o substrato e símbolo da experiência entre ambos. A relação dos homens com os lugares e das duas consciências tem frequentemente uma dimensão coletiva e, assim, os lugares podem ser convertidos em símbolos de experiência comum.

Massey (1996) caracteriza as interferências econômicas, políticas e culturais dos processos mundiais ou globais nos lugares, especialmente a partir das novas tecnologias responsáveis pelas rápidas conexões das redes e pelos fluxos de capital e informação. Todavia, o lugar não pode ser visto como algo passivo e sítio de nostalgia que se opõe ao progresso e à história, mas algo que por si mesmo e na vontade individual e coletiva reconheça sua identidade nos processos e relações internas e com o exterior.

O contexto do mundo atual, atrelado aos processos políticos, econômicos e culturais mencionados acima, possibilitou o surgimento de importantes conceitos vinculados à natureza do relacionamento entre o homem e o lugar. Entre estes conceitos, que atualmente precisam ser mais investigados pela Geografia e por outras ciências humanas, salientamos a *topofilia*, a *topofobia* e o *topocídio*.

Amorim Filho (1999) propõe, de forma exploratória, o conceito *topo-reabilitação*, para reparar os efeitos do topocídio, para representar os processos e ações de resgate, reabilitação ou restauração dos lugares e paisagens em seus aspectos topofílicos. O autor considera que as forças de topo-reabilitação devem superar as forças topocídicas para a manutenção da memória coletiva e individual, a preservação da identidade cultural e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida nos lugares e paisagens.

Não-lugar e suas expressões

A tradução do termo *placelessness* gerou diferentes conceitos em outras línguas. Ramon (1985) traduz *placelessness* como *deslocalización* e o define como sentimento

de *desenraizamento*, próprio da civilização atual que convive com lugares estandarizados e sem conotações emocionais, o qual em nada ajuda no desenvolvimento da identidade pessoal. Silva e Silva (2004) traduzem *placelessness* como *deslugar* para representar as paisagens monótonas, clonadas e desprovidas de identificação, tais como autoestradas, conjuntos habitacionais etc. Porém, o próprio Relph enfatiza que estas localidades podem vir a assumir um sentido de lugar, ou seja, possuir certa identidade para as pessoas. Mello (1990) também traduz o neologismo/conceito de Relph como *deslugar* ou *ausência de lugar*. Na verdade, o prefixo português **des-** tem origem controvertida: na junção das preposições latinas **de-** + **ex-** ou na romanização do prefixo **dis-**. Na língua portuguesa **des-** é um prefixo que indica *separação* e *negação* e que atribuiria para o vocábulo *deslugar* os sentidos de fora do lugar (separação) ou sem lugar (negação). (FERREIRA, 1975).

O conceito do *não-lugar* é investigado, principalmente, por geógrafos, antropólogos e arquitetos, cada qual com proposições teóricas e metodológicas adequadas aos propósitos de sua ciência e, sobretudo, à natureza da investigação. Os antropólogos o exploram tendo o homem como baliza central e como ser que se movimenta e permanece por certo tempo em diferentes locais. Os geógrafos estudam o não-lugar sob o foco das características da relação entre o homem e o ambiente, fundamentalmente nos aspectos de percepção, atitudes e valores.

O trabalho antropológico mais importante neste campo é o livro *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade* (AUGÈ, 1994), que aponta os centros comerciais, estações de serviços (aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários) e supermercados como não-lugares. Estes espaços são construídos, na maioria das vezes, com padrões idênticos de funções, estrutura e forma. A ambiguidade do termo exigiu do autor outros vocábulos adjacentes como, por exemplo, trânsito, moradia, identidade, anonimato, passageiro, viajante, comunicação e linguagem. Os aeroportos internacionais são exemplos de não-lugar com identidade global, pois neles transitam pessoas das diversas nacionalidades, culturas e línguas. Na realidade de hoje “...os lugares e os espaços, os lugares e os não-lugares misturam-se e interpenetram-se...” (AUGÈ, 1994, p, 85), gerando subestruturas temporo-espaciais distintas geograficamente, mas co-existentes.

Na Geografia, o trabalho pioneiro e fundamental é *Place and placelessness*, de Relph (1976), que analisou a experiência do homem com o espaço e o lugar, as diferentes componentes e a identidade dos lugares. O autor relacionou os tipos de lugar e de não-lugar que são construídos ou desconstruídos atualmente, principalmente motivados pela tecnologia e avanço científico nas comunicações, pelo comércio e pela hegemonia do poder político e econômico.

Relph (1976) expõe que não-lugar é uma atitude ou expressão que se torna cada vez mais dominante, resultante da inautenticidade do homem frente ao lugar, que passa a ser construído sem experiências afetivas. O indivíduo age inconscientemente, no anonimato, pois os outros decidem e agem por ele, gerando a *inauthentic attitude of placelessness*, em outras palavras, uma atitude de fechamento humano para o mundo e possibilidades de ser e existir. Cria-se um mundo de objetos e modos de vida estereotipados, artificiais, desonestos e planejados pelos outros, no qual as atitudes com o lugar são inconscientes e as experiências são *casuais, superficiais e parciais*. Nos dias atuais, tem se perdido muito o sentido do lugar e cresce o *placelessness*, devido à inautenticidade das pessoas, presente no consumismo, na moradia e na técnica e planejamento. O primeiro destes três elementos, o consumismo, atrai as pessoas para a compra de objetos e serviços sem a preocupação em ter experiências emotivas com locais previamente preparados para tais interesses. A moradia (casa ou apartamento), por sua vez, é cada vez mais semelhante às demais, sem diferenciações próprias da individualidade e criatividade humanas, responsáveis pela identidade e valor do lugar. Quanto à técnica e ao planejamento, tanto privados como públicos, criam não-lugares na forma de prédios, monumentos, praças, entre outros locais sem representação da vontade e cultura local.

O mesmo autor (RELPH, 1976) considera que a mídia contribui direta e indiretamente para o enfraquecimento do lugar e para o aparecimento do não-lugar, por intermédio dos meios de comunicação, da cultura de massa, dos grandes negócios, da autoridade com poder central e do sistema econômico, que aglutina e reforça a ação dos anteriores. Ela mutila os valores culturais do lugar oferecendo (vendendo) novos valores dentro da perspectiva do consumismo e da transitoriedade, características do mundo atual. Para Spink e Medrado (2000, p. 57-58), a “mídia desempenha uma ação poderosa na compreensão da produção dos sentidos”, seja servindo de instrumento na conformação da consciência moderna, seja “dando grande visibilidade aos acontecimentos com novas informações e descobertas”. Ele considera importante a manutenção dos meios de experiência, criação e manutenção dos lugares, pois eles são fontes de segurança e identidade para os indivíduos e grupos sociais, um aspecto fundamental da existência humana no mundo.

O *desarraigo* ou desenraizamento, que conduz as pessoas para fora do lugar, é responsável por muitos problemas psiquiátricos da sociedade atual como, por exemplo, o alcoolismo, investigado no já referido trabalho de Godkin (1985) que pesquisou um grupo de alcoólicos, limitando-se a três deles devido à complexidade da pesquisa. O autor, que já tinha investigado a experiência humana do estresse

relacionado ao espaço, tempo e lugar (GOODKIN, 1977), concluiu que os alcoólicos trazem em suas memórias lugares-imagens positivas ou negativas de acordo com as fases da sua vida. Para ele o conhecimento das relações entre os lugares e as experiências humanas pode auxiliar no desenvolvimento de técnicas terapêuticas que resgatem situações ou entornos que propiciem o bem-estar ao indivíduo.

De acordo com Jiménez (2004), a realidade contém dois mundos: o mundo dos lugares e o mundo dos não-lugares. No mundo dos lugares, a cultura se baseia nos postulados essenciais da Razão e na palavra, como veículo do pensamento reflexivo e do conhecimento objetivo de um mundo fundado ontologicamente. Este mundo é sustentado pelos valores metafísicos do Bem e da Verdade, e imperam fortes princípios de diferenciação entre o bom e o mau, o real e o fictício, o verdadeiro e o falso e o belo e o feio. O outro pólo da realidade, o mundo dos não-lugares, já não é físico, nem local e supõe uma desterritorialização e desurbanização da vida humana. Nele foi abolida a dimensão espacial dos contatos humanos, já não se vive, somente se co-existe; assim, a tênue identidade é meramente representacional.

A importância do estudo do lugar dentro da Geografia continua sendo defendida por muitos, pois ele integra e espelha nossa análise de mundo com as interconexões entre concepções e usos do próprio lugar. Neste sentido, Sack defende que,

Puesto que tenemos unas buenas razones experimentales para creer que el lugar constituye un concepto central y en proporcionar una base común para nuestro análisis del mundo, la geografía debería esforzarse en comprender las maneras en que múltiples concepciones y usos del lugar pueden interconectarse (SACK, 1988, p. 240).

Machado (1988) encoraja os estudos com os lugares e as paisagens observando que ainda não foram identificados e estudados os profundos vínculos cognitivos e afetivos envolvidos na experiência humana com o meio ambiente. Por isso, acreditamos que este conhecimento deve emergir dos estudos de percepção do meio ambiente que auscultem as pessoas na convivência cotidiana de seus lugares e paisagens, condição primeira para se conhecer a identidade e a construção destes espaços-vida tão preciosos e tão arruinados na atualidade. É o caso do Brasil, rico em tantos lugares que são aniquilados (na prática do topocídio) em seus recursos naturais e culturais a cada dia, e a situação de Rondonópolis não é diferente.

O grande desafio para o geógrafo é permear as relações e mediações geográficas que existem entre o lugar como realidade objetiva ou espaço vivido e o lugar como realidade a ser explicada. No cerne deste dilema teórico e metodológico reside a clássica tensão geográfica, já apontada por Eric Dardel (2015), entre o conhecimento e a existência, em outras palavras, entre a explicação e a experiência. Acima de tudo, é necessário considerar o lugar como horizonte de expectativa e espaço de experiência:

o primeiro, contendo os desejos, sonhos e projetos e o segundo, a cultura, ideologia, tradição e trabalho. A natureza das relações entre o homem e o lugar requer uma abordagem contextual bem elaborada, balizada na percepção dos signos, imagens e símbolos das práticas cotidianas, e da constante interação entre ambos.

Considerações finais

Nos tempos pós-modernos entrecruzam-se os lugares e os não-lugares na vida das pessoas, a ponto de antigos lugares tornarem-se espaços de estranheza e alguns não-lugares, novos espaços de afeição, pausas cotidianas. Este fenômeno ocorre devido ao atrelamento da vida cotidiana aos aspectos econômicos da produção (fazer no espaço produzido), em detrimento dos aspectos sociais e culturais (ser e existir no espaço vivido).

O não-lugar consolida-se como categoria de diversos espaços a diminuir os já escassos vínculos tofílicos com o lugar, cada vez mais comprimido pela expansão do espaço produzido. A cultura de massa e os meios de comunicação parecem, mesmo, contribuir cada vez mais para o surgimento e a manutenção dos não-lugares, perdendo-se o “porto seguro” de lugares clássicos como era a casa, vizinhança, o bairro.

A pandemia da Covid-19 está redefinindo nossa relação com o espaço, não com o espaço líquido, mas com o espaço físico e de maior proximidade: nossa casa. A casa se tornou estranha e já não se define totalmente com um lugar (*place*), ou seja, um espaço vivido, amado, experienciado. Aí reside uma crise na identidade do lugar e do “eu” (*place identity; self identity*) porque a crise é existencial. O ninho (casa) se tornou estranho e precisamos redescobri-la na sua natureza, significado e relações sociais.

Faz-se necessário revisitar e discutir categorias geográficas importantes como é o do lugar em suas diversas categorias e escalas. A Covid-19 tem sido um problema-estímulo também para a ciência geográfica discutir o humano não apenas no espaço produzido, mas também espaço vivido.

Referências

AMORIM FILHO, Oswaldo. Topofilia, topofobia e topocídio em MG. In: DEL RIO, Vicente Del; OLIVEIRA, Livia de. *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/ Editora da UFSCar, 1999. p. 139-52.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus. 1994.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- BARROS, Claudia. De Rural A Rururbano: Transformaciones Territoriales y Construcción de Lugares al Sudoeste del Área Metropolitana de Buenos Aires. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, n. 45 (51), 01 agosto de 1999. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/nova.htm>>. Acesso em 20 de agosto de 2020.
- BUTTNER, Anne. Hogar, campo de movimiento y sentido del lugar. In: GARCÍA RAMÓN, Maria Dolores. *Teoría y método en la geografía humana anglosajonica*. Barcelona: Ed. Ariel, 1985. p. 227- 41.
- CLAVAL, Paul. El enfoque cultural y las concepciones geográficas del espacio. *Boletín de la A. G. E.*, Sevilla, n. 34, p. 21-39, 2002.
- DARDEL, Eric. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- DEL RIO, Vicente. Cidade da mente, cidade real: percepção ambiental e revitalização na área portuária do RJ. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 3-22.
- FERREIRA, Alvaro Henrique de Souza. *Novas tecnologias de informação e comunicação e o teletrabalho: um caso de enclausuramento sócio-espacial*. Disponível em: https://www.cddc.vt.edu/digitalfordism/fordism_materials/souza.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.
- FERREIRA, Aurélio B. de. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1975.
- FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- GARCÍA RAMON, Maria D. *Teoría y método en la geografía humana anglosajonica*. Barcelona: Ed. Ariel, 1985. p. 242-253.
- GODKIN, Michael A. Identidad y lugar: aplicaciones clinicas basadas em las nociones de arraigo y desarrollo. In: GARCÍA RAMON, Maria D. *Teoría y método en la geografía humana anglosajonica*. Barcelona: Ed. Ariel, 1985. p. 242-253
- GODKIN, Michael A. *Space, time and place in the human experience of stress*. 1977. Tese (Doutorado) – Universidade de Clark, Worcester, 1977.
- GOETTERT, Jones D. *O vôo das pandorgas: migração sulista para Rondonópolis – MT*. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos” no Nordeste: modernidade, desterritorialização e identidade. 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- HARVEY, David. *Justice, nature & geography of difference*. Oxford, UK: Blackwell, 1996.
- JIMÉNEZ, Rafael Vidal. La Red y la destrucción de la identidad. *Especulo - Revista de Estudios Literarios*, Madrid, n. 17, 2001.
- KUHNEN, Ariane. *Psicologia ambiental: representações sociais e meio ambiente*. 1997. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <http://ambiente.hpvip.com.br/002.html>. Acesso: 18 fev. 2003.
- LEFF, Enrique. Espaço, lugar y tiempo: la reapropiación social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidad ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 1, p. 57-69, jan./jul. 2000.
- MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. *A Serra do Mar Paulista: um estudo de paisagem valorizada*. 1988. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1988.
- MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. Países imaginados e paisagens reencontradas. *Geografia*, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 152-54, abr. 1992.

- MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. Paisagem valorizada: a Serra do Mar como espaço e como lugar. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 121-38.
- MELLO, João Baptista Ferreira de. Geografia Humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 91-115, out/dez. 1990.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- OLIVEIRA, Livia de. Percepção do meio ambiente e geografia. *OLAM – Ciência & Tecnologia*, Rio Claro, v., 1, n. 2, nov. 2001. (cd-rom).
- OLIVEIRA, Livia de; MACHADO, Lucy Marion C. P. Percepção, cognição, dimensão ambiental e desenvolvimento com sustentabilidade. In: VITTE, Antonio C.; GUERRA, Antonio J. T. (orgs.). *Reflexões sobre a geografia física brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda., 2004. p. 129-152.
- PAULA CARVALHO, José Carlos de. Mitoanálise organizacional: arquetipologia social e imaginário grupal. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 53-91, jan./jun. 1992.
- PRED, Allan. Place as historically contingent process: structuration and the time-geography of becoming places. *Annals of the Association of American Geographers*, Abingdon, v. 74, n. 2, p. 279-297, jun. 1984.
- PROSHANSKY, Harold M. The city and self-identity. *Environment and Behavior*, New London, v. 10, n. 2, jun. 1978.
- RAMÓN, Maria Dolores Garcia. *Nuevos horizontes geográficos em las décadas de los 70 y los 80: hacia una geografía humanística*. In: GARCÍA RAMÓN, Maria Dolores. *Teoría y método en la geografía humana anglosajónica*. Barcelona: Ed. Ariel, 1985. p. 219-226.
- RELPH, Edward. *Place and placelessness*. London: Pion, 1976.
- ROJAS, Juan Carlos Gomes. La experiencia cultural del espacio: el espacio vivido y el espacio abstracto. Uma perspectiva ricoeureana. *Investigaciones Geográficas*, Cidade do México, n. 44, p. 119-125, 2001.
- SACK, Robert David. El lugar y su relación com los recientes debates interdisciplinarios. *Documents D'Anàlisi Geogràfica*, Barcelona, n. 12, p. 223-241, 1988.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SILVA, Carlos Alberto F. da; SILVA, Michele Tancaman C. da. *A dimensão sócioespacial do ciberespaço: uma nota*. Disponível em: <http://www.tamandare.g12/cidadedigital>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- SOULÉ, Michael Ellman. Mente na biosfera; mente da biosfera. In: WILSON, Edward O. *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 593-98.
- SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary J. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 41-62.
- STURZA, José Adolfo Iriam. Percepção da paisagem em Rondonópolis – MT sob o prisma da globalização e da individualidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., 2002, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa, 2002 (Cd-rom.).
- STURZA, José Adolfo Iriam. *Lugar e não-lugar em Rondonópolis-MT: um estudo de cognição ambiental*. 2005. 163 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2005.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- WILSON, Edward O. *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1997.

PRÓLOGO FESTIVO: O “ESPERANDO SÃO JOÃO DE CACHOEIRA”

Festive Prologue: “Esperando São João de Cachoeira”

Sérgio Ricardo Oliveira Martins*
Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins**

Resumo: O projeto festivo “Esperando São João de Cachoeira-BA”, desde 2005, objetiva preparar a cidade para o São João Feira do Porto, alterando a temporalidade desta festa ao estendê-la por todo o mês de junho. A partir de dados secundários e observação participante das quatro últimas edições do Esperando São João, objetivamos compreender a ambivalência entre a percepção da “tradicional” festa junina e sua espetacularização. Em 2019, o Festival do Licor reforçou a dimensão econômica do Esperando São João. Assim, verificamos que, para além do viés “tradicional”, como um prólogo festivo, o Esperando São João antecipa e amplia os festejos juninos.

Palavras-chave: Festa; São João; Cidade; Cachoeira; Recôncavo.

Abstract: The festive project “Esperando São João de Cachoeira”, Bahia, Brazil, since 2005 aims to prepare the city for June Party, changing the temporality of this celebration by extending it throughout the month of June. Based on secondary data, direct and participant observation in the last four editions of “Esperando São João”, we aim to understand the ambivalence between the perception of the “traditional” June festival and its spectacularization. In 2019, the Liquor Festival reinforced the economic dimension of “Esperando São João”. Thus, we verified that, beyond the “traditional” slant, the “Esperando São João” anticipates and extends the June festivities.

Keywords: Celebration; São João; City; Cachoeira (town); Recôncavo da Bahia.

Introdução

Cachoeira certamente está entre as cidades mais festivas da Bahia e do país. Para além do tom elogioso, tal assertiva prefere sinalizar a opção, por sucessivas administrações públicas municipais, pela promoção de eventos festivos como estratégia de dinamização econômica da cidade e valorização de seu reconhecido patrimônio histórico-cultural. Com um calendário anual marcado por cerca de 40 eventos festivos, relacionados ou não à religiosidade, Cachoeira segue um caminho recorrente: a opção pelo turismo cultural como estratégia de desenvolvimento econômico. Ela busca aproveitar seu reconhecido patrimônio arquitetônico e (re)estruturar os espaços públicos da cidade em função da festa, isto é, em função da centralidade que o *continuum* festivo (ciclos de organização, preparação e realização que se sucedem) ocupa na vida da cidade e do município.

O São João é certamente a festa de maior impacto sociocultural e eco-

* Doutor em Geografia Humana, docente do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Email: sergiolivemartins@gmail.com.

** Doutora em Estudos Literários, professora do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Email: waleskamartins.wm@gmail.com.

nômico em municípios do interior do Nordeste. Para além dos indicadores sociais e econômicos dessa proeminência do São João, em Cachoeira, essa festa é expressiva e “festivamente” esperada. Em Cachoeira, esperar o São João é projeto festivo da gestão pública municipal desde 2005. Com o objetivo declarado de preparar a cidade para o tradicional São João Feira do Porto de Cachoeira, o “Esperando São João” antecipa e expande a esperada festa; altera o espaço-tempo do evento; amplia o escopo comercial de geração de emprego e renda local; e certamente (re) produz ambivalências.

Esse estudo adota uma abordagem processual da história recente e do potencial turístico de Cachoeira, referenciando-se em pesquisas recentes e voltadas à compreensão do processo de dinamização econômica e cultural, a partir dos anos 1990, e mais especificamente o papel das festas nesse contexto. Nesse sentido, o procedimento adotado busca uma análise mais voltada aos processos, buscando correlacionar dados primários de fontes oficiais (IBGE, Superintendência de Estudos Econômicos do Estado da Bahia) com dados secundários. É importante considerar que a parte significativa dos dados e informações sobre as festas cachoeiranas foram obtidas nas páginas do facebook tanto da prefeitura municipal quanto da Secretaria de Cultura e Turismo de Cachoeira.

No trabalho de campo, entre maio e junho de 2019, quatro visitas de ob-

servação direta (1 sistemática e 3 assistemáticas) foram feitas aos segmentos do espaço urbano de Cachoeira, com o intuito de acompanhar a movimentação geral e as ações de preparação logística e operacional da maior festa de Cachoeira, o São João Feira do Porto. Precisamente é esse período que abrange os três finais de semanas que antecedem ao São João que constitui o projeto festivo “Esperando São João”, objeto deste estudo. Nesse período, foram obtidas informações sobre o turismo cultural de Cachoeira (tanto da parte da administração pública, quanto do empresariado local).

Observação participante das quatro últimas edições (2016 a 2019) do “Esperando São João de Cachoeira” foi o procedimento realizado por meio da nossa inserção participativa nos festejos juninos, período em que morávamos na cidade. A complexidade desse método claramente interacionista está, precisamente, na necessidade de experimentar e contemplar a perspectiva de participante da festa, ao mesmo tempo que se busca, enquanto pesquisadores, observar e registrar informações sobre a preparação logística e movimentação geral das pessoas nas estruturas que configuram o espaço da festa junina em Cachoeira, antes, durante e após sua realização.

Cabe acrescentar que este trabalho é parte do projeto de pesquisa “Cidades e Festas: As ambivalências do Recôncavo da Bahia”, do Grupo de Pesquisa “Tempo Ritual e Espaço Festivo”, e não mais que uma aproximação analítica e compreensiva dos efeitos socioeconômicos e espaciais da Festa de São João na cidade de Cachoeira-BA, numa perspectiva sensível à fluidez epistemológica do conceito de festa-questão, isto é, da festa como perspectiva a ser apreendida, que atua sobre seus promotores e participantes e que escapa a qualquer tentativa de objetivação ou decifração apriorística (PEREZ, 2011).

A intimidade entre a Festa e a Cidade

Na essência da cidade, a reunião, a conjunção de interesses díspares e divergentes em disputa pela ocupação e uso do espaço urbano. Não poderia mesmo ser diferente se aceita a tese aristotélica da *polis*, de que todo ser humano necessita de uma socioespacialidade compartilhada, de que é da natureza humana compor a sociedade política que se materializa na cidade (ARISTÓTELES, 2003). O sentido de tal “naturalização” da cidade é o da associação e interdependência, tal qual um espaço síntese da existência social, com base em uma predisposição humana à vida em sociedade e ao compartilhamento.¹ Na dialética dessa comunhão conflituosa, dadas a desigualdade e a inevitável tensão entre público e privado, a cidade é uma injunção política.

¹ Mumford (1965 apud BEZERRA, 2008).

Espaço construído muito além de corpos materiais e humanos adensados, eis o que reconhecemos como cidade. São formas, funções e movimentos ritmados por intencionalidades humanas, que conformam pensamentos e relações de poder. A cidade, desde sua origem, é espaço-sede do domínio político, da atividade comercial com base na apropriação centrípeta (nem sempre excedente) da produção agropastoril campesina. Com a indústria, o espaço-tempo cotidiano se acelera ao ritmo da produção capitalista e à dimensão de uma “urbanização extensiva” (MONT-MÓR, 2006, p. 15).

A íntima relação entre festa e cidade pode ser traduzida por uma efervescência coletiva sobre uma sociabilidade original que essencializa a urbe (SILVA; MIGUEZ, 2014). De fato, a cidade se expressa como coletividade sociopolítica e por territorialidades (modos de apropriação, ocupação e uso dos espaços) que a realizam em sua plenitude. Para Henri Lefebvre (2008, p. 4), a festa é o “principal uso da cidade”, de suas praças, ruas e monumentos em função do entretenimento, do consumo pelo prazer ou mesmo, evidência contemporânea, do prazer de consumir. Dessa forma, entendemos que a festa usa a cidade, refuncionaliza suas formas, produz novos espaços, promove interações. Festa e cidade se confundem enquanto espaço-tempo de experiência coletiva (mas também individual) em termos de diversidade e sociabilidade.

Tal como a cidade, a festa é reunião, adensamento de corpos em fruição, principalmente, em espaços públicos. Mas o que é festa? Léa Perez (2011) é enfática ao afirmar que o desafio de conceituar a festa reluta e desliza em correlações com o “divertimento (alegria)”, o “ritual” e o “espetáculo”. Nos meandros da fluidez conceitual ante o multiverso da festa, seja como fato, seja sobretudo como questão, a autora nos oferece um caminho: “A festa é uma celebração do elo; ‘renova os pactos, rejuvenesce as uniões’, precisamente, é o próprio elo em ação. É o tempo/espaço de múltiplas trocas, de rivalidades, de prestígio. É exuberância de vida e vigor fecundante, e reforça a comunhão” (PEREZ, 2011, p. 27).

A cidade (mesmo as menores) é espaço dialógico de intencionalidades de distintas origens, demandas e investimentos que diversificam ritmos e normas sociais e regem a urbanidade contemporânea. O espaço (urbano ou rural), cada vez mais, é experimentação de “formas-conteúdo” acionadas por múltiplas ações, do comando político à satisfação de necessidades e desejos, materiais e imateriais, que também se diversificam e se traduzem em produção e consumo de mercadorias e serviços. Essa perspectiva da cidade se sustenta na inseparabilidade entre resultado e processo, função e forma, sujeito e objeto, passado e futuro (SANTOS, 2006). Nesse sentido, para além de qualquer dicotomia, a técnica e a informatização se territorializam conectando, de forma desigual, lugares e pessoas em função

de necessidades, ou interesses (próprios ou desconhecidos), desigualdades que fluem com a localização. Entendemos assim que viver a cidade já não pressupõe a moradia dentro do perímetro urbano; estar na é estar para a cidade, é depender (querer ou fazer uso) de seu mercado, de suas estruturas e, claro, da sociabilidade que ela possibilita.

Consumo, diversidade e coletividade realizam a cidade, como também a festa. Esta, por sua vez, implica a cidade mesmo quando acontece, aparentemente, deslocada dela. Podemos afirmar que a cidade contém as intenções (poder) de captar a centralidade da festa, de promovê-la com tácita pretensão de controle. Esforço tão relutante quanto inócuo, pois a festa é transgressiva a tal intento. Mais uma vez, é fazer a reflexão seguir a trilha da festa como perspectiva, aberta por Léa Perez (2011, p. 34), e entender que

A festa deixa de ser um objeto a ser descrito para tornar-se um mecanismo; um operador de ligações que atua por meio da “destruição concertada” (Duvignaud, 1977) do “real socializado” (Grisoni, 1976), abrindo para a experimentação humana o campo do possível, i.e., do imaginário: campo das percepções e das imagens da vida coletiva, que não se reduzem à própria vida coletiva, pois que se referem e remetem à instância do desejo, do imprevisível, do indecível, do indeterminado, da interioridade, da embriaguez mística, do excesso, do gozo².

No Recôncavo da Bahia, pequenas e médias cidades³ buscam se projetar e articular outros centros e áreas alhures enquanto sediam festas. Essa observação é ainda mais nítida na festa de São João, quando disputam público e se esmeram em atrair o visitante disposto à diversão e ao dispêndio. Mas são centros também articulados por povoados, vilas e territórios quilombolas, por exemplo. Em que pese a invisibilidade de suas tradições festivas frente ao poder midiático dos grandes eventos espetacularizados da capital (TAVARES; BASSI, 2015), esses “pequenos mundos”⁴ festivos adquirem centralidade e se projetam na região e além dela. Essa diversidade festiva, ainda pouco conhecida ou estudada, sinaliza suas articulações e uma fluidez que esvaziam qualquer classificação simplista, quantitativa ou mesmo dicotômica do que é cidade e do que não é; mais ainda do que é e do que não é festa.

O pensamento da festa como perspectiva de fazer a cidade em suas articulações e possibilidades nos leva a Cachoeira, mais do que a qualquer outra cida-

² As duas chamadas de referências que aparecem nessa citação constam do texto original, razão pela qual não se encontram entre as referências deste texto.

³ De Varzedo, com cerca de 8.800 habitantes, a Santo Antônio de Jesus, com pouco mais de 100 mil, segundo estimativas do IBGE (Cidades) para o ano de 2019.

⁴ “Pequenos mundos” é a expressão de Nelson de Araújo para se referir às grandes e pequenas comunidades do Recôncavo e seu surpreendente patrimônio cultural (ARAÚJO, Nelson. Pequenos mundos: um panorama da cultura popular da Bahia. Salvador: Edufba, 1986 (Tomo 1: Recôncavo).

de do Recôncavo da Bahia. Tombada como “monumento nacional”, a cidade é reconhecida tanto por seu patrimônio arquitetônico e histórico-cultural, quanto pelas inúmeras festas que articula. São mais de 40 festas no calendário anual que ensejam tanto a memória local (presentificação da história e afirmação de identidades), quanto à oportunidade de investimentos, ocupação e renda. O espectro cachoeirano de rugosidades⁵ é potencial atrativo turístico, acrescenta sentidos, qualifica e territorializa as festas.

Cachoeira é festiva não apenas pelo *sui generis* calendário de festas, mas também por eleger o turismo cultural como estratégia de desenvolvimento local. Entendemos turismo cultural como vivência de participação e como experiência cultural, sobretudo, estética, intelectual e emocional (PÉREZ, 2009), em Cachoeira, diretamente relacionadas ao seu significativo patrimônio arquitetônico histórico-cultural. Este tem sido a base de sua potencialidade turística, porém em um contexto ainda carente de planejamento e sensibilização local, como afirma Castro (2005). Ainda que seja difícil dimensionar com números, observa-se claramente a importância do turismo cultural na dinamização do comércio e serviços de Cachoeira, como mostra Queiroz (2019). É nesse contexto, ao sabor de uma proclamada tradição festiva e singularidade histórica da “Joia do Recôncavo”⁶ que a festa de São João tem se revestido, cada vez mais, de espetacularização. Ao investir em festas, Cachoeira segue uma opção político-econômica observada, contemporaneamente, em inúmeras cidades brasileiras. No âmago dessa predileção cachoeirana, observam-se questionamentos sobre as implicações identitárias nas intimidades entre festa e lugar, nas ambivalências do aparente confronto entre o tradicional e o moderno.

As festas de Cachoeira

Muitas vezes a cidade se apresenta em formas e em cores diferentes, conforme o movimento da chegada. O olhar dos que vêm de fora é o que se abre ao diálogo e estabelece as relações com a cidade. É bem verdade que essa relação, num primeiro momento, pode ser de estranhamento, encanto, indisposição e confronto. Tudo depende da chegada e do modo que o visitante se dispõe às trocas. Cachoeira se propõe festiva, acolhedora, incomum, almeja ser espaço-tempo de experiência única por entender que seu lugar de patrimônio cultural se estabelece a partir do

⁵ Milton Santos chama de rugosidades as formas (construções) do passado presentes no espaço e na paisagem, verdadeiros testemunhos de outros contextos históricos que persistiram à supressão e transformação impostas pelo tempo (SANTOS, 2006, p. 91-92).

⁶ Expressão de Rubens Rocha, que intitula seu livro sobre a história de Cachoeira (ROCHA, Rubens. *Cachoeira, Joia do Recôncavo Baiano*. 2. ed. Tucano-BA: Gráfica Tibiriçá, 2015).

diálogo entre o seu passado (expresso na religiosidade e em sua arquitetura) e o seu presente/futuro (turismo cultural/festas).

A cidade, para o escritor Ítalo Calvino, em “Cidades Invisíveis”, se estabelece não na sua arquitetura, mas nas memórias dos viajantes que a conhecem. Isso significa que a cidade é feita “das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado” (CALVINO, 2003, p. 9), refletidas no presente imediato. Em Cachoeira, essas relações estão expressas na distância entre a escadaria da Câmara e Cadeia, seus presos e o cigarro pendurado nas mãos do guarda; estão nas medidas entre o solo massapê, os pés inchados do seu agricultor e os desenhos nas nuvens, nos sabores da culinária. Assim, a cidade (no caso, Cachoeira) deve refluir suas recordações e dilatá-las em escritas angulares de suas ruelas, escadas, janelas e águas, descrevendo essas “medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado”.

As festividades, no entanto, reconfiguram espaços e medidas de reconhecimento de importâncias. Ao se festejar, reconhecemos o fascínio daquele momento e sua influência na vida social. As festas, assim, fazem seu discurso, produzem e reproduzem narrativas. E são essas narrativas que perduram nas memórias de quem festeja, de quem observa, de quem lê. Nesse sentido, o segredo das cidades “[...] é o modo pelo qual o olhar percorre as figuras que se sucedem como uma partitura musical da qual não se pode modificar ou deslocar nenhuma nota” (CALVINO, 2003, p. 13).

O cenário musical que os olhares percorrem em dias de festas em Cachoeira é repleto de casarões de estilo barroco, conventos e igrejas seculares, terreiros que se erguem como pequenas localidades africanas do mais forte e profundo Axé. Toda essa energia ancestral do povo de santo, em Cachoeira, se projeta, de maneira intensa, em festividades sincréticas que movimentam mais da metade das celebrações no município. Celebrações de cunho tradicional e/ou religiosa em comunidades quilombolas, por exemplo, somam-se aos festejos de Cachoeira. São 16 comunidades quilombolas distribuídas na Bacia e no Vale do Iguape: Engenho Novo, São Francisco do Paraguaçu, Kalolé, Santiago do Iguape, Tombo, Engenho da Ponte, Engenho da Cruz, Kaimbongo Velho, Brejo da Guaíba, Kaonge, Dendê, Imbiara, Engenho da Praia, Tabuleiro da Vitória, Engenho da Vitória e Kalembá. Nesses locais, acontecem cerca de 14 festas e celebrações ao longo do ano.

As principais festividades dos quilombos são: Esmola Cantada para São Roque, que percorre, principalmente, os quilombos do Vale do Iguape (Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Kalembá, Kaonge, Dendê, Engenho Novo e Santiago do Iguape); Festa de São Roque, realizada na comunidade do Engenho da Ponte; Festa de São Pedro, no quilombo de Santiago do Iguape; Festa da Ostra, na comunidade do Kaonge (BASSI; TAVARES, 2017).

No centro urbano de Cachoeira ou nos seus distritos mais próximos, como Capoeiruçu, acontecem diversas festas e celebrações, muitas delas fixas em seu calendário anual. Devemos pontuar que algumas dessas festas dependem do apoio do Governo do Estado e/ou de editais específicos para eventos. São 28 eventos festivos que se realizam nas igrejas, nas ruas e/ou nas praças de Cachoeira.

As festividades que mais atraem o público externo do município são: Festa de Iemanjá, em fevereiro; Recôncavo Jazz Festival, em abril; “Esperando São João” e São João Feira do Porto, em junho; Festa de Nossa Senhora da Boa Morte, em agosto; FLICA – Festa Literária Internacional de Cachoeira, em outubro; Festa de Nossa Senhora d’Ajuda, em novembro e a Festa de Santa Bárbara, em dezembro.

Assim, somam-se mais de 40 festas ao longo do ano no município de Cachoeira. Na perspectiva do turismo cultural, tem-se um amplo espaço de inter-relações socioterritoriais entre distritos, vilas, quilombos e núcleos comunitários. Essa orquestração, a partir da cidade, dinamiza as finanças do município e firma a imagem de uma Cachoeira festiva. Ressaltamos que, em muitas das festas sediadas na cidade, verifica-se a presença da agricultura familiar e de artesanatos de municípios vizinhos.

A profusão de festas em Cachoeira é relevante. Algumas dessas festividades são seculares, como é o caso da Festa de Nossa Senhora da Boa Morte (1840), Festa da Nossa Senhora d’Ajuda (1872) e a Festa Junina, que não possui um registro histórico exato de seu começo, mas que remete ao período colonial.

Outras celebrações mais recentes também movimentam o cenário festivo do município. Desde 2006, a Festa de Iemanjá é organizada pelos terreiros de Candomblé da cidade em parceria com a Prefeitura Municipal. É a segunda maior festa em celebração à Iemanjá da Bahia, superada apenas pela que se realiza em Salvador. Também recente é a Festa da Ostra, de 2009, realizada no Quilombo Kaonge. Há ainda outra mais recente e midiática, a Festa Literária Internacional de Cachoeira, a Flica, que é realizada na cidade desde 2011 e, a cada ano, recebe mais investimentos e atratividade de público.

As festas, em sua constituição, também se permitem efemeridades. Surgem e desaparecem em ritmos desconexos. Outras festividades que surgiram com potencial turístico e de grande movimentação cultural, mas que não conseguiram investimentos dos editais setoriais e nem da Prefeitura, são, por exemplo, o Reconvexo – Festival de Vídeo – Projeções Mapeadas da América Latina (de 2013 a 2017) e o Caruru dos 7 poetas (de 2004 a 2018). Obviamente, o poder municipal não tem condições de financiar todos os projetos festivos. Mas, a partir do discurso oficial, percebe-se uma narrativa de sucesso festivo, de projetos culturais bem sucedidos em seus efeitos financeiros, que se constrói a partir de eventos como

a “Flica” e o “Esperando São João”. Na mesma linha, em torno da realização do Festival Origens⁷, que acontece em Cachoeira desde 2017, revela-se um discurso não apenas cultural, mas sobretudo financeiro. Cachoeira se abre às festividades efêmeras, ao passo que consolida e investe nas que afirmam história e identidade. No cerne dessa dinâmica festiva, as ambivalências entre festa e cidade.

Religiosas, profanas, cívicas, socioculturais ou gastronômicas, as festas tecem novas relações, reforçam as antigas, movimentam territórios e temporalidades. As celebrações transmutam cotidianos e nos mostram como o conjunto dos bens materiais e imateriais da festa é representativo para o sentimento de pertença a um lugar. Recorrendo, sem hesitar, à metáfora, podemos dizer que são as celebrações que fazem fluir a vida como água menos pesada, menos turva, menos poluída. Mas, como disse Duvignaud (1983, p. 08), ela, a festa, “[...] deixa sementes que, mais ou menos tardiamente, agitam os espíritos e perturbam a sonolência da vida comum”. As relações que se firmam e que se estabelecem nas “entrevidas” das festas, essas retornam ativas nas memórias.

Na tentativa de quebrar a redundância, ao menos em termos de festas, Cachoeira não espera o “São João”, pelo menos não da maneira usual.

A festa que (não) espera a festa

A Festa de São João é, sem dúvida, o carro-chefe do turismo cultural com base em eventos festivos em Cachoeira, pelo menos, desde a década de 1990. Na verdade, esse evento tem projeção econômica significativa em boa parte dos municípios do interior da Bahia, por movimentar recursos financeiros em proporções que impactam substancial e positivamente as contas municipais e o faturamento de restaurantes e vendedores ambulantes de alimentos e bebidas (BAHIA, 2013).

De acordo com Almeida e Reis (2016), a Festa de São João de Cachoeira passou por um progressivo processo de descaracterização. Antes uma festa de cunho familiar, associada à realização da feira do porto, evento também tradicional de comercialização de produtos que chegavam a Cachoeira pelo rio Paraguaçu. Um passado de proeminência cultural, popular e econômica dessa feira se atesta na denominação oficial da festa, como São João Feira do Porto de Cachoeira.

Mudanças no São João em Cachoeira não é uma preocupação recente, ao tempo em que a Bahiatursa⁸ divisava a descaracterização da própria feira do

⁷ Festa restrita a investidores e empresários do Tabaco.

⁸ A Bahiatursa era uma empresa de economia mista que, em 2015, foi incorporada à Secretaria de

porto (BAHIA, 1980). Tal processo contempla também as insatisfações manifestas, sobretudo, pela população mais idosa, com a programação do evento, em vista da apresentação de bandas e ritmos musicais distintos dos que, tradicionalmente, são associados à história e à identidade da festa. Ainda que a maior parte da população cachoeirana esteja abaixo dos 40 anos de idade (eram cerca de 70% do total, em 2010), as pessoas com mais idade e, sobretudo, as que vivenciaram em sua juventude o São João Feira do Porto (com 50 anos ou mais, cerca de 20% do total), em parte, não apenas ressentem as mudanças como pressionam por um “retorno às raízes” da festa⁹.

Ao investigarem a avaliação dos moradores de Cachoeira quanto às mudanças do São João, Almeida e Reis mostram que 46% dos entrevistados julgaram como negativas, 28% foram indiferentes e 26% consideraram-nas positivas (2016, p. 114). As festas mudam, a população e a cidade também, de modo que tais julgamentos devem ser relativizados em função de variáveis subjetivas, como os interesses e as motivações pela festa e pelo lugar.

Não temos dúvida de que o São João de Cachoeira seja uma festa-espetáculo. Na base dessa afirmação está o entendimento de que a espetacularização se assenta na ampla dimensão da festa no espaço da cidade, sua abrangência para além do Recôncavo e a grande (e crescente) massa de foliões presentes ao evento. Essa é a concepção que nos oferece Castro (2012), para quem outro elemento, francamente observado em Cachoeira, evidencia o caráter espetacular das festas juninas, qual seja a “[...] grande concentração de foliões e turistas em espaços públicos – praças, avenidas... – ou privados.” (p. 89). O autor ainda acrescenta que a espetacularização, na atualidade, também se traduz na realização do evento festivo para a promoção de uma “imagem-síntese da cidade” (CASTRO, 2012, p. 90). É o momento em que a gestão pública municipal de Cachoeira se esmera em promover seu patrimônio cultural (monumento nacional), reafirmar seu protagonismo histórico (“cidade heroica”) e divulgar que realiza o “mais tradicional” São João da Bahia.

A espetacularização do São João de Cachoeira se inicia no contexto da interiorização do turismo no Estado, a partir de 1990. A turistificação com base no “consumo cultural” constituiu a linha de orientação do planejamento e investimentos em Cachoeira, no intuito de tornar o São João o evento-espetáculo principal da cidade, em vista da importância histórica e cultural dessa festa não só na Bahia, como em toda a região Nordeste. Como que complementando o

Turismo da Bahia, tornando-se a Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia. Tem por missão executar a política de fomento e desenvolvimento do turismo, incluindo a promoção e apoio a eventos turísticos no Estado.

⁹ Os percentuais foram calculados com base na estrutura etária do município de Cachoeira, em 2010 (IBGE, Censo Demográfico).

“São João espetáculo”, está o propósito da mercantilização da cultura com base na atratividade turística do patrimônio arquitetônico, ampliada pelas festas de Cachoeira. Nesse contexto, observa-se o discurso de que a Festa de São João se tornou um “bom negócio” para comerciantes (pequenos empresários e ambulantes) e para o poder público municipal.

Na contramão da espetacularização, verificam-se as iniciativas de promover a tradição do São João Feira do Porto de Cachoeira e de apoiar as manifestações populares, como os folguedos, os grupos de samba de roda e o bumba-meu-boi (CASTRO, 2009). Assim, é justo afirmar que, em Cachoeira, as mudanças experimentadas pelo São João, ao sabor da espetacularização do evento, de certo modo, são resistidas nas práticas de festejos juninos com, pelo menos, um “pé na tradição”. Para além de qualquer “saudosismo”, a festa é suficientemente aberta e volúvel para se fazer também de expectativas, percepções e sentidos ambíguos e ambivalentes, na complexidade do seu próprio devir.

É precisamente no vir a ser da festa de São João, de sua realização à luz das possibilidades que ela própria gera, que uma iniciativa da gestão pública municipal de Cachoeira parece ter sido concebida também para acalmar (talvez compensar) os ânimos mais saudosistas. Trata-se do projeto festivo “Esperando São João”. O evento foi criado em 2005 com o objetivo de preparar “[...] a cidade para a chegada do tradicional São João Feira do Porto”¹⁰. Enquanto participantes das últimas quatro edições dessa festa (2016 a 2019), observamos que tal preparação vai além do provimento das estruturas necessárias à realização do São João, da decoração, da logística e de toda a organização espacial e funcional da festa.

Em vista de um São João espetacularizado e, por conseguinte, com uma programação voltada ao grande público (majoritariamente jovens procedentes da capital¹¹), o “Esperando São João” soa como espécie de “retorno às origens”, ao que se considera tradicional da festa junina. Desde a primeira edição (2005), o evento conta com uma programação que privilegia artistas locais e regionais, bandas de forró, quadrilhas, em estruturas mais simples e com maior proximidade do público. Assim, parece atender, em alguma medida, a preocupação em manter o caráter imemorial pitoresco, “caipira” e familiar do São João (Fotografias 1, 2 e 3).

¹⁰ Matéria intitulada “Cachoeira: atrações antes e durante o São João”, publicada por Link Recôncavo: Notícias do Recôncavo da Bahia, em 5 jun. 2010 (Disponível em: <http://www2.ufrb.edu.br/linkreconcavo/tag/sao-joao/index.html>. Acesso em: 19 nov. 2019.

¹¹ Salvador foi a localidade emissora de 85% dos participantes do São João de Cachoeira em 2011 (BAHIA, 2013).

Fotografia 1 – “Esperando São João de Cachoeira”, banda regional de forró.



(Fonte: Acervo do projeto, Cachoeira, junho de 2019)

Fotografia 2 – “Esperando São João de Cachoeira”, a quadrilha.



(Fonte: Acervo do projeto, Cachoeira, junho de 2019)

Fotografia 3 – “Esperando São João de Cachoeira”, estruturas simples e próximas ao público.



(Fonte: Acervo do projeto, Cachoeira, junho de 2019)

Ao estender os festejos juninos por todo o mês de junho, o “Esperando São João” gerou tensões relacionadas à ocupação e uso do espaço. Em sua última edição (2019), houve um deslocamento da centralidade da festa, da Praça Ubaldino de Assis (conhecida como “Jardim Grande”) para a Avenida 25. Uma recente revitalização desse logradouro ampliou o espaço de circulação livre de veículos. A obra firmou a Avenida 25 como espaço público-privado de maior centralidade na configuração espacial das festas em Cachoeira, mesmo quando não as assenta diretamente. É um espaço de entretenimento, de bares e restaurantes dividindo a paisagem histórica. É espaço também das festas, no sentido de sua apropriação e uso, precipuamente, para o consumo comercial e cultural (Fotografias 4 e 5).

Por via do projeto festivo “Esperando São João”, o poder público municipal atua no sentido de promover a economia local. Foi o que observamos em 2018 com o Festival do Licor. Para os fabricantes locais, o evento foi uma oportunidade de promover seu produto. O poder público municipal já ensaiava a ideia em 2016, colocando na Praça Goes Calmon um corredor gastronômico e um “Licódromo”. Para degustar os licores, os visitantes entravam em uma “casinha” (de aparência rústica), onde ouviam uma detalhada explicação sobre o sabor e a procedência dos licores degustados. Numa espécie de simbiose festiva, o “Esperando São João”

de 2019 hospedou o Festival do Licor, promovendo-o com venda e degustação na realização do concurso do melhor licor de Cachoeira (Fotografias 6 e 7).

Fotografia 4 – “Esperando São João de Cachoeira”, Avenida 25, centralidade nos bares e no calçadão.



(Fonte: Acervo do projeto, Cachoeira, junho de 2019)

Fotografia 5 – “Esperando São João de Cachoeira”, público no calçadão da 25.



(Fonte: Acervo do projeto, Cachoeira, junho de 2019)

Fotografia 6 – “Esperando São João de Cachoeira”, barraca de degustação de licores.



(Fonte: Acervo do projeto, Cachoeira, junho de 2019)

Fotografia 7 – “Esperando São João de Cachoeira”, ambulantes e venda de licores.



(Fonte: Acervo do projeto, Cachoeira, junho de 2019)

Considerações finais

As festas cada vez mais fazem a cidade de Cachoeira. Fazem-na de novos e antigos usos do espaço urbano; da diversidade de tempos e ritmos; do sagrado das procissões e ofertas a Iemanjá e do profano nas performances das charangas que percorrem travessas e avenidas; do incremento demográfico que tensiona os espaços públicos e privados. É estar em Cachoeira para os festejos juninos e ver suas praças, ruas e o significativo patrimônio arquitetônico funcionalizados em vista do entretenimento e do consumo cultural e comercial. De fato, a festa usa a cidade e expande seus sentidos.

Em Cachoeira, há tanto as festas “novas”, que não respondem ao tempo histórico, como as “antigas”, verdadeiras rugosidades imateriais, que se esmeram sobre o passado ancestral enquanto vivem o presente. A festa está na alma de Cachoeira, como das cidades e territórios comunitários que perfazem as dimensões identitárias e culturais do Recôncavo da Bahia. Mas, é claro, Cachoeira não é só festas. Como ouvimos em uma das visitas de campo, as festas são atrações para a promoção dos verdadeiros atrativos: o patrimônio histórico-cultural e as singularidades imateriais ancestrais de Cachoeira.

Há boa dose de volatilidade no fenômeno festivo, cujo devir contempla a incerteza e a fluidez contemporâneas. Nesse contexto, Festa e Cidade podem até se voltar para o tempo efêmero da satisfação consumidora, mas é claro que também investem no tempo da insatisfação disruptiva. Celebração é manifestação, energia de exaltação que essencializa a vida. Assim é Cachoeira, cidade e territórios que vivem as festas e, também por meio delas, comunicam o que são, o que querem e o que não querem.

Vimos que o denso calendário festivo de Cachoeira é expressão de sua história, mas também de ações políticas. É evidente a promoção de festas como estratégia de dinamização socioeconômica em todo o Recôncavo. Nesse contexto, Cachoeira se projeta e seu intento de polarização festiva, no mínimo, atrai para si atenções que também a promovem. Nada mais emblemático, nesse sentido, a proeminência dos festejos juninos por sua importância cultural, social, política e econômica, sobretudo, no Nordeste para além das capitais. O São João Feira do Porto de Cachoeira é, sem dúvida, o “carro-chefe” entre as festas de maior atratividade de público. O evento é uma marca do lugar e sua espetacularização, paradoxalmente, tem procurado reforçar o caráter tradicional da festa junina que se almeja preservar.

Podemos concluir que o Esperando São João seja um projeto festivo bem sucedido a partir de, pelo menos, dois aspectos importantes: por um lado, amplia

o tempo da celebração junina e, por outro, fortalece o escopo comemorativo da “tradição” festiva do São João. O evento está consolidado no calendário da cidade e vem se constituindo em espaço-tempo de outras iniciativas, como é o caso do Festival do Licor, no intuito de promover ainda mais a economia local.

A relação ambivalente entre a percepção e prática do festejo junino “tradicional” e a promoção do espetáculo, o São João Feira do Porto, para além de qualquer visão dicotômica, expressa sociabilidades da festa e sinaliza uma complexidade dinâmica ainda por ser explorada em pesquisas futuras. Como perspectiva, o “Esperando São João de Cachoeira”, ideia que já se vê replicada em outros municípios do Recôncavo, certamente tem potencial para ir muito além de mero prólogo festivo.

Referências

- ALMEIDA, Randerson S.; REIS, Renato B. Análise da expressividade cultural do São João de Cachoeira-BA com a contribuição da geotecnologia: a percepção dos moradores locais. *Revista Iberoamericana de Turismo*, Penedo, v. 6, n. 1, p. 94-113, jan./jun. 2016.
- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução: Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- BAHIA. Empresa de Turismo da Bahia S.A. (Bahiatursa). São João. *Revista Viver Bahia*, Salvador, n. 50, jun. 1980.
- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia. *Efeitos da Festa de São João em municípios selecionados*. Salvador: SEI, 2013. (Relatório).
- BASSI, Francesca; TAVARES, Fátima. Preparando o banquete, sonhando a festa: memória e patrimônio nas festas quilombolas (Cachoeira-Bahia). *Acenon – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, Cuiabá, v. 4, n. 7, p. 15-32, jan./jul. 2017. (Cultura Popular, Patrimônio e Performance, Dossiê).
- BEZERRA, Amélia C. A. Festa e cidade: entrelaçamentos e proximidades. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 1-18, jan./jun. 2008.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Biblioteca Folha, 2003.
- CASTRO, A. C. O patrimônio histórico-cultural e o turismo na Cidade Heroica de Cachoeira-BA: potencialidade x realidade. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 7, n. 11, p. 113-119, set. 2005.
- CASTRO, Janio R. B. O papel das manifestações culturais locais/regionais no contexto da turistificação das festas juninas espetacularizadas em Cachoeira-BA. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5., 2009, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Edufba, 2009.
- CASTRO, Janio R. B. Espetacularização e mercantilização das festas juninas na atualidade. In: CASTRO, R. B. *Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano*. Salvador: Edufba, 2012. p. 85-146.
- DUVIGNAUD, Jean. *Festas e civilizações*. Tradução: L. F. Raposo Fontenelle. Fortaleza: UFCE / Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- LEFREBvre, Henri. *O direito à cidade*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- PEREZ, Léa F. Festa para além da festa. In: PEREZ, Léa F.; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania. *Festa como perspectiva e em perspectiva*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 21-42.

PÉREZ, Xerardo P. *Turismo Cultural: uma visão antropológica*. Tenerife, Espanha: ACA y PASOS, 2009. (Colección Pasos edita, número 2).

QUEIROZ, L. M. A. *Turismo cultural e desenvolvimento: Cachoeira & Ouro Preto*. Cruz das Almas: EDUFRB, 2019.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SILVA, Ariel L.; MIGUEZ, Paulo. Cultura, festa e cidade: tecendo relações. *Revista Observatório da Diversidade Cultural*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 19-27, 2014.

MONTE-MÓR, Roberto L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 111, p. 09-18, jul./dez. 2006.

TAVARES, Fátima; BASSI, Francesca. Diversidade e invisibilidade festiva na Baía de Todos os Santos. In: TAVARES, Fátima; BASSI, Francesca. *Festas na Baía de Todos os Santos: visibilizando diversidades, territórios e sociabilidades*. Salvador: Edufba, 2015. p. 255-278.

O OURO DOS ESPÍRITOS – TRADIÇÃO E ESPERANÇA NO IMAGINÁRIO PARAGUAIO

The Spirit's Gold - Tradition and Hope in the Paraguayan Imaginary

Andriolli de Brites da Costa*

Resumo: A partir de notícias envolvendo consequências trágicas da busca por tesouros enterrados no Paraguai, buscamos na atualidade do relato midiático rastros para compreender a constelação das imagens que dá forma à narrativa mítica de Plata Yvyguy. Por meio de uma leitura simbólica, orientada metodologicamente pela Teoria Geral do Imaginário, buscamos no próprio mito o condutor do percurso histórico-simbólico-cultural desta narrativa que permanece viva e inspirando ações concretas. Identificamos pela redundância de imagens ligadas ao enterramento, morte, espíritos guardiões e merecimento, aspectos identitários atravessados pelas agruras do passado, desejo de validação e reconhecimento pela tradição.

Palavras-chave: Imaginário, Mito, Ouro, Paraguai.

Abstract: Regarding news involving the tragic consequences of the search for buried treasures in Paraguay, this article finds in the topicality of the media footmarks to be followed in order to understand the constellation of images which form Plata Yvyguy's mythical narrative. Through a symbolic reading, with the General Theory of the Imaginary as our method, we've found in the myth itself the conductor of the cultural, historical and symbolic pathway of this narrative which remains alive and inspiring concrete actions. We've identified through the redundance of images related to burial, death, guardian spirits and worthiness, identity aspects crossed by the sorrows of the past, validation desire and folklore acknowledgment.

Keywords: Imaginary, Myth, Gold, Paraguay.

Introdução

No Paraguai, narrativas populares envolvendo a existência e a busca por tesouros enterrados atravessam a história do país. Ganham especial força com os traumas da Guerra contra a Tríplice Aliança (1864-1870), mas ainda hoje inspiram sonhos e esperanças no povo. A organização dessas imagens simbólicas que relacionam Terra, Ouro e Morte (tanto pelos horrores implícitos da guerra quanto pelo ato do enterramento) se constelam na forma de um *sermo mythicus* - uma narrativa mitológica - que inspira no povo paraguaio ações concretas. Explorações urbanas, escavações, invasão de propriedade, violação de patrimônio público. Tudo em busca do ouro prometido pelas lendas.

Existe, entretanto, um impeditivo. A tradição conta que as fortunas embaixo da terra, mais conhecidas no Paraguai pelo nome Guarani de *Plata Yvyguy*, só podem ser retiradas por pessoas "escolhidas". Os responsáveis pela escolha são espíritos guardiões, capazes

* Doutor e Comunicação e Informação pela UFRGS, mestre em Jornalismo pela UFSC. E-mail: andriolli_costa@hotmail.com.

de reconhecer no buscador de tesouros o coração puro e o conhecimento da ritualística necessária para executar a tarefa (ALCARAZ; AGUILERA; MARSAL, 2010, p. 77).

Por conta da materialidade das ações inspiradas pela lenda, encontramos na imprensa o *locus fecundo* para a circulação de um imaginário tão imbricado na sociedade paraguaia que não pode ser recusado nem mesmo por esta instituição que, também no Paraguai, se baseia em valores de objetividade e factualidade que rejeitariam por princípio a presença do lendário (COSTA, 2013).

Com isso em vista, este trabalho buscará na imprensa paraguaia a cobertura de um acontecimento derivado pela busca por *plata yvyguy*. Desta vez, não para apontar os modos como o jornalismo se apropria da narrativa mítica na sua cobertura. Perpassaremos por isso, é claro, mas isso já foi feito por nós anteriormente e não será o escopo do texto. Nosso objetivo neste artigo é o de *encontrar no próprio mito o condutor para um percurso histórico, simbólico e cultural do imaginário dos tesouros enterrados no país vizinho*. Ao entender o lastro historiográfico e as imagens simbólicas que constelam em torno dessa narrativa mítica, a partir de Medina, poderemos entender o mito como forma de Comunicação que permite melhor ouvir a “respiração do social” (2003, p. 67). Em nosso caso, da sociedade paraguaia.

Elegemos como meio para orientar este percurso a *Leitura Simbólica*,

ou Mitocrítica: ferramenta metodológica proposta por Gilbert Durand para fundamentar a Teoria Geral do Imaginário de vertente arquetipológica (2013). Inicialmente “vocacionada para captar e tratar os mitos e suas figuras patentes e latentes nos textos literários e poéticos” (ARAÚJO, 2014, p. 18), a leitura simbólica é ampliada para outros *corpus* de análise com o correr das décadas. O que a fundamenta é, justamente, a busca pela *redundância* de imagens que se repetem em textos culturais, de modo a compor um panorama sincrônico e diacrônico na análise da pregnância dos símbolos. E é a essa repetição de elementos que vamos nos ater para perseguir o mito que orienta as histórias de tesouros enterrados no Paraguai.

Selecionamos, para este fim, um caso emblemático. Na manhã do dia 03 de agosto, em Asunción, uma senhora de 83 anos de idade foi resgatada de um buraco com 5 a 7 metros de profundidade que havia em seu terreno. Identificada como Ignacia Malloró de Hube, a mulher veio a falecer ainda na ambulância. Ignacia vivia em situações precárias com o marido, Clemente Hube, que contou aos bombeiros que o poço havia sido feito meses atrás para a busca de tesouros enterrados.

Neste corpus de exploração, encontramos em veículos do mesmo conglomerado editorial, o *Grupo Nación de Comunicacion*, duas abordagens diferentes, mas complementares. No periódico de referência *La Nación*, o fato foi noticiado em uma matéria que recuperava informações do telejornal do grupo, com a manchete: *Fallece anciana tras caer en pozo realizado para buscar plata yvyguy* (“Morre idosa ao cair em poço feito para buscar tesouros enterrados”). Já no diário *Crónica*, jornal popular conhecido no país vizinho, a cobertura se deu em duas matérias que incorporam novas informações. A primeira, publicada no dia 04 de agosto, entrevistava o viúvo e trouxe suas aspas para o título: *“Sus cartas le dijeron que había algo”, he’i* (“As cartas lhe disseram que havia algo para ela”, afirma). No dia seguinte, o assunto repercutiu na editoria Tema do Dia, com o título igualmente declaratório: *“Si no es para vos, podés encontrar la muerte”* (“Se não for para você, pode encontrar a morte”). Na linha de apoio, a explicação vem na voz de um ex-caçador de tesouros, que garante: Os espíritos que guardam *plata yvyguy* não deixam que uma pessoa qualquer possa encontrá-la.

Primeiros olhares

Para que possamos empreender a leitura simbólica é preciso, inicialmente, um primeiro olhar sobre as matérias selecionadas para o corpus. A partir delas, encontraremos os elementos de redundância a serem investigados posteriormente. E não é sem motivo que fazemos essa seleção no jornal, este discurso sobre o

tempo presente, tanto em um veículo de referência quanto em um de viés mais popular. Assim, podemos ter em vista o quanto esse imaginário persiste nos dias de hoje e atravessa a sociedade que investigamos.

A força da lenda dos tesouros enterrados tensiona o jornalismo tradicional aos seus limites. Algo que persiste sempre que elementos fantásticos são introduzidos na cobertura factual. O fantástico, como nos lembra Todorov, está na hesitação (TODOROV, 1975, p.181). Ou o acontecimento se produziu realmente – e, portanto, pertence à realidade – ou está regido por leis que desconhecemos, pertencendo ao mundo da magia. Mas sobre este lugar de incerteza da fantástica popular, nunca se pode cravar sua existência ou inexistência. Se o tesouro não foi encontrado, é porque forças misteriosas o moveram – e não por nunca ter existido. Calcado em uma lógica moderna de verdade ou mentira, a imprensa clássica, quando se depara com este entrelugar, se vê deslocada. É como escreve Gonzaga Motta:

A presença do fantástico (ou de manifestação semelhante) leva os enunciados noticiosos aos limites do jornalismo, leva-os a distanciar-se da objetividade e derrapar para as subjetividades. É nessas fronteiras que o jornalismo parece ceder e abandonar sua racionalidade, submetendo-se à fábula e aos mitos, impregnando-se dos mistérios do inefável e dos absurdos (MOTTA, 2006, p. 10)

Quando em um periódico de referência, marcado por sua objetividade, a cobertura sobre *plata yogyuy* encontra seu lugar a partir dos fatos concretos. A lenda não é o centro do acontecimento; a centralidade está nas suas consequências (COSTA, 2013, p. 14). É o mesmo que observamos na matéria do La Nación: foca-se no acidente, na forma que o corpo caiu, em como foi resgatado e no depoimento dos bombeiros (FALLECE, 2020). A busca por tesouros é mencionada como causa motivadora, mas em nenhum momento questionada diretamente. Diante do inefável o jornalismo ignora as subjetividades para seguir com os procedimentos cotidianos.

O mesmo não acontece quando observamos um veículo popular como o Crónica. Como alerta Amaral, essa relação não se dá, necessariamente, por uma abordagem sensacionalista, mas sim calcada em outros modos de endereçamento que não aqueles dos jornais de referência (2006). No caso do Crónica, a audiência se vê nas suas páginas não apenas enquanto personagens das notícias, mas também no texto escrito (que incorpora diversas expressões Guarani) e nas crenças.

Na primeira matéria, fala-se que não se tratava apenas de um único buraco escavado a procura de ouro. A filha do casal admitiu que por todo o pátio haviam escavações anteriores que foram posteriormente tapadas, indicando uma insistência na busca. As janelas da residência, inclusive, eram tapadas para não permitir à vizinhança observar o que se passava na parte de dentro. O desejo de

encontrar o tesouro prometido era equivalente ao medo de serem descobertos tentando. Ao colher o depoimento do marido, encontramos o motivo para terem persistido tanto no seu intento. Em tradução livre, ele afirma: “Minha esposa era leitora de tarô e suas cartas sempre lhe diziam que aqui (na sala) havia algo para ela. Infelizmente ela nunca chegou a descobrir” (SU CARTAS, 2020).

Já na segunda, o acontecimento serve como gancho para expandir a discussão sobre tesouros enterrados. “Mito ou realidade”, escreve o jornal, a crença já havia custado muitas vidas no país (SI NO, 2020). Para introduzir à discussão no debate público, Crónica convida uma fonte credenciada: José Rojas, que afirma ter dedicado vários anos de sua vida à procura de *plata yvyguy*. Mesmo sendo um jornal popular, a preocupação que o veículo manifesta no discurso direto é ligada à materialidade: escavações mal feitas podem levar a acidentes e óbitos. Quando as aspas se abrem, e vamos para o declaratório, é apenas na fala de Rojas que o elemento sobrenatural é acrescentado. Um artifício de isenção ainda presente, resquício da lógica da imprensa tradicional.

Na matéria, Rojas alerta: Se o ouro não é para você, os espíritos que guardam o tesouro não o deixarão carregá-lo. “Por isso digo que não é para todos, é preciso conhecer os sinais que se apresentam para que não se caia em desgraça” (SI NO, 2020). Dentre os sinais, uma série de preocupações tanto factuais quanto espirituais. Segundo o buscador de tesouros, a presença de um coelho branco ou uma árvore que pega fogo no local do enterramento são indicativos de que é preciso fugir rapidamente. O primeiro enquanto um agouro relativo à presença de assombrações; o segundo, supostamente, por indicar o vazamento de gás.

A quem os espíritos permitiriam a retirada do tesouro, afinal? A matéria explica que da crença em tesouros enterrados começou-se a derivar a lenda de que ele era destinado apenas às pessoas boas, com coração nobre. Rojas alerta também para uma ritualística: a busca deve ser sempre feita em múltiplos de dois. Caso o número de pessoas que trabalhasse na escavação fosse ímpar, ele terminaria em fracasso (SI NO, 2020).

Ao final, após explorar toda a experiência do entrevistado, o jornal termina por deixar claro o motivo pelo qual ele abandonou o ofício. Rojas relata que percebeu que a caça à tesouros havia se tornado um vício, que lhe tomava a cabeça e o fazia esquecer até mesmo da família. Era algo difícil de se abandonar, que exigia muito espiritualmente da pessoa. Ainda assim, não se mostra arrependido: “Vi de tudo e posso assegurar que em várias partes do nosso país existem tesouros escondidos. Gostei muito de fazer esta atividade que repito, não é para todos” (SI NO, 2020).

Leitura Simbólica

Tendo perpassado essa primeira leitura das matérias, podemos adentrar na leitura simbólica para, ao revelar as constelações de imagens organizadas nas narrativas de *plata yvyguy*, encontrar entrecruzamentos com a própria história paraguaia. Primeiramente, o que é esse fascínio tão intenso que fez com que Rojas deixasse de lado a própria família? Observando narrativas de tesouros enterrados em todo o mundo, percebemos que o desejo do enriquecimento fácil é mais forte que as convenções sociais e remete à infância e aos contos de fadas; ao pote de ouro no final do arco-íris. Histórias sobre a existência de fortunas escondidas permeiam o imaginário de povos e grupos em todo o mundo. São os despojos de corsários e piratas – cuja localização se descobre com mapas secretos; tesouros perdidos dos Incas, Maias e demais povos ameríndios ou mesmo a existência de cidades inteiras feitas inteiramente de metais preciosos, como a mítica El Dorado. O sonho de que há grandes recompensas aguardando para mudar a vida daqueles sortudos ou inteligentes o suficiente para encontrá-las cativa e seduz, tornando as lendas sobre o assunto extremamente difundidas e populares.

Os estudos antropológicos do imaginário nos ajudam a lançar os olhos sobre estas narrativas para buscar entender as ligações entre os elementos. Claro, encontrar uma fonte de riquezas é elemento de fascínio para qualquer um, mas nos relatos presentes nas matérias de jornal selecionadas encontramos outras redundâncias: o *enterramento*, a *morte*, os *espíritos guardiões* e o *merecimento*. Sem o arrançamento, a constelação destes elementos, que se espalham no espaço revelador do povo paraguaio, a narrativa mitológica de *plata yvyguy* não pode ser entendida de maneira completa.

É de se notar que há também materialidades que dão suporte à crença, formando este cimento social que une história, identidade e cultura. Rojas, por exemplo, quando alerta sobre os sinais de que é preciso evadir imediatamente cita dois elementos aparentemente contraditórios: um sobrenatural (o coelho branco) e outro factual (os gases tóxicos que supostamente causariam incêndio nas árvores). Um argumento revestido de cientificidade, mas que no escrutínio do relato mostra-se igualmente voltado ao sobrenatural. Segundo ele, os elementos químicos liberados podem não só causar a morte, mas deixar a pessoa louca, impedindo que usufrua dos tesouros. Uma ação indireta dos espíritos guardiões (SI NO, 2020).

A relação entre gases e fogo nos remete imediatamente ao fenômeno do fogo fátuo, cuja luminescência é resultante da queima da Fosfina resultante da decomposição de matéria orgânica. Ele ajudaria a explicar a relação com luzes, chama e

espírito. No entanto, se o fogo-fátuo é um catalizador deste imaginário, é interessante perceber como a imagem do Ouro também está frequentemente constelado nestas narrativas. Richard Paine recorda que em algumas partes da Boêmia (atual República Checa), os camponeses acreditavam que uma luz azul flutua sobre a localização dos tesouros enterrados, invisível aos olhos dos mortais exceto para aqueles destinados a encontrá-los (PAINE, 1911, p. 10). O relato assemelha-se às versões encontradas no Brasil, onde uma chama fantasmagórica apareceria nas noites de lua indicando o local do enterramento das botijas de ouro. Em Portugal as chamas, conhecidas como *Alminhas*, seriam os espíritos daqueles que deixaram dinheiro enterrado e que não se salvarão enquanto o outro permanecer escondido. É também o *Farol dos Andes* na Argentina e Uruguai, um clarão que escapa dos esconderijos dos tesouros (CASCUDO, 2000, p. 145).

E o que nos encanta tanto a respeito deste ouro prometido? Claro, existe a promessa da riqueza. Mas o ouro é mais do que isso. O ouro é o motivo pelo qual os alquimistas tanto buscaram a pedra filosofal - substância da qual seria possível não apenas transformar metais inferiores em ouro, mas também produzir o elixir da vida eterna. E, em verdade, o ouro está intimamente ligado ao prolongamento da vida. Bachelard (2013) percebe no ouro, como um metal que não oxida, essa capacidade de enfrentar o devir do tempo e com isso resistir ao perecimento. E é muito disso que buscamos também.

O ouro germinaria dentro da terra, propõe Bachelard, amadurecendo “como uma trufa” em um processo de sedimentação de milhares de anos. Está ligado, portanto, não só a essa perenidade da terra, mas também à intimidade. À interioridade. Aquilo que vai para dentro do eu (BACHELARD, 2013, p. 197). Ainda assim, é ao ser gestado no interior da terra, envolto em escuridão, que o ouro ganharia seu brilho. Para Durand, o metal constela imagens de terra, luz e altura, possuidor das virtudes dilatadas do Sol (DURAND, 2012, p. 149). Luz e escuridão, terra e ascensão. É a tensão dos opostos que dinamiza as imagens.

Essa tensão é fundamental para entendermos o sentido simbólico de *plata yvyguy*. O próprio Durand, ao refletir sobre as contribuições do sociólogo das civilizações indo-europeias, Georges Dumézil, percebe que o ouro é “substância ambivalente, motivo de riquezas e causa de desgraças” (DURAND, 2012, p. 265). Vejamos por exemplo este trecho de Timão de Atenas, texto escrito por William Shakespeare em 1607:

Ouro amarelo, fulgurante, ouro precioso! (...) Basta uma porção dele para fazer do preto, branco; do feio, belo; do errado, certo; do baixo, nobre; do velho, jovem; do covarde, valente. (...). Venha, mineral execrável, prostituta vil da humanidade (...) eu o farei executar o que é próprio da sua natureza (SHAKESPEARE, 1913, p. 119).

Se por um lado o ouro é o sol, o dom divino, a eternidade, é também o vil metal, que corrompe e destrói. É ele que desperta o que há de melhor e de pior do ser humano, tanto na vida quanto na morte. Não por acaso o ouro frequentemente está ligado ao enterramento e a enterro, a fim de assegurar conforto e riquezas no além. Muitas vezes este ouro escondido é fechado num cofre ou caldeirão, e esses “acessórios habituais do tesouro lendário reforçam a polarização do ouro no seio dos símbolos da intimidade” (DURAND, 2012, p. 265).

Este é um ponto sobre o qual cabe atenção. Ao retomar nosso corpus, lembramos que a família de Dona Ignácia trazia a casa inteiramente cerrada, incluindo as janelas, de modo a esconder as ações que ali dentro se realizavam. Era parte do medo da fortuna prometida ser encontrada por outro, mas também diz muito sobre este ato íntimo de ir para dentro de si que o tesouro enterrado no espaço do seu lar simboliza. Ao mesmo tempo, há o convite para a partilha com um outro de confiança – neste caso o marido. A escavação, afinal, deve ser feita sempre em pares, nunca em número ímpar, lembra Rojas.

Por fim, chegamos a um os elementos fundamentais que constelam sobre o *Sermo Mythicus* de *plata yvyguy*: a morte. O acidente que pôs fim à vida de Ignacia Hube não é um caso isolado. Ao acompanhar por dois anos a cobertura de matérias sobre a busca por tesouros enterrados no Paraguai a partir do jornal *ABC Color*, encontramos em média um falecimento por mês motivado pelas ações dos buscadores (COSTA, 2013, p. 78). No entanto, esta presença constante ronda não apenas aqueles que procuram tesouros enterrados, mas também aqueles condenados a protegê-lo. E isto está na gênese, na conformação, dessa narrativa paraguaia.

Lastro histórico-simbólico de Plata Yvyguy

Como toda lenda, a crença da existência de tesouros escondidos no subsolo possui um pano de fundo histórico que lhe serve de sustentação. No Paraguai, a força desse imaginário vem com a construção das Missões. Algumas versões dizem que os jesuítas utilizavam a evangelização como desculpa para procurar ouro. Outras, que o monopólio da exportação da erva-mate, couro e tabaco que os jesuítas possuíam gerou as imensas riquezas de que tanto se fala.

Ocorre que em 1750, no entanto, Portugal e Espanha estabeleceram o chamado Tratado de Madri, que versava sobre os limites de suas colônias na América do Sul. Com a ordem da Coroa Espanhola os jesuítas foram obrigados a partir “com uma mão na frente e outra atrás”, sendo inclusive despedidos para que se averiguasse se levavam consigo ouro em suas vestes. Mas que tesouro seria esse? “Fala-se de uma quantidade muito grande, cerca de 27 toneladas de ouro, que estaria reunida em um único lugar” (COSTA, 2013, p. 55).

Mais tarde, ainda no País vizinho, é a Guerra contra a Tríplice Aliança que fará as histórias sobre enterramento se multiplicarem. E é neste período, pós 1870, que o termo *Plata Yvyguy* vai passar a ser utilizado para falar especificamente desta narrativa mítica. Relatos sobre isso estão inclusive na literatura militar, reforçando o que já dissemos sobre as materialidades que dão base para a crença. Durante as manobras de Guerra o exército brasileiro invadiu Assunção em 1869. Bem antes disso, no entanto, o general Solano López já havia evacuado a cidade. O general Dionísio Cerqueira, no livro de memórias do exército *Reminiscências da campanha do Paraguai*, relembra alguns destes episódios que presenciou na cidade.

Quando o exército entrou em Assunção, achou-a abandonada. Pouco a pouco foram aparecendo mulheres idosas, como que explorando. (...) De vez em quando, entrava uma pela casa de um oficial e pedia humildemente para levantar um tijolo ou cavar um buraco – e tirava uma panela com onças e patações (CERQUEIRA, 1980, p. 309).

Bonalume Neto (2004) cita um censo populacional realizado em 1870, indicando que 70% da população do país vizinho morreu na guerra, principalmente de fome e de doenças (p. 27), especialmente a população masculina, reduzida em 80%. Além do povo, o Paraguai também perdeu grande parte de seu território, sendo obrigado pelo Tratado de Paz (1872) a ceder ao Brasil os territórios entre o Rio Branco e o Apa. O evento povoou o imaginário paraguaio com uma série de mitos e lendas, no que Carvalho Neto identifica como o Ciclo da Guerra do Paraguai. Lendas das mais variadas sobre pessoas que faleceram na estrada retornando de batalhas e cujos espíritos passaram a auxiliar os paraguaios que pediam sua intercessão. Ou, pessoas que morreram protegendo o tesouro paraguaio e que agora precisam do auxílio dos mais novos para desencarnar (CARVALHO NETO, 1997. p.132).

Existem três principais versões para esta crença: a primeira que, devido à insegurança, a própria população enterraria suas economias para evitar que fossem confiscadas - pelo governo ou pelos invasores. A segunda é que a mulher de Solano López, Madame Lynch, teria escondido sua fortuna antes de ser exilada do país e esta permaneceria perdida até hoje, e, por fim, a terceira e mais famosa: a que fala da existência do Tesouro Nacional (ou Tesouro do Marechal).

Encontramos este registro em *Folklore del Paraguay*, de Dionisio Gonzalez-Torres. Nele, Francisco Solano López, presidente do país e general das tropas paraguaias entre 1862 e 1870, teria confiscado das famílias do país todas as suas economias, objetos de valor e libras esterlinas para manutenção dos esforços de combate, escondendo-as posteriormente com a iminência da derrota. O tesouro teria sido levado em numerosas carretas, acompanhada de escolta militar, na retirada para Cerro Corá. “Conta-se que as carretas que levavam este tesouro, quando a sorte do Marechal e seu povo estava selada, foram deixadas em uma

profunda fenda na cordilheira de Amambai, lugar que nunca pode ser encontrado” (GONZALEZ TORRES, 1995, p. 149).

Esse ouro, devido às mortes que causou, aos fantasmas da guerra ou mesmo a boatos de feitiçaria, estaria protegido por diversos espíritos que impedem o avanço dos buscadores de tesouro. Sapos, escorpiões, formigas atacam, na tentativa de fazer aquele que escava desistir de seu intento. O local do enterro é indicado por uma luz ou pela presença de um animal branco, normalmente um cachorro branco sem cabeça (GONZALEZ TORRES, 1995, p. 149). No relato de Rojas ao Crónica, este lugar é ocupado pelo coelho igualmente branco – mantendo a aparência etérea.

As mortes violentas envolvendo as histórias sobre tesouros enterrados ajudam a proliferar os relatos de que espíritos agressivos assolariam o esconderijo das fortunas ocultas. No Paraguai estas almas penadas recebem um nome, Porá, e representam os fantasmas revoltados presos a terra para resolver pendências do mundo dos vivos. No caso dos espíritos ligados a *plata yvyguy*, estes teriam sido enviados de volta à terra por Deus, para que possam entregar seus tesouros para pessoas de seu afeto ou merecedoras do prêmio. Somente desta forma poderão expurgar seus pecados e ingressar ao paraíso (ALCARAZ, AGUILERA, MARSAL, 2010, p. 77). É o ouro ambíguo, novamente, que convida para a ascensão solar, mas prende nossas almas ao mundo telúrico dos desejos terrenos e banais.

Há modos, no entanto, de superar mesmo as dificuldades de grandeza sobrenatural. Como propõe Cascudo, por toda a superfície da terra os tesouros, riquezas e cabedais estão esperando os felizes escavadores que tenham coragem e fidelidade aos tratos supra terrenos, desde que sigam certos procedimentos ritualísticos indispensáveis para o bom andamento da caçada. Tais práticas, quase que cerimoniais, seriam semelhantes em todo o mundo. O autor elenca algumas, tais como: “trabalhar de noite; ir sozinho em silêncio, identificar o tesouro pelos sinais sucessivamente deparados e, se conseguir arrancar o ouro, deixar uma moeda. Jamais carregar tudo” (CASCUDO, 2002, p. 676).

A ritualística espalhada na cultura popular inclui outras regras: Caso a pessoa olhe para trás um instante que seja, diga palavras, ofenda os espíritos com gases e arrote ou - em última instância, - não tenha o coração puro, a tarefa será impossível. Os espíritos moverão o tesouro de lugar e nada será encontrado. Os perigos para o buscador de tesouros não se encerram com o desenterramento. Ainda é possível, de posse da fortuna, perder tudo. Gonzalez Torres sugere que, após uma escavação bem-sucedida, honrem-se os protetores do tesouro com uma missa ou novena dedicada às suas almas. Respeito é fundamental em todo o processo (1995, p. 150). Rojas, o caçador consultado pela entrevista, sabia bem disso e conseguiu, a partir do conhecimento da tradição, manter-se vivo e escapar do chamamento do ouro.

Considerações finais

Ao refletir sobre as narrativas envolvendo a busca por tesouros enterrados no Paraguai, percebemos uma constante: os contextos em que as crenças se desenvolvem dizem muito sobre a relação do povo com este ouro lendário. No País, tendo em vista o panorama do pós-guerra, com a morte de seu chefe-de-estado, a dizimação de 80% da população masculina e boa parte da feminina, a destruição da infraestrutura e o grande endividamento, é fácil compreender a potencialidade do desejo de mudar de vida. De encontrar um pote de tesouro no fim do arco-íris que lhe livraria de todos os problemas. Mas é mais do que isso.

Desenterrar um tesouro, podemos ver, não é apenas obra do acaso ou de boa sorte. Não é o mesmo que ganhar na loteria, não é uma solução *ex-machina*. “São prêmios dados a um escolhido que deve demonstrar certas virtudes, como humildade, lealdade e principalmente coragem”, descreve Frederico Fernandes (2002, p. 46). Encontramos este elemento reforçado na fala de Rojas: o tesouro não é para qualquer um. É preciso não apenas ser eleito, mas reconhecer os perigos e dominar a ritualística da tradição. Acima de tudo, conservar o coração puro. É esta imagem do *Merecimento* do prêmio a última que compõe a constelação do *Sermo Mythicus* dos tesouros enterrados no Paraguai.

Quem consegue encontrar o ouro prometido é possuidor de virtudes e conhecedor da tradição popular que o cerca. É por isso que está sendo premiado e devidamente reconhecido, talvez não pelos vivos, mas pelos mortos. Seu reconhecimento se dá no âmbito do sobrenatural. As fortunas fantasmas são mitos da validação social, seja pela riqueza herdada, seja pela atestação do próprio imaginário. Buscamos o ouro para buscar a nós mesmos, para ir à intimidade do Eu - simbolizadas pelo interior da terra e as panelas e botijas que lhe servem de invólucro. Mas não o eu de agora, e sim um eu solarizado, escolhido, banhado em luz.

Todos queremos ser os escolhidos, aqueles que encontrarão a pedra filosofal. Se as cartas apontam este desejo, então, como no caso de Ignácia, é sinal de que falta apenas a materialidade para que o fato se desvele. Quando não conseguimos, certamente foi por que cavamos no lugar errado. Ou, pior ainda, por que os encantados trocaram o ouro de lugar. Resta, portanto, tentar outra vez, buscando incessantemente essa luz da aceitação - a chama encantadora que nos atrai como insetos para a lamparina. Um passo em falso, entretanto, e a chama queimará demais.

José Rojas sacrificou o contato com sua família; Dona Ignácia perdeu a vida. E na busca pela validação, escavando as entranhas do eu, corremos o risco de permanecer presos a esse ouro encantado maldito, eternamente à espera de alguém para nos libertar.

Referências

- ALCARAZ, Feliciano Acosta; AGUILERA, Domingo; MARSAL, Carlos Villagra. *Mitos y leyendas del Paraguay mestizo*. Asunción: Servi Livros, 2010.
- AMARAL, Márcia Franz. *Jornalismo Popular*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ARAÚJO, Alberto Felipe. Da mitocrítica à mitanálise: um contributo metodológico em educação. In: ARAÚJO, A. F.; GOMES, E. S.; ALMEIDA, R. *O mito revivido*. A mitanálise como método de investigação do imaginário. São Paulo: Képos, 2014. p. 17-54.
- COSTA, Andriolli de Brites da. *A lenda nas páginas do jornal: A presença do imaginário no jornalismo a partir da cobertura dos tesouros enterrados no Paraguai*. 132 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122980>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- BACHELARD, Gaston. *A terra e os devaneios da vontade: ensaio sobre a imaginação das forças*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- BONALUME NETO, Ricardo. Tríplíce Desafio. *Nossa História*, São Paulo, ano 2, n. 13, nov. 2004.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. São Paulo: Global, 2002.
- CARVALHO NETO, Paulo de. *Folklore del Paraguay – sistemática analítica*. Asunción: Editorial El Lector, 1997.
- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- CHÁVEZ-HERNÁNDEZ, Benito. *Tesoros ocultos*. México: Amate Editorial, 1999.
- DURAND, Gilbert. *De la mitocrítica al mitoanálisis*. Figuras míticas y aspectos de la obra. Barcelona: Anthropos, 2013.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do Imaginário: introdução à arquetipologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- FALLECE anciana tras caer en pozo realizado para buscar plata yvyguy. *La Nación*, 2020. Disponível em: <https://www.lanacion.com.py/pais/2020/08/03/fallece-anciana-tras-caer-en-pozo-realizado-para-buscar-plata-yvyguy/>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- FERNANDES, Frederico Augusto Garcia. *Entre histórias e tererés: o ouvir da literatura pantaneira*. São Paulo: EdUNESP, 2002.
- MEDINA, Cremilda. *A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano*. São Paulo: Summus Editorial, 2003.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. *Notícias do fantástico: Jogos de linguagem na comunicação jornalística*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.
- SHAKESPEARE, William. *Timón de Arenas*. Trad. Henrique Braga. Porto: Livraria Chardron, de Leilo & Irmao, 1913.
- “SI NO es para vos, podés encontrar la muerte”. *Crónica*, 2020. Disponível em: www.cronica.com.py/2020/08/05/no-vos-podes-encontrar-la-muerte/. Acesso em: 16 ago. 2020.
- “SUS CARTAS le dijeron que había algo”, he’i. *Crónica*, 2020. Disponível em: <http://www.cronica.com.py/2020/08/04/cartas-le-dijeron-habia-algo-hei/>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

FRONTEIRAS DA ILEGALIDADE: A IMPORTAÇÃO E O USO DE AGROTÓXICOS ILEGAIS NA FRONTEIRA DO BRASIL COM O PARAGUAI

Borders of Illegality: Importation and use of Illegal Agrotoxics on Brazilian Border with Paraguay

Cíntia Fiorotti*
Eric Gustavo Cardin**
Silvio Antônio Colognese***

Resumo: O artigo aborda a circulação e o uso de agrotóxicos contrabandeados na fronteira do Brasil com o Paraguai. Busca-se entender as relações entre a importação ilegal de agrotóxicos pela fronteira Brasil/Paraguai e as dinâmicas existentes na região, observando como estas se associam ao uso dos agrotóxicos importados irregularmente. O ingresso e o consumo destas mercadorias na região estudada correspondem a um fenômeno complexo, associado a diversos fatores. Embora existam aspectos ligados à expansão de uma agropecuária moderna e exportadora, bem como a permissividade da legislação e as dificuldades de fiscalização, a dinâmica da fronteira Brasil/Paraguai potencializa e amplia estes fatores.

Palavras-chave: Fronteiras; agrotóxicos; importação ilegal.

Abstract: The article addresses the circulation and use of smuggled pesticides on the Brazilian border with Paraguay. It seeks to understand the relationship between the illegal import of pesticides across the Brazil / Paraguay border and the dynamics existing in the region, observing how these are associated with the use of irregularly

Introdução

A problemática da importação ilegal e do uso destes agrotóxicos na agricultura brasileira vem merecendo destaque ao longo dos últimos anos no Brasil. Neste período, ocorreu a publicação de vários estudos acadêmicos a respeito do impacto de tais produtos químicos no meio ambiente e na saúde humana, o aumento significativo do número de apreensões de agrotóxicos pirata e importados irregularmente e a ampliação da quantidade de reportagens divulgadas sobre o assunto nos mais diferentes veículos de comunicação. A inserção do tema na agenda política, econômica e acadêmica não é estranha, pois o país é o maior consumidor do mundo de tais produtos, e tem

* Doutora em História. Professora do quadro próprio da SEED/Paraná e membro do Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais (LAFRONT). Contato: cintiafiorotti@hotmail.com.

** Doutor em Sociologia. Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e membro do Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais (LAFRONT). Contato: eric.cardin@unioeste.br.

*** Doutor em Sociologia. Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e membro do Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais (LAFRONT). Contato: silvio.colognese@unioeste.br.

imported pesticides. The entry and consumption of these goods in the studied region correspond to a complex phenomenon, associated with several factors. Although there are aspects related to the expansion of a modern and exporting agriculture, as well as the permissiveness of the legislation and the difficulties of inspection, the dynamics of the Brazil / Paraguay border enhances and expands these factors.

Keywords: Borders; pesticides; illegal importation.

sua produção agropecuária altamente vinculada ao mercado dos agrotóxicos (PETERSEN, 2013).

Segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG)¹, até o ano de 2010, a importação irregular de agrotóxicos correspondia a apenas 5% das apreensões realizadas no país. Atualmente, este número cresceu para aproximadamente 50%, ganhando espaço dentro do mercado clandestino e se equiparando ao contrabando de outras mercadorias de destaque. Em um levantamento realizado, o SINDIVEG constatou que a importação ilegal de agrotóxico foi responsável pela comercialização de 30% de todo o consumo doméstico desses produtos no ano de 2016, sobretudo inseticidas e fungicidas, movimentando cerca de US\$ 3 bilhões.

Embora não seja apresentada a metodologia utilizada pelo sindicato para a obtenção destes dados, o simples fato de existir um esforço em quantificar o volume desses produtos apreendidos para fundamentar uma campanha de combate à importação ilegal, sinaliza a importância crescente que o fenômeno vem assumindo. Como ocorre em outros circuitos de compras ilegais, a fronteira do Brasil com o Paraguai ganha destaque inerente a esta problemática, pois é considerada a porta de entrada de parte significativa das mercadorias ilegais no interior do território brasi-

¹ Os dados estatísticos podem ser solicitados diretamente ao SINDIVEG (<https://sindiveg.org.br/>).

leiro. A facilidade de acesso aos fornecedores, os preços convidativos e a pouca fiscalização justificariam a importância alcançada por esta fronteira para o mercado de agrotóxicos.

Neste ambiente, objetiva-se, por meio deste artigo, analisar como a dinâmica das relações na fronteira do Brasil com o Paraguai concorre para o aumento da importação ilegal e o uso destes agrotóxicos nesta faixa de fronteira. Mais especificamente, procura-se tematizar o lugar desta dinâmica das relações de fronteiras na configuração destas práticas. Para tanto, utilizamos dados de apreensões da Receita Federal e entrevistas com agricultores e lideranças de associações de produtores orgânicos que vivem nesta faixa de fronteira. Os dados de apreensões de agrotóxicos foram obtidos diretamente em sites e publicações oficiais da Receita Federal e, posteriormente, organizados e analisados para os propósitos deste estudo. As entrevistas foram realizadas ao longo dos anos de 2018 e 2019, no âmbito do Lafront (Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais), sediado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Foram feitas vinte entrevistas com agricultores orgânicos que produzem no lado brasileiro desta faixa de fronteira, nos municípios de Entre Rios do Oeste, Toledo, Foz do Iguaçu, Guaíra e Pato Bragado, todos localizados no estado do Paraná. Esta escolha se deve ao fato deles desenvolverem lutas de resistência ao uso de agrotóxicos e, portanto, poderem tematizar mais livremente sobre a circulação e os usos de agrotóxicos importados ilegalmente do lado paraguaio da fronteira. As entrevistas foram realizadas nos próprios locais de trabalho destes agricultores, a partir de um roteiro estruturado de questões e temáticas previamente definidas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, estando disponíveis no âmbito do LAFRONT. Posteriormente, elas foram organizadas e analisadas qualitativamente, a fim de permitir análises comparativas e interpretações a luz dos referenciais de pesquisa. Também foram realizadas cinco entrevistas com agricultores que utilizam agroquímicos na produção agrícola do lado brasileiro. Foram entrevistas não gravadas e realizadas com maior informalidade, uma vez que visavam inquirir os mesmos sobre a aquisição e o uso de agrotóxicos importados irregularmente do Paraguai. Estas entrevistas foram numeradas e registradas posteriormente em caderno de anotações, sem a identificação dos agricultores, para análise qualitativa e utilização no âmbito desta pesquisa.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: primeiramente, foi caracterizado o fenômeno da importação ilegal de agrotóxicos na fronteira Brasil/Paraguai. Em um segundo momento, foi avaliado o histórico do uso destes agrotóxicos paralelamente à expansão da fronteira agrícola na região. Por fim, acompanhando estas tematizações, buscou-se indicar como a dinâmica das relações nesta fronteira

está associada a estes fenômenos, potencializando ao mesmo tempo a importação ilegal de agrotóxicos e o seu uso na agricultura.

A importação ilegal de agrotóxicos na fronteira Brasil/Paraguai

A fronteira entre o Brasil e o Paraguai é caracterizada pelo encontro de um conjunto de assimetrias sociais que abrangem dimensões da vida política, econômica e cultural de ambos os países. O desencontro entre as fronteiras estatais e as fronteiras étnicas, explicitado tradicionalmente pelos fluxos dos indígenas guaranis e, atualmente, pela circulação de agricultores e proprietários de terra, é uma das marcas da região (ALBUQUERQUE, 2010), mas não corresponde ao problema social de maior visibilidade. Em grande medida, os fluxos transfronteiriços de trabalhadores, mercadorias e capitais tendem a concentrar a maior atenção midiática e jurídico-política (CARDIN, 2014).

Tais fluxos abrangem trabalhadores formais e informais, rurais e urbanos, mercadorias para consumo próprio e mercadorias para revenda, produtos legais e ilegais. Por outro lado, estes fluxos tendem a serem apreendidos pelas normatizações jurídicas de diversas formas, seja os tipificando como contrabando, descaminho, tráfico e, no caso dos agrotóxicos, como importação irregular. Além disso, estes fluxos não são um fenômeno recente. Historicamente, é possível constatar que eles correspondem a uma prática secular, sofrendo variações no perfil das mercadorias, nas estratégias de passagem e de controle conforme ocorrem mudanças na percepção e na presença do Estado nos limites desta fronteira (FIOROTTI; CARDIN, 2018).

Em termos históricos, visualiza-se a dependência dos habitantes de Foz do Iguaçu/Paraná do mercado argentino até meados do século XX (DARC, 2009) ou, mais precisamente, até o momento em que o mercado paraguaio ganhou uma maior expressão com o fortalecimento da zona comercial possuidora de tributação diferenciada (CARDIN, 2014). Se em um primeiro momento se constatava o predomínio da circulação de madeira, erva-mate e de produtos de primeira necessidade, a partir da ascensão da Zona Franca de Ciudad del Este se visualiza maior diversificação dos produtos negociados e transportados pelas fronteiras do Brasil, Argentina e Paraguai.

Assim, ao longo do tempo, observa-se uma oscilação da quantidade e do perfil das mercadorias e, conseqüentemente, das estratégias de passagem na fronteira. Embora possamos afirmar que nenhum destes mercados estejam completamente extintos, destaca-se o predomínio do contrabando de bebidas durante a década de 1970, de bebidas e brinquedos na década de 1980, de brinquedos e eletroeletrônicos

na década de 1990 e de eletroeletrônicos e cigarros após o ano 2000. Contudo, alguns produtos passam pela fronteira Brasil/Paraguai desde a década de 1960 e continuam até os dias atuais sem ganharem o mesmo destaque midiático e acadêmico, como é o caso dos pneus, de alguns produtos agrícolas (principalmente, soja e café) e dos agrotóxicos, que ganharam maior destaque ao longo dos últimos anos.

Dorfman e Rekowski (2011, p. 02) ressaltam que “o contrabando, em seus aspectos geográficos, adequa seus fluxos e fixos às demandas do mercado, às tecnologias disponíveis e à criminalização e/ou valorização de certos objetos por diferentes agentes”. Por este motivo, diante do fortalecimento do agronegócio não chega a ser surpresa o aumento da circulação de agrotóxicos nesta região de fronteiras. Enquanto no Brasil existe um corpo normativo mais rigoroso quanto à circulação e o uso de determinados agrotóxicos (alimentando discussões sobre o tema e lutas políticas sobre tais dispositivos legais), no Paraguai pode-se afirmar que existe historicamente uma legislação mais permissiva sobre o assunto.

No Brasil, devido às disputas no setor, o termo agrotóxico tem sido utilizado de maneira muito ampla e com sentidos distintos. Esta variação está relacionada em grande medida aos objetivos almejados. Assim, o agrotóxico pode ser denominado, por exemplo, como um defensivo agrícola, no sentido de sugerir como seu objetivo a defesa das plantas de seus inimigos naturais. Porém, independente do nome ou do sentido atribuídos aos agrotóxicos, o Brasil é considerado um dos maiores consumidores deste tipo de produto no mundo. Apesar de Dorfman, França e Soares (2014) alertarem que as informações sobre o assunto são imprecisas, pois elas dependem e podem variar essencialmente em função da origem da fonte de informação.

Nos limites dos objetivos deste artigo, a existência de um amplo mercado para tais produtos e em constante expansão sugerem oportunidades de bons negócios para as redes ilegais de importação irregular e de pirataria de agrotóxicos. Além disso, a constituição de uma bancada ruralista no legislativo brasileiro altamente interessada na questão e a ampliação das fronteiras agrícolas nas regiões oeste e norte do País incentivam ainda mais o comércio legal e ilegal de agrotóxicos. Nesta mesma linha, Dorfman, França e Soares (2014) destacam que:

a importação ilegal de agrotóxicos para o Brasil é tornada atrativa pelo grande diferencial de preços, que pode chegar a 1/5 ou mesmo 1/10 dos valores praticados internamente. O diferencial liga-se aos impostos cobrados no Brasil, à legislação considerada rígida (que implica em testes meticulosos e licenciamentos demorados) e, especialmente, à reserva de mercado garantida por altas taxas de importação. A qualidade dos produtos não pode ser aqui discutida. O diferencial de preços atrai comerciantes para o transporte transfronteiriço, apoiado em redes de confiança e em relações de força (DORFMAN; FRANÇA; SOARES, 2014, p. 41).

Em decorrência destes fatores e baseando-se em informações do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (SINDIVEG), Horii (2015) afirma que o estado do Paraná vem se destacando como um dos principais pontos de apreensão de agrotóxicos do país. Estas apreensões permitem tipificar principalmente a presença de mercadorias produzidas no Paraguai, na China e na Índia, armazenadas em pequenos volumes e em embalagens econômicas (como sacos plásticos e caixas de papelão). Estas características dos volumes e embalagens visam favorecer o baixo preço e a maior facilidade no transporte dos agrotóxicos. Com estas facilidades, os agrotóxicos são transportados por meios diversos na passagem da fronteira do Paraguai para o Brasil até chegar aos consumidores no interior do território brasileiro. Estes meios, segundo Horii (2015), são diversos, envolvendo caminhões, ônibus, automóveis, barcos e até aviões, sendo que muitas vezes os agrotóxicos são transportados misturados com produtos legalizados.

Por outro lado, os dados da Receita Federal de janeiro de 2013 a maio de 2017 informam que houve somente 288 apreensões de agrotóxicos na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai, mais especificamente entre os municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra, no estado do Paraná. Levando-se em consideração a extensão da fronteira analisada e a permanência de um intenso uso de agrotóxicos proibidos em toda esta região, como demonstram os estudos de Peiter (2015), Pereira (2016) e Tordada (2017), o número de apreensões divulgado pelos dispositivos estatais é insignificante (sobremaneira quando comparado ao controle de outras mercadorias na fronteira). Estes números insignificantes ficam mais evidentes diante da discrepância entre os dados de apreensão e os dados referentes aos usos de agrotóxicos proibidos ou irregulares na região, o que remete para a importância que o contrabando ocupa diante desta realidade.

Na sequência apresentamos duas tabelas comparativas. Para facilitar a visualização e possibilitar a comparação mais precisa dos números referentes às apreensões de agrotóxicos e de outras mercadorias, os dados coletados encontram-se expostos nas Tabelas 01 e 02. Os dados de ambas possuem o mesmo recorte temporal (janeiro de 2013 a maio de 2017), mas não um recorte espacial idêntico. A Tabela 01, referente às apreensões de agrotóxicos, diz respeito à faixa de fronteira de Foz do Iguaçu à Guaíra. Já a Tabela 02, referente às outras mercadorias, corresponde às apreensões realizadas exclusivamente na zona fiscal de Foz do Iguaçu. No entanto, esta diferença espacial não impede a observação da discrepância nos valores apreendidos das diferentes mercadorias apresentadas nas duas tabelas. Assim, mesmo observando a apreensão dos agrotóxicos em um espaço territorial mais abrangente, os valores totais são menores daqueles obtidos com as apreensões de outras mercadorias somente no município de Foz do Igua-

çu. Estas diferenças não se devem aos baixos preços relativos dos agrotóxicos no Paraguai, mas aos baixos volumes apreendidos no período.

Tabela 01 - Apreensões de agrotóxicos nas fronteiras Internacionais de Foz do Iguaçu/PR e Guaíra/PR

ANO	APREENSÕES	VALOR ESTIPULADO EM DÓLARES
2013	45	258.981,28
2014	46	86.704,23
2015	58	104.803,00
2016	82	61.649,90
2017 (janeiro a maio)	57	131.564,25
TOTAIS	288	531.303,16

Fonte: Dados da Receita Federal, organizados pelos membros do LAFRONT.

Tabela 02 - Apreensões de outras mercadorias na fronteira Foz do Iguaçu/ Ciudad del Este – Valores Totais em Dólares

MERC./ANO	2013	2014	2015	2016	2017 (jan./mai)
Bebidas	431.052,00	228.152,00	266.626,00	267.566,00	124.799,00
Brinquedos	2.330.272,00	1.820.297,00	1.122.986,00	550.114,00	116.724,00
Cigarros	32.689.991,00	64.963.991,00	48.477.364,00	37.885.575,00	21.741.924,00
Eletrônicos	22.650.213,00	14.855.021,00	10.437.008,00	7.874.093,00	4.430.520,00
Informática	6.886.627,00	4.852.927,00	4.266.165,00	2.981.384,00	1.198.809,00
Medicamento	1.376.737,00	819.278,00	780.603,00	669.167,00	368.532,00
Mídia ótica gravada	295.891,00	582.701,00	243.778,00	76.395,00	38.421,00
Mídia ótica virgem	243.432,00	193.852,00	87.796,00	8.148,00	819,00
Óculos	-	1.440.367,00	1.004.066,00	1.030.209,00	233.720,00
Perfumes	2.307.012,00	2.359.588,00	1.667.338,00	1.196.162,00	367.967,00
Relógios	2.790.485,00	1.957.027,00	1.106.055,00	606.106,00	153.793,00
Vestuário	3.257.833,00	2.921.005,00	1.625.374,00	1.113.138,00	310.084,00
Veículos	32.300.037,00	20.758.643,00	11.377.150,00	8.245.497,00	2.214.436,00

Fonte: Dados da Receita Federal, organizados pelos membros do LAFRONT.

Embora os números apresentados na Tabela 01 sejam relativamente baixos, observa-se uma tendência de aumento nas apreensões de agrotóxicos a partir de 2016. Este aumento parece estar associado à ampliação da noção de risco, decorrente de uma difusão mais sistêmica de pesquisas referentes ao impacto dos

agrotóxicos no meio ambiente e na saúde humana em contraposição aos interesses dos grandes grupos econômicos que se beneficiam do uso e da circulação de tais mercadorias. Neste contexto, os fluxos fronteiriços de agrotóxicos refletem as disputas que ocorrem dentro do mercado, onde diferentes agentes disputam posições no intuito de estabelecer maior ou menor controle aduaneiro, enquanto outros se colocam dentro do circuito de importação ilegal para obter vantagens derivadas das assimetrias que fundam as relações de fronteira.

O aumento no consumo de agrotóxicos no país vem ganhando tanta magnitude que até mesmo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), órgão ligado diretamente ao Ministério da Saúde do Brasil, publicou uma nota oficial se posicionando contra as atuais práticas de uso de agrotóxicos e alertando para os riscos à saúde². Neste contexto, o campo correspondente ao consumo de agrotóxicos ganha contornos cada vez mais complexos, pois observa-se o fortalecimento dos discursos e dos conflitos entre agentes governamentais, agentes privados e membros da sociedade civil em geral. O resultado imediato disso pode ser visualizado na situação peculiar retratada simultaneamente pelo aumento do volume de estudos abordando os problemas derivados da utilização de agrotóxicos acompanhado do crescimento assustador do consumo de tais produtos químicos no país. Em síntese, as evidências científicas que indicam as consequências negativas do produto para o meio ambiente e para saúde humana não estão garantindo a diminuição do uso. Pelo contrário, constata-se um grande aumento deste consumo nos últimos anos (INCA, 2015).

Segundo o mesmo instituto, a venda de agrotóxicos saltou de US\$ 2 bilhões para mais de US\$7 bilhões entre 2001 e 2008 no Brasil, alcançando US\$ 8,5 bilhões em 2011. No ano de 2009, alcançamos a posição de maior consumidor mundial de agrotóxicos, ultrapassando a marca de 1 milhão de toneladas, o que equivale a um consumo médio de 5,2 kg de veneno agrícola por habitante. Destaca-se que estes dados englobam exclusivamente as mercadorias comercializadas de maneira regular. Levando em consideração apenas informações oficiais, constata-se que a receita líquida das indústrias produtoras de agrotóxicos no Brasil no ano de 2010 foi próxima de 15 bilhões de dólares, sendo 92% deste valor controlado por empresas estrangeiras, como a Syngenta (Suíça), Dupont (Estados Unidos), Dow Chemical (Estados Unidos), Bayer (Alemanha), Novartis (Suíça), Basf (Alemanha) e Milenia (Holanda/Israel) (GLOBO RURAL, 2010).

Essa concentração do controle destes produtos, em apenas algumas empresas, aumentou nos últimos anos através de um processo acelerado de fusão das

² O acesso ao documento pode ser obtido por meio do link: http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf

multinacionais produtoras. Assim, a partir de 2016, as sete grandes indústrias (Monsanto, Syngenta, Dupont, Bayer, Dow, Basf e ChemChina) se tornaram apenas quatro (Monsanto/Bayer, Dupont/Dow, Syngenta/ChemChina e Basf). As transações ocorridas entre a Dow Chemical e a Du Pont movimentaram 130 bilhões de dólares e a aquisição da Syngenta pela ChemChina, 44 bilhões. Posteriormente, mais precisamente em 2017, a Basf adquiriu da Bayer os setores relacionados à produção de sementes e herbicidas, em um negócio que envolveu 5,9 bilhões de euros. Esta última negociação foi fundamental para viabilizar a compra da Monsanto pela Bayer.

A investigação dos casos de contrabando ou de importação ilegal de agrotóxicos possui um limite óbvio: não é possível precisar o montante de mercadoria e de capital movimentado por esta via. Embora existam fontes que documentem casos esporádicos, isso não permite generalizações. A única coisa certa é que estas grandes indústrias não possuem preocupação direta com a importação irregular, pois elas já garantem sua margem de lucro na primeira venda do produto, independente da sua posição nas fronteiras. Isto já é diferente em relação aos casos de pirataria, que também existem. Mas de maneira geral, a entrada regular ou irregular de agrotóxicos no país garante o principal objetivo de tais indústrias: o oligopólio sobre as sementes e sobre os demais componentes químicos utilizados em todas as etapas do ciclo da produção.

Vale destacar que, no Brasil, é permitida a importação de agrotóxicos, desde que o produto esteja registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o estabelecimento importador seja reconhecido e autorizado pelo órgão competente do seu respectivo estado. Nesses casos, a importação dispensa autorização prévia antes do embarque, mas está sujeita à anuência do Serviço/Unidade de Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO), na ocasião do desembarque, para análise e conferência documental, fiscalização dos produtos e deferimento da licença de importação. Um aspecto importante neste processo é que somente as empresas titulares de registro de produto ou suas filiais e, no caso de terceiros, quando autorizados por meio de ato publicado pelo MAPA no Diário Oficial da União (DOU), poderão solicitar autorização de importação. Assim, na prática, existe uma impossibilidade ou no mínimo uma dificuldade para a importação ocorrer ou ser promovida por pessoas físicas³.

Nos casos onde estes procedimentos para a efetivação do processo de importação de agrotóxicos não são observados, a transação é considerada irregular

³ Sobre os procedimentos burocráticos para importação e exportação de agrotóxicos (ou defensivos agrícolas) ver o link: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/agrotoxicos/importacao-e-exportacao>

e caracterizada como importação ilegal. Estes casos são enquadrados no Artigo 56 da Lei 9.605/98, que se refere aos crimes ambientais, e prevê pena de reclusão de um a quatro anos e multa para quem “produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos”. Embora o Artigo 334A do Código Criminal, que diz respeito a importação e exportação de mercadorias proibidas, faça referência direta a prática de contrabando de inúmeras mercadorias e possa ser aplicado nos casos de importação irregular de agrotóxicos, observa-se o predomínio da aplicação do artigo 56 para estas situações, seguindo o princípio da especialidade.

Como a questão acaba sendo vinculada exclusivamente à forma em que a importação é realizada, os flagrantes de posse destas mercadorias na faixa de fronteira são encaminhados para a Receita Federal, para que esta verifique a existência ou não dos trâmites aduaneiros corretos e tome as devidas providências. Por outro lado, a fiscalização e o controle do armazenamento e do uso de agrotóxicos irregulares no interior do território do estado do Paraná/Brasil é de competência da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR). Embora haja uma punição prevista para os sujeitos enquadrados no Artigo 56 da Lei 9.605/98, observa-se que, via de regra, a intervenção dos dispositivos estatais é essencialmente burocrática e não visa efetivamente criminalizar o uso. A situação dos controles é agravada se levado em consideração que, para a aplicação de tal lei, é preciso a existência de regulamentos específicos, que tendem gradativamente a serem mais tolerantes em relação a uma quantidade mais ampla de produtos químicos outrora proibidos.

Por estes motivos, o problema da importação, da circulação e do uso de agrotóxicos (regulares e irregulares) corresponde a um campo específico onde estão presentes diferentes agentes, não somente dispositivos estatais. A bancada ruralista da política brasileira, os grandes produtores rurais que financiam lobbys e grandes redes de comunicação no intuito de divulgar e defender os supostos benefícios do agronegócio, as grandes indústrias produtoras de insumos agrícolas e de fármacos, os pequenos agricultores, as cooperativas agrícolas, um conjunto de organizações do terceiro setor que lutam em defesa da agroecologia, do ecosocialismo e do consumo consciente: todos disputam posições e estabelecem relações de poder dentro do campo referente ao consumo de agrotóxicos que, com condições diferentes, agenciam e atuam na sujeição de normas, práticas e disciplinas.

Diferente de outras mercadorias contrabandeadas do Paraguai, o agrotóxico é um tóxico, e carrega um estatuto de prejudicial ao meio ambiente e a saúde humana. O seu uso já está amarrado a um processo de sujeição, independente

do seu estatuto jurídico legal ou ilegal. Diante disto, a possibilidade de aquisição do produto por um preço menor e a existência descontrolada de produtos químicos que ainda não foram testados pelos órgãos de controle do país (mas que prometem resultados mais rápidos e eficientes, com uma boa relação de custo/benefício), faz com que a importação irregular pareça algo vantajoso para aqueles que o utilizam ou comercializam. Mesmo por que a demanda por estes produtos vem sendo crescente nas últimas décadas, alimentada pelo processo de expansão do agronegócio representado por grandes latifundiários exportadores de grãos e por pequenos proprietários organizados em cooperativas. Em ambos os casos, o uso intensivo de produtos químicos legais ou ilegais é amplamente reconhecido.

A modernização da agricultura e o uso de agrotóxicos na fronteira Brasil/Paraguai

A inserção da região de fronteira do Brasil com o Paraguai na dinâmica do capitalismo brasileiro é recente. Em linhas gerais, a ocupação e a exploração da referida fronteira em território paranaense foram caracterizadas pela presença de uma incipiente produção de subsistência e principalmente pelo extrativismo da madeira e da erva-mate por grandes empresas multinacionais sediadas em Buenos Aires até meados do Século XX. Neste período, havia uma sobreposição da fronteira étnica em relação à fronteira jurídica existente entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai, expressando-se em uma alta circulação de sujeitos sociais de diferentes grupos étnicos e nacionalidades em toda região fronteiriça: indígenas guaranis, empresas de capital inglês, religiosos de congregações e nacionalidades diversas, empresas e exploradores argentinos, trabalhadores paraguaios, militares brasileiros etc. Tomando como referência empírica as fronteiras oeste e sudoeste do estado do Paraná, foram produzidos muitos estudos que demonstram estes processos, desde os estudos pioneiros realizados pelo historiador Wachowicz (1982) até pesquisas mais recentes como as de Gregory (2002), Myskiw (2011), Schallenberger (2016) e Alcaráz (2019).

Entre inúmeras observações, Wachowicz (1982) analisa o processo de povoamento do oeste do estado do Paraná e, por meio do estudo de relatórios de viagens e de entrevistas com os primeiros moradores da região, descreve com detalhes o estreito vínculo que existia entre o município de Foz do Iguaçu, o Paraguai e a Argentina. Neste sentido, analisa as rotas comerciais e a influência do município argentino de Posadas na configuração econômica regional, além de demonstrar o processo de exploração do território brasileiro por estrangeiros. Embora tenha existido esforço do governo brasileiro em ocupar e organizar a região, fomentando a soberania nacional, Foz do Iguaçu ainda mantinha vínculos mais estreitos com

os países vizinhos durante as primeiras décadas do Século XX (WACHOWICZ, 1982, p. 28).

O primeiro esforço do governo brasileiro em controlar a faixa de fronteira ocorreu no final do Brasil Império, quando D. Pedro II desenvolveu uma política que viabilizou o surgimento de vilas militares em alguns pontos específicos do país. Diante da influência argentina na região, o governo brasileiro inaugurou as colônias militares de Chapecó (SC) e Chopim (atual Chopinzinho/PR), em 1882, e em Foz do Iguaçu (PR), em 1889. Os objetivos primários eram impedir as expedições extrativistas de estrangeiros no interior do território brasileiro e fomentar o processo de ocupação nacional na região. No entanto, este processo não teve muito resultado. O oeste brasileiro continuava isolado do restante do país devido à má gestão e às péssimas condições das vias de transporte e comunicação existentes. Diante disso, Wachowicz (1982, p. 25) ressalta que “as administrações da colônia militar nada faziam para modificar os rumos que ela vinha tomando, isto porque os administradores, salvo poucas e honrosas exceções, comprometiam-se com a situação vigente”.

Diante do fracasso das primeiras tentativas de consolidação da ocupação nacional na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai, sustentadas pelo interesse no controle dos processos extrativistas, o governo nacional criou o Território do Iguaçu durante o Estado Novo. A iniciativa teve como intuito incentivar a migração de agricultores para a região, garantindo um melhor aproveitamento econômico das terras, a formação de uma “brasilidade” e, conseqüentemente, a própria soberania nacional possibilitada pelo adensamento demográfico (FREITAG, 2001). A partir desse momento, observa-se um processo migratório e colonizador contínuo para a faixa de fronteira até a década de 1970, que será alimentado por outros dispositivos durante todo o período (GREGORY, 2002).

A partir da década de 1950, também ocorreram incentivos à produção rural pelo governo paraguaio com o objetivo de criar e fortalecer uma agricultura de exportação nesta faixa de fronteira. Neste período, muitos brasileiros foram atraídos pelos incentivos e pelos baixos preços e a qualidade das terras, transpondo a fronteira internacional do Brasil com o Paraguai. Este fenômeno migratório foi se tornando mais representativo com o passar dos anos devido à expansão da fronteira agrícola brasileira motivada pela Revolução Verde na década de 1960 e pelo processo de desterritorialização dos agricultores atingidos pela formação do lago da Usina Hidrelétrica da Itaipu Binacional na década de 1970. Estes três momentos, de maneira conjunta, vão garantir a formatação de um espaço agrícola com forte tendência de homogeneização, deslocando o eixo principal das relações de fronteira com o Brasil da porção argentina para a fronteira paraguaia.

A resultante deste processo conduziu a uma forte presença de agricultores oriundos do sul do Brasil nesta faixa de fronteira brasileira e paraguaia. Muitos destes agricultores construíram cidades do lado paraguaio, assumindo inclusive cargos políticos e liderando diversos setores da economia dessas localidades. Grande número destes possuem propriedades rurais dos dois lados da fronteira, onde produzem principalmente soja e milho para exportação. Outros eram vizinhos desde os locais de origem no Brasil ou mantêm relações de parentesco e de amizade, realizando deslocamentos frequentes em ambos os lados desta fronteira. Praticamente a totalidade destes produtores adotam as mais avançadas tecnologias desenvolvidas para a ampliação da produção no campo, que passa pela utilização de maquinário, pelo georreferenciamento da produção e pela utilização dos pacotes agroquímicos que, por sua vez, envolvem sementes, herbicidas, fungicidas, adubos, dessecantes etc. Tais práticas tendem a garantir alta rentabilidade da terra e uma forte concentração de renda, fazendo com que toda região de fronteira se torne política e economicamente dependente do agronegócio.

Como destaca Horii (2015), o “contrabando” de agrotóxicos na região está diretamente relacionado à expansão da fronteira agrícola no oeste paranaense e leste paraguaio, mas também à “revolução verde”, que corresponderia a um conjunto de mudanças nas relações de produção a partir da adoção de novas tecnologias no campo e da reorganização da estrutura fundiária, onde predominam a grande propriedade e a monocultura para exportação. Neste contexto, a circulação de pessoas (agricultores, parentelas e trabalhadores), de mercadorias e de capitais vinculadas ao circuito da soja, tende a ser naturalizada em toda região. Como não fosse suficiente, os subsídios recebidos por estes produtores, as diferenças nos preços dos insumos agrícolas derivados das assimetrias tributárias e produtivas dos países vizinhos e a familiarização com o uso de produtos agroquímicos considerados legais ou ilegais em diferentes lados desta fronteira, fazem com que a importação irregular de agrotóxicos se torne não apenas convidativa, mas até mesmo normalizada.

A situação descrita promove uma situação contraditória. A importação irregular de agrotóxicos pode ser considerada muitas vezes central na ampliação da rentabilidade da produção agrícola do lado brasileiro devido aos baixos preços dos produtos no Paraguai e a possibilidade de acesso a substâncias não autorizadas no Brasil, mas de uso habitual nas lavouras no Paraguai. Esta situação é ainda mais complexa porque combater tal prática significa entrar em conflito direto com a chamada bancada ruralista no congresso brasileiro, com consequências nas relações de poder e na governabilidade do país. Assim, embora existam centenas de estudos que condenam o uso intensivo e descontrolado de agrotóxicos no Brasil, a prática é usual e defendida ideologicamente por aqueles que dependem econômica

e politicamente dos mesmos. Diante disso, a estratégia do governo tem sido de ampliar o controle na fronteira, mas ao mesmo tempo liberar de forma acelerada o uso de produtos antes proibidos no Brasil, ampliando a oferta no mercado nacional e favorecendo a redução nos custos de produção.

No caso do Paraná, em específico, em audiência pública realizada pela assembleia legislativa sobre o tema em 17/10/2018, o Deputado Rasca Rodrigues, Presidente da Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais da Assembleia Legislativa, revela que o Estado tem dificuldades para controlar a entrada de agrotóxicos pelas fronteiras. “Estima-se que quase 30% do agrotóxico utilizado no Paraná é contrabandeado” (BORGES, 2018, p.01). O estado é o segundo maior consumidor de agrotóxicos no país, sendo 78% do seu território ocupado por atividades relacionadas à pecuária e à agricultura. Neste cenário, além de contar com deputados federais que atuam fortemente na chamada bancada ruralista do Congresso Nacional, o Estado tem dificuldades para aprovar programas de redução do uso de insumos químicos, pela forte atuação das forças do agronegócio na Assembleia Legislativa. Assim, apesar de sempre se trabalhar com estimativas quando se aborda o tema do contrabando, existem fortes indícios de altos volumes de consumo de agrotóxicos contrabandeados no Paraná, notadamente na região de fronteira com o Paraguai.

Além das entradas de agrotóxicos importados irregularmente serem crescentes nesta fronteira, a fiscalização sobre o consumo destes produtos na agropecuária é de difícil operacionalização. No Paraná, o consumo de agrotóxicos é fiscalizado pela Adapar (Agência de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná), vinculada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento. A ela cabe a liberação do comércio destes produtos e a fiscalização do seu consumo no campo, o que não é de fácil operacionalização. Por exemplo, além da necessidade de grandes efetivos de fiscais, a fiscalização do tipo de produto aplicado no campo depende de laudos e perícias técnicas de difícil implementação na realidade, ao tempo que a legislação e a jurisprudência pouco têm avançado nesta direção. Por isso que, tanto no âmbito civil quanto no âmbito penal, são insignificantes as ações e difíceis as punições dos envolvidos. Nestas condições é de se esperar a sequência do aumento nos volumes de agrotóxicos importados ilegalmente do Paraguai e o seu uso desordenado no país e, notadamente, na região de fronteira.

Considerações finais

O ingresso e o consumo de agrotóxicos ilegais na região da fronteira do Brasil com o Paraguai é um fenômeno complexo, associado a diversos fatores. Embora

existam fatores ligados à expansão de uma agropecuária moderna e exportadora, à permissividade da legislação e às dificuldades de fiscalização, a dinâmica da fronteira Brasil Paraguai potencializa e amplia estes fatores, sendo imprescindível para o esclarecimento do fenômeno. Assim, mesmo diante dos riscos de contaminação das pessoas e do meio ambiente, a prática ilegal da importação irregular de agrotóxicos tem sido crescente nesta fronteira.

A dinâmica da fronteira Brasil/Paraguai deve ser entendida como a resultante da conjugação de fatores históricos, étnicos, sociais e econômicos constantemente reatualizados e em presença naquele contexto. Estes fatores tornam ambos os lados desta fronteira locais 'familiares' e de percepção reduzida de risco para a circulação dos seus habitantes. Isto facilita os deslocamentos entre ambos os lados da fronteira, o acesso aos fornecedores de agrotóxicos, a atualização das vantagens relativas dos preços e a burla da precária fiscalização existente.

Os fluxos nesta fronteira constituem uma prática antiga, embora os produtos e as estratégias de passagem e de controle pelos Estados Nacionais venham observando deslocamentos. Desde o lendário caminho do Peabiru, a atuação dos padres jesuítas para o aldeamento dos indígenas em reduções jesuíticas, passando pelas empresas multinacionais de capital inglês e outras, sediadas na Argentina, no Paraguai ou no Brasil para a exploração da madeira e da erva-mate, até a colonização de ambos os lados da fronteira Brasil/Paraguai por agricultores oriundos do Sul do Brasil e a modernização da agricultura, os fluxos trans fronteiriços têm sido uma constante nestas fronteiras. Mais recentemente, com a modernização da monocultura exportadora de soja por agricultores que muitas vezes produzem em ambos os lados da fronteira Brasil Paraguai ou mantêm relações de parentesco e amizade entre si, os fluxos de informações, pessoas e produtos ligados a esta atividade econômica se tornaram intensos e constantes. É neste contexto que vem crescendo a importação irregular e o uso destes agrotóxicos no Brasil. Embora os fluxos de agrotóxicos não devam ser reduzidos e mesmo atribuídos principalmente às importações para o consumo próprio, estes fluxos ligados ao agronegócio facilitam a atuação de pessoas e organizações especializadas na importação e distribuição destes produtos no território brasileiro.

Portanto, as diferenças nos preços dos insumos agrícolas derivados das assimetrias tributárias e produtivas dos países vizinhos e a familiarização com o uso de produtos agroquímicos considerados legais ou ilegais em diferentes lados desta fronteira, fazem com que a importação irregular de agrotóxicos se torne não apenas convidativa, mas até mesmo normalizada. Enquanto a dinâmica desta fronteira não for considerada uma variável importante para o entendimento do fenômeno da importação irregular de agrotóxicos, não deve surpreender o

fracasso das medidas inibidoras adotadas nos controles de fronteira. A liberação da comercialização de centenas de novos agrotóxicos pelo governo brasileiro em 2019 e 2020 apenas tende a agravar esta realidade, pela diminuição da percepção de risco associada ao uso destes produtos que seguirão sendo importados irregularmente através desta fronteira.

Referências

- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho de. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.
- ALCARÁZ, Alberto Daniel. *La empresa Domingo Barthe: extractivismo yerbatero-maderero em la frontera alto paranaense 1870-1930*. Posadas: Editorial Prometeo Libros, 2019.
- BORGES, Lizely. Paraná reúne título de segundo maior estado consumidor de agrotóxicos e legislação permissiva. *Terra de Direitos*, Curitiba, 17 out. 2018. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/parana-reune-titulo-de-segundo-maior-estado-consumidor-de-agrotoxicos-e-legislacao-permissiva/23009>. Acesso em: 08 jul. 2019.
- CARDIN, Eric Gustavo. *A Expansão do Capital e as Dinâmicas das Fronteiras*. Jundiá: Editorial Paco, 2014.
- DARC, Aparecida. *Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)*. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- DORFMAN, Adriana, REKOWSKY, Carmen Janete. Geografia do contrabando de agrotóxicos na fronteira gaúcha. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 13., 2011, Costa Rica. *Anais* [...]. Costa Rica, 2011.
- DORFMAN, Adriana, FRANÇA, Arthur Borba Colen, SOARES, Guilherme de Oliveira. Marcos legais e redes de contrabando de agrotóxicos: análise escalar a partir da fronteira Brasil-Uruguai. *Revista Terra Plural*, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 37-53, 2014.
- FIOROTTI, Cíntia; CARDIN, Eric Gustavo. Dispositivos estatales, ilegalismos y prácticas sociales en la frontera Brasil-Paraguay (1890-2015). *Revista Estudios Fronterizos*, Mexicali, v. 19, n. 12, p. 1-19, 2018.
- FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.
- GLOBO RURAL. *Anuário do Agronegócio 2010*. São Paulo: Editora Globo, 2010.
- GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel, Edunioeste, 2002.
- HORII, Angélica Karina Dillenburg (2015). Nas fronteiras do ecúmeno: a territorialização da rede do contrabando de agrotóxicos no Paraná (Brasil)-Paraguai. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 2, n. 1, p. 59-75, jan./jul. 2015.
- INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. *Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva acerca dos agrotóxicos*. Brasília: INCA, 2015. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf.
- MYSKIW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)*. Guarapuava: UNICENTRO; Niterói: UFF, 2011.

PEITER, Andréia. *Desenvolvimento de sistemas integrados para degradação de agrotóxicos e geração de energia*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015.

PEREIRA, Eloisa Antunes. *Exaustão das Águas: o que mudou no Rio Toledo e no potencial hídrico no município de Toledo-PR no período de 1985 a 2010*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2016.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *A integração do Prata no sistema colonial: colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá*. 2. ed. Cascavel, Edunioeste, 2016.

TABORDA, Juliana. *Avaliação dos aspectos físico-químicos e microbiológicos para determinação do índice de qualidade da água – IQA no Rio Toledo-PR*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Ed. Vicentina, 1982.

O ESTADO E A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ITIQUIRA/MT

State and Market-Led Land Reform in Production of Space on Family Agriculture in Itiquira-MT

Hemily Sued Alves Costa*

Resumo: A reestruturação fundiária é uma das ações estratégicas da Reforma Agrária no Brasil. Entretanto, a política voltada ao campo tem falhado, gerando disputas de interesse como se pode apreender na constituição e organização dos assentamentos e associações dos camponeses de Itiquira/MT. Onde se constata a formação de assentamentos e cooperativas por meio da interferência do Estado com a intenção de favorecer, pela compra da terra, proprietários que não obtinham uma renda direta da terra com o agravante da falta de uma base produtiva, fator responsável pelas muitas evasões e fechamentos de cooperativas.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Modelo de Reforma Agrária de Mercado; Itiquira-MT; Agricultura Familiar.

Abstract: Land restructuring is one of the strategic actions of Land Reform in Brazil. However, field policy has failed, creating disputes of interest. This perspective can be understood in the constitution and organization of settlements and associations of peasants of Itiquira/MT. What is seen in Itiquira is the formation of settlements and cooperatives through the interference of the State with the intention of favoring, by purchasing land, landowners who did not receive a direct income from the land. There is also an aggravation of the lack of a productive base, which is responsible for the many evasions and closures of cooperatives, as well as the dissatisfaction of the small producers who remain dependent on the palliative actions of the State.

Keywords: Land Reform; Market Model of Land Reform; Itiquira-MT, Family farm.

Introdução

O entendimento da reforma agrária no Brasil carece compreender as ações do Estado e seus governos na elaboração das políticas públicas e a manifestação do cumprimento das mesmas na produção espacial e social. Outro fator necessário é a apreensão da realidade social dos indivíduos em cada recorte espacial, sobretudo do interior do país que vêm sendo incorporado por ações cada vez mais incisivo do capital.

Dessa forma, se apresenta neste artigo um recorte da dissertação de mestrado acerca da bacia dos ritmos na produção do espaço agrário na bacia do rio Itiquira/MT, com enfoque a formação dos assentamentos rurais do município homônimo. Onde após três décadas de ocupação da área e formação dos latifúndios voltados a produção de mercado o Estado veio ao encontro da pequena produção, porém os resultados não se apresentam positivos e muitas são as implicações na organização da produção camponesa.

* Licenciada em Geografia. Mestre em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: hemilysued02@gmail.com.

Do batismo do latifúndio no Brasil ao controle e posse da terra no Mato Grosso

Com o fim da escravidão ocorre o “Batismo do Latifúndio”, por lei os ex-escravos não poderiam ter acesso à terra, ascendendo no país latifundiários ricos, brancos e partidários que dentro desse processo enclausura os avanços de transformação social do Brasil. Assim adentrarmos a um país com uma estrutura social como expõe Stédile (2011), de leis madrinhas de latifúndios e mãe das favelas.

Rompe-se o sistema produtivo de plantation e os negros têm seu direito a terra negado, logo saem a procura novas formas de sobrevivência, semelhante ao que ocorrem aos indígenas ainda na colonização, porém este último ainda possuía uma identidade com a estrutura natural de outras porções do território, enquanto o primeiro era um estrangeiro, agora “livre” em um país de classes dominantes branca e controladora do poder do Estado:

A saída encontrada pelas elites para substituir a mão de obra escrava foi realizar uma intensa propaganda na Europa, em especial na Itália, na Alemanha e na Espanha, para atrair os camponeses pobres e excluídos pelo avanço do capitalismo industrial no final do século 19 na Europa. E, assim, com a promessa do “eldorado”. Com terra fértil e barata, a coroa atraiu para o Brasil, no período de 1875 – 1914 mais de 1,6 milhão de camponeses pobres da Europa. (STÉDILE, 2011, p. 25)

O número de migrantes correspondia justamente ao número de escravos

contemplados com a Lei Áurea. Esses foram se distribuindo pelo país, em sua maioria para o Sul do país, onde puderam pagar por suas terras, os demais tornaram-se mão de obra nas atividades que contemplavam os mercados internacionais, enquanto os negros livres vão se redirecionando nas ruínas e destroços do novo modelo.

Os trabalhadores migrantes passam a participar da produção do campo, com direito a parte daquilo que cultivava, ao que Stédile (2007), aponta como a primeira vertente do campesinato no Brasil. Combinado a esse campesinato, surge uma segunda vertente, pela primeira vez de um grupo legitimamente com identidade brasileira e engajada na produção interna e de subsistência sendo formado por mestiços que na procura por seu espaço de sobrevivência desbrava áreas do interior do Brasil.

A produção do espaço agrário brasileiro deixa evidente a demonstração de Oliveira (2007), sobre a coexistência de diversos grupos no campo movidos pelas exigências do capitalista, apontando como um processo combinado e contraditório. O camponês brasileiro é obrigado a adentrar aos moldes da agricultura moderna, o Estado age em persuadi-lo a quebrar com os ritmos naturais dos demais espaços do território brasileiro.

E dentro dessa dinâmica, vai se traçando diferenças regionais, porém num avanço da atividade capitalista, tendo como contraditório as múltiplas formas sociais e naturais. Coexistindo num mesmo espaço dezenas de acordos e relações econômicas e tecnológicas.

O desenvolver das múltiplas relações no campo brasileiro até a atual formação do espaço agrário brasileiro estão às influências dos latifúndios no campo político e na formulação de 'políticas públicas. Estando perceptível a constância do latifúndio e o Estado, que promovem cruelmente a expulsão de pequenos produtores, criminalizam os movimentos sociais do campo, numa eterna garantia da posse da terra pelo controle da máquina pública.

O uso da propriedade da terra enquanto meio de legitimação de poder político e garantias de privilégios que emolduram o Estado nacional se fizeram presentes em todas as instâncias da federação, dentre elas o estado do Mato Grosso, que instituiu as denominadas familiocracias, como expõe Moreno (2007), pesquisadora dessas questões de expansão territorial do estado, que em sua obra aponta "as elites agrárias mato-grossenses" como facções políticas.

A organização do estado pelos proprietários de terra, passa a ter uma configuração expressiva a partir do império, e a posse da terra garantida pela violência "recurso utilizado para a afirmação das oligarquias, que contaram também com

o braço armado dos coronéis, e com uma política fundada no sistema de compromissos, própria do federalismo brasileiro” Moreno (2007, p. 44), criando ao que autora coloca como banditismo.

Porém, essas ações violentas possuíam mais de um objetivo, já que até mais da metade do século XX o Mato Grosso se mostrava como um território extenso, sendo que sua divisão veio ocorrer apenas no período de Ditadura Militar. Assim dada a grande extensão, as disputas pelo espaço se deu pelos grupos do Sul com os grupos do Norte.

Os coronéis mantinham por meios de ações paternalistas ou coercitivas influência sobre as demais instancias da comunidade do estado, garantindo a permanência dos grupos do sul e norte do estado no poder político, por meio dos votos de cabresto. Assim a força política era mantida por meios de deputados, senadores, delegados, que conseqüentemente mantinham relações como governo federal.

Após a consolidação do poder republicano Moreno (2007, p.49) expõe o modelo político do Mato Grosso sustentado num sistema de compromisso entre o governo federal com o estadual assim os governadores deveriam garantir que suas bancadas (deputados e senadores) apoiassem os mandatos do Executivo federal, sendo reconhecidos pela Câmara Federal apoiaria as forças políticas e os interesses dominantes nos estados, utilizando, inclusive, da máquina administrativa.

Isso leva ressaltar o caráter das políticas públicas voltadas para o estado, onde de acordo Pereira (1997, p. 77) se deram por “critérios e normas desconhecidas pela maioria da sociedade, direcionados para atender interesses imediatos e modificados ao sabor das conveniências dos grupos influentes por elas beneficiadas”, o que justifica as crescentes políticas públicas e investimento nos setores agrícolas e industriais, descritos por Silva (2008) que foram implantadas posteriormente no Mato Grosso, resultantes dessas relações políticas históricas.

Em termos gerais, no Mato Grosso a posse da terra sempre esteve como o poder de barganha dos oligarcas, e mesmo com o “fim dos coronéis” ainda consistiu de base para a manutenção de controle político. Já que os oligarcas, através do clientelismo, advindos da mediação promovidos pelos mesmos com sociedade civil, permaneceram na dominação e controle de cargos políticos e votos.

Realidade em contexto: histórico de formação dos assentamentos em Itiquira/MT

O município de Itiquira situa-se na região sudeste do estado de Mato Grosso, com uma população entre 11.478 habitantes, onde os trabalhadores possuem ren-

da mensal de 2,7 salários com economia baseada na agropecuária. As primeiras ocupações de terras no município iniciaram em 1997 tendo êxito, pois foram as primeiras famílias assentadas pelo Incra na área, popularmente conhecidos na área por Assentamento Santa Ana.

A outra ocupação se deu em meados de 1999 numa área de fazenda no trecho da MT 070, nas mediações do denominado Pé de Galinha, porém não atingiu o objetivo dado o proprietário alegar possuir documentações legais e falta de interesse em negociar a ocupação, levando a expulsão dessas famílias da área.

Após esses incidentes de ocupação e organização de grupos com interesse em possuir uma parcela da terra para o desenvolvimento econômico e de subsistência é que se tem as primeiras formações de associações e assentamentos com intuito de promover uma reestruturação da organização do espaço agrário da bacia do rio Itiquira. De modo que, ao finalizar dos anos de 1990 e a entrada dos anos 2000 se terá o estabelecimento do conjunto de produção familiar no interior da área, em pequenas expressões de uma “reforma agrária”, que será delimitada por diante.

A década de 2000 desponta na perspectiva agrária da área em estudo, como a década de consolidação e formação das primeiras estruturas de implantação de uma agricultura familiar. Apontando para o que Bergamasco (1996) demonstra ser uma medida estratégica de propor reforma agrária e de reestruturação fundiária da propriedade no Brasil.

Cabe considerar que embora vise atenuar as disparidades fundiárias e os conflitos derivantes dessa estrutura, o estabelecimento de assentamentos não consiste numa política de atendimento à população rural, o que gera muitas problemáticas, como pode ser percebido na própria constituição das associações instauradas no município de Itiquira.

As associações visando o assentamento de famílias na atividade rural foi adquirindo espaço, sobretudo pelas políticas voltadas a esse setor, vindo a ter maior representatividade entre os agricultores da bacia do rio Itiquira o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Ambos iniciados na década de 1990, porém atingindo maior representatividade na área em foco, nos anos 2000, sendo políticas de financiamento e de complementação as propostas de reforma agrária no Brasil.

A formação de cinco dos seis assentamentos inseridos na área municipal de Itiquira teve investimento do Crédito Rural com suas bases pensadas ainda nas políticas voltadas ao campo dos órgãos internacionais ligados ao desenvolvimento social, porém implantado sobre essa denominação em 2003.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, também tem forte representação na renda dos agricultores que destina frutas legumes e verduras e leite sobre fiscalização da Secretaria de Agricultura de Itiquira, para as escolas do município de Itiquira e para Rondonópolis, porém não se manifesta de forma ampla entre os associados, é concentrado entre os grupos familiares, não sendo todos contemplados por essa política.

Junto ao Crédito Rural têm-se outros programas agregados dentre eles: Luz para Todos, Água para Todos, Pronatec, Bolsa Família, Pronaf, Paa, PNHR entre outros. Destes o Pronaf e o Pnae são os mais presentes no cenário agrário em questão, o primeiro responde pela maior parte das infraestruturas encontradas nas áreas das famílias assentadas, especialmente das associações que tem sua base produtiva em laticínios, como se torna possível apreender no histórico de sustentação dessas associações, assentamentos e cooperativas.

Assentamento Santa Ana

A Associação dos pequenos produtores rurais vitória da União conhecido no município de Itiquira como Assentamento Santa Ana, esta associação é a única assentada por mediação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), embora a ocupação da área tenha se dado em meados de 1997 e reconhecido em agosto de 1998, data de sua fundação, os mesmos só vieram a se consolidar enquanto produtores no ano de 2000 quando receberam o primeiro investimento do governo federal e verba para a construção de suas moradias.

De acordo o presidente da associação a ocupação da área do atual assentamento se deu por meio de propostas de um fazendeiro com a terra hipotecada pelo Banco do Brasil, este com problemas financeiros recorreu por meio de sua procuradora promover a organização de um grupo de famílias com interesse em produzir na terra. Conseguindo 80 famílias interessadas em ocupar a área de sua fazenda o que permitiu organizar e formar a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Vitória da União que passaram requerer junto ao INCRA direito a terra ocupada, obtendo êxito um ano e meio após a ocupação.

Na negociação o INCRA partilhou a área da fazenda em 70 hectares para cada família, os incentivos para a produção e construção de moradias só foram liberados três anos após a consolidação do assentamento, o que levou a evasão de muitas famílias. De forma que da fase inicial permaneceram desde a ocupação da área até os dias atuais apenas 13 famílias, pois além do processo lento de concessão de créditos para subsidiar as atividades, outro fator contribuiu na evasão das famílias como a ausência de orientação e vocação do produtor com a terra.

Mas apesar dos impasses, este assentamento consiste num dos mais bem-sucedidos da área, pois desde a ocupação as famílias tinham determinado a pecuária como fonte de renda, de modo que a produção de leite consiste na renda central dos assentados. Embora tenha a pecuária leiteira como o pilar da geração de renda existe produtor que não participa da atividade optando por arrendar suas áreas de pastos ou desenvolver tarefas que não exija necessariamente um contato com a terra, como a produção de artesanatos ou atividades de costura.

Outros se dedicam a horticultura para comercialização nas feiras ou repasse para as cooperativas ou até mesmo para o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município de Itiquira e Rondonópolis, por meio do cultivo de folhosas e plantação de mandioca, realizando a venda na feira municipal como também promove a venda nas residências, onde conquista sua própria clientela.

A associação em seus vinte anos entre muitas dificuldades têm obtido êxito na sua produção, no entanto muitos impasses se apresentam a esses produtores que encontram no leite sua garantia de subsistência, já que os demais produtos por eles produzidos ainda não adquiriu uma distribuição fixa. Tendo sempre muitas oscilações, perdendo muita das vezes produtos como legumes, verduras, dada a fraca atuação das cooperativas.

Assentamento Tio Elias e Chico Bortolini

Fundada em dezembro de 2002 a Associação dos Pequenos Produtores Tio Elias e Chico Bortolini, conhecida no município de Itiquira por Assentamento Tio Elias, conta com dois grupos de associação, no entanto com a intenção de atuarem em conjunto. Situado nas terras da antiga fazenda Cachoeirinha, eram terras sem registros legais de posse, de modo que por meio de relações políticas o então proprietário conseguiu transferir essas terras para interesse do estado e receber um valor pela mesma.

De modo que o Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT) realizou a compra da terra repartindo a área entre trinta famílias onde cada uma ficava com uma área de 16 hectares, sendo seis para reserva legal. A atuação da política municipal teve grande contribuição na consolidação desta associação, pois foram por meio desses representantes que se instituíram as associações, que para tal era exigido que cada grupo atendesse alguns critérios como não ter cargos políticos, não ser funcionário público, com forte preferência para quem possuía experiência com a terra.

A demora na liberação de verbas levou a muitas desistências e abandono dos lotes se deram de forma abrupta, de modo que nos primeiros anos após a fundação os lotes já estavam tendo o terceiro proprietário. Sobretudo porque parte dos donos dos primeiros lotes aplicaram o dinheiro financiados pelo PRONAF em questões alheias a produção, como compra de casas, carros ou animais de produção inferior ao declarado na obtenção do crédito.

Um ponto que exerce forte influência nas dificuldades da associação está na própria constituição legal da área que foi estabelecida pelo denominado Aval Cruzado, onde um produtor fica de avalista do outro. Gerando um círculo de inadimplências e essas dificultam o recebimento de auxílios e veta a participação dos produtores em programas de assistência ao pequeno produtor, à dependência entre produtores acirra disputas e desestimula outros, quando o que não quita sua dívida abandona o lote.

Outra implicação no desenvolvimento econômico da associação está na própria localização do assentamento, distante das vias de escoamento o que leva muito dos comerciantes e cooperativas de outros municípios darem preferência para produtores que lhes reduzam os custos de transporte. De forma que a produção deste grupo de assentados com caráter de geração de renda é infirma, tendo uma maior expressão no fornecimento de legumes e verduras para o PNAE do município de Itiquira, e para a subsistência

As condições deste assentamento são de ausência de assistência, atualmente a prefeitura distribui sementes de hortaliças e faz a adubação da terra e cuida da estrada que dá acesso, porém é uma participação muito pequena na história do grupo, que dentre os 15 anos de instauração veio a ter essa assistência nos últimos 5 anos. O que leva a área a concentrar pouquíssimos residentes a maioria dos donos de lotes moram na cidade indo por períodos as suas propriedades, enquanto que os mais desprovidos de renda insistem na terra para produzir o básico para sua subsistência.

Atualmente, existem menos de cinco famílias da primeira composição da associação, pois muitos proprietários venderam terras para seus vizinhos, o que permitiu a incorporação de novas áreas e o aumento da propriedade de outros reduzindo a área anteriormente de 30 famílias, para a média de 17.

Assentamento Adriana

Popularmente conhecido como Assentamento Adriana a Associação dos pequenos produtores rurais grupo amigos, criada em 2004 e legalizada em 2007, assim como a anterior partiu da iniciativa do poder público municipal que buscava fortale-

cer a agricultura familiar, num período em que o governo federal prometia por meio de políticas de governo reformar o campo brasileiro. A área destinada ao assentamento dessas famílias era de um antigo produtor, sendo o processo de organização realizado por uma empresa privada com contrato com o governo.

Este assentamento apresenta grandes dificuldades em todo o município, pois a inserção das 12 famílias, com lotes de 12 hectares quatro são de reserva legal, dois para reserva coletiva e para o próprio produtor seis. O estabelecimento se deu por meio do Crédito Fundiário e assim como no caso da associação anterior era necessário atender aos critérios socioeconômicos do programa. Porém com a entrada dos mesmos nos lotes não ocorreu à liberação do Pronaf para que se iniciasse uma atividade produtiva, os assentados chegaram a receber um auxílio alimento pelo período de três meses que sucederam sua instalação após esse período foi encerrado qualquer outro auxílio.

A evasão dos primeiros produtores ocorreu ainda no período inicial de entrada das famílias na área, tendo em vista as dificuldades de infraestruturas que permitissem o acesso à localidade. Pois, não havia pontes sobre os córregos que dá acesso à região do assentamento, como também não havia luz, água entre outros recursos básicos que permitisse constituir qualquer forma de continuidade do projeto inicial da associação.

Em meio às tantas dificuldades e demora da efetivação dos programas de assistência aos pequenos produtores somados a ausência de infraestrutura, tornou o desenrolar produtivo da associação vagaroso, levando os produtores a desistir de seus lotes dada a ausência de retorno financeiro necessário à sua manutenção. De modo que, são poucas as famílias do início da associação que persistiram na área, a maioria dos lotes já tiveram mais de cinco donos, todos com inadimplência com os bancos financiadores.

Atualmente a localidade não possui produtores inseridos na perspectiva comercial, os moradores em sua maioria possuem uma renda proveniente de aposentadorias, outros são funcionários públicos ou prestadores de serviços, que usam os lotes como área de lazer, alguns plantam hortaliças e tem alguma criação para atender suas necessidades, quando tem algum excedente para comercializam na feira municipal, mas no geral a área não possui o caráter inicial do seu projeto de fundação.

Assentamento PAF/Coopsob

A Associação dos produtores rurais de Ouro Branco do Sul, conhecido no município de Itiquira como PAF, fundada em 2011, teve maior êxito que as demais, pois o

projeto de sua formação se deu diferente dos demais assentamentos aqui apresentados. Trata-se de um grupo de produtores, anteriormente funcionários da Michelin, que tiveram acesso à parte da terra usada por esta empresa entre os anos de 1979 a 2009.

De acordo o presidente da Associação, quando a Michelin encerrou suas atividades a mesma demonstrou interesse em desenvolver um “projeto social”, de modo que ofereceu parte da área ao Estado que por meio do Crédito Fundiário comprou 1.100 hectares divididos entre 110 famílias. O projeto distribuía 10 hectares de terra mais uma casa, da antiga vila da empresa e uma área coletiva, e todos os funcionários contemplados passaram por uma entrevista prévia com finalidade de estabelecer a vocação com o tipo de atividade.

A entrevista, realizada por uma comissão da própria Michelin buscava analisar a intuição do candidato e sua experiência com a terra, de maneira que só podia concorrer funcionários com mais de cinco anos de empresa, e que não estivessem em cargo administrativo, dando preferência aqueles que atuavam no campo com contato direto com cultura da seringa, como a sangria, extração do látex.

Atualmente cada produtor tem em sua área uma média de 5.000 seringueiras, como essa cultura não é utiliza muito maquinário foto 3 exige maior mão-de-obra o que eleva o trabalho com a participação familiar. Algumas vezes dependendo da demanda um produtor contrata o trabalho de outro, mas, em geral, cada produtor responde a sua área, sobretudo aos cooperados da COOPSOB – Cooperativa dos Seringueiros do Ouro Branco do Sul, que desde 2012 atuam em colaboração a fim de manter-se seguros frente aos atravessadores econômicos.

A associação se mostra próspera em seus seis anos de formação, pois, contam além da área de plantação de seringueiras e a cooperativa com 87 cooperados, um trabalho na área coletiva, onde cultivam espécies folhosas, melancia, como praticam a pisciculturas, e como prevenção das possíveis quedas produtivas da seringueira, os mesmos plantam nas áreas sombreadas espécies de bananas e limão e o restante da área em que não trabalham os mesmos arredam para produtores agrícolas do entorno, não houve espaço para a evasão de nenhum produtor já que possui o diferencial de ter uma população jovem com experiência no cultivo da seringueira e trabalho com a terra, e o mercado garantido.

A origem dos assentamentos na bacia do rio Itiquira segue como uma extensão do que já vinha ocorrendo no Brasil desde os anos 1980 após a modernização agrícola no campo brasileiro iniciada nos anos 60. Bergamasco (1996) destaca os trabalhadores assentados como uma categoria que surge das contradições introduzidas pelo capitalismo no campo que destruiu as formas de relações coletivas do camponês com o latifúndio, seja por parcerias, meações e colonatos.

Nesse contexto as primeiras manifestações efetivas de interesses de trabalhadores por acesso à terra ocorrem no município de Itiquira e se faz por acampamentos meio de oposição salientado em OLIVEIRA (1996, p.14) como “formas de lutas de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito da terra livre e ao trabalho liberto”, no entanto as terras ocupadas não foram terras devolutas e sim propriedades de capitalistas em dificuldades financeiras.

A formação de assentamentos em toda a área tem como essência a compra de terras de capitalistas, e embora se tenha a frente da formação das associações, cooperativas e assentamentos inseridos na bacia do rio Itiquira um discurso baseado em ideais de reforma agrária, a mesma não vem a ocorrer, pois como torna evidente Filho (2009, p.248) “a reforma agrária deve proporcionar uma alteração na estrutura de propriedade da terra” o Estado tem que se incumbir da desapropriação como determina a Constituição Federal.

O que se observa na realidade em estudo é mais uma forma de estreitamento das instituições públicas responsáveis por instaurar a justiça social no campo com os capitalistas rurais. Ocorre que esses órgãos governamentais repetem suas ações negligentes, pois como expressa a pesquisa, os trabalhadores familiares assentados estão localizados em áreas de fazendas de proprietários locais que concentraram terra, mas que não tiravam renda.

De modo que os agricultores familiares, dentro dessa aparente abertura econômica, estão sendo desde as primeiras ocupações, degradados em suas intenções, aspirações e participação na economia local e regional, dado o estado de abandono que os mesmos foram e estão inseridos.

Pois, como salienta BERGAMASCO (1996, p. 10):

A conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terra férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio, crédito comercial) que leva ao sucesso dos assentamentos, bem como de qualquer produtor rural.

Pois, no Brasil é responsável por assegurar tais condições de infraestrutura social e produtiva as instituições e organizações da sociedade garantindo a eficiência das políticas públicas de governo e de Estado, Fernandes (2015). Mas no contexto do pequeno produtor e agricultor familiar em Itiquira o que se tem são inadimplências, abandonos, troca contínua de donos de lotes e por vezes perda de produtos por falta de comércio.

Toda essa condição ineficiente da pequena produção compromete a qualidade das relações e fortalecimento das associações e cooperativas dos assentados e pequenos produtores da área dado ao que Oliveira; Santos (2015) afirma ser a

finalidade dessas duas modalidades de produção coletiva no Brasil, atender as demandas do Estado em função do desenvolvimento do capitalismo, e ressalta baseadas em Marx o caráter negativo dessa mediação:

A participação do Estado no fomento às cooperativas desestrutura ainda mais seus objetivos e as transforma em movimentos de caráter puramente mercadológico. Para Marx (2000), as cooperativas só têm valor enquanto forem criações autônomas dos trabalhadores e não forem protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses. (OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p. 129)

Reside nessa mediação às dificuldades que fragilizam a pequena produção na bacia, a negligência do Estado que não cumpre com os prazos, fomentos e incentivos deixando muitos a mercê por vários meses e quando estes tentam se organizar para fortalecer sua representatividade o mesmo Estado por meio de suas instituições termina por favorecer uns em detrimentos de outros.

Somado a esses fatores, tem-se também a própria questão fundiária que envolve esses pequenos produtores e assentados. Acerca dos tamanhos das propriedades dos assentamentos de agricultura familiar em Mato Grosso, Alves (2012) afirma que há pouca diferenciação no tamanho dos lotes, embora sejam pequenas áreas a diferenças são por vezes alarmantes como ocorre entre os produtores familiares da área.

Todas essas problemáticas e insatisfações são aplacadas por ações paliativas dos órgãos municipais dos quais os assentados são dependentes na tentativa de fazer valer seus projetos de vida como determina Fernandez; Ferreira (2004). Esses mesmos autores ao discorrer sobre a formação dos assentamentos no Mato Grosso evidenciam que a qualidade dos mesmos só poderá ser conquistada por lutas políticas, e essas na bacia do rio Itiquira vêm sendo contidas de governo em governo por políticas públicas de soluções rápidas e pontuais.

Assim os assentamentos rurais que poderia ter representado a democratização do espaço agrário no município, despontou como mais um favorecimento ao modelo hegemônico do capitalismo no campo, pois se fez dentro dos moldes da política fundiária do Estado que não valoriza de fato as relações sociais da agricultura camponesa:

a agricultura camponesa ou familiar não foi protagonista do modelo do agronegócio do qual são dependentes e marginais, de modo que alguns movimentos camponeses procuram criar outro modelo de desenvolvimento a partir de suas relações sociais: do trabalho familiar, associativo ou cooperativo, da pequena escala, do desenvolvimento local, na economia solidária etc. (FERNANDES, 2015, p. 20)

Além de elevar a questão da pequena produção e familiar a um campo de embates a própria distribuição aquisição das terras trouxe custos elevados, pois

como afirma Bergamasco (1996) quando se dá a compra de terras de particulares e não desapropriação, como ocorreu na bacia, para distribuição entre trabalhadores rurais se tem um maior gasto de dinheiro público.

A questão agrária que produz o espaço da área não se fez apenas por questões históricas de concentração de terras, mas também pelas políticas neoliberais que reforçam essa questão estrutural e que a mais de duas décadas forjam as políticas governamentais de distribuição de terras no Brasil.

A reforma agrária tem sido realizada predominantemente como uma política de subordinação e os resultados estão aquém das proposições dos movimentos. Isso não significa que ela não possa ser uma política emancipatória, mas, para ser, precisa dos elementos constituintes, como a participação das partes interessadas com autonomia e poder de decisão. (FERNANDES, 2015, p. 33)

A participação das partes nas decisões é ínfima e o caráter de subordinação dos assentados permanece, sobretudo pela criação de todos os assentamentos situados na área da bacia do rio Itiquira terem ocorrido posterior as medidas do Banco Mundial nas políticas públicas no campo brasileiro, implementadas nos primeiros anos de 1990 como aponta Filho (2009) na denominada MRAM (Modelo de Reforma Agrária de Mercado).

Considerações finais

É possível perceber as influências da MRAM na área em estudo pela forma de acesso à terra que com exceção do Assentamento Santa Ana, os demais tiveram a frente das compras, regularizações e partilhas empresas privadas e muitas delas os produtores não chegaram a conhecer.

Todas essas intervenções ocorreram num momento em que a reforma agrária assumia um caráter mercantil e era defendida por ruralistas como uma alternativa pacífica, e o acesso à terra pautava-se na lógica do mercado. Essas formas “pacíficas” de estabelecer assentamentos são políticas não nocivas ao mercado e ao mesmo tempo de subordinação camponesa aos grandes capitalistas e suas agroindústrias.

Referências bibliográficas

- ALVES, Janice. *(In)eficiência dos assentamentos rurais em Mato Grosso*. Cuiabá: Edufmat, 2012.
- BERGAMASCO, Sônia Maria. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BRASIL. IBGE. *Cidades: Itiquira*. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/itiquira/panorama>. Acesso em: 20 jun. 2018.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Políticas públicas e questão agrária: base para o desenvolvimento territorial camponês. In: FILHO, E. S. R. et al. (Orgs.). *Estado, políticas e território*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FERNANDEZ, Antônio João Castrillon. FERREIRA, Eudson de Castro. Os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, Leonildo Servollo de; LEITE, Sérgio (Orgs.). *Assentamentos rurais*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FILHO, Eraldo da Silva Ramos. De pobre sem terra a pobre com terra e sem sossego. In: FERNANDES, Bernardo Maçano; MEDEIROS, Leonilde Servollo; PAULILO, Maria Ignez. *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS. Bancada Ruralista: o maior grupo de interesse no congresso nacional. *INESC*, Brasília, ano VII, n. 12, out, 2007.

MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla*. Cuiabá. Entrelinhas: Edufmat, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Geografia das lutas no campo*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de; SANTOS, Josefa de Lisboa. Organização dos pequenos produtores: o cooperativismo/associativismo no polo irrigado Petrolina/Juazeiro. In: FILHO, E.S.R. et al, (Org). *Estado, políticas e território*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Neoliberalismo e lutas camponesas no Brasil: contestações e resistência a reforma agrária de mercado do Banco Mundial durante o governo FHC. In: FERNADES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULINO, M. I. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

PEREIRA, José Matias. O processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia: a implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 34, n. 134, abr./jun.1997.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Corporação e agronegócio da soja na Amazônia. *Revista ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 2, n. 3, p. 29-40, jan./jun. 2008.

STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO RURAL BRASILEIRO: A COMPLEXIDADE DE QUATRO EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS

Transición Agroecológica en el Rural Brasileño: la Complejidad de Cuatro Experiencias Prácticas

Agroecological Transition in Brazilian Rural: the Complexity of Four Practical Experiences

Rodrigo Ozelame da Silva*
Bruna Schmidt Gemim**
Júlio Carlos Bittencourt Veiga Silva***

Resumo: Considerando que o rural brasileiro apresenta uma multiplicidade de ruralidades, este trabalho teve como objetivo principal compreender a complexidade dos fatores que influenciam no processo de transição agroecológica por meio da realização de estudo de caso, em quatro casos exemplares. Como considerações finais, sugere-se que, embora a indicação de um roteiro seja importante, a transição agroecológica nem sempre ocorre de forma linear. Logo é preciso internalizar a multidimensionalidade das questões socioambientais e propor alternativas que sejam construídas localmente.

Palavras-chave: Agroecologia; Ruralidades; Agrobiodiversidade.

Resumen: Teniendo en cuenta que el campo brasileño tiene una multiplicidad de ruralidades, este trabajo tuvo como objetivo principal comprender la complejidad de los factores que influyen en el proceso de transición agroecológica mediante la realización de un estudio de caso, en cuatro casos ejemplares. Como consideraciones finales, se sugiere que, aunque la indicación de

Primeiras palavras

A escolha por usar a expressão ‘Primeiras Palavras’ em detrimento de introdução neste texto é uma homenagem a Paulo Freire, que utiliza o termo no início de suas obras. Dito isso, cabe destacar que as questões ambientais permeiam todos os setores da sociedade contemporânea, no âmbito econômico, político e social. O debate de tais questões emerge no final da década de 1960 e início de 1970 com a iminente crise ambiental global, caracterizada como uma crise civilizatória da relação Homem-Natureza, marcada pelo fracionamento do conhecimento e pela degradação do ambiente (LEFF, 2011).

* Gestor Ambiental, Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR). E-mail: rodrigoozelame@gmail.com.

** Bióloga, Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR). E-mail: bruusg@gmail.com.

*** Engenheiro Agrônomo, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE), Especialista em Agroecologia da EMATER-PR e professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR). E-mail: omjulio@gmail.com.

una hoja de ruta es importante, la transición agroecológica no siempre ocurre de manera lineal. Por lo tanto, es necesario internalizar la multidimensionalidad de los problemas socioambientales y proponer alternativas que se construyan localmente.

Palabras clave: Agroecología; Ruralidades; Agrobiodiversidad.

Abstract: Considering that the rural Brazilian holds a multiplicity of ruralities, this work had as main objective to understand the general lines of the agroecological transition through the accomplishment of case studies, in four exemplar cases. As final considerations, it is suggested that, although the indication of a guideline is important, the agroecological transition does not always occur in a linear way. It is therefore necessary to internalize the multidimensionality of socio-environmental issues and propose alternatives that are built locally.

Keywords: Agroecology; Ruralities; Agrobiodiversity.

Neste período de resgate das discussões das problemáticas ambientais, a Agroecologia tem a sua origem (PEREZ-CASSARINO et al., 2013). Partindo da complexa relação Sociedade-Natureza, a Agroecologia busca a integração de todos os componentes ambientais, visando à eficiência biológica, à preservação da biodiversidade, à manutenção da capacidade produtiva e auto-regulatória do agroecossistema (ALTIERI, 2012). Além da dimensão ecológica, Sevilla-Guzmán e Montiel (2010) apontam para a centralidade das dimensões sociocultural e política na Agroecologia. Para os autores, a transição da agricultura convencional para a agricultura sustentável só é agroecológica se partir do desenvolvimento de saberes, práticas e identidades locais e, da sua rede de relações sociais.

Nesse sentido, pode-se dizer que a Agroecologia surge como resposta diante do modelo de agricultura implantado na denominada Revolução Verde, baseado no pacote tecnológico de sementes melhoradas, monoculturas, intensa mecanização e uso de insumos químicos; que segundo Ploeg (2008), se desenvolve por meio da destruição e contaminação do ecossistema local e circundante.

Ao contrário da agricultura convencional a produção de base ecológica não segue pacotes prontos, o caminho a seguir depende de cada propriedade e produtor, de suas características específicas, do uso de insumos modernos, das

condições de investimento, do mercado local, dos conhecimentos e da assistência técnica disponíveis (FEIDEN; BORSATO, 2011). Além disso, os múltiplos estágios da transição agroecológica para sistemas mais diversificados envolvem processos e interações benéficas que exigem mais conhecimento, trabalho, risco e incerteza, contudo, entender a base ecológica da complexa diversidade desses agroecossistemas é a chave para a sustentabilidade (GLIESSMAN, 2000).

Segundo Schmitt (2013), a transição agroecológica é um processo complexo e não linear de incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas, bem como de construção social por meio das interações entre atores, recursos, práticas e lugares nos processos de desenvolvimento rural. Tendo em vista que o rural brasileiro se configura na forma de um mosaico composto por diversas ruralidades, heterogêneas tanto no tempo e no espaço, como nas relações sociais (BRANDENBURG, 2010b), a leitura da transição agroecológica em diferentes realidades é a chave para compreender a complexidade dos fatores que influenciam neste processo.

Considerando a urgência da transição para uma agricultura de base ecológica, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de compreender e promover modos de se relacionar com a natureza que contribuam para manutenção da diversidade biológica e cultural. Para isso, este trabalho procura trazer elementos para problematizar as seguintes questões: Como fazer a transição agroecológica no rural brasileiro que é marcado pela diversidade socioambiental? As propostas existentes conseguem abarcar essa complexidade? Tendo como objetivo principal caracterizar as fases da transição agroecológica em diferentes experiências concretas de agricultores com a temática Agroecologia.

O arranjo do texto, além desse item introdutório, é composto pelos seguintes itens: O ser humano como parte da biodiversidade, apresenta os conceitos dos termos biodiversidade e agrobiodiversidade, assim como o papel da transição agroecológica na promoção de relações sustentáveis entre seres humanos e a natureza; público e procedimentos metodológicos, no qual são caracterizados os atores sociais, o método e ferramentas utilizadas na pesquisa; resultados e discussão expõem as linhas gerais do funcionamento dos agroecossistemas pesquisados e a transição agroecológica de cada local; e considerações finais sobre os desafios da transição agroecológica.

O ser humano como parte da biodiversidade

Analisar o ambiente é um processo que se confunde com o surgimento da espécie humana. No transcorrer da história, algumas definições foram utilizadas

para simbolizar esse ambiente, sendo que, o termo biodiversidade é um dos mais difundidos atualmente. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB – define biodiversidade da seguinte maneira:

A variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte, compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas. (BRASIL, 1994, p. 3).

Diferente da relação milenar entre mulheres e homens com a natureza, o conceito de biodiversidade é recente. Mesmo que não seja o foco desta pesquisa elaborar uma tese sobre o termo, é prudente para entender sua procedência. Pierrri (2002) argumenta que o conceito tem origem nas discussões sobre desenvolvimento sustentável das Conferências das Nações Unidas, espaço este que é rodeado de relações de poder. Em geral, a definição de termos nas conferências representa a hegemonização de certo pensamento, apoiado pelos países com maior poder nesses espaços, sendo a formulação do conceito de biodiversidade fortemente influenciada pela corrente intitulada como ecologismo preservacionista. Essa corrente emerge na Europa do século XIX, no meio dos aristocratas simpatizantes da manutenção de um suposto estado natural das coisas e admiradores da beleza cênica de paisagens que estavam sendo ameaçadas pelo advento da industrialização. No final do século XIX, influencia pessoas de classe média e alta nos Estados Unidos a pleitear transformar algumas paisagens em santuários da vida animal e vegetal, por meio da eliminação da interferência humana, culminando na criação de parques de proteção, como o Yellowstone em 1872.

Apesar da estratégia dos ecologistas preservacionistas apresentar resultados positivos para a preservação da vida no planeta, as questões sociais não estão diretamente relacionadas ao conceito de biodiversidade. No entanto, com o acirramento dos impactos na má distribuição dos bens naturais, os clamores por justiça socioambiental ganham corpo. Novos atores se juntam aos questionamentos do modelo de preservação ambiental baseada na proibição da presença humana nas áreas de proteção, temas como conservação através do uso, uso múltiplo florestal e manejo sustentável se disseminam como caminho para atingir o desenvolvimento sustentável.

Nesse cenário, a importância de mulheres e homens na produção de alimento, através do manejo sustentável da diversidade biológica, conquista espaço nos encontros da ONU sobre biodiversidade. Durante a 5ª CDB, realizada no ano de 2010, foi institucionalizada a valorização da parte da biodiversidade que é utilizada na agricultura, através do termo agrobiodiversidade. Sendo definida da seguinte forma:

Um termo amplo que inclui todos os componentes da biodiversidade que têm relevância para a agricultura e alimentação, e todos os componentes da biodiversidade que constituem os agroecossistemas: as variedades e a variabilidade de animais, plantas e microrganismos, nos níveis genético, de espécies e ecossistemas, os quais são necessários para sustentar funções-chaves dos agroecossistemas, suas estruturas e processos. (STELLA et al., 2006. p. 42).

Algumas características centrais da agrobiodiversidade são sua interdependência com o manejo humano e o ambiente, bem como sua importância para a soberania e segurança alimentar e nutricional da população humana. Caracteriza-se pela existência de quatro dimensões interdependentes: i) recursos genéticos vegetais, animais, microbianos e fúngicos; ii) processos ecológicos essenciais como ciclagem de nutrientes, construção e manutenção da fertilidade do solo e polinização; iii) fatores abióticos como clima, incidência de luz solar, temperatura, composição do solo e; iv) aspectos socioeconômicos vinculados principalmente aos conhecimentos sobre implantações e manejos (MACHADO et al., 2008).

De fato, o termo agrobiodiversidade pretende diminuir a dicotomia entre ciências ambientais e sociais, ao mesmo tempo em que busca potencializar relações de mutualismo dos seres humanos com a natureza. Um importante aspecto dessa busca é resgatar e promover soluções construídas pelo *Homo sapiens* no decorrer das centenas de milhares de anos de sua existência, como a emergência da Agroecologia, abordada no próximo subitem.

Transição agroecológica e ruralidades

A Agroecologia emerge no fim do século XX no bojo dos debates sobre a influência do ser humano na sustentabilidade do Planeta, sobretudo em virtude dos impactos causados pela agricultura, baseada nos cânones da Revolução Verde. Neste cenário, Miguel Altieri (1989) e Stephen Gliessman (2000; 2010), ao analisar os sistemas produtivos de comunidades tradicionais na América Latina, criam as bases técnicas para o surgimento da Agroecologia. Ainda que essa abordagem inicial conte com princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos para compreender e avaliar os efeitos de tecnologias sobre os agroecossistemas e a sociedade como um todo, sua ênfase é na dimensão técnica do processo.

Contudo, com o passar do tempo, novos olhares se somam na construção da Agroecologia, com um enfoque mais arraigado nas ciências sociais (SEVILLA-GUZMÁN, 2002). Para Sevilla-Guzmán e Montiel (2010), a forma como se produzem, distribuem e consomem os alimentos entrelaça os âmbitos simbólicos e éticos com os materiais. Nesse sentido, para os autores, as alternativas alimentares

constituem propostas para a necessária mudança civilizatória que requer a atual crise ecológica global, e é nesse campo que a Agroecologia procura contribuir tanto para a análise da realidade atual quanto para a prática da sustentabilidade.

No espaço rural brasileiro, Brandenburg (2010b) descreve a existência de uma racionalidade camponesa, que permeia tanto a ocupação do espaço na unidade familiar, de forma a atender a reprodução física, social e preservação do patrimônio natural, quanto a gestão da biodiversidade e das áreas naturais. Assim sendo, as comunidades camponesas, na sua heterogeneidade cultural de saberes e práticas, representam campo fértil à Agroecologia, assim como a Agroecologia pressupõe o seu fortalecimento e/ou reconstrução, partindo das potencialidades endógenas e adaptando-se às realidades locais (PEREZ-CASSARINO et al., 2013).

Nesse sentido, Schmitt (2013) afirma que a transição para uma agricultura sustentável baseada em abordagens agroecológicas, engloba uma complexa reflexão da correlação entre os modos de produção e de organização social, característicos da agricultura familiar, e o manejo dos agroecossistemas baseado em princípios ecológicos. Isso porque, segundo Caporal (2009):

[...] quando se faz referência à Agroecologia está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão mais além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas que aquelas das ciências agrárias "puras", pois incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade. (CAPORAL, 2009, p. 18).

Baseada nos princípios da Agroecologia, a transição é então definida por Costabeber (2004), como:

[...] o processo gradual de câmbio através do tempo nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um sistema de produção "convencional" a outro sistema de produção que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica. [] contínuo e crescente através do tempo, e sem ter um momento final determinado. (COSTABEBER, 2004, p. 47).

Para colocar em prática a teoria, Gliessman (2000; 2010), de forma didática, descreve a transição agroecológica em quatro níveis: (i) Nível 1: Aumento da eficiência de práticas convencionais a fim de reduzir o uso e o consumo de insumos escassos, caros ou ambientalmente danosos; (ii) Nível 2: Substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas; (iii) Nível 3: Redesenho do agroecossistema de forma que ele funcione baseado em um novo conjunto de processos ecológicos; e (iv) Nível 4: Restabelecimento de uma conexão mais direta entre aqueles que cultivam os alimentos e quem consome, com o objetivo de construir uma cultura de sustentabilidade que leva em conta as interações entre todos os componentes do sistema de alimentação.

Considerando que a transição agroecológica visa aumentar a complexidade do sistema e esta depende das características de cada propriedade e produtor, Feiden e Borsato (2011) afirmam que no processo de transição podem ser dados vários passos ao mesmo tempo e sem necessariamente seguir uma ordem. Contudo, para dar materialidade à transição, os autores desenvolvem um roteiro linear para a transição agroecológica baseada nos seguintes estágios: (i) Substituição de insumos, dos agroquímicos sintéticos por insumos naturais e de baixo impacto ambiental – cabe destacar que se não ocorrerem outros passos, este estágio não é reconhecido como início da transição; (ii) Diversificação e integração de atividades, com combinações de culturas e criações que promovem diversidade de funções ecológicas; (iii) Redesenho da paisagem, com a criação de uma paisagem diversificada e complexa nas suas subunidades, orientadas para o melhor uso do potencial da paisagem e redução de impactos ambientais; (iv) Sistemas complexos de produção, que procuram imitar o funcionamento do ecossistema natural da região, que exige maior conhecimento da ecologia, solo, clima e interação entre espécies regionais; e (v) Reordenamento regional, de toda uma região ou território para sistemas agroecológicos, que envolve desde os sistemas de produção agrícola até o reordenamento urbano.

Apesar da proposta dos autores citados acima ser bem didática quanto a possibilidade de classificar uma unidade produtiva em relação ao seu nível de transição, percebe-se na prática de extensionistas ou agentes de desenvolvimento, falhas de interpretação quando observam os níveis como um processo que ocorre de uma forma sempre crescente e com as mudanças das práticas produtivas em bloco (SILVA, 2014). A Agroecologia tem como um de seus princípios fundamentais, a abordagem sistêmica e complexa, voltada a uma formação dos profissionais envolvidos na área a estarem aptos para atuarem neste sentido.

No entanto, como ressalta Morin (2011, p. 79), "às vezes tem-se a impressão de que a ação simplifica" e esta simplificação realmente acaba ocorrendo quando se engessam metodologias transformando-as em processos lineares e mecânicos. Morin (2011 p. 83), de maneira bem prática, recomenda: "O que o pensamento complexo pode fazer é dar, a cada um, um momento, um lembrete avisando: Não esqueça que a realidade é mutante, não esqueça que o novo pode surgir e, de todo modo, vai surgir".

Sendo assim, a transição agroecológica não se reduz somente à substituição de insumos, mas baseia-se na implantação de mudanças multilíneas e graduais, tanto de práticas agrícolas como político-econômicas e socioculturais (CAPORAL, 2009). Além disso, considerando que a construção teórica e prática da Agroecologia se deram principalmente baseada nas comunidades indígenas camponesas da

América Latina, seu desenvolvimento em outras realidades demanda uma leitura mais apurada (PEREZ-CASSARINO et al., 2013).

No Brasil, por exemplo, as raízes do mundo rural estão ligadas aos agricultores familiares, camponeses, seringueiros, ribeirinhos, faxinalenses, quilombolas, indígenas e outros, que combinam subjetividade e racionalidade na reprodução de mecanismos e estratégias de ação (BRANDENBURG, 2010a). "Desconsiderar essas diferenças pode resultar em equívocos no que tange às políticas de intervenção, daí porque a necessidade de estudos localizados" (BRANDENBURG, 2010b, p. 427).

Considerando que o rural brasileiro é constituído por uma multiplicidade de origens e atores, o processo de transição agroecológica pode dar-se de forma não-linear, como proposto por Gliessman (2000; 2010). Por essa razão, casos exemplares, que representam diferentes ruralidades contribuem para compreender os fatores socioambientais que influenciam a construção de cada passo da transição agroecológica na unidade familiar, evidenciando que a transição pode ocorrer de inúmeras formas, como abordaremos a seguir neste trabalho.

Público e procedimentos metodológicos

O público desta pesquisa é composto por quatro unidades familiares de produção de base ecológica, sendo: i) duas unidades de produção de hortaliças na Região Metropolitana de Curitiba; ii) uma unidade com foco nos sistemas agroflorestais e em vivências sobre o tema localizada na cidade de Barra do Turvo, SP, na região do Vale do Ribeira e; iii) uma unidade inserida no Quilombo Ribeirão Grande-Terra Seca, com histórico de produção agroflorestal e agricultura tradicional quilombola, também em Barra do Turvo, SP. A caracterização destes locais é abordada posteriormente.

Em relação aos procedimentos metodológicos, foram realizados quatro estudos de caso de caráter descritivo (YIN, 2015), um em cada agroecossistema citado. Para definição da amostra, utilizaram-se princípios da amostragem intencional (THIOLLENT, 2011), selecionando quatro casos considerados exemplares para analisar o tema desta pesquisa, a transição agroecológica. Cabe destacar que o termo "casos exemplares" não remete a ideia de que as experiências são situações onde a transição agroecológica foi realizada da maneira mais eficiente possível, mas sim que esses casos exemplificam acontecimentos relacionados à transição agroecológica de um determinado contexto.

Para coleta de dados, utilizaram-se três ferramentas de pesquisa, a observação direta (DEMO, 2008), entrevistas semi-estruturadas (GEILFULS, 1997) e coleta de dados secundários.

A observação direta aconteceu durante quatro visitas às unidades familiares, uma em cada local. O foco foi diagnosticar os arranjos dos sistemas produtivos, as principais técnicas utilizadas e a origem dos insumos e espécies utilizadas. Já as entrevistas semi-estruturadas tiveram como objetivo identificar as características socioambientais dos agroecossistemas, para isso aplicou-se quadro perguntas chaves para cada representante dos locais pesquisados, sendo: i) Qual é o histórico da unidade familiar? Atualmente, quais são os tipos de produção existente? ii) Quais os principais tipos de manejos realizados nos agroecossistemas? iii) Quais são e qual é a origem dos insumos utilizados? Há quanto tempo eles são utilizados? Há previsão de alteração? iv) Existem mais famílias trabalhando para a transição agroecológica? Algum trabalho com outras famílias vêm sendo realizado?

Além da parte empírica, foram analisados dados secundários, como materiais acadêmicos publicados que envolvem o público da pesquisa, bem como vídeos, sites e peças publicitárias das organizações que as famílias pesquisadas fazem parte. Outro aspecto crucial dos procedimentos metodológicos diz respeito à convivência dos autores com os agricultores, por meio de assistência técnica em agroecologia, elaboração e execução de projetos e visitas às unidades familiares. Há uma relação de mais de uma década entre os pesquisadores e o público deste trabalho.

Resultados e discussão

Neste item serão descritos alguns elementos centrais dos casos exemplares pesquisados na seguinte sequência: apresentação de um breve histórico e do motivo para o início da transição; indicação das principais paisagens, insumos e um resumo dos manejos e; a relação com a sociedade mais significativa. Na sequência será analisado como esse processo gerou a transição agroecológica de cada local. Cabe destacar que cada unidade familiar foi nomeada pelo prefixo UF seguida de um número de identificação.

Os casos exemplares

O primeiro caso exemplar (UF1) está inserido na cidade de Colombo, região metropolitana de Curitiba, PR. A área de 1,5 alqueires é adquirida em 1995, e desde então se busca a transição agroecológica do local. A maior motivação foi por meio de um programa da Prefeitura de Colombo que almeja criar uma rota de turismo rural, o programa Circuito Italiano de Turismo Rural. Numa oficina deste programa, a família escolheu como tema a produção agroecológica e a comercia-

lização direta. Nos cinco primeiros anos, eram utilizados fertilizantes químicos, até que no ano de 2000 seu uso é substituído por adubo orgânico. Com isso, um alqueire da UF1 é certificado como agroecológico. Atualmente a família faz parte do Grupo Buona Gente, vinculado ao Núcleo Maurício Burmester do Amaral, da Rede Ecovida de Agroecologia.

Em relação à paisagem, a família argumenta que no período da compra do local existia apenas "área de roça". Atualmente, a paisagem mais abundante são os canteiros para produção de espécies de ciclo curto, também existe uma mata ciliar ao redor de um curso d'água que atravessa a UF1, uma barreira de proteção para evitar a contaminação por agrotóxico composta por árvores e arbustos, um tanque de peixe e um galinheiro, estes ainda em transição para a agroecologia. A principal atividade produtiva é o plantio de hortaliças (principalmente alface, couve flor e brócolis), em menor escala se cultivam grãos (feijão e milho). No total são cerca de 20 espécies de plantas cultivadas, sendo a cama de frango o principal insumo utilizado. Este insumo é adquirido fora da unidade familiar.

De modo geral, o manejo da UF1 é: i) preparo da área com trator, onde é incorporada a matéria orgânica presente no espaço e preparado o canteiro; ii) plantio das hortaliças ou grãos. Nos últimos dois anos, o uso da cama de aviário por todo o canteiro está sendo substituído pela aplicação ao redor das plantas; iii) são realizadas capinas das plantas espontâneas sazonalmente e após a colheita, é feita rotação de cultura e/ou "deixado o local descansar", repetindo o processo alguns meses depois. A UF1 tem na comercialização via sistema colhe-pague e em almoços servidos no local aos finais de semana sua principal relação com a sociedade. Além disso, são realizadas visitas de alunos de escolas públicas e particulares para conhecer o sistema de produção.

O segundo caso, da UF2 é uma área de um alqueire, também no município de Colombo, PR. Ela foi adquirida por volta do ano de 1990 e nesse período tinha a população de *Mimosa scabrella* (bracatingas) sua principal paisagem. Gradativamente a espécie é retirada e vendida a fornos de cal da região, em seu lugar é cultivado alface nos moldes da Revolução Verde. Problemas de saúde e o alto custo da produção são os principais motivos para iniciar a transição agroecológica, que começa pela substituição de insumos. No início do ano 2000 a família se certifica como agroecológica, e se insere no Grupo Buona Gente, o mesmo da UF1.

Atualmente a principal paisagem são canteiros de espécies de ciclo curto, uma barreira de proteção contra a contaminação de agrotóxico composta por árvores e algumas áreas de pousio em estágio inicial de regeneração. Assim como a UF1, a principal atividade agrícola é a produção de hortaliças, porém com menor diversidade. São produzidas em maior escala três espécies, sendo a alface representa

quase 80% da produção. A cama de aviário, adquirida fora da unidade familiar, é praticamente o único insumo utilizado. Os principais manejos da UF2 podem ser resumidos da seguinte maneira: i) preparo da área com trator, onde é incorporada a matéria orgânica presente no espaço e preparado o canteiro. Também é disposto no solo adubo orgânico, normalmente cama de aviário; ii) plantados cerca de 15 canteiros de hortaliças, normalmente alface, intercalados por um canteiro de couve-flor; iii) semanalmente é realizado trabalho de capina nos canteiros de alface até o período da colheita, enquanto nos de couve-flor isso acontece nas duas primeiras semanas; após a colheita acontece o replantio, usualmente das mesmas espécies. Outro ponto do manejo é a diminuição, ou mesmo parada total, do plantio nos meses mais frios do ano (maio a agosto). Nesse momento a área é deixada em pousio, recomeçando no mês de agosto.

A relação com a sociedade passou por diversas fases, a mais emblemática e intensa foi o papel central da família da UF2 na criação da Associação dos Produtores Agrícolas de Colombo (APAC). A APAC existiu por aproximadamente 15 anos (2000 até 2015) e foi composta por aproximadamente 100 famílias, destas 20 agroecológicas. Atualmente, mesmo com a participação no Grupo Buona Gente e a comercialização via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município de Colombo, a própria família da UF2 salienta que a relação com a sociedade hoje é restrita.

O terceiro caso exemplar, a UF3 é uma unidade localizada na cidade de Barra do Turvo, SP. Tem uma área de 43 alqueires, obtida no início da década de 1990. Na ocasião, a família investe na criação de gado, mas em virtude do relevo, tipo de solo e degradação ambiental, começa a buscar alternativas de produção mais adequadas à realidade local. Nesse processo, um membro da família participa de um curso sobre agrofloresta e decide trabalhar com o tema. Em conjunto com outros agricultores e técnicos, em 2003 criam a Associação de Agricultores Agrofloretais de Barra do Turvo e Adrianópolis (COOPERAFLORRESTA) e o Núcleo Agroflorestral da Rede Ecovida de Agroecologia. A partir do ano de 2009, a UF3 se configura num centro de formação em agrofloresta, organizando cursos, vivências e intercâmbios.

A transição agroecológica da UF3 aconteceu de forma integral, isto é, optou-se por não fazer uso de nenhum insumo ou técnica de manejo (como o fogo e agrotóxico) que não fosse agroecológico “de um dia para o outro”, como argumenta um membro da unidade em questão. Cabe destacar que a opção pela transição integral é também uma escolha da COOPERAFLORRESTA, pois se definiu em assembleia que todos os associados precisam optar por esse caminho. O representante da UF3 que na época participava da gestão da COOPERAFLORRESTA,

fez a seguinte figura de linguagem para contextualizar a escolha pela transição integral: “não é possível trabalhar para Deus e o diabo ao mesmo tempo”. Esse argumento tem como objetivo questionar a lógica praticada em alguns contextos, da própria Rede Ecovida por exemplo, de fazer agroecologia num determinado espaço da unidade familiar e utilizar o pacote da revolução verde em outros, com a justificativa de fazer a transição de forma gradual. Entretanto, essa mudança gradual, embora tenha conseguido êxito em certas realidades, avança lentamente e regride em outras.

Nesse processo, potencializar a sucessão florestal foi a principal fonte de energia para a transição agroecológica. Como resultado, criou-se um conjunto de paisagens formadas por agroflorestas de diversas idades, áreas de florestas em regeneração, um sistema agrossilvipastoril e um espaço para criação de suínos. Nesse mosaico acontece uma intensa mudança no espaço e no tempo onde ora floresta é transformada em agrofloresta, ora agrofloresta vira floresta. Neste quadro, o maior insumo é o material podado das árvores. Mesmo que em pouca quantidade, são utilizados fosfato natural, cama de aviário e calcário, junto com um composto confeccionando na unidade à base de esterco suíno e palhada.

Como existem diversos e complexos sistemas produtivos, os tipos de manejos também são muitos. De modo geral, por meio de podas parciais ou totais de árvores, se abrem clareiras nas agroflorestas ou nas matas em regeneração. O material podado é ordenadamente colocado no solo com ajuda de facão e motosserra. Dependendo da disponibilidade de insumo e a fertilidade do local, também é espalhado fosfato natural e calcário. Em seguida são plantadas espécies de ciclos curto, médio e longo, realizada sazonalmente capina seletiva e poda. A UF3 tem uma forte relação com a sociedade articulada por meio de visitas, intercâmbios e vivências, representantes do local constantemente participam de atividades de sensibilização em outros contextos. A contribuição na formação da COOPERAFLORISTA, o desenvolvimento e socialização de tecnologias de plantio e transporte da produção (tirolesas) também são exemplos da relação com outros agricultores.

A UF4, o quarto caso exemplar, tem uma área de 2 alqueires localizado no Quilombo Ribeirão Grande, no município de Barro do Turvo, SP. A família iniciou os trabalhos na área no ano de 1997, com foco na criação de gado e produção de feijão. Assim como a UF3, este caso inicia a transição agroecológica de maneira integral ao se filiar na COOPERAFLORISTA e ao Núcleo Agroflorestal da Rede Ecovida no ano de 2001. A transição é motivada pela diminuição de fertilidade do seu sistema, pela experiência bem sucedida de outras famílias e oportunidade de comércio da produção. Contudo, no ano de 2017 a UF4 passa a comercializar

sua produção via a Associação dos Remanescentes de Quilombo dos Bairros Ribeirão Grande/Terra Seca. A partir desse momento a família pratica agricultura tradicional quilombola que usa em alguns momentos fogo e se desliga da COOPERAFLORESTA.

A paisagem da UF4 é composta por um mosaico de agroflorestas e fragmentos florestais, similar ao caso da UF3. Além disso, são abertas pequenas clareiras com ajuda do fogo onde são plantadas espécies de ciclo curto. O manejo da UF4 é baseado no processo de abertura de clareiras e deposição do material no solo, como da UF3. Algumas clareiras são abertas para o plantio de feijão, milho e mandioca, onde é utilizado fogo no início do processo. Na sequência deixa-se a área "descansar" para recuperar a fertilidade do sistema. Outra clareira é aberta e se repete o processo, ou seja, faz-se rotação de terras. Raramente são utilizados insumos, além dos já mencionados oriundos da sucessão florestal, mas quando disponível é utilizado fosfato natural, cama de aviário e calcário para potencializar os novos plantios. A relação com a sociedade se baseia na realização de intercâmbios realizados no Quilombo, e pela participação em atividades da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

O caminho dos casos exemplares na transição agroecológica

Com base na descrição dos casos exemplares e no referencial teórico sobre transição agroecológica exposto neste trabalho, podem-se elencar informações para caracterizar o estágio de transição de cada unidade. Para tanto, foram criados quatro níveis de análise: i) avançado, para as situações onde os atributos de cada estágio são identificados na totalidade; ii) parcial, para os casos em que há atividades em curso, mas de forma menos intensa; iii) inicial, onde as ações acontecem esporadicamente, ou de forma moderada e; iv) sem iniciar, relativo aos cenários nos quais não se identificou procedimentos. Cabe destacar que o estágio racionalização do uso de insumos foi retirado da análise, já que todos os atributos dele já foram cumpridos nas UFs. Observa-se a sistematização desse exercício no Quadro 1.

Quadro 1. Estágios da transição agroecológica dos casos exemplares pesquisados.

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA		UNIDADE FAMILIAR			
Estágio	Atributos	UF1	UF2	UF3	UF4
Substituição de insumos	Trocar insumos sintéticos por naturais	Avançado	Avançado	Avançado	Avançado
	Corrigir os sintomas dos desequilíbrios	Parcial	Inicial	Avançado	Parcial
Diversificação e integração de atividades	Diversificação das atividades nas paisagens	Inicial	Inicial	Avançado	Avançado
	Aumento da diversidade funcional	Inicial	Inicial	Avançado	Avançado
Redesenho da paisagem	Diversificação da paisagem	Inicial	Inicial	Avançado	Avançado
	Integração da paisagem	Inicial	Inicial	Avançado	Parcial
Sistemas complexos de produção	Imitar o funcionamento do ecossistema original	Sem iniciar	Sem iniciar	Avançado	Avançado
	Forte integração entre as paisagens	Sem iniciar	Sem iniciar	Avançado	Avançado
Reordenamento regional	Promover a transição em outros locais	Avançado	Inicial	Avançado	Parcial

Fonte: Os autores a partir de atividades de campo, adaptado de Feiden e Borsato (2011).

Percebe-se no quadro em questão que a UF3 contempla todos os atributos da transição agroecológica, o que pode sugerir que tal local tenha contemplado a transição. Nas outras unidades, há uma diversidade maior de níveis de análises. Na UF4, embora a maioria dos atributos esteja no nível *avançado*, a promoção da transição em outros locais e a correção das causas dos desequilíbrios é categorizada como *parcial*. Já UF2 apresenta uma relação mais linear, onde foi cumprida a substituição de insumo e iniciado atributos de outros estágios. A UF1 apresenta atributos bem diversos, classificados como avançados, parciais ou sem iniciar, detalhados a frente.

De fato, ao analisar o exercício do Quadro 1, observa-se que a maioria dos casos exemplares, contam com níveis de análises diferentes da proposta linear sugerida por Feiden e Borsato (2011), a partir das interpretações de Gliessman (2000; 2010). Na UF2, por exemplo, o reordenamento regional foi iniciado antes da construção de sistemas complexos de produção, entretanto, a UF1 é o caso

mais emblemático da não linearidade da transição. Ela foi caracterizada como *avançada* no atributo promover a transição em outros locais (o quarto estágio) e troca de insumo, ao mesmo tempo em que possui atividades sem iniciar na etapa sistemas complexos de produção e inicial nos estágios redesenho da paisagem e diversificação e integração das atividades, ou seja, existe uma diversidade de arranjos possíveis para classificar o estágio de transição agroecológica das unidades pesquisadas, que vão além da classificação linear do processo. Essa situação fica mais evidente, quando se incorpora o motivo principal das famílias iniciarem na Agroecologia.

Portanto, os motivos para o início da transição são diversos e, dependendo da motivação inicial, todo processo de transição é alterado. A pluralidade de motivos é explicada pela diversidade do rural brasileiro, como descrito anteriormente por Brandenburg (2010b), e observado nos casos exemplares desta pesquisa. Afinal, apesar de existirem similaridades, a realidade de uma família inserida na região metropolitana da capital paranaense, como a UF1 e UF2, é bastante distinta de uma comunidade remanescente de quilombolas (UF4) e um centro de envolvimento agroflorestal (UF3). Neste cenário plural, a perspectiva que a transição agroecológica não segue uma evolução linear ou hierárquica, apontada por Silva (2014), bem como a complexidade e interdependência de fatores organizacionais e técnicos descritos por Schmitt (2013), vão ao encontro com o caminho plural, complexo e multidimensional da trajetória construída pelos casos exemplares pesquisados, o que indica uma possível não linearidade da transição agroecológica.

Em contrapartida, a substituição de insumos é um aspecto central no início da transição de todos os casos, pois os agroecossistemas pesquisados carecem de insumos para iniciar na Agroecologia, mas quando se coloca em perspectiva a maneira como acontece esse primeiro estágio, nota-se que ele precisa ser problematizado. Nos casos da UF3 e UF4 ao optarem pela transição integral desde o início do processo, utilizam insumos gerados dentro das unidades familiares, enquanto que na UF1 e UF2 o insumo é oriundo de fora, ou seja, ao mesmo tempo em que a substituição de insumos é um importante primeiro passo, a maneira que isso ocorre, é influenciada por outras dimensões, ou estágios da transição agroecológica.

Além do exposto, é preciso refletir sobre a transição como sequência de estágios, pois as unidades UF3 e UF4 ao optarem pela transição integral mostraram que é possível iniciar uma mudança de forma total e obter conquistas. Mesmo que o elemento central da transição seja imitar o ecossistema natural, ou seja, uma floresta, ocorreram ações simultâneas relacionadas ao reordenamento regional, como a construção de um canal de comercialização, redesenho das paisagens e

integração entre elas. Ainda assim, replicar tal experiência em outros contextos é um desafio, mas realizar um misto de planejamento integral com etapas iniciais pode aumentar o número de unidades familiares e o sucesso das experiências.

Realmente, a análise dos casos exemplares aponta para uma não linearidade das experiências, ao mostrar que saúde, comercialização, políticas públicas e assistência técnica motivam o início da transição agroecológica e fomentam ações simultâneas em diversas dimensões da realidade. No entanto, tal argumentação não exclui a relevância de se ter um conjunto de estágios e atributos, já que tal processo pode contribuir para dar materialidade à construção da transição agroecológica em certos contextos.

Portanto, como enfatiza Silva (2014), é preciso utilizar uma metodologia de classificação para os casos de transição, que evite a tendência de visualizar a transição e os seus níveis como um momento determinado e linear em seus diversos aspectos ou dimensões, já que isto normalmente remete a uma classificação do agricultor ou da sua unidade produtiva que mascara deficiências ou retrocessos em algumas práticas ou comportamentos fundamentais à sustentabilidade do sistema.

Considerações finais

A transição agroecológica é um assunto central para a resolução de conflitos socioambientais que rondam nossa civilização. Para que as tentativas de transição tenham êxito, é prudente planejar, executar e monitorar ações que não repliquem os procedimentos que geraram as condições para a crise que se almeja ultrapassar. Promover a transição de forma linear e com estágios pré-definidos, quiçá, seja um exemplo de processo que replica tal racionalidade. Portanto, levar em conta a multidimensionalidade e interação entre as dimensões técnicas, ambientais, sociais, econômicas e políticas na realidade em que se busca promover a Agroecologia, é um aspecto central para o sucesso das experiências.

Neste contexto, pode-se apontar que esta pesquisa encontrou indícios que o sucesso da transição agroecológica passa por internalizar a multidimensionalidade das questões socioambientais e propor alternativas que sejam construídas localmente. Nem sempre as propostas devem ser em estágios lineares, mas ter uma sequência de etapas sistematizadas auxilia na problematização no início de uma nova experiência. Além disso, é prudente reconhecer como válida a premissa que não é a realidade que precisa se adequar a um roteiro pré-definido para a transição agroecológica, sim que os roteiros devem ser construídos, monitorados e alterados a partir da realidade, especialmente no complexo rural brasileiro.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

- ALTIERI, M. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989. 240 p.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 400 p.
- BRANDENBURG, A. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. *Ruris*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 167-194, mar. 2010a.
- BRANDENBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 417-428, jul./dez. 2010b.
- BRASIL. Decreto Legislativo nº 2, de 3 de fevereiro de 1994. Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília-DF, 4 fev 1994.
- CAPORAL, F. R. *Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações*. Brasília: MDA/SAF, 2009. 35p.
- COSTABEBER, J. A. Transição Agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre: [s.n.], 2004. 166 p.
- DEMO, P. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2008.
- FEIDEN, A.; BORSATO, A. V. *Como eu começo a mudar para sistemas agroecológicos*. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2011. 12 p.
- GEILFULS, F. *80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación*. San Salvador: Prochamate-IIICA, 1997. 208 p.
- GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000. 370 p.
- GLIESSMAN, S. R. The Framework for Conversion. In: GLIESSMAN, S. R.; ROSEMEYER, M. (Ed.). *The conversion to sustainable agriculture: principles, processes, and practices*. Boca Raton: Taylor and Francis Group, 2010. p. 3-14.
- LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. *Olhar de professor*, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 309-335, 2011.
- MACHADO, A. T.; SANTILI, J.; MAGALHÃES, R. *A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas*. Brasília: Embrapa, 2008.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- PEREZ-CASSARINO, J.; FERREIRA, A. D. D.; MAYER, P. H. Agricultura, campesinato e sistemas agroalimentares: uma proposta de abordagem para a transição agroecológica. *Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN*, Natal, v. 14, n. 2, p. 129-152, jul./dez. 2013.

- PIERRI, N. *Análisis crítico del instrumento de evaluación de impacto ambiental: su aplicación en Uruguay*. 2002. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.
- PLOEG, J. D. *Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. 376 p.
- SCHMITT, C. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. (Orgs.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 177-203.
- SEVILLA-GUZMÁN, E. A perspectiva sociológica em Agroecologia. *Revista da Emater/RS*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 18-28, jan./mar. 2002.
- SEVILLA-GUZMÁN, E.; MONTIEL, M. S. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización alimentaria. *PH Cuadernos*, Sevilla, p. 191-217, 2010.
- SILVA, J. C. B. V. *Ecologização do agricultor familiar: avançando desde uma transição ecoformadora*. 2014. 276 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- STELLA, A.; KAGEYAMA, P. Y.; NODARI, R. Políticas públicas para a agrobiodiversidade. In: *Agrobiodiversidade e diversidade cultural*. Brasília: MMA/SBF, 2006.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. Rio de Janeiro: Cortez, 2011.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2015.

USOS DAS PLANTAS DO CERRADO PELA COMUNIDADE RURAL NOSSA SENHORA DA GUIA, NO MUNICÍPIO MATO-GROSSENSE DE CÁCERES, BRASIL

The use of Cerrado's plants by the Nossa Senhora da Guia rural
community, city of Cáceres, Mato Grosso, Brazil

Luciene da Costa Rodrigues*
Sandra Mara Alves da Silva Neves**
Valter Roberto Schaffrath***

Resumo: Buscou-se ampliar o conhecimento sobre as famílias, hábitos e formas de uso das plantas da comunidade rural Nossa Senhora da Guia/MT. Utilizou-se a abordagem quali-quantitativa. A flora local apresenta 115 espécies. A classe arbórea apresentou 74 indicações, a herbácea 18, ambas com Frequências Relativas semelhantes. A classe arbustivo com 16 (0,2 a 0,8%). A palmeira com 6 (0,2 a 1,0%) e a liana com uma indicação (0,2%). Os usos indicados das espécies são: consumo humano, construção civil, comercialização, madeireiro e medicinal. Concluiu-se que os moradores possuem conhecimentos sobre as potencialidades de uso das plantas do Cerrado, cujo saber é materializado pela adaptação e interação com o ecossistema local.

Palavras-chave: Etnobiogeografia, Conhecimento popular, Saber ecológico tradicional.

Abstract: The aim of the current study is to broaden the knowledge about families, habits and ways of using plants in the rural community Nossa Senhora da Guia/MT, based on a qualitative and quantitative approach. Local flora in this

Introdução

O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil, ocupa aproximadamente 21% do território brasileiro (RIBEIRO; WALTER, 1998). Apresenta ampla diversidade biológica (AGUIAR et al., 2004) com aproximadamente 12.000 espécies de plantas vasculares catalogadas (WALTER, 2006), sendo um dos hotspots mundiais para a conservação da biodiversidade (MYERS et al., 2000).

Apesar da enorme riqueza florística, o bioma Cerrado vem, no decorrer dos anos, sofrendo modificações na sua paisagem natural em função das atividades antrópicas, como o modelo químico-mecânico da agricultura e também com a atividade pecuária. Embora,

* Bióloga, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento/PPGMADE da Universidade Federal do Paraná/UFPR. E-mail: lucyrodriques_bio@hotmail.com.

** Geógrafa, Doutora em Geografia, docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPG-GEO da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. E-mail: ssneves@unemat.br.

*** Agrônomo, Doutor em Agronomia, docente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento/PPGMADE da Universidade Federal do Paraná/UFPR. E-mail: valter.schaffrath@gmail.com.

community comprises 115 species. Tree class presented 74 indications and herbaceous class presented 18, both with similar Relative Frequencies. Shrub class presented 16 indications (0.2% to 0.8%); palm class, 6 (0.2 to 1.0%); and liana class, 1 (0.2%). The ways of using the indicated plant species comprised human consumption, civil construction, trading, timber and medicinal purposes. It was possible concluding that residents know about the potential use of Cerrado plants; their knowledge is materialized in their adaptation to, and interaction with, the local ecosystem.

Keywords: Ethnobiogeography, Popular knowledge, Traditional ecologic knowledge.



não existam dados precisos, estima-se que cerca de 50% da paisagem natural do Cerrado está sendo transformada em paisagens cultivadas, com predomínio da agricultura e pastagem, sendo que nos últimos 35 anos essa destruição vem ocorrendo de forma acelerada, gerando graves consequências ambientais (KLINK; MACHADO, 2005).

O bioma referido deveria destacar-se em termos de conservação ambiental. Entretanto, apenas 4% de sua área encontram-se delimitada como unidade de conservação, o que é muito abaixo da meta mundial de conservação ecológica que é de aproximadamente 10% (BRASIL, 2007a). Com a proposta do Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do bioma Cerrado, instituído por meio do Decreto 5.577 de 8/11/2005, que tem como objetivo “promover a conservação, a restauração, a recuperação e o manejo sustentável de ecossistemas, bem como a valorização e o reconhecimento de suas populações tradicionais”, vem buscando alternativas sustentáveis para reverter os impactos socioambientais negativos no bioma (BRASIL, 2005). Um dos desafios para a conservação do Cerrado é demonstrar a importância que a biodiversidade regional desempenha no funcionamento dos ecossistemas e na conservação da paisagem.

Além dos aspectos ambientais, o Cerrado distingue-se por sua importância social, econômica e inúmeras populações humanas tradicionais que dele

sobrevivem e conhecem parte de sua inestimada diversidade. Essas populações, sob o ponto de vista cultural, reproduzem historicamente seu modo de vida, com isolamento relativo, e baseado na cooperação social e relações próprias com a natureza (DIEGUES, 1996), ou seja, são grupos viventes que abrem oportunidade e espaço para meios de vida sustentáveis e uso de forma equilibrada dos recursos naturais, costumes estes, que desempenham estabilidade entre os grupos e o ambiente.

A procedência do saber popular está na observação constante e metódica dos fenômenos e das características da natureza, o que explica a importância que as etnocategorias de usos das plantas assumem nos resultados das investigações do uso de plantas de uma região ou mesmo de uma sociedade (ALBUQUERQUE; ANDRADE, 2002). Desse modo, a Etnobotânica surge como o campo interdisciplinar que envolve o estudo e a explicação do conhecimento que o ser humano apresenta sobre os usos das plantas (CABALLERO, 1979). Nesse contexto, o Etnoconhecimento é usado como uma ferramenta metodológica que implica a abordagem do conhecimento cultural e regional e que conduz à informação, resgatando o vínculo entre o saber local e o científico.

O saber local sobre os recursos vegetais do Cerrado tem origem nas adaptações humanas e interações com o ecossistema, conhecimento adquirido por meio de observações e vivências com o meio ambiente, e que possibilita um saber ecológico que é materializado em suas práticas cotidianas. Na perspectiva da ciência geográfica esse tipo de estudo é realizado no âmbito da Etnobiogeografia, que analisa a distribuição espacial da flora e fauna relacionando a sua forma de manutenção e de conservação ambiental.

Guarim Neto (2001) ressalta que os primeiros detentores de conhecimento sobre plantas do Cerrado Mato-grossense são as populações locais que as utilizam para diferentes finalidades. As plantas do Cerrado possuem papel importante na vida dos membros de comunidades tradicionais¹ e não-tradicionais pela diversidade de usos, manifestada na quantidade de espécies potencialmente econômicas o que inclui as categorias: artesanal, alimentícias, medicinais, forrageiras, madeireiras, oleíferas, entre outras (CARNIELLO et al., 2010; PASA; ÁVILA, 2010; PASA, 2004; GUARIM NETO; MACIEL, 2008).

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é ampliar o conhecimento sobre as famílias botânicas, hábitos e formas de uso das plantas do Cerrado menciona-

¹ No Brasil, segundo o decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 em seu artigo 3º, refere-se ao termo *populações tradicionais* como *povos* ou *comunidades tradicionais* como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007b).

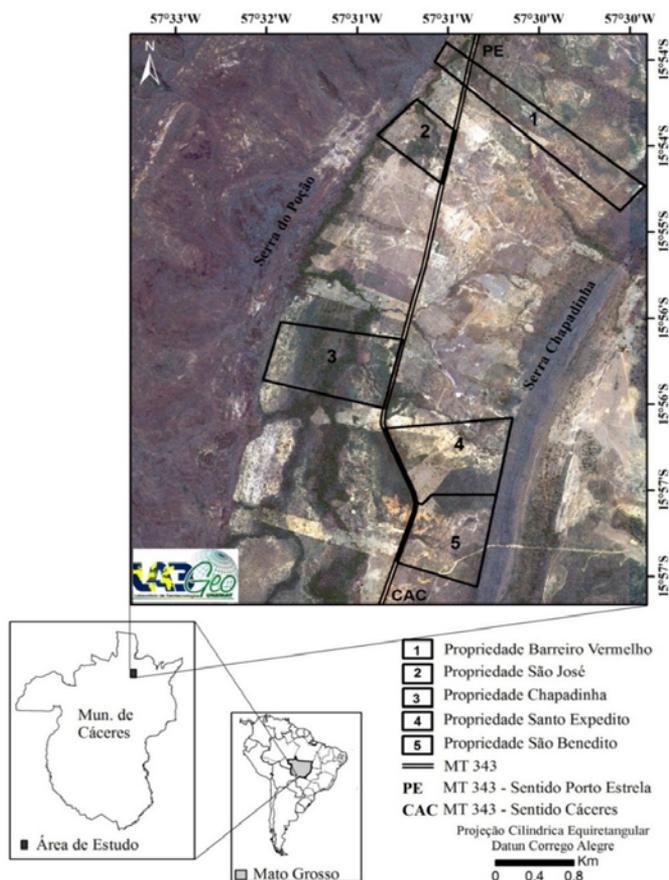
das pelos moradores da comunidade rural Nossa Senhora da Guia em Cáceres/MT, demonstrando que o ambiente e a utilização das plantas convergem para a sustentabilidade das atividades tradicionais desenvolvidas pelos moradores da comunidade investigada ajustados às paisagens regionais.

Material e métodos

Área de estudo

A comunidade rural Nossa Senhora da Guia, localizada entre as serras do Poção e Chapadinha, no município de Cáceres (Figura 1) é classificada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA como Salobra Devoluto VIII - Área "C", pertencente à Morraria de Cáceres (Província Serrana), totalizando uma extensão territorial de 15.720 ha (BRASIL, 2004).

Figura 1. Comunidade rural Nossa Senhora da Guia em Cáceres/MT, Brasil.



Elaboração: Labgeo (2012).

O local investigado apresenta dois córregos principais, o Piraputanga e o Jaberão, além de vários ribeirões, minas e cachoeiras sem denominações, o que torna viável a ocupação no que tange ao abastecimento de água (BRASIL, 2004). Pertence ao bioma Cerrado com uma fisionomia de Formações Florestais (Mata Ciliar, Mata de Galeria e Cerradão) que englobam os tipos de vegetação com predomínio de espécies arbóreas e formação de dossel (BRASIL, 2007c).

O relevo na área investigada é tipicamente movimentado e fortemente acidentado, com presença de escarpas com afloramento de rocha. Em relação à pedologia constitui-se da associação de Podzólico vermelho e amarelo, formado por argila de atividade baixa, abrupto, plíntico textura média, argila cascalhenta mais Latossolo vermelho amarelo plíntico, ambos distróficos (RADAMBRASIL, 1982).

A precipitação total anual do município de Cáceres é de 1.335 mm, com concentração no período de dezembro a março, sendo que o mês de janeiro o mais chuvoso. O período de seca é de oito meses (abril a novembro), sendo mais intenso de junho a agosto, com apenas 4,9% do total pluviométrico anual. A temperatura média anual é de 26,24 °C. O total anual de insolação é de 1.874,65 horas de brilho solar, variando de 106,02 horas (setembro) a 224,35 horas (julho) (NEVES et al., 2011).

Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento deste estudo, foram estabelecidos três momentos de contato com a comunidade (maio/2011-novembro/2012 prolongando até 2017). Na primeira fase ocorreu a delimitação e mapeamento da área de estudo; na segunda fase foram estabelecidas visitas periódicas para escolha dos moradores, esclarecimento do projeto de pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Parecer nº 102/2012). Após o consentimento dos moradores, iniciou-se a coleta de dados (terceira fase).

Para o levantamento dos dados utilizou-se abordagens quali-quantitativas (ALBUQUERQUE et al., 2010). As entrevistas foram realizadas com auxílio de um formulário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas (ALEXÍADES, 1996).

Após as entrevistas, adotou-se o “método das trilhas pré-fixadas” adaptadas a partir dos estudos de Brondízio e Neves (1996), em que é realizada uma caminhada com o morador em sua propriedade, com o objetivo do mesmo explicar voluntariamente, informações sobre o componente vegetal e o ambiente em que vive.

A identificação das espécies foi realizada por comparação das fotografias tiradas *in situ*, com consulta à literatura especializada. Os nomes científicos das espécies, com os respectivos autores, foram confirmadas e atualizadas nos ende-

reços eletrônicos do Missouri Botanical Garden (www.tropicos.org) e na Lista de espécies Flora do Brasil (floradobrasil.jbrj.gov.br).

Os dados quantitativos das espécies vegetais presentes nas propriedades estudadas foram sistematizadas numa matriz, no programa Excel, e efetuadas as análises estatísticas descritivas: Frequência Absoluta: Fa = número de propriedades onde a espécie vegetal é cultivada (1 a 5 propriedades) e Frequência Relativa: Fr = (número de propriedades onde a espécie vegetal é cultivada) dividido pelo (número total de propriedades) X 100 (MUELLER-DOMBOIS; ELLENBERG, 1974; BRAUN-BLANQUET, 1979; BROWER; ZAR, 1984; MARTINS, 1991; PINTO-COELHO, 2000; CULLEN JUNIOR et al., 2004).

Resultados e discussões

A comunidade rural Nossa Senhora da Guia apresenta uma riqueza florística que corresponde a 115 espécies vegetais pertencentes a 96 gêneros e distribuídas em 43 famílias.

As famílias botânicas com maior número de espécies observadas foram, respectivamente, Fabaceae (20), Apocynaceae, Bignoniaceae, Volchysiaceae (7), Malpighiaceae e Arecaceae (6), Malvaceae (5), Annonaceae e Rubiaceae (4), Moraceae, Lythraceae, Euphorbiaceae, Sapindaceae e Combretaceae (3) e as demais famílias foram representadas por número inferior a duas espécies (Tabela 1).

A Fabaceae, de acordo com Souza e Lorenzi (2008) apresenta distribuição cosmopolita, no Brasil, ocorrem cerca de 200 gêneros e 2700 espécies, correspondendo à maior família em número de espécies no País, sob ponto de vista econômico.

A Apocynaceae consiste em cerca 41 gêneros com 376 espécies, no Brasil, esta família caracteriza-se por apresentar uma diversidade de substâncias resultantes do seu metabolismo secundário que, na maioria das vezes, possuem propriedades farmacológicas (MOURA; AGRA, 1989; BARATTO, 2010).

A Bignoniaceae (distribuição pantropical) corresponde cerca de 30 gêneros e 400 espécies. No Brasil, destacam-se as espécies nativas o Ipê, com os respectivos gêneros *Handroanthus* e *Tabebuia*.

A família Volchysiaceae (distribuição neotropical), ocorrem seis gêneros e aproximadamente 160 espécies. Esta é uma das principais famílias do bioma Cerrado, onde se destacam espécies de *Qualea*, *Volchysia*, *Callisthene*, *Salvertia*.

Com a Malpighiaceae (distribuição tropical e subtropical) ocorrem 44 gêneros e aproximadamente 530 espécies. Essa família é facilmente reconhecida pela

presença de nectários extraflorais, dispostos aos pares na base das sépalas de quase todas as espécies. Seu gênero *Byrsonima* apresenta diversas espécies nativas no Brasil, porém sob ponto de vista econômico é pouco explorado (SOUZA; LORENZI, 2008).

Na família botânica *Arecaceae* (distribuição pantropical) ocorrem cerca de 40 gêneros e 260 espécies, sendo que as palmeiras são um elemento presente em praticamente todas as formações vegetais.

Por fim, a *Malvaceae* é uma família constituída de ervas, subarbustos, arbustos, lianas e árvores de pequeno e grande porte, no Brasil, ocorrem cerca de 80 gêneros e 400 espécies (SOUZA; LORENZI, 2008).

Dentre as famílias botânicas estudadas, as que obtiveram maior representatividade foram a *Fabaceae*, com 17,39%, seguida da *Apocynaceae*, *Bignoniaceae* e *Volchysiaceae*, com 6,08% e, logo da *Malpighiaceae* e *Arecaceae*, com 5,21%, totalizando 28,68% de espécies citadas pelos moradores da comunidade rural Nossa Senhora da Guia. Essas famílias botânicas frequentemente têm sido mencionadas como as mais representativas em trabalhos etnobotânicos, no estado de Mato Grosso e em outros lugares do Brasil, como apresentado nos estudos de Guarim Neto e Moraes (2003), Pasa et al. (2005); Cunha e Bortolotto (2011); Souza (2007); Pereira et al. (2012); entre outros.

Em relação ao modo de vida das espécies vegetais e a Frequência Relativa (Fr - agrupadas em famílias botânicas), apresentadas na tabela 1, compreendeu para a classe arbórea 74 espécies (64,35%), a herbácea com 18 (15,66%) e o arbustivo ocorreu 16 espécies (13,92%). Com a classe palmeira apresentou 6 espécies (5,22%) e a liana apresentou 1 espécie (0,87%). Em Mato Grosso, a exploração intensiva e, na maioria das vezes, desordenada para a implantação de monoculturas associado às queimadas tem levado à redução do estoque da vegetação nativa rapidamente. Considerando a importância das florestas nativas, no cenário estratégico, ambiental, social e econômico do Brasil e estudo sobre o seu uso, composição e similaridade florística de um ambiente permitem o mapeamento da área e fornecem subsídios para elaboração de planos de manejo para utilização sustentável do recurso (FERREIRA JÚNIOR et al., 2008).

As espécies foram incluídas em diferentes categorias de uso, tais como: consumo humano (10 citações), construção civil (25 citações), comercialização (4 citações), madeireiro (28 citações), medicinal (21 citações) e não indicado (77 citações) como apresentadas na tabela 1.

Tabela 1. Plantas utilizadas pelos moradores da comunidade rural Nossa Senhora da Guia, Cáceres/MT. Legenda: **Usos:** 1: Consumo humano; 2: Madeireiro; 3: Comercialização; 4: Construção civil; 5: Medicinal; 6: Não indicado. **Análises:** Fa: Frequência Absoluta; Fr: Frequência relativa em relação ao número de plantas citadas por propriedades. **Hábitos:** Arbórea, Arbustivo, Herbáceo, Liana e Palmeira.

Família	Espécie	Denominação	Fa	Fr	Usos	Hábito
Anacardiaceae	<i>Astronium fraxinifolium</i> Schott	Gonçaleiro	3	0,6	2,4	Arbóreo
	<i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão	Aroeira	5	1	2,4,5	Arbóreo
Annonaceae	<i>Xylopia aromatica</i> (Lam.) Mart.	Pindaíba	3	0,6	2,4	Arbóreo
	<i>Annona crassiflora</i> Mart.	Ata do mato	2	0,4	6	Arbustivo
	<i>Annona dioica</i> A.St.-Hil.	Ata do mato	4	0,8	6	Arbustivo
	<i>Duguetia furfuracea</i> (A.St.-Hil.) Saff.	Ata de árvore	2	0,4	6	Arbustivo
Amaryllidaceae	<i>Hippeastrum belladonna</i> L.	Frota	1	0,2	6	Arbóreo
Apocynaceae	<i>Aspidosperma cylindrocarpon</i> Müll.Arg.	Peroba rosa	2	0,4	2,4	Arbóreo
	<i>Aspidosperma macrocarpon</i> Mart.	Peroba mirim	2	0,4	2,4	Arbóreo
	<i>Aspidosperma</i> cf. <i>australe</i> Müll.Arg.	Guatambu	1	0,2	5	Arbóreo
	<i>Hancornia speciosa</i> Gomes	Mangava	2	0,4	1,2,5	Arbóreo
	<i>Himatanthus obovatus</i> (Müll.Arg.) Woodson	Angélica	2	0,4	2,4	Arbóreo
	<i>Himatanthus sucuba</i> (Spruce ex Müll.Arg.) Woodson	Não indicado	2	0,4	6	Arbóreo
	<i>Secondatia densiflora</i> A.DC.	Canoinha	2	0,4	6	Arbóreo
Arecaceae	<i>Acrocomia aculeata</i> (Jacq.) Lodd. Mart.	Bocaiuva	4	0,8	1	Palmeira
	<i>Mauritia flexuosa</i> L.f.	Buriti	2	0,4	1,3,5	Palmeira
	<i>Mauritiella</i> cf. <i>armata</i> (Mart.) Burret	Buritirana	1	0,2	6	Palmeira
	<i>Orbignya oleifera</i> Burret	Babaçu	5	1	1,3,5	Palmeira
	<i>Scheelea phalerata</i> (Mart. ex Spreng.) Burret	Acuri	4	0,8	5	Palmeira
	<i>Attalea</i> cf. <i>geraensis</i> Barb. Rodr.	Indaiá	1	0,2	6	Palmeira
Asteraceae	<i>Eupatorium odoratum</i> L.	Arnica	2	0,4	5	Arbóreo
	<i>Solidago chilensis</i> Meyen	Arnica	1	0,2	5	Herbáceo
Bignoniaceae	<i>Anemopaegma arvense</i> (Vell.) Stellfeld ex De Souza	Catuaba	4	0,8	5	Herbáceo
	<i>Cybistax antisiphilitica</i> (Mart.) Mart.	Escova de cavalo	1	0,2	6	Arbóreo
	<i>Jacaranda cuspidifolia</i> Mart.	Carobinha	2	0,4	6	Arbóreo
	<i>Handroanthus heptaphyllus</i> (Vell.) Mattos	Piúva	3	0,6	6	Arbóreo
	<i>Handroanthus impetiginosus</i> (Mart. ex DC.) Mattos	Ipê	1	0,2	2,4	Arbóreo
	<i>Handroanthus vellosi</i> (Toledo) Mattos	Ipê	5	1	2,4	Arbóreo
	<i>Tabebuia aurea</i> (Silva Manso) Benth. & Hook.f. ex S.Moore	Paratudo	3	0,6	2,4,5	Arbóreo
Boraginaceae	<i>Cordia glabrata</i> (Mart.) A.DC.	Louro	2	0,4	6	Arbóreo
Bromeliaceae	<i>Ananas ananassoides</i> (Baker) L.B.Sm.	Abacaxizinho	3	0,6	6	Herbáceo

Família	Espécie	Denominação	Fa	Fr	Usos	Hábito
Burseraceae	<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) Marchand	Protium	2	0,4	6	Arbóreo
Cannabaceae	<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume	Piriquiteira	2	0,4	6	Arbóreo
Calophyllaceae	<i>Kielmeyera coriacea</i> Mart.	Pau santo	1	0,2	6	Arbóreo
Caryocaraceae	<i>Caryocar brasiliense</i> A.St.-Hil.	Pequi	5	1	1,2,3,4	Arbóreo
Combretaceae	<i>Buchenavia tomentosa</i> Eichler	Cama de onça	2	0,4	6	Arbóreo
	<i>Combretum leprosum</i> Mart.	Carne de vaca	2	0,4	6	Arbóreo
	<i>Terminalia argentea</i> Mart.	Não indicado	1	0,2	6	Arbóreo
Commelinaceae	<i>Commelina erecta</i> L.	Capoeiraba	2	0,4	6	Arbóreo
Cucurbitaceae	<i>Cayaponia podantha</i> Cogn.	Melancia de pacu	1	0,2	6	Herbáceo
Dilleniaceae	<i>Curatella amaricana</i> L.	Lixeira	5	1	2,4	Arbóreo
	<i>Davilla elliptica</i> A.St.-Hil.	Lixinha	2	0,4	6	Herbáceo
Ebenaceae	<i>Diospyros hispida</i> A.DC.	Não indicado	1	0,2	6	Arbustivo
Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum anguifugum</i> Mart.	Não indicado	1	0,2	6	Arbóreo
	<i>Erythroxylum deciduum</i> A.St.-Hil.	Não indicado	1	0,2	6	Arbustivo
Euphorbiaceae	<i>Dalechampia scandens</i> L.	Não indicado	2	0,4	6	Herbáceo
	<i>Dalechampia linearis</i> Baill.	Não indicado	1	0,2	6	Herbáceo
	<i>Dalechampia stipulacea</i> Mull.Arg.	Trepadeira	1	0,2	6	Herbáceo
Fabaceae	<i>Bauhinia pentandra</i> (Bong.) Steud.	Pé de boi	2	0,4	6	Arbustivo
	<i>Bauhinia rufa</i> (Bong.) Steud.	Pé de boi	2	0,4	6	Arbustivo
	<i>Copaifera martii</i> Hayne	Pau d'olinho	1	0,2	6	Arbóreo
	<i>Copaifera langsdorffii</i> Desf.	Copaiba	1	0,2	5	Arbóreo
	<i>Dimorphandra mollis</i> Benth.	Barbatimão	4	0,8	2,4,5	Arbóreo
	<i>Dipterix alata</i> Vogel	Cumbaru	5	1	1,2,3,4,5	Arbóreo
	<i>Hymenaea courbaril</i> L.	Jatobá da mata	4	0,8	1,2,4,5	Arbóreo
	<i>Hymenaea stigonocarpa</i> Hayne	Jatobá mirim	2	0,4	1,2,4,5	Arbóreo
	<i>Albizia saman</i> (Jacq.) Merr.	Corticeira	2	0,4	6	Arbóreo
	<i>Andira cujabensis</i> Benth.	Mocegueira	1	0,2	6	Arbóreo
	<i>Enterolobium contortisiliquum</i> (Vell.) Morong	Ximbuva	1	0,2	6	Arbóreo
	<i>Erythrina fusca</i> Lour.	Abobreira	2	0,4	6	Arbóreo
	<i>Machaerium acutifolium</i> Vogel	Sucupira do campo	1	0,2	6	Arbóreo
	<i>Plathymenia reticulata</i> Benth.	Vinhático	3	0,6	2,4	Arbóreo
	<i>Pterogyne nitens</i> Tul.	Não indicado	1	0,2	6	Arbóreo
	<i>Stryphnodendron rotundifolium</i> Mart.	Barbatimão verdadeiro	5	1	2,4,5	Arbóreo
	<i>Tachigali aurea</i> (Tul.) Baill.	Não indicado	1	0,2	6	Arbóreo
	<i>Senna alata</i> (L.) Roxb.	Não indicado	1	0,2	6	Arbóreo
	<i>Bowdichia virgilioides</i> Kunth	Sucupira do campo	4	0,8	6	Arbóreo
	<i>Vatairea macrocarpa</i> (Benth.) Ducke	Não indicado	1	0,2	6	Arbóreo

Família	Espécie	Denominação	Fa	Fr	Usos	Hábito
Lamiaceae	<i>Vitex cymosa</i> Bertero ex Spreng.	Tarumã	2	0,4	6	Árboreo
Loganiaceae	<i>Strychnos pseudoquina</i> A. St.-Hil.	Quina do cerrado	5	1	2,4,5	Árboreo
Lythraceae	<i>Adenaria floribunda</i> Kunth	Não indicado	1	0,2	6	Árboreo
	<i>Lafoensia pacari</i> A. St.-Hil.	Mangava brava	1	0,2	2,4,5	Árboreo
	<i>Physocalymma scaberrimum</i> Pohl	Carijó	3	0,6	2,4	Árboreo
Malvaceae	<i>Guazuma ulmifolia</i> Lam.	Chico magro	2	0,4	5	Árboreo
	<i>Gossypium hirsutum</i> L.	Algodão	2	0,4	6	Arbustivo
	<i>Luehea paniculata</i> Mart.	Soita cavalo	2	0,4	6	Árboreo
	<i>Helicteres guazumifolia</i> Kunth	Rosquinha	2	0,2	6	Árboreo
	<i>Sterculia apetala</i> (Jacq.) H.Karst.	Manduvi	2	0,4	6	Árboreo
Malpighiaceae	<i>Banisteriopsis</i> cf. <i>Pubipetala</i> (A. Juss.) Cuatrec.	Cipó	1	0,2	6	Liana
	<i>Byrsonima coccolobifolia</i> Kunt	Canjição branco	1	0,2	6	Herbáceo
	<i>Byrsonima</i> cf. <i>intermedia</i> A. Juss.	Cajinquinha	1	0,2	6	Herbáceo
	<i>Byrsonima sidoniifolia</i> A. Juss.	Cajinquinha	5	1	1	Herbáceo
	<i>Byrsonima verbacifolia</i> (L.) DC.	Canjição	1	0,2	6	Herbáceo
	<i>Byrsonima crassifolia</i> (L.) Kunth	Canjição	2	0,4	6	Herbáceo
Melastomataceae	<i>Mouriri guianensis</i> Aubl.	Roncador	1	0,2	6	Árboreo
Moraceae	<i>Ficus</i> cf. <i>gomelleira</i> Kunth & C.D.Bouché	Figueira	2	0,4	6	Arbustivo
	<i>Dorstenia brasiliensis</i> Lam.	Caiapiá	2	0,4	6	Herbáceo
	<i>Brosimum gaudichaudii</i> Trécul	Algodão doce do cerrado	5	1	1	Herbáceo
Ochnaceae	<i>Ouratea hexasperma</i> (A.St.-Hil.) Baill.	Não indicado	1	0,2	6	Arbustivo
Opiliaceae	<i>Agonandra brasiliensis</i> Miers ex Benth.	Não indicado	2	0,4	6	Árboreo
Poaceae	<i>Guadua paniculata</i> Munro	Taquara	3	0,6	6	Herbáceo
Polygonaceae	<i>Coccoloba mollis</i> Casar.	Não indicado	1	0,2	6	Arbustivo
	<i>Triplaris americana</i> L.	Novateiro	2	0,4	6	Árboreo
Portulacaceae	<i>Portulaca oleracea</i> L.	Onze horas	3	0,6	6	Herbáceo
Proteaceae	<i>Roupala montana</i> Aubl.	Não indicado	1	0,2	6	Árboreo
Rubiaceae	<i>Alibertia edulis</i> (Rich.) A.Rich. ex DC.	Marmelada	1	0,2	6	Arbustivo
	<i>Genipa americana</i> L.	Jenipapo	2	0,4	2,4,5	Árboreo
	<i>Palicourea coriacea</i> (Cham.) K.Schum.	Tampa de panela	2	0,4	6	Arbustivo
	<i>Rudgea viburnoides</i> (Cham.) Benth.	Pau Santo	2	0,4	6	Árboreo
Rutaceae	<i>Zanthoxylum rigidum</i> Humb. & Bonpl. ex Willd.	Maminha de porca	1	0,2	6	Arbustivo
Salicaceae	<i>Casearia sylvestris</i> Sw.	Não indicado	2	0,4	6	Arbustivo
Sapindaceae	<i>Dilodendron bipinnatum</i> Radlk.	Maria pobre	1	0,2	6	Árboreo
	<i>Magonia pubescens</i> A.St.-Hil.	Timbó	3	0,6	2,4,5	Árboreo
	<i>Paullinia pinnata</i> L.	Não indicado	1	0,2	6	Arbustivo
Simaroubaceae	<i>Simarouba versicolor</i> A.St.-Hil.	Canela preta	1	0,2	6	Árboreo

Família	Espécie	Denominação	Fa	Fr	Usos	Hábito
Solanaceae	<i>Solanum lycocarpum</i> A.St.-Hil.	Lobeira	1	0,2	6	Arbóreo
Talinaceae	<i>Talinum fruticosum</i> (L.) Juss.	Não indicado	1	0,2	6	Herbáceo
Urticaceae	<i>Cecropia pachystachya</i> Trécul	Embaúba	5	1	6	Arbóreo
Volchysiaceae	<i>Qualea grandiflora</i> Mart.	Pau terra	2	0,4	6	Arbóreo
	<i>Qualea parviflora</i> Mart.	Pau terra	2	0,4	6	Arbóreo
	<i>Callisthene fasciculata</i> Mart.	Pau terra	1	0,2	6	Arbóreo
	<i>Salvertia convallariodora</i> A. St.-Hil.	Não indicado	1	0,2	6	Arbóreo
	<i>Vochysia cinnamomea</i> Pohl	Não indicado	1	0,2	2,4	Arbóreo
	<i>Vochysia divergens</i> Pohl	Cambará	4	0,8	2,4	Arbóreo
	<i>Vochysia haenkeana</i> Mart.	Cambará amarelo	4	0,8	2,4	Arbóreo

Organização: os autores (2020).

Dentre as espécies estudadas as categorias de usos mais citadas correspondem à utilização madeireira (24,35%), construção civil (21,74%) e medicinal (18,27%). Pesquisas no Cerrado e no Pantanal, realizadas respectivamente por Guarim Neto e Pasa (2009) e Schwenk e Silva (2000) evidenciaram que a diversidade vegetal é mantida pelas populações locais em virtude de suas necessidades, como o uso madeireiro e na construção civil. Assim, do componente vegetal é retirado à matéria-prima, de forma sustentada, para suprir suas demandas. Resultados estes que corroboram com os obtidos neste estudo.

Quanto a categoria de uso medicinal, as plantas são utilizadas pela população mato-grossense para o tratamento alternativo no controle e/ou prevenção de diversas patologias crônicas transmissíveis e não-transmissíveis (MOREIRA; GUARIM NETO, 2015; COELHO et al., 2011; SILVA et al., 2010). Nos últimos anos, vem aumentando o interesse em tratamentos alternativos, em virtude de vários fatores, como a insatisfação com a medicina convencional, o uso incorreto e/ou abusivo de drogas sintéticas que resultam em efeitos colaterais e agravos a saúde humana. Porém, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, há um desafio aos pesquisadores em desenvolver estudos etnofarmacológicos, tendo em vista que a flora brasileira tem sido progressivamente destruída e a medicina popular, uma rica mistura de conhecimentos étnicos, torna-se modificada pela cultura moderna.

As demais categorias de uso na comunidade rural Nossa Senhora da Guia, como o consumo humano (8,70%) e a comercialização (3,48%), obtiveram entre 4-10 citações. Segundo os estudos de Mamede e Pasa (2019) bem como de Sánchez (2014) apresentaram que a produção nas comunidades pesquisadas abastecem as necessidades dos grupos familiares e o excedente é comercializado, resultados estes que se assemelham com os obtidos nesta pesquisa. Assim, o lucro adquirido com esta comercialização é utilizado para compra de outros produtos em mercados

locais. Neste cenário, as populações locais nas áreas tropicais estão imersas numa dicotomia econômica.

Desta forma, essas populações produzem bens para o mercado e compram produtos utilizando a renda obtida. Ao mesmo tempo, eles produzem os produtos básicos para consumo pessoal, resultando na adoção de estratégias que englobam sua dupla atuação como produtores de subsistência e de mercado. Deste modo, o principal objetivo destas populações é maximizar a diversidade e o número de opções disponíveis, a fim de garantir a sua subsistência e minimizar os riscos econômicos. Isto é conseguido por meio do uso múltiplo do espaço, do tempo e de espécies vegetais (TOLEDO et al., 2003).

O estudo das famílias botânicas, hábitos e formas de uso são importantes para identificação das espécies vegetais, resultando em estudos posteriores de manejo, conservação das espécies, dos princípios bioativos que as compõem, entre outras especificidades. Além de contribuir para o entendimento da dinâmica de quem vive em comunidades locais e dependem das plantas para consumo próprio (alimentar e medicinal) e/ou como fonte de geração de renda.

Nesse contexto, como mencionado anteriormente, o conhecimento e uso das plantas pelo homem é pesquisado pela Etnobotânica, que tem como objetivo a percepção e classificação do nome, formas de uso e manejo das espécies vegetais por parte de comunidades locais (STRACHULSKI; FLORIANI 2013), bem como pela Etnobiogeografia que engloba a espacialidade e a conservação do ambiente. Desse modo, o resgate cultural e do conhecimento das populações tradicionais é fundamental para entender as potencialidades do uso das plantas e conservação do ambiente local.

Considerações finais

A vegetação estudada na comunidade rural Nossa Senhora da Guia está distribuída em diferentes famílias botânicas, destas, a família Fabaceae apresenta maior número de espécies. Em relação ao modo de vida das plantas a classe arbórea destacou-se das demais categorias, apresentando grande diversidade florística e maior quantidade de indicações de uso pela comunidade estudada.

O uso das espécies do bioma Cerrado pelos moradores, presente nesse espaço geográfico de Mato Grosso, evidenciou que eles detêm saber sobre as suas potencialidades. Saber este que possivelmente, foi herdado de seus ancestrais, pela observação e experimentação, gerando conhecimentos ecológicos que são materializados em suas práticas cotidianas no ambiente de vivência.

Referências

- AGUIAR, L. M. S.; MACHADO, R. B.; MARINHO-FILHO, J. A diversidade biológica do Cerrado. In: AGUIAR, L. M. S.; CAMARGO, A. (Eds.). *Ecologia e caracterização do Cerrado*. Brasília: Embrapa, 2004. p.19-42.
- ALBUQUERQUE, U. P.; ANDRADE, L. H. C. Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de caatinga no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. *Acta Botânica Brasileira*, Brasília, v. 16, n. 3, p. 273-85, 2002.
- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; ALENCAR, N. L. Métodos e técnicas para a coleta de dados etnobotânicos. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. C. (Orgs.). *Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica*. 2. ed. Recife: NUPPEA, 2010. p. 41-64.
- ALEXÍADES, M. *Selected guidelines for ethnobotanical research: a field manual*. New York: The New York Botanical Garden, 1996. 306p.
- BARATTO, L. C. *Estudo químico-analítico e morfoanatômico de espécies medicinais brasileiras da família apocynaceae: Himatanthus lancifolius (Mull. Arg.) Woodson e Rauwolfia sellowii Mull. Arg.* 2010. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade do Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- BRASIL. *Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para conservação/Ministério do Meio Ambiente*. Brasília: Série Biodiversidade, n. 17, 2007a. 540p.
- BRASIL. Decreto 5.577, de 8 de novembro de 2005. *Diário oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 20 mai. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm. Acesso em: 18 set. 2015.
- BRASIL. Decreto N. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, p. 316, 08 fev. 2007b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 17 ago. 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. *Diagnóstico Técnico*. Disponível pelo INCRA núcleo Cáceres/MT, 2004. 380p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente–MMA. *Programa nacional de conservação e uso sustentável do bioma Cerrado*. 2007c. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/201/_arquivos/programa_cerrado_sustentvel_201.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.
- BRAUN-BLANQUET, J. *Fitosociologia: bases para el estudio de las comunidades vegetales*. 3. ed. Madrid: Aum. Blume, 1979. 820p.
- BRONDÍZIO S. E.; NEVES, W. A. Populações caboclas do estuário Amazônia: a percepção do ambiente natural. In: ARAÚJO, M. C. *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1996. p. 167-182.
- BROWER, J. E.; ZAR, J. H. *Field & laboratory methods for general ecology*. 2. Universidade de Michigan: Ed. Iowa: Wm. C. Brown Publishers, 1984. 226p.
- CABALLERO, J. La etnobotânica. In: BARRER, A. (Ed.). *La etnobotânica: tres puntos de vista y una perspectiva*. Xalapa, Ciudad México: Instituto de Investigación sobre Recursos Bióticos, 1979. p. 27-30.
- CARNIELLO, M. A. SILVA, R. S.; CRUZ, M, A. B.; GUARIM NETO, G. Quintais urbanos de Mirassol D'Oeste-MT, Brasil: uma abordagem etnobotânica. *Acta Amazônica*, Manaus, v. 40, n. 3, p. 451-470, 2010.
- COELHO, M. F. B.; JORGE, S. A.; MACEDO, M.; NOGUEIRA BORGES, H. B.; SPILLER, C. Nó-de-cachorro (*Heteropterys tomentosa* A. Juss.): espécie de uso medicinal em Mato Grosso, Brasil. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, Botucatu, v. 13. n. 4. p. 475-485, 2011.

- CULLEN JUNIOR, L.; RUDRAN, R.; VALLADARES-PADUA, C. *Métodos de estudo em biologia da conservação e manejo da vida silvestre*. Curitiba: Ed. da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004. 652p.
- CUNHA, S. A.; BORTOLOTTI, I. M. Etnobotânica de plantas medicinais no assentamento Monjolinho, município de Anastácio, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Acta Botânica Brasileira*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 685-698, 2011.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 163p.
- FERREIRA JÚNIOR, E. V.; SOARES, T. S.; COSTA, M. F. F.; SILVA, V. S. M. Composição, diversidade e similaridade florística de uma floresta tropical semidecídua submontana em Marcelândia – MT. *Acta Amazonica*, Manaus, v. 38, n. 4, p. 673-680, 2008.
- GUARIM NETO, G. Flora medicinal, populações humanas e o ambiente de cerrado. *Horticultura brasileira*, Vitória da Conquista, v. 19, n. 1, p. 203-206, 2001.
- GUARIM NETO, G.; MACIEL, M. R. A. *O saber local e os recursos vegetais em Juruena, Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT: Entrelinhas, 2008. 112p.
- GUARIM NETO, G.; MORAIS, R. G. Recursos medicinais de espécies do Cerrado de Mato Grosso: Um estudo Bibliográfico. *Acta Botânica Brasileira*, Brasília, v. 17, n. 4, p. 561-584, 2003.
- GUARIM NETO, G.; PASA, M. C. Estudo etnobotânico em uma área de Cerrado no município de Acorizal, Mato Grosso. *Flovet*, Cuiabá, v. 1, n. 1, p. 5-32, 2009.
- KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado brasileiro. *Megadiversidade*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 147-155, 2005.
- MAMEDE, J. S. S.; PASA, M. C. Diversidade e uso de plantas do Cerrado na comunidade São Miguel, Várzea Grande, MT, Brasil. *Revista Interações*, Campo Grande, v. 20, n. 4, p. 1087-1098, 2019.
- MARTINS, F. R. *Estrutura de uma floresta mesófila*. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1991. 246p.
- MOREIRA, R. P. M.; GUARIM NETO, G. A Flora medicinal dos quintais de Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil. *Biodiversidade*, Cuiabá, v. 14, n. 1, p. 63-83, 2015.
- MOURA, M. D. B., AGRA, M. F. Apocynaceae tóxicas e medicinais ocorrentes nos Estados de Pernambuco e Paraíba, Brasil. *Acta Botânica Brasileira*, Brasília, v. 3, n. 2, p. 273-279, 1989.
- MUELLER-DOMBOIS, D.; ELLENBERG, H. *Aims and methods of vegetation ecology*. New York: John Wiley & Sons; 1974. 547p.
- MYERS, N., MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. B.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, [s. l.], v. 403, n. 333, p. 853-858, 2000.
- NEVES, S. M. A. S.; NUNES, M. C. M.; NEVES, R. J. Caracterização das condições climáticas de Cáceres/MT - Brasil, no período de 1971 a 2009: subsídios às atividades agropecuárias e turísticas municipais. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 55-68, 2011.
- PASA, M. C. *Etnobiologia de uma Comunidade Ribeirinha no Alto da Bacia do Rio Aricá Açu, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil*. 2004. 174f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais), Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, São Carlos/SP, 2004.
- PASA, M. C.; ÁVILA, G. Ribeirinhos e recursos vegetais: a etnobotânica em Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil. *Interações*, Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 195-204, 2010.
- PASA, M. C.; SOARES, J. J.; GUARIM NETO, G. Ethnobotany study in community of Conceição-Açu (On the upper basin of the River Aricá Açu, MT, Brazil). *Acta Botânica Brasileira*, Brasília, v. 19, n. 2, p. 195-207, 2005.
- PEREIRA, Z. V.; FERNANDES, S. S. L.; SANGALLI, A.; MUSSURY, R. M. Usos múltiplos de espécies nativas do bioma Cerrado no Assentamento Lagoa Grande, Dourados, Mato Grosso do Sul. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Dois Vizinhos, v. 7, n. 2, p. 126-136, 2012.

- PINTO-COELHO, R. M. *Fundamentos em Ecologia*. Porto Alegre: ARTMED Editora; 2000. 252p.
- RADAMBRASIL. *Levantamentos dos recursos naturais*. Cuiabá/Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia. Secretária Geral. Projeto RADAMBRASIL. Folha SD 21 e 24, 1982. 448p.
- RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do bioma do Cerrado: os biomas do Brasil. In: *Cerrado: ambiente e flora*. EMBRAPA, Planaltina/DF, 1998. p. 89-116.
- SÁNCHEZ, D. C. M. *A etnobotânica e as unidades de paisagem na comunidade Água Fria, Chapada dos Guimarães, MT, Brasil*. 2014. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.
- SCHWENK, L. M.; SILVA, C. J. A etnobotânica da morraria Mimoso no pantanal de Mato Grosso. In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL, 3., 2000, Corumbá. *Anais* [...]. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2000. p. 1-27. Disponível em: <https://www.cpap.embrapa.br/agencia/congresso/Bioticos/SCHWENK-046.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- SILVA, M. A. B.; MELO, L. V. L.; RIBEIRO, R. V.; SOUZA, J. P. M.; LIMA, J. C. S.; MARTINS, D. T. O.; SILVA, R. M. Levantamento etnobotânico de plantas utilizadas como anti-hiperlipidêmicas e anorexígenas pela população de Nova Xavantina-MT, Brasil. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, Curitiba, v. 20, n. 04, p. 549-562, 2010.
- SOUZA, L. F. Recursos vegetais usados na medicina tradicional do Cerrado (Comunidade de Baús, Acorizal/MT, Brasil). *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais*, Botucatu, v. 9, n. 4, p. 44-54, 2007.
- SOUZA, V. C.; LORENZI, H. *Botânica Sistemática: guia ilustrado para identificação das famílias de Fanerógamas nativas e exóticas no Brasil, baseado em APG II*. 2. ed. Nova Odessa/SP: Instituto Plantarum, 2008. 640p.
- STRACHULSKI, J.; FLORIANI, N. Conhecimento popular sobre plantas: um estudo etnobotânico na comunidade rural de Linha Criciumal, em Cândido de Abreu- PR. *Revista Geografar*, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 125-153, 2013.
- TOLEDO, V. M.; RTIZ-ESPEJEL, B.; CORTÉS, L.; MOGUEL, P.; ORDOÑEZ, M. J. The multiple use of tropical forests by indigenous peoples in Mexico: a case of adaptive management. *Conservation Ecology*, Wolfville, v. 7, n. 3, p. 1-9, 2003.
- WALTER, B. M. T. *Fitofisionomias do bioma Cerrado*. Síntese terminológica e relações florísticas. 2006. 374f. Tese (Doutorado em Ecologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

DELIBERANDO O ENTENDIMENTO SOBRE MULTIFUNCIONALIDADE E PLURIATIVIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Deliberating The Understanding On Multifunctionality And Pluriativity In Rural Settlements

Iolanda Lopes de Oliveira*
José Adolfo Iriam Sturza**
Vera Maria Favila Miorin***

Resumo: O presente artigo se propõe a realizar um levantamento teórico a respeito das temáticas da multifuncionalidade e da pluriatividade desenvolvidas pela agricultura familiar em assentamentos rurais. Para isso buscou-se efetuar uma revisão bibliográfica tendo como ponto de partida os primeiros estudos que se iniciaram a partir da realidade europeia, especificamente a francesa, e sua evolução até o início dessa discussão e a sua aplicação à vivência brasileira, apontando as principais contribuições e implicações que emergem desse processo e que permitem ou não a recreação do assentado em seu território.

Palavras-chave: Multifuncionalidade, Pluriatividade, Assentamento Rural.

Abstract: This paper proposes to carry out a theoretical survey on the themes of multifunctionality and pluriactivity developed by family farming in rural settlements. To this end, we sought to carry out a bibliographic review based on the first studies that started from the European reality, specifically the French, and its evolution until the beginning of this discussion and its application to the Brazilian experience, pointing out the main contributions and implications that emerge from this process and that allow or not the recreation of the settler in their territory.

Introdução

A agricultura familiar uma categoria de análise que apresenta grandes expectativas em relação à sustentabilidade ecológica, social e econômica. No sentido de valorização das múltiplas funções exercidas pela agricultura familiar, que a multifuncionalidade e por vezes a pluriatividade pode ser aplicada como uma nova “lente” para analisar as dinâmicas sociais do meio rural.

De acordo com Wanderley (2003) em frente ao processo de revalorização do mundo rural, a agricultura também passa a adquirir uma nova dimensão, decorrente das suas novas funções, as quais vão muito além da produção primária de alimentos e matérias-primas. Ela se torna responsável também pela disponibilidade e qualidade dos alimentos, pela conservação dos recursos

* Doutoranda na Universidade Federal de Jataí. Email: loopsiolanda@gmail.com.

** Doutor em geografia, professor na Universidade Federal de Rondonópolis. Email: jasturzaroo@gmail.com.

*** Doutora em geografia, professora na Universidade Federal de Santa Maria. Email: vmiorin.sma@gmail.com.

Keywords: Multifunctionality, Pluriactivity, Rural Settlements.



naturais e preservação do patrimônio cultural, bem como pela reprodução socioeconômica das famílias rurais.

Assim como Schneider (1999), que afirma que a pluriatividade nas famílias agrícolas se tornou prova da capacidade de adaptação aos novos contextos sociais e um mecanismo pelo qual eles puderam assegurar sua permanência na agricultura e no meio rural.

Esse caráter multifuncional e por vezes pluriativo da agricultura familiar pode possibilitar uma reestruturação na maneira de pensar o desenvolvimento rural, passando de uma visão setorial para uma visão integrada e em conexão com outros setores da sociedade.

Diante do exposto, e compreendendo a importância dessas concepções para o estudo da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural, propõe-se realizar uma discussão teórica, levando em consideração a criação, a evolução e a aplicabilidade desses conceitos à realidade brasileira.

Conceituando Multifuncionalidade e Pluriatividade na Agricultura Familiar

A terminologia multifuncionalidade empregada no meio rural tem sua gênese em meados da década de 1990, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) (SOARES, 2000/2001). O principal documento resultante da CNUMAD, a Agenda 21, no

capítulo 14 nomeado “Promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável”, sugere a “revisão, planejamento e programação integrada da política agrícola, à luz do aspecto multifuncional da agricultura, em especial no que diz respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável”, sendo considerado como o primeiro documento oficial que usa a noção de “multifuncionalidade” (MALUF, 2000).

De acordo com Sabourin (2008), a multifuncionalidade da agricultura foi caracterizada a partir da CNUMAD, como um reconhecimento, pelos governos e sociedade, do interesse público sobre as funções sociais, ambientais, econômicas e culturais, desempenhadas pela agricultura familiar, não diretamente produtiva ou mercantil, associadas a explorações agropecuárias.

A partir de então, o debate acerca da multifuncionalidade vem ganhando força e legitimidade social e inspirou mais adiante a formulação de políticas públicas como a política agrícola francesa que instituiu os Contratos Territoriais de Estabelecimentos (CTEs) pela Lei de Orientação Agrícola (LOA) de 1999.

A Lei da orientação agrícola [...] reforça a multifuncionalidade e integra, além do emprego e da qualidade, uma dimensão ambiental importante nos Contratos Territoriais do Estabelecimento. Esta lei e estes CTE constituem a pedra angular desta nova política fundada não mais na corrida louca da quantidade produzida, mas em critérios mais condizentes com as demandas sociais atuais: emprego, qualidade, ambiente, paisagens. [...] Assim, emprego, meio ambiente, segurança alimentar, qualidade e origem (*traçabilité*) dos produtos constituem hoje prioridades da minha ação (GLAVANY, 1993, p. 3-4).

Cada CTE deve respeitar simultaneamente duas orientações: uma socioeconômica e outra ambiental-territorial. O caráter territorial prevê que cada agricultor deve elaborar seu projeto em coerência com as especificidades e as orientações técnicas da microrregião geográfica onde seu estabelecimento se localiza. A multifuncionalidade da agricultura e a pluriatividade do agricultor devem ser consideradas na elaboração do projeto.

O Ministério sugere algumas atividades que podem compor o projeto, tais como integração numa rede de qualidade, a montagem de uma unidade de transformação, a venda direta, o agroturismo, a manutenção ou a criação de empregos, o controle da erosão, o tratamento das águas utilizadas nas unidades de produção e de transformação, a valorização das áreas com pastagens, a manutenção da biodiversidade etc. (MAP, 1999).

Isso permitiu a integração da dimensão territorial da agricultura, recuperando a dimensão agrária, renovada e multifuncional, trazendo o reconhecimento que a produção de alimentos já não é o único objetivo da agricultura familiar,

como afirma o primeiro artigo da referida LOA: “[...] leva em conta as funções econômica, ambiental e social da agricultura e contribui para o ordenamento do território, almejando um desenvolvimento sustentável” (RÉMY, 2004, p. 21 *apud* GAVIOLI, 2010, p. 27).

Nesse sentido, a agricultura multifuncional representa não só a possibilidade de inserção social e profissional para uma fração desses novos rurais, mas também um importante mecanismo do processo de “vitalização rural” iniciado na França na década de 1970. A multifuncionalidade das famílias de agricultores é uma realidade e a capacidade que as atividades agrícolas apresentam de se articular com outras ocupações dos membros familiares tende a colocar a agricultura no primeiro plano das estratégias de desenvolvimento rural. O recente reconhecimento das multifunções da agricultura nos programas de desenvolvimento rural da União Europeia comprova esse fato. Um exemplo são negociações iniciadas entre três cooperativas agrícolas francesas e uma cooperativa brasileira do Rio Grande do Sul visando o comércio de soja não transgênica para a alimentação animal na França.

Desta forma a multifuncionalidade da agricultura ganha destaque na França para explicar a busca de valorização das inúmeras atividades exercidas pelo meio rural de forma voluntária assumida pela sociedade e conservando os recursos naturais. Desde então, buscou-se uma maneira de remunerar o trabalhador do campo pela pouca utilização dos recursos naturais, ou seja, não se paga mais somente pelo produto, mas pela valorização dos recursos naturais que somam ganhos de qualidade à produção. Esta visão é também encontrada em Huylbroeck e Durand (2002, p. 12):

Nos últimos anos, o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura tem suscitado muitos debates entre os pesquisadores envolvidos no desenvolvimento rural. Multifuncionalidade expressa a ideia de que a agricultura desempenha várias funções em simultâneo; geralmente, estas funções são baseadas em torno do tripé clássico do desenvolvimento sustentável: econômica, social, ambiental. Na França, na sequência dos trabalhos da década de 1990 sobre as ‘Novas funções da agricultura e do espaço rural, o debate centrou-se mais sobre a multifuncionalidade da Agricultura, ao mesmo tempo, continuou o trabalho em várias funções das zonas rurais’ (PERRIER-CORNET, 2002), ou mesmo para o que nos interessa sobre as funções da atividade agrícola para famílias.

Portanto, a França foi pioneira neste pensamento a respeito da noção de multifuncionalidade como uma forma de valorização do meio rural. A partir de então o debate se ampliou mundialmente, oferecendo base e referência aos estudos que se iniciaram no Brasil (RABAIOLLI; MIORIN, 2013).

A coerência de todas as várias funções da agricultura e que fazem a multifuncionalidade da agricultura uma característica de um projeto político visando transformar assim que

melhor atenda às suas funções é a diversidade, a diversidade que se enfraqueceu pelo caráter produtivista monofuncional (MUNDLER, *apud* LAFONTAINE; JEAN, 2010 p. 13).

Para Carneiro e Maluf (2003) a noção de multifuncionalidade pode ser aplicada no estudo da realidade rural brasileira, ainda que, no Brasil, a promoção de uma agricultura de base multifuncional deverá envolver uma dimensão de estímulo à produção de alimentos e de incremento de rendas dos agricultores familiares. Enquanto na França a noção se associa a um recuo do produtivismo na direção da sustentabilidade ambiental e da qualidade de alimentos, no Brasil, apesar dos sucessivos recordes de produção agrícola, não se pode considerar que a produção agroalimentar, o acesso ao crédito, e a distribuição de terras sejam questões bem resolvidas e equacionadas.

Desta forma a noção de multifuncionalidade no contexto nacional deve abordar estes pontos e articulá-los com os aspectos ambientais, territoriais, socioeconômicos e culturais envolvidos na produção agrícola (MALUF, 2003, p.49). Sendo assim:

A multifuncionalidade dos territórios é uma abordagem de gestão de planejamento e desenvolvimento que se esforça para satisfazer plenamente as necessidades, valores e aspirações das comunidades, considerando tanto o social, cultural, ambiental e econômico de um determinado território (Solidarité rurale - Quebec).

Segundo Cazella *et al.* (2009) a noção de multifuncionalidade é útil à realidade brasileira à medida que for considerada um instrumento de análise dos processos sociais agrários que permite enxergar dinâmicas e fatos sociais obscurecidos pela visão que privilegia os processos econômicos, ainda que se concorde em que, no Brasil tenha de ser combinada com o estímulo à produção de alimentos.

É antiga a discussão acerca do papel da agricultura no conjunto da sociedade, qual função a mesma deve desempenhar para alcançar os objetivos propostos durante a revolução verde. Nesse período pensava-se a agricultura com sua função clássica, a de produtora de alimentos em grande quantidade e em menor preço. Porém, o que irá se transformar com a inserção da noção da multifuncionalidade é a mudança dessa concepção conservadora, ainda remetente ao período da revolução verde por volta de 1960. Com uma abordagem mais voltada para o território se valoriza além dessa função primordial de produtora de alimentos, suas peculiaridades, como a conservação dos recursos naturais, patrimônio sociocultural e qualidade dos alimentos (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Desta maneira Cazella *et al.* (2009) observam que a aplicação da noção de multifuncionalidade não se adéqua a outras formas de agricultura a não ser a familiar, já que são estes tipos de agricultura que melhor expressam o que a multifuncionalidade pretende reconhecer: modelos de produção agropecuária

socialmente equitativos, ambientalmente sustentáveis e que valorizem a diversidade cultural e dos biomas.

Para Laureny (2000) *apud* Alles (2005) é possível identificar três principais correntes de pensamento a respeito da multifuncionalidade: o primeiro considera o debate puramente retórico, com o objetivo de manter as atuais práticas econômicas e de políticas públicas. Assim, usar a multifuncionalidade como artifício ideológico para justificar os subsídios aos agricultores especializados no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC). O segundo considera a multifuncionalidade como uma nova estratégia econômica para a agricultura, pressupondo a mercantilização dos produtos não mercadorias. O terceiro, o qual se pretende seguir durante a pesquisa, distingue a multifuncionalidade como uma tática política para aprofundar as relações entre os campos político, social e biológico, associados a uma ideia de desenvolvimento sustentável.

Pensando os assentamentos rurais a partir da noção de multifuncionalidade, Cardoso *et al.* (2003) consideram que o acesso à terra envolve o desabrochar de uma série de funções, além do óbvio incremento da produção agrícola. A implantação de um assentamento permite a ocupação de vazios demográficos, com a incorporação de um novo elemento no tecido social preexistente no território, dinamizando-o. Mais do que uma política de distribuição de ativos fundiários, entende-se a implantação de assentamentos rurais como um processo social e político amplo, que envolve o acesso aos recursos naturais, ao financiamento, à tecnologia, ao mercado de produtos e de trabalho e à distribuição do poder político (LEITE; ÁVILA, 2007).

A multifuncionalidade nos assentamentos rurais permite sua caracterização como um território particular. A multifuncionalidade na agricultura está intimamente ligada à noção de território, que segundo Abramovay (1992) pode ser entendido como um espaço que materializa, numa determinada localidade geográfica, um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo e integrado. Assim, o território não é uma simples demarcação geográfica ou político-administrativa delimitada arbitrariamente, mas envolve, antes de tudo, articulações entre formações socioculturais determinadas.

Sendo um espaço socialmente organizado, o território se caracteriza através de uma identidade histórica atrelada aos fluxos econômicos, institucionais, políticos e humanos. A partir desta análise pode-se entender que o território envolve as relações a serem constituídas entre indivíduos e instituições, tornando-se numa categoria de análise geográfica dinâmica e em constante movimento. Então, a análise, da multifuncionalidade deve se adequar às características particulares de cada território, é claro partindo de um pressuposto mais amplo, porém não sendo homogênea.

A análise da relação entre multifuncionalidade e território, propõe correlacionar as múltiplas funções da agricultura com os sistemas de atividades das famílias rurais cujas manifestações no âmbito dos territórios são mediadas por dinâmicas sociais, econômicas e institucionais. De início, convém estabelecer uma primeira e mais geral diferenciação entre a esfera privada, regida pela regulação de mercado e a esfera pública, regulada por normas coletivas (BONNAL; MALUF, 2007).

Na esfera privada, os produtos agrícolas vendidos constituem a renda agrícola que sustenta diretamente a reprodução econômica e social do núcleo familiar, enquanto, na esfera pública, o caráter multifuncional da agricultura familiar dá lugar à produção de bens públicos relacionados à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais e da paisagem, e manutenção do tecido social e cultural.

Os territórios são, comumente, considerados unidades privilegiadas de expressão da multifuncionalidade da agricultura a serem tomadas em conta na definição das políticas públicas. Porém, existem várias vertentes para tratar essa relação entre multifuncionalidade e território. Isso é resultado das múltiplas concepções acerca da noção de multifuncionalidade.

Antes será pertinente fazer uma retomada das reflexões acerca do território, conceito chave para o estudo da multifuncionalidade. Partindo de estudos de autores como, Gottmann (1973), Raffestin (1980;1981 e 1993), Dematteis (1970, 1985 e 1995), Quaini (2003 e 2005), Haesbaert (2004) e Saquet (2003), que trabalham diferentes abordagens do conceito de território, faz-se uma retomada histórica das concepções acerca da categoria território. Salientando alguns deles, como Gottmann (1973), avisando que o conceito de território evoluiu consideravelmente desde a antiguidade até o século XX. Esta evolução teria ocorrido em razão da mudança da natureza da soberania e principalmente pelo avanço tecnológico. O autor entende que se muda o significado do território conforme se reorganizam as sociedades.

Por sua vez, Raffestin (1980;1981 e 1993), apresenta ampla discussão acerca da geografia política e das relações de poder e afirma que a produção do território se materializa através das relações de produção, logo as relações de poder, do Estado ao indivíduo, através de malhas, nós e redes. Assim o território se constituiria pelas relações de poder que ocorre em um determinado espaço, as quais ocorrem em redes, em uma troca constante de energia e informação.

Para muitos geógrafos, o território é considerado um “conceito-mala” pelo fato de carregar diversos sentidos. Sua integração no campo da Geografia é relativamente recente – décadas de 1970 e 1980 – e foi concomitante a uma abertura desta ciência na direção de outras Ciências Sociais.

Em uma primeira aproximação, um território pode ser considerado como “um pedaço de espaço cujos elementos constitutivos são organizados e estruturados pelas ações dos grupos sociais que o ocupam e o utilizam” (RENARD, 2002). Neste sentido, o território pode ser concebido como uma unidade geográfica delimitada por uma fronteira, criando uma oposição entre o que está dentro com o que se encontra fora. Desta forma a preocupação dos geógrafos é entender a lógica de organização geral desses territórios e como os aspectos visíveis, como a paisagem, por exemplo, irão refletir a atuação dos atores que constituíram esse determinado território.

O território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais, nas quais, a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras (SAQUET, 2003).

A ideia de multifuncionalidade da agricultura prevê o reconhecimento, a valorização e a formulação de políticas de apoio e da promoção de algumas funções exercidas pela agricultura familiar, além da produção de alimentos e fibras. Estas outras funções, geralmente de caráter público, são decorrentes da prática da agricultura, mas também são tributárias de suas relações com determinado território, no qual as famílias rurais estão inseridas. Para Carneiro e Maluf (2003):

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos (p. 19).

O caráter multifuncional implica em considerar os modos de vida em sua integridade, e não apenas em seus aspectos econômicos, incorporando ainda a análise e a provisão de bens públicos por parte destes agricultores, relacionados com o meio ambiente, com a segurança alimentar e com o patrimônio cultural (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Em outras palavras, torna-se impossível utilizar a noção de multifuncionalidade da agricultura como “lente” sobre a agricultura familiar, sem considerar o território como parte fundamental deste referencial. A multifuncionalidade possui uma base territorial, favorecendo a passagem do agrícola para o familiar e o rural.

Para Carneiro e Maluf (2003), a multifuncionalidade pode ser aplicada no estudo da realidade rural brasileira, lembrando que, no Brasil, a ascensão de uma agricultura multifuncional deve abarcar o estímulo à produção de alimentos e de acréscimo das rendas dos agricultores familiares.

Para Cazella *et al.* (2009), as múltiplas funções da agricultura são desempenhadas no âmbito de um sistema de atividades territorializadas, no qual aparece como atividade central e polissêmica, moldando e antecedendo o território. É a partir destes sistemas de atividades que se podem observar as múltiplas funções associadas à agricultura.

Analisando a noção de multifuncionalidade, construída a partir da relação entre sistemas de atividades e territórios, nota-se que ela engloba a temática da pluriatividade, mas não se limita a ela, ao contrário, é mais ampla do que somente constatar quais atividades as famílias rurais desempenham fora de seus estabelecimentos. Assim, destaca-se Maia *et al.*, (2009) que analisa a pluriatividade nos territórios e escreve:

[...] novos papéis e as novas funções econômicas atribuídas ao rural, que no caso se caracteriza pela diminuição do peso da agricultura na manutenção das famílias em razão do aumento da participação das atividades não agrícolas na geração de rendas, e também pela não identificação do espaço rural apenas no agrícola (MAIA *et al.*, 2009, p. 195).

Desta forma deve-se considerar pluriatividade o exercício combinado de atividades agrícolas e não agrícolas remuneradas, realizadas dentro ou fora do estabelecimento familiar (SCHNEIDER, 2001).

Contudo, em Anjos (2001, p.55) pluriatividade significaria [...] a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas (incluindo o setor de serviços), realizadas dentro e/ou fora da unidade de produção, admitindo-a como um fator positivo para a diversificação das economias e para o desenvolvimento das regiões rurais.

Para Carneiro (2006) o debate acerca da pluriatividade pode apresentar duas visões: a primeira que considera um “transbordamento do urbano sobre o rural”, ou seja, a introdução de novas práticas de trabalho para a população da zona rural, com a crescente dinamização do mercado para as regiões rurais. A outra visão da pluriatividade atua como um mecanismo de manutenção e de fortalecimento das famílias e da agricultura desenvolvida por elas, que resulta da combinação de fatores externos e internos à dinâmica familiar, prevalecendo em contextos onde a articulação das famílias com o mercado ocorre através de atividades não agrícolas, e não mais pela produção agrícola.

Gaviolli (2007) considera que a multifuncionalidade remete ao conhecimento e valorização das funções não mercantis e de caráter público, associadas à agricultura, como a “manutenção-construção” da paisagem, conservação dos recursos naturais, coesão social e cultural sobre determinado território, produção de alimento de qualidade, entre outras. Estas funções se articulam à ideia de pluriatividade na medida em que podem se expressar através do desempenho de atividades não agrícolas como, por exemplo, comercialização direta de produtos, agroindústrias

de transformação familiar, produção de artesanato e de ofertas de serviços como o turismo rural, turismo ecológico e outros. Na perspectiva da multifuncionalidade, as atividades não agrícolas se associam às múltiplas dimensões ambientais e socioculturais presentes no rural e se ligam à agricultura.

Os estudos realizados acerca da pluriatividade demonstram que a mesma se difunde das mais variadas formas. Observam-se, sob o signo da pluriatividade, práticas tão distintas como o engajamento de agricultores no mercado de trabalho, seja nas indústrias têxtil e calçadista presentes no meio rural (SCHNEIDER, 2011). Por ser a pluriatividade tão complexa e apresentar várias formas de expressão, desde a fabricação artesanal de objetos até o trabalho assalariado em determinada empresa, é que são apresentadas certas divisões tornando o conceito mais operacional.

Schneider (2006) identifica cinco tipos de pluriatividade: 1- “Inter setorial” articulação da agricultura com os demais setores da economia; 2- “base agrária” demandas de serviços não agrícolas geradas pelo próprio processo de modernização da agricultura; 3- “sazonal” informalidade e precariedade da venda da força de trabalho; 4- “para-agrícola” transformação e beneficiamento de algum produto agrícola obtido dentro do estabelecimento; 5- “tradicional” produção para o autoconsumo, ocorrendo dentro da propriedade, combinando atividades de produção, transformação e artesanato.

Na diferenciação entre a pluriatividade e a multifuncionalidade, consideram-se apenas as atividades “para-agrícolas” e “artesanais”, divisões da temática pluriatividade, como sendo pertencentes à noção de multifuncionalidade, acreditando que essas divisões auxiliam no fortalecimento da agricultura familiar. Os trabalhos ligados às agroindústrias familiares, cooperativas, associativismo, tão presentes no meio rural, ressignificam o trabalho no campo, e expressam as “novas ruralidades”. (WANDERLEY, 2000, p. 90).

Para Carneiro e Maluf (2003) a legitimação da concepção da multifuncionalidade da agricultura no Brasil, poderá auxiliar a emergir a consciência nos agricultores e eles assumirem responsabilidades sociais, as quais devem merecer o reconhecimento da sociedade, contemplando estas funções através de políticas públicas e articulando-as a projetos de desenvolvimento local e regional. Esta agricultura multifuncional, idealizada para o desenvolvimento, desvenda potencialidades que o rural e, em particular, a agricultura familiar não podem mostrar de forma clara à sociedade.

Algumas funções estão sendo desempenhadas pela agricultura familiar no âmbito da multifuncionalidade e, também, por parte da pluriatividade; entre elas

estão a reprodução socioeconômica das famílias rurais que diz respeito à geração de trabalho e de renda, que permite a essas famílias permanecerem no campo, apesar de todo esse contexto de não valorização desse segmento tão importante. Segundo Loyola (2002) os agricultores mobilizam, enfrentam ou modificam as condições materiais e imateriais disponíveis para criar uma situação de vida própria, característica de um dado momento, influenciando, conseqüentemente, para a configuração de novas realidades ou de novas situações agrárias.

Mas como não existe uma homogeneidade nas táticas utilizadas pelos produtores, cada família percorre esse processo para garantir sua reprodução social, enquanto o agricultor familiar respeita e adapta-se às condições naturais e sociais do seu meio. Outro ponto importante está nas características técnico-produtivas, promoção da segurança alimentar das famílias rurais e da sociedade e sustentabilidade da atividade agrícola, sendo que a agricultura familiar é promotora da segurança e soberania alimentar tanto de suas próprias famílias, quanto da sociedade.

A conservação dos recursos naturais e manutenção da paisagem, a partir de um referencial econômico, é de onde a família agricultora busca minimizar a compra de insumos externos à propriedade e utilizar os recursos endógenos, locais e prontamente disponíveis (PLOEG, 2006). E por fim, a manutenção do tecido social e cultural associado a determinado território, pois a agricultura continua sendo a principal forma de definir a identidade e inserção social dessas famílias rurais brasileiras em seus territórios particulares.

Os postulados teóricos e conceituais relacionados até aqui, apontam para a importância da agricultura familiar nos assentamentos rurais, que mantêm a oferta de alimentos para a sociedade e a sobrevivência da grande parcela da população rural. Também, esta agricultura é responsável por múltiplas atividades socioeconômicas (pluriatividade) e diversas funções (sociocultural, econômica e ambiental).

De acordo com Anjos e Caldas (2006), para falar em pluriatividade é preciso primeiramente entender a multifuncionalidade, pois esta tem a ver com o reconhecimento das externalidades positivas produzidas pela agricultura familiar que são positivas à sociedade, como por exemplo, a preservação do patrimônio paisagístico e cultural, conservação dos recursos naturais e outros, além da própria produção agropecuária.

Pesquisas já demonstram que a multifuncionalidade pode ser uma alternativa para alguns problemas sociais, econômicos, ambientais e até relacionados à segurança alimentar no campo (SOARES, 2000), porém é importante ressaltar que o termo está relacionado à propriedade onde está agricultura é desenvolvi-

da, sendo que o desenvolvimento dessas funções é realizada pelo produtor e seu núcleo familiar, tornando-se, assim, uma família pluriativa.

A pluriatividade pode manifestar-se em diferentes formas de combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, podendo se articular: ao beneficiamento de produtos, a uma pequena agroindústria, a prestação de serviços ou com a ocupação de um ou mais membros da família, empregados em funções não agrícolas, tanto rurais quanto urbanas.

De acordo com Menegat (2005) a pluriatividade apresenta-se com um dos processos engendrados no campo, que se baseia nas formas de trabalho realizadas pela família rural. Neste sentido, a pluriatividade não engloba apenas o produtor rural, mas sim toda a família, demonstrando o caráter familiar da unidade agrícola.

A partir destas análises a respeito do fenômeno pluriatividade e multifuncionalidade no Brasil e o destaque que vem recebendo no meio acadêmico, como uma alternativa econômica, quando as atividades de agricultura familiar em pequena área, sozinhas, não são mais capazes de gerar a reprodução social da unidade familiar.

Neste sentido o espaço é (re)funcionalizado, criando outros meios de reprodução econômica no campo, pois novas funções emergem quando a sociedade passa por mudanças; assim, conforme enfatizado por Milton Santos (1985), há o surgimento de uma nova organização espacial decorrente do período técnico-científico-informacional, que deve ser analisada em sua totalidade

Considerações finais

Ao findar essa breve discussão teórica, identificamos que o conceito de multifuncionalidade foi originalmente formulado no âmbito da agricultura europeia, referindo-se a todos os produtos, equipamentos e serviços criados por atividades agrícolas em benefício da economia e da sociedade em geral, e passou a englobar também um forte caráter ambiental, promovendo, assim, uma nova forma de desenvolvimento rural.

Já a pluriatividade pode ser considerada como um meio de fortalecimento da agricultura familiar, em que a atividade extra-agrícola surge a partir de práticas tradicionais da família, habitualmente voltada para o próprio consumo familiar.

Na realidade brasileira os estudos vêm avançando nesse sentido, e vários estudiosos já constataram a relevância de uma agricultura familiar de base multifuncional e pluriativa, evidenciando pontos positivos como proporcionar a melhor

conservação dos recursos naturais e a conservação da paisagem, além de propiciar a manutenção do tecido social e cultural associado ao território. Apesar de apresentarem suas especificidades, essas funções permitem uma nova representação social sobre o rural, apoiada na valorização positiva da natureza e do patrimônio cultural dos espaços “rurais”.

Essas funções, sendo mais exploradas pelos agricultores familiares e, com auxílio de políticas públicas eficientes, poderiam alcançar condições dignas em sociedade. As políticas públicas deveriam ampliar seu leque para além do apoio a explorações agropecuárias. A agricultura familiar deveria ser apoiada, não apenas para aumentar a produção, mas para que a produção seja realizada da mais adequada forma possível, conservando os recursos presentes nos assentamentos, mantendo a paisagem rural e as manifestações culturais.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Anpocs/Unicamp/Hucitec, 1992.
- ALLES, J. M. *Políticas Públicas, conselhos municipais e agricultura familiar: representações sobre o rural em Roca Sales/RS e a emergência da noção de multifuncionalidade da agricultura*. 2005. 62 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- ANJOS, F. S. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 55-77, 2001.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”, 44., 2006, Fortaleza. *Anais [...]*. Brasília: SOBER, 2006.
- BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, 1., 2007, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2007. 27p.
- CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. *Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementaridades e distinções conceituais*. Florianópolis, 2003 (mimeo).
- CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Orgs.) *Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009.
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GAVIOLI, F. R. *Às múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre-Araraquara/SP*. 2010. 177p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
- GLAVANY, J. *Intervention de monsieur Jean Glavany, Ministre de l’agriculture et de la pêche, au colloque*. Maîtrise e l’impact des activités agricoles sur l’environnement à l’Assemblée Nationale. Ministère de l’Agriculture et de la Pêche, Paris, 1999. 11p.
- GOTTMANN, J. *The significance of territory*. 1.ed. Charlottesville: The university press of Virginia, 1973.

- LEITE, S. P.; AVILA, R. V. *Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2007.
- MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- MALUF, R.S. Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 53-86, 2000.
- MENEGAT, A. S. A questão agrária brasileira. *Revista jurídica UNIGRAN*, Dourados, v. 4, n. 8, p. 117-136, jul./dez. 2005.
- PLOEG, J. D. V. der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- RABAIOLLI, J. A. *Propriedades familiares multifuncionais no meio rural nos distritos arroio grande e São Valentim - Santa Maria/RS*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, 2013.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].
- RENARD, J. *Le territoire: le regard d'un géographe. Les entretiens du Pradel*. 2. éd. Paris: Académie d'agriculture de France, 2002
- SAQUET, M. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre: EST Edições, 2003 [2001].
- SCHNEIDER, S. *A diversidade de agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- SOARES, A. C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, n. 87, ano 29, p. 40-49, 2000/2001.
- WANDERLEY, M. N. B. (Org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

GÊNERO E SEXUALIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS: UM BALANÇO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Género y Sexualidad en los Asentamientos Rurales: un Balance de la Producción Científica

Dominique Stefany Gomes dos Santos*
Sandro Benedito Sguarezi**
Luciene Neves***

Resumo: Neste artigo apresentamos um balanço de produção acadêmico-científica acerca das temáticas de gênero e sexualidade em assentamentos rurais, em comunidades de fronteira. É uma pesquisa quanti-qualitativa na Plataforma *online* do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na qual utilizamos os descritores Generificação, “Educação do Campo” e “Juventude Camponesa”, referente aos últimos 5 anos (2014-2018) de publicações. Encontramos 16 trabalhos que dialogam com a temática investigada, do ponto de vista qualitativo indicou caminhos no tocante às práticas educativas de relações de gênero/sexualidade em juventude no/do campo, em assentamentos de comunidades de fronteira.

Palavras-chave: Balanço de produção, Generificação, Educação do Campo, Juventude Camponesa, Assentamentos Rurais.

Resumen: En este artículo presentamos un balance de producción académico-científica sobre los temas de género y sexualidad en asentamientos rurales, en comunidades fronterizas. Se trata de una investigación cuantitativa y cualitativa sobre la plataforma en línea del Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Coordinación de

Introdução

O balanço de produção se institui como um procedimento inicial no processo de pesquisa científica que, conforme Mocheuti (2017, p. 1), “Faz-se relevante porque colabora com a familiarização e seleção das produções que poderão subsidiar a futura pesquisa e, conseqüentemente, um melhor desenvolvimento de conceitos e paradigmas”. Através desse mecanismo de busca o/a pesquisador/a poderá obter conhecimento sobre as produções científicas que circulam no âmbito acadêmico sobre a problemática que está sendo investigada.

A temática elencada para realização deste balanço de produção deverá subsidiar a pesquisa de mestrado em Educação: “Permissões e interdições:

* Graduada em Licenciatura em Educação Física, Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu-UNEMAT, dominique_sgs@hotmail.com.

** Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP), Professor Adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Curso de Administração-NECOMT/GDRS-IOCASS. Vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) e Mestrado/Doutorado em Ciências Ambientais (PPGCA), sandrosquarezi@gmail.com.

*** Doutora em Educação pela UFRGS, professora adjunta na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), luciene@unemat.br.

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), en la que utilizamos los descriptores Generificación, "Educación del Campo" y "Juventud Campesina", haciendo énfasis en los últimos 5 años (2014-2018) de producción de publicaciones. Encontramos 16 trabajos que dialogan con el tema investigado, lo cual desde un punto de vista cualitativo señala algunos caminos con relación a las prácticas educativas de las relaciones género / sexualidad en jóvenes en el/del campo, en asentamientos de comunidades fronterizas.

Palabras clave: Balance de producción, generificación, educación del campo, juventud campesina, asentamientos rurales.

as generificações nas relações socioeconômicas e culturais em assentamentos rurais na fronteira sudoeste do Mato Grosso". O estudo propõe uma investigação nos campos de estudos de gênero e de sexualidade, com a juventude camponesa composta por trabalhadoras e trabalhadores que pertencem aos assentamentos localizados na Fronteira Brasil/Bolívia, na cidade de Cáceres-MT, sendo eles: Sapiquá, Rancho da Saudade, Nova Esperança, Jatobá, Bom Sucesso, Katira e Corixa.

Problematizar sobre as relações de gênero e sexualidade requer que tais categorias sejam analisadas e compreendidas em um contexto sociocultural que se constrói, se estrutura e se (re) modifica dentro de espaços e tempos próprios. Dessa forma, o problema de pesquisa que se apresenta é: Como são constituídas as práticas educativas concernentes aos processos generificadores e sexualizantes nas relações socioeconômicas e culturais entre mulheres e homens jovens-trabalhadoras/es em assentamentos rurais? O objetivo da pesquisa de mestrado em curso será analisar como são constituídas as práticas educativas concernentes aos processos generificadores e sexualizantes nas relações socioeconômicas e culturais entre mulheres e homens trabalhadoras/es em assentamentos rurais.

Diante disso, o balanço de produção se direcionará às pesquisas atualizadas, que comportam discussões de relevância para a produção científica

em torno do assunto, denota a existência de trabalhos que se aproximam da problemática com a qual trabalhamos. E o objetivo deste artigo é apresentar os resultados do balanço de produção acadêmico-científica acerca das temáticas de gênero e sexualidade em assentamentos rurais em comunidades de fronteira, na Plataforma online do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Procedimentos metodológicos da pesquisa

O caminho metodológico percorrido para este balanço de produção científica abrangeu os seguintes níveis de pesquisa: 1) Exploratório: tendo por objetivo “[...] proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27); 2) Descritivo: intencionando “[...] levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL, 2008, p. 28). Nesse sentido, o aspecto ‘exploratório’ deste trabalho diz respeito à busca, ao levantamento de informações existentes sobre a problemática do foco de investigação, no caso, gênero e sexualidade com jovens camponeses e suas relações com as práticas educativas do campo em assentamentos rurais. E no que condiz ao processo descritivo, faz-se necessário descrever as características das informações contidas nas produções encontradas, a partir da leitura dos títulos e dos resumos, ambos componentes estruturais de trabalhos científicos.

A abordagem da pesquisa insere-se enquanto quanti-qualitativa, sendo que, conforme Creswell (2010, p. 26-27), “A pesquisa quantitativa é um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis”, através de dados numéricos e procedimentos estatísticos; enquanto a pesquisa qualitativa, segundo o mesmo autor, “É um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p. 26-27). Quando mistas, isto é, envolvendo combinações ou associações entre essas duas formas de abordagens, possibilita uma compreensão mais abrangente sobre as pesquisas em curso. Adotamos essa abordagem justamente por intencionarmos investigar a quantidade de produção de conhecimento em gênero, sexualidade, educação do campo e juventude camponesa nos últimos 5 anos e, ao mesmo tempo, identificar outros aspectos característicos dos tipos de produções que se assemelham à pesquisa de mestrado em desenvolvimento.

O balanço de produção se constitui no tipo de pesquisa bibliográfica que, segundo Lima e Miotto (2007, p. 42), “Refere-se à classificação do material selecionado como fonte de pesquisa como por exemplo: livros, coletânea de textos (citando o nome daqueles que foram consultados), teses e dissertações, periódicos (citando o

nome daqueles que foram consultados)". Para este trabalho foram pesquisadas as Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado que estão incluídas na Plataforma *online* do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A CAPES é uma fundação do Ministério da Educação (MEC) que "[...] desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação" (BRASIL, 2017, p. 1), através do fomento, investimento, acesso, divulgação e avaliação da produção científica brasileira. Pela estabilidade e relevância dessa instituição, deferiu-se por utilizar sua base de dados para a composição deste artigo e, após situarmo-nos pela estrutura de sua plataforma, iniciamos os processos de buscas e escolhas para os procedimentos posteriores como seguem explicitados.

Os processos de escolhas

O que caracterizamos enquanto o 1º passo desta 1ª etapa do procedimento metodológico de pesquisa, o processo que remete-se à definição dos descritores para este balanço de produção científica, instituiu-se de maneira laboriosa – isto é, um trabalho demasiadamente intenso – tendo em vista, a complexidade que exige este tipo de pesquisa. No total, foram necessários 5 dias de buscas¹ na Plataforma *online* da Capes até o efetivo encontro dos descritores que apresentassem dados coerentes e significativos a problemática em questão. Cumprindo tal intento, determinamo-nos à utilização dos descritores: Generificação, Educação do Campo e Juventude Camponesa.

O 2º passo desta etapa foi delimitar a localização temporal da abrangência de buscas dos referidos descritores. Em um processo concomitante ao passo anterior, foram testados tanto o período temporal dos últimos 5 anos quanto dos últimos 10 anos e percebendo que a quantidade de trabalhos de um recorte temporal para outro não apresentou grandes oscilações, bem como as produções, possivelmente, não seriam escolhidas devido serem destoantes do foco de estudo e das áreas vislumbradas, delimitou-se a busca à temporalidade de 5 anos, isto é, teses de doutorado e dissertações de mestrado que foram publicadas entre os anos de 2014 e 2018.

O 3º passo, enfim, foi o refinamento da busca a partir dos filtros que são disponibilizados pelas bases de dados da Capes. Do total de 12 possibilidades de filtros,

¹ Os 5 (cinco) dias de buscas foram fundamentais para o processo de levantamento e entendimento sobre o objeto e a problemática de estudo. Elucida-se, respectivamente, as datas das buscas – aquelas que foram empreendidas de forma sistematizada de coleta – e a média de tempo por dia: 1ª busca: 20-06-2019 (4 horas); 2ª busca: 21-06-2019 (4 horas); 3ª busca: 11-07-2019 (6 horas); 4ª busca: 12-07-2019 (3 horas); 5ª busca: 13-07-2019 (3 horas).

recorremos a 7 deles como forma de sustentar a intencionalidade da pesquisa, os quais se configuram quanto ao: tipo, ano, grande área de conhecimento, área de conhecimento, área de avaliação, área de concentração e nome do programa. Assim delineado, partimos à busca de resultados para a pesquisa.

Panorama do balanço de produção científica

Nesta 2ª etapa é importante situar que nos últimos 3 (três) dias de buscas dos descritores, ao mesmo tempo em que ocorreu o processo de suas escolhas (de quais seriam empregados) também encontramos teses e dissertações que remeiam ao projeto de pesquisa pretendido. À vista disso, algumas minuciosidades tornaram-se perceptíveis, como um número relativamente pequeno de trabalhos na área de Educação, assim como a presença de trabalhos pertinentes em outras áreas dentro da grande área Ciências Humanas, de modo que, dependendo do significado do descritor, a busca se direcionou para algumas áreas específicas em que identificamos trabalhos que para nós poderiam ser significativos, como é possível observar no seguinte quadro:

Quadro 1 – Demonstrativo dos filtros utilizados dos trabalhos encontrados

FILTROS UTILIZADOS	DESCRITORES		
	Generificação	“Educação do Campo”	“Juventude Camponesa”
Tipo	Dissertação/Tese	Dissertação/Tese	Dissertação/Tese
Ano	2014-2018	2014-2018	2014-2018
Grande área de conhecimento	Ciências Humanas	Ciências Humanas	Ciências Humanas
Área de Conhecimento	Educação, Geografia e Sociologia	Educação	Educação e Geografia
Área de Avaliação	Educação, Geografia e Sociologia	Educação	Educação e Geografia
Área de Concentração	Educação, Organização e Gestão do Território; Sociologia Política	Educação	Educação e Desenvolvimento Territorial
Nome do Programa	Educação, Geografia e Sociologia	Educação	Educação e Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe

Fonte: Produzido pelos autores com base em dados extraídos do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2019).

A necessidade de abranger a diferenciação das categorias presente em cada filtro para cada descritor, tornou-se pertinente devido a diversidade que os conceitos “generificação”, “educação do campo” e “juventude camponesa” apresentam entre si. São conceitos que estão presentes e são desenvolvidos em diferentes áreas e que, para este estudo, se relacionam. Sendo assim, a importância de avançar com

a pesquisa sobre produções pertencentes a outras áreas de conhecimento como os campos de estudos da Ciências Sociais e da Geografia, permitem ampliar o escopo de entendimento, de maneira interdisciplinar, sobre a problemática deste balanço de produção.

A segunda particularidade encontrada no processo de busca foi a necessidade das aspas em 2 (dois) dos 3 descritores. O descritor Generificação seguiu sem aspas devido a peculiaridade do conceito e a pequena quantidade de trabalhos gerados pela base de dados. No descritor “Educação do Campo”, dada a amplitude quantitativa de trabalhos encontrados – a busca de consulta geral projetou 1.113.489 resultados –, optou-se pelas aspas na intenção de refinar os resultados sobre a educação do campo. E no descritor Juventude Camponesa sem aspas, em uma observação inicial dos títulos dos trabalhos gerados, percebemos que a maioria dos artigos remetiam-se a “juventude” e “camponeses”, isto é, o banco de dados filtrou trabalhos que referiam a essas palavras de forma individual, independentemente da amplitude do *locus* de pesquisa (área rural/urbana), produzindo um total 7.361 resultados. Sendo assim, a escolha por “Juventude Camponesa” com aspas, justifica-se pela necessidade do afunilamento das buscas por teses e dissertações que abarcassem justamente a juventude que vive no campo/zona rural.

Delimitados os descritores para a efetiva busca na base de dados da Capes, a primeira consulta, relativa aos resultados gerais das pesquisas demarcou as seguintes quantidades de trabalhos: 1) Descritor – Generificação: 23 resultados; 2) Descritor – “Educação do Campo”: 1470 resultados; 3) Descritor – “Juventude Camponesa”: 20 resultados. Como já explicitado, para o balanço, perspectivou-se um período temporal das teses e dissertação e a filtrações convenientes à temática de estudo, assim aplicando-os, observou-se novos resultados gerados após esse processo, representados no quadro 2:

Quadro 2 – Demonstrativo dos resultados pela aplicação dos filtros

DESCRITORES	TRABALHOS ENCONTRADOS
Generificação	8
“Educação do Campo”	308
“Juventude Camponesa”	16
Total	332

Fonte: Produzido pelos autores com base em dados extraídos do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2019).

Esses resultados tiveram uma discrepância quantitativa em relação às buscas anteriores. Uma segunda filtração no descritor “Educação do Campo” foi imprescindível para o direcionamento de resultados mais precisos sobre esse

conceito. Constituiu-se então, enquanto desafio, mapear os títulos e resumos que se apresentaram na própria Plataforma *online* da Capes, e delimitar as teses e dissertações que possuíam maiores proximidades com a problemática de pesquisa. Tal filtragem afunilou os resultados deste descritor para 41 trabalhos. Nesse sentido, o quadro 3 apresenta as produções encontradas:

Quadro 3 – Resultado de trabalhos relevantes com a aplicação dos filtros

DESCRITORES	TRABALHOS ENCONTRADOS		TOTAL
	Dissertação	Tese	
Generificação	8	0	8
“Educação do Campo”	26	15	41
“Juventude Camponesa”	16	0	16
Total	50	15	65

Fonte: Produzido pelos autores com dados extraídos do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2019).

Os valores quantitativos representados no quadro 3 exprimem um aprofundamento sobre as escolhas das teses e dissertações com temas/problemáticas próximas ao interesse da nossa investigação. Antes de adentrarmos na análise dos resultados encontrados, apresentaremos definições teóricas dos descritores evidenciados.

O conceito de generificação, com o qual trabalhamos nesta pesquisa, leva à compreensão sobre o reconhecimento de que os espaços sociais, ao mesmo tempo que são consolidados por diferenciações, principalmente hierarquizações, entre os gêneros masculinos e femininos, são estruturas que constituem homens e mulheres, seus ‘papéis’ sociais, suas demandas condizentes aos gêneros (LOURO, 1997). A generificação constrói corpos, ‘educa’ sujeitos e afeta os sentidos e as formas de se relacionar com o mundo, por meio de práticas discursivas e não-discursivas.

O conceito de ‘Educação do Campo’ segue apoiado nos escritos de Molina e Freitas (2011, p. 19), apresentando que “a Educação do Campo compreende os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo em suas lutas cotidianas para manterem essa identidade como elementos essenciais de seu processo formativo”. A Educação do Campo transpassa e extrapola a educação formal da escolarização, educar um sujeito do campo é colocar em evidência e valorização o histórico de assujeitamento em que foram submetidos; resgatar e ressignificar as tradições de sua própria cultura e de suas relações de trabalho, como trabalhadores/as rurais; da mesma maneira, reivindicar, em constante processo de luta, a permanência da construção de suas identidades enquanto camponeses/as.

E, finalmente, a utilização do conceito ‘Juventude Camponesa’ está atrelada ao jovem enquanto categoria de análise histórica-social em que os questionamentos às “[...] representações sobre a juventude, os sentidos que se atribuem a esta fase da vida, a posição social dos jovens e o tratamento que lhes é dado pela sociedade ganham contornos particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos” (BRASIL, 2013, p. 13). Por esse ângulo, entendemos então a juventude do campo para além da faixa etária, mas também compreende-se a condição social em que estes sujeitos estão inseridos.

Produção da análise: Teses e Dissertações selecionadas

A 3ª etapa deste balanço englobou a leitura² aprofundada dos títulos, dos resumos e dos sumários das teses e dissertações selecionadas provenientes da pesquisa, no sentido de aprimorar o refinamento dos trabalhos/resultados gerados pelo banco de dados da CAPES. A primeira questão a ser retratada é que, a partir desse processo de leitura, a quantidade anterior de 65 trabalhos encontrados com a aplicação dos filtros, reduziu-se para 25 trabalhos pelos seguintes fatores: a) 4 trabalhos foram localizados repetidamente tanto no descritor “educação do campo” quanto em “juventude camponesa”, em vista disso, tais trabalhos foram contabilizados para este último descritor dada a proximidade da pesquisa; b) As teses e dissertações selecionadas atenderam aos critérios de relevância para esta pesquisa devido serem estudos, principalmente, que estabeleceram relações entre escola do campo e processos educativos não-escolares; e à presença de palavras-chaves como territórios, assentamentos, espaço, identidade, diferença, movimento social, movimento de mulheres, gênero, feminismo e sexualidade.

No quadro 4 verifica-se a classificação dos trabalhos selecionados a partir dos anos de publicação, do programa de pós-graduação e instituição em que estão alocados e os tipos de trabalhos (mestrado e doutorado) encontrados:

Quadro 4 – Classificação das teses e dissertações encontradas

DESCRITORES	ANOS DE PUBLICAÇÃO					PPG/IES	M	D
	2014	2015	2016	2017	2018			
Generificação		X				Educação/UERJ	X	
				X		Educação/UFRGS	X	
					X	Geografia/UFRJ	X	

² Esta etapa foi realizada, respectivamente, nos seguintes dias e na quantidade média de horas estudadas: 20-07-2019 (5 horas); 21-07-2019 (3 horas); 22-07-2019 (6 horas); 23-07-2019 (5 horas e 30 minutos); 24-07-19 (2 horas e 30 minutos).

DESCRIPTORIOS	ANOS DE PUBLICAÇÃO					PPG/IES	M	D
	2014	2015	2016	2017	2018			
"Educação do Campo"	X					Educação/UFSCar		X
	X					Educação/UCDB		X
	X					Educação/UNB	X	
		X				Educação/UNEMAT	X	
		X				Educação/UFSCar	X	
		X				Educação/UNB		X
		X				Educação/UNEMAT	X	
		X				Educação/UNB		X
		X				Educação/UNEMAT	X	
			X			Educação/UFGRS		X
			X			Educação/UFES	X	
			X			Educação/UFGRS		X
			X			Educação/UNEMAT	X	
				X		Educação/UFPI	X	
					X	Educação/UFMG		X
				X	Educação/UFFS	X		
"Juventude Camponesa"		X				Geografia/UDEL	X	
		X				Educação/UNEMAT	X	
			X			Educação/UNEMAT	X	
				X		Desenvolvimento Territorial/UNESP	X	
					X	Educação/UNEMAT	X	
				X	Educação/UNEMAT	X		

Fonte: Produzido pelos autores com dados extraídos do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2019). PPG: Programa de Pós-Graduação/IES: Instituição de Ensino Superior; M: Mestrado; D: Doutorado.

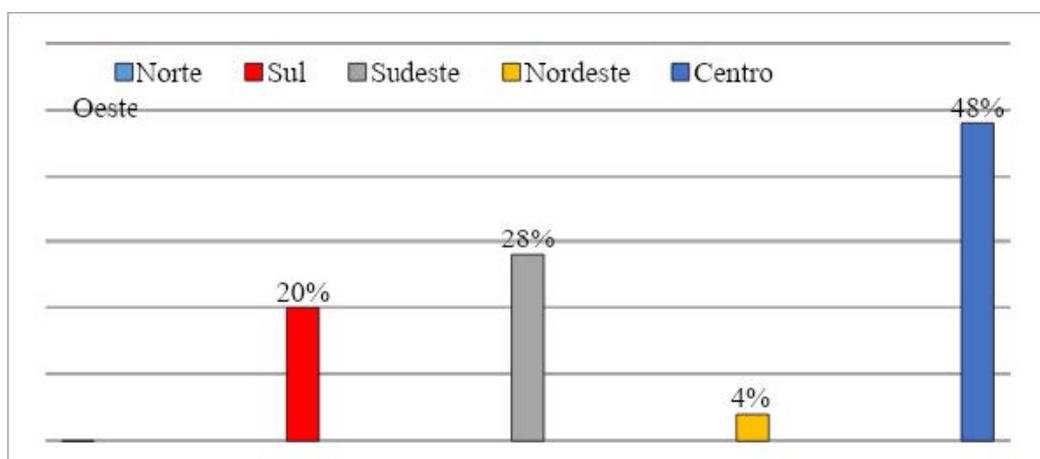
Conforme o quadro 4 a constância de produções é bastante variável nesse período. O descritor Generificação apresentou apenas 3 trabalhos com períodos espaçados de publicações nos anos 2015, 2017, 2018. Para o descritor "Educação do Campo", em todo o período de 5 anos foram encontrados trabalhos, mas em 2015 e 2016 os anos com mais produções. E para o descritor "Juventude camponesa", apenas em 2014 não foi encontrado nenhum trabalho de relevância para este balanço, mas nos anos seguintes encontramos ao menos 1 (uma) publicação.

Percebe-se que a predominância de 25 teses e dissertações relevantes para o presente balanço de produção – consequentemente para a construção da nossa pesquisa – estão ambientadas na área da educação, sendo 22 trabalhos, equivalente a 88% do total, mesmo sendo aplicados filtros de outras áreas de concentração

de pesquisa como a Geografia e Ciências Sociais. Foram selecionados somente 2 trabalhos da área da Geografia correspondente a 8% e 1 trabalho da área de Desenvolvimento territorial equivalendo a 4%. No que diz respeito à frequência do tipo de trabalho (teses e dissertações), do total de 25 produções, 7 deles se situam no tipo tese de doutorado – proporcional a 28% – e 18 nas publicações de dissertação de mestrado – respectivo a 72%.

Outro fator importante a ser ponderado são as regiões brasileiras que, em predominância, pesquisam e discutem as práticas educativas, os processos educacionais e organizacionais no/do campo e suas relações com os estudos de gênero e sexualidade. No gráfico 1, observa-se a sistematização dos dados:

Gráfico 1 – Percentual de trabalhos por região brasileira



Fonte: Produzido pelos autores com dados extraídos do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2019).

A região Centro-Oeste é a que mais apresentou produções com esse teor teórico, representada pelas IES Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade de Brasília (UNB) e Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), esta última com o maior número de trabalhos encontrados. No total de 12 publicações, 8 são da referida universidade, o que corresponde a um percentual de 66,6% das produções. Em seguida, apresentou-se a região Sudeste com 7 publicações a partir das IES Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de São Paulo (UNESP).

Com um total de 5 publicações, segue a região Sul, com estudos provenientes das Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Estadual de Londrina (UEL). Na região

Nordeste a representação sucedeu-se apenas por 1 publicação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e na região Norte não foi identificado nenhum trabalho.

A partir de então, delimitamo-nos à análise dos trabalhos selecionados, para um aprofundamento específico sobre as propostas das produções que tenham similaridades com a temática de pesquisa deste balanço de produção científica. Para isso, realizamos um novo processo de análise e refinamento nas produções a partir de leituras dos títulos, palavras-chave, sumário e resumos, afunilando em 16 trabalhos. No quadro 5 está a descrição das teses e dissertações, independente da separação determinada por descritor:

Quadro 5 – Descrição dos trabalhos relevantes encontrados e selecionados

Nº	ANO	AUTOR(A)	TÍTULO	PPG/IES	TIPO
1	2014	Débora Monteiro do Amaral	Mulheres da reforma agrária na educação: os significados em ser pedagoga da terra.	Educação/UFSCar	Doutorado
2	2014	Maria de Lourdes Soares Pereira	As contribuições da licenciatura em educação do campo na transformação das relações de gênero: um estudo de caso com as educandas do assentamento Virgilândia de Formosa/GO.	Educação/UNB	Mestrado
3	2015	Eulene Vieira Moraes	Narrativas de cotidianos: composições singulares de crianças e suas infâncias em uma escola do campo na Fronteira Brasil/Bolívia.	Educação/UNEMAT	Mestrado
4	2015	Carlos Eduardo da Silva	Educação do campo e memória social: percursos, afetos e paisagens possíveis na (res)significação da participação comunidade-escola.	Educação/UFSCar	Mestrado
5	2015	Fernando Rasnheski	Luta pela terra e a configuração da educação escolar: leitura de concepções a partir do Assentamento Raimundo Vieira, em Nova Guarita – Mato Grosso.	Educação/UNEMAT	Mestrado
6	2016	Edson Felix da Silva	Educação do Campo: processos de formação política da juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes – município de Mirassol D'Oeste/MT.	Educação/UNEMAT	Mestrado
7	2016	Angela Maria Leite Peizini	Escola do Campo em comunidades de Fronteiras.	Educação/UFES	Mestrado
8	2016	Ingrid Wink	O educativo na construção da emancipação da classe trabalhadora na Marcha Mundial das Mulheres: o processo de luta das mulheres no Rio Grande do Sul – Brasil.	Educação/UFRGS	Doutorado
9	2016	Catiane Cinelli	A experiência das e vivida pelas mulheres camponesas: resistência e enfrentamento na luta diária pela libertação.	Educação/UFRGS	Doutorado

Nº	ANO	AUTOR(A)	TÍTULO	PPG/IES	TIPO
10	2016	Amanda Pereira da Silva Azinari	Constituir a vida numa região de fronteira: trajetórias de mulheres-professoras-trabalhadoras do campo em Juara/MT.	Educação/UNEMAT	Mestrado
11	2017	Antonio Jeferson Barreto Xavier	O gênero vai à roça: a presença de professores homens na educação do/no campo de um interior baiano.	Educação/UFRGS	Mestrado
12	2017	José Claudio Monteiro Mascena	A juventude e trabalho no campo: desafios e perspectivas de jovens assentados em áreas de reforma agrária no município Açailândia-Maranhão.	Desenvolvimento Territorial/UNESP	Mestrado
13	2018	Camila Zucon Ramos de Siqueira	Escolarizar o campesinato ou campesinar a escola? Uma experiência de escola em alternância no norte do Espírito Santo.	Educação/UFMG	Doutorado
14	2018	Maria Aparecida de Barros da Cruz	Processo de formação e organização para o trabalho coletivo, da juventude camponesa do assentamento Roseli Nunes – Mirassol D’Oeste/MT.	Educação/UNEMAT	Mestrado
15	2018	Samara Caroline Santos	Trajetórias e perspectivas socioeducativas dos jovens do campo em um assentamento no município de Nova Mutum-MT.	Educação/UNEMAT	Mestrado
16	2018	Jessica Pauletti	As vozes constitutivas da Educação do Campo: do nascedouro aos dias atuais (1998-2018).	Educação/UFFS	Mestrado

Fonte: Produzido pelos autores com dados extraídos do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2019). PPG: Programa de Pós-Graduação/IES: Instituição de Ensino Superior.

A princípio, os critérios para ‘descartar’ alguns trabalhos que, ao nosso olhar, não seriam úteis para este momento da pesquisa, se relacionavam com temáticas que investigavam a formação profissional docente e a formação continuada de professores/as que trabalham/vam no campo, porém esses estudos não estabeleciam relações com gênero/sexualidade e/ou juventude camponesa. Logo vê-se que este não tem sido o intuito da nossa proposta, mas sim a pertinência de estudos/pesquisas que tematizem em analisar e/ou compreender essas questões explicitadas sobre os sujeitos que vivem, sobrevivem e reexistem das práticas e das formas organizativas do campo (relações econômicas, culturais, sociais, políticas) sendo escolarizadas ou não, experiências formais e/ou informais.

No processo de seleção de teses e dissertações que se assemelham aos temas deste balanço de produção, todas as publicações que discutem a “Fronteira” foram incluídas, mesmo que o objetivo de pesquisa não possuísse grande proximidade. Assim sendo, apenas os trabalhos de Moraes (2015) e Peizini (2016), ambos de mestrado, apresentam as particularidades sobre o que é viver e (re)existir em uma comunidade de Fronteira; como são estabelecidas as relações entre as práticas pedagógicas da escola do campo e os saberes da comunidade rural de fronteira;

e, especialmente, traçam reflexões sobre o conceito “Fronteira” para além dos limites e espaços geográficos, mas também no sentido metafórico cultural e social marcado de representações, movimentos, jogos de poder e resistências.

Outra produção que se circunscreve dessa composição é o trabalho de Azinari (2016), em que ela aborda a trajetória de mulheres professoras-trabalhadoras do campo que tiveram que transpassar ‘fronteiras’ (as relações patriarcais sexistas e machistas) para construir seus próprios percursos de escolarização, formação e trabalho no/do campo. Esta questão nos leva a outras análises como as problematizações acerca das relações de gênero encontradas em alguns trabalhos, tanto pelo descritor generificação, quanto “educação do campo”. As produções de Amaral (2014), Pereira (2014), Wink (2016), Cinelli (2016) e Azinari (2016) se assentam nos debates sobre as mulheres também serem vistas enquanto sujeitos de direitos que possuem voz, força e pensamentos. Todos os 5 trabalhos enfatizam as lutas incessantes – através de Marchas de mulheres, dos movimentos sociais feministas – que as mulheres do campo precisam enfrentar para serem reconhecidas e valorizadas, mediante a estrutura social patriarcal que é instituída na sociedade, principalmente, pela lógica hegemônica capitalista que historicamente domina, subjuga e subordina as mulheres.

Compreendendo um outro viés de análise sobre as relações de gênero, como também de sexualidade por Xavier (2017), no qual problematiza as práticas normalizadas e naturalizadas de masculinidades e feminilidades para a (re) produção dos sujeitos, situada no campo (nomeada de ‘roça,’ segundo o autor), com especificamente professores homens e abrange a generificação a respeito da profissão docente. Histórica e culturalmente a docência é associada ao ‘universo feminino’, então, homens se tornarem professores, principalmente nas roças, gera uma série de questionamentos de quais seriam os padrões de normalidade de sua masculinidade e sexualidade, do medo dos/as moradores/as à pedofilia na escola e a constante vigilância de práticas que não se remetam ao feminino (feminilização).

O outro aspecto que propiciou a seleção dos trabalhos foram as características de valorização, produção e pertencimento da população camponesa e que podem ser visualizadas, especialmente, nas produções científicas de Silva (2015), Rasnheski (2015), Siqueira (2018) e Pauletti (2018), os quais abordam as vivências em assentamentos rurais e a juventude camponesa. Todos os 4 trabalhos buscam apresentar como é viver e sobreviver do campo e o processo árduo de conquista e mantimento em suas terras, na tentativa de subverter a lógica do capital – fundamentada no capitalismo, da produção de lucro de grandes corporações do agronegócio – que exploram os/as trabalhadores/as rurais. Compreender essa realidade, permite construir resistência e a Educação do Campo permite essa construção. É

uma educação emancipatória, na qual desenvolvem na escola do campo e em seus espaços não-formais os conhecimentos e saberes produzidos na cotidianidade da população camponesa; é aliar, desse modo, os conhecimentos escolarizados aos saberes da comunidade do campo, em que se interpelam e se inter-relacionam constantemente, pelas práticas dos Movimentos Sociais do Campo (MSC).

Especificamente sobre a juventude camponesa, as produções de Silva (2016), Mascena (2017), Cruz (2018) e Santos (2018), se configuram como aprofundamentos (ou afunilamentos) das discussões apresentadas aqui acima. A população jovem que reside nos assentamentos encontra muita dificuldade para se manter no campo, devido às investidas da lógica de produção do sistema capitalista. Outro fator identificado, é a ausência de políticas públicas que respaldem a permanência dessa juventude nos assentamentos, visto que muitos jovens migram para a cidade para cursar o nível superior e/ou na busca da inserção no mercado de trabalho; e, isso gera, principalmente, a perda da identidade com o território camponês. Nesse sentido, essas pesquisas científicas abarcam as trajetórias, os desafios e as perspectivas que a juventude camponesa enfrenta para sua formação educacional, de trabalho e enquanto sujeito coletivo.

Considerações finais

Tratar a questão da generificação dialogando com a juventude camponesa em assentamentos rurais em comunidades de fronteira, na Educação do Campo não deixa de ser um desafio dessa natureza e certamente o estudo deverá considerar e problematizar a questão histórica de relações permeadas por fronteiras econômicas, políticas, culturais, sociais e educacionais.

Esse balanço de produção acadêmico-científica, acerca das temáticas de gênero e sexualidade em assentamentos rurais em comunidades de fronteira, nos permitiu acessar as principais produções em relação ao tema realizadas até o momento, no que tange as teses e dissertações depositadas no Banco de Dados da CAPES.

Além disso, de alguma forma, todas as produções selecionadas contribuirão para a pesquisa que estamos desenvolvendo. Identificamos a escassez de produções científicas que dialoguem sobre as relações de gênero para além do sistema capitalista e patriarcal, nas quais as categorias: sexualidade, raça/etnia, geração, entre outros marcadores sociais estejam presentes.

Este balanço de produção mostra a importância do nosso projeto de pesquisa, justamente por intenção de analisar práticas discursivas dos aspectos relacionais entre os gêneros e as sexualidades que (re)existem de maneiras distintas, bem

como abarcar nos estudos sobre gênero não somente a evidência da mulher enquanto sujeito que é subordinado e inferiorizado, mas também um sujeito homem que foi masculinizado e figurado para ser o detentor do poder e da dominação, e qualquer homem ou mulher que destoe dos padrões, que transgrida as normas. Desse modo, as práticas generificantes e sexualizantes afetam a todos os sujeitos integrantes de diferentes sociedades e determinados espaços-tempos.

Outra descoberta importante diz respeito a estudos sobre juventude camponesa e os campos de estudos de gênero e sexualidade. Nenhum dos trabalhos trazia em suas discussões esse enfoque teórico – em algum momento perpassava a sexualidade enquanto vivência sexual, prevenção à gravidez e/ou às DST's no campo – porém não como temática central para outros tipos de discussões como violência sexual, orientação sexual, entre outras. A preocupação dos/as pesquisadores/as dessas produções encontradas pautou-se no estudo dos sentimentos de pertencimento ao campo, da produção de trabalho e da permanência na terra, em que outras discussões foram tratadas de forma secundária.

Observa-se que, independentemente de seus contextos de pesquisa, as teses e dissertações configuram-se como produções científicas de extrema relevância social e acadêmica sobre as discussões acerca das relações de gênero e sexualidade, educação do campo e juventude camponesa nos últimos 5 anos. Esse exercício de construir um balanço das principais produções acadêmicas científicas foi fundamental para identificar em valores quantitativos o volume de trabalhos que coadunem com a temática investigada, mas também qualitativos por denotar elementos das subjetividades - os significados, as representações, as emoções – presentes no campo, em assentamentos.

As relações de gênero e trabalho no campo em assentamento rurais, são vistas de formas secundárias, dando-se relevância às estruturas de classes, “Ou seja, de alguma forma, a luta social acabava reproduzindo em suas estruturas e instituições as desigualdades que alimentavam o capitalismo, como as de gênero” (FILIPAK, 2017, p. 106). Contudo, o decorrer da história possibilitou que mulheres se auto representassem e elevassem suas vozes, alicerçadas em movimentos políticos e culturais de enfrentamento a essas desigualdades, tornando-se fundamental a discussão das mulheres em trabalhos no campo, bem como sobre as expressões sexuais e as identidades LGBT's que transitam e habitam nesses espaços.

Entende-se que existe uma grande diversidade produção em relação aos tópicos e conceitos relacionados a nossa pesquisa, apesar disso, o levantamento da produção científica aqui apresentado indica lacunas teóricas importantes, uma delas está sendo tratada pela nossa pesquisa. Ou seja, nos desafia a avançar nos objetivos traçados pela investigação e ao mesmo tempo, mostra nossa responsa-

bilidade com esse campo de estudo. Para dar continuidade ao estudo em questão, faz-se de interesse do projeto, num outro momento, avançar num levantamento bibliográfico de publicações em periódicos e outras bases de dados.

Referências

AMARAL, Débora Monteiro. *Mulheres da reforma agrária na educação: os significados em ser pedagoga da terra*. 2014. 210f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

AZINARI, Amanda Pereira da Silva. *Constituir a vida numa região de fronteira: trajetórias de mulheres-professoras-trabalhadoras do campo em Juara/MT*. 2016. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2016.

BRASIL. *Secretaria de Educação Básica*. Formação de professores do ensino médio, etapa I – caderno II: O Jovem Como Sujeito do Ensino Médio. MEC/SEB. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/projetos/pactoNacional/docs/web_caderno_2.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. *Portal do Governo Brasileiro*. Fundação CAPES. Sobre a CAPES. 2017. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/sobre-a-capes/7473-sobre-a-capes>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

CINELLI, Catiane. *A experiência das e vivida pelas mulheres camponesas: resistência e enfrentamento na luta diária pela libertação*. 2016. 181f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, Marcia Aparecida de Barros da. *Processo de Formação e Organização para o Trabalho Coletivo da Juventude Camponesa do Assentamento Roseli Nunes – Mirassol D'Oeste/MT*. 2018. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2018.

FILIPAK, Alexandra. *Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos*. 2017. 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista UNESP, Marília, 2017.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál.*, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004. Acesso em: 15 jul. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MASCENA, José Cláudio Monteiro. *A juventude e trabalho no campo: desafios e perspectivas de jovens assentados em áreas de reforma agrária no município Açailândia-Maranhão*. 2017. 223f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial), Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2017.

MOCHEUTI, Karina Nonato. Balanço de produção sobre aprendizagem cooperativa e educação superior. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís. *Anais [...]*. São Luís: UFMA, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/poster_38anped_2017_GT11_520.pdf. Acesso em: 16 jul. 2017.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helena Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da educação do campo. *Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2483/2440>. Acesso em: 23 jul. 2019.

MORAES, Eulene Vieira. *Narrativas de cotidianos: composições singulares de crianças e suas infâncias em uma escola do campo na Fronteira Brasil/Bolívia*. 2015. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2016.

NASCIMENTO, Diogo Vieira do. *Por um transpensar os gêneros, os corpos e as práticas educativas cotidianas*. 2015. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PAULETTI, Jéssica. *As vozes constitutivas da Educação do Campo: do nascedouro aos dias atuais (1998-2018)*. 2018. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

PEIZINI, Angela Maria Leite. *Escola do campo em comunidades de fronteiras*. 2016. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

PEREIRA, Maria de Lourdes Soares. *As contribuições da Licenciatura em Educação do Campo na transformação das relações de gênero: um estudo de caso com as educandas do Assentamento Virgilândia de Formosa/GO*. 2014. 88f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

RASNHESKI, Fernando. *Luta pela terra e a configuração da educação escolar: leitura de concepções a partir do Assentamento Raimundo Vieira, em Nova Guarita – Mato Grosso*. 2015. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2015.

SANTOS, Samara Caroline. *Trajetórias e perspectivas socioeducativas dos jovens do campo em um assentamento no município de Nova Mutum-MT*. 2018. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2018.

SILVA, Carlos Eduardo da. *Educação do campo e memória social: percursos, afetos e paisagens possíveis na (re)significação da participação comunidade-escola*. 2015. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SILVA, Edson Félix da. *Educação do campo: processos de formação política da juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes – município de Mirassol D'Oeste/MT*. 2016. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2016.

SIQUEIRA, Camila Zucon Ramos de. *Escolarizar o campesinato ou campesinar a escola? Uma experiência de escola em alternância no norte do Espírito Santo*. 2018. 213f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

WINK, Ingrid. *O educativo na construção da emancipação da classe trabalhadora na marcha mundial das mulheres: o processo de luta das mulheres no Rio Grande do Sul – Brasil*. 2016. 248f. Tese (Doutorado

em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

XAVIER, Antonio Jeferson Barreto. *O gênero vai à roça: a presença de professores homens na educação do/no campo de um interior baiano*. 2017. 223f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

ANÁLISE DA DINÂMICA DA COBERTURA VEGETAL E USO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA/TO

Analysis of the Dynamics of Vegetation Cover and Land use in the Municipality of Araguaína/TO

Gustavo Melo da Silva*
Maurício Ferreira Mendes**

Resumo: Este trabalho teve como objetivo analisar a dinâmica da paisagem no município de Araguaína/TO, com recorte temporal de 2009 a 2019, com vistas a conservação ambiental. Foram adquiridas imagens no sítio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, processadas no Spring e quantificadas as classes temáticas no ArcGis. Constatou-se que na categoria cobertura vegetal ocorreram alterações, com destaque para a savana florestada que teve uma redução de 11,09%, restando 1,88%. Quanto ao uso da terra, a pecuária detém o maior índice de ocupação, com 67,37%. Assim, conclui-se que a situação de Araguaína é preocupante, pois as alterações trazem vários impactos ambientais.

Palavras-chave: Ação antrópica, dinâmica da paisagem, geoprocessamento.

Abstract: This study aimed to analyze the dynamics of the landscape in the municipality of Araguaína/TO, within a time frame from 2009 to 2019, aiming towards an environmental conservation. Images were acquired on the website of the National Institute for Space Research. These were processed with Spring and the thematic classes were quantified with ArcGis. It was found that in the vegetation cover category there were changes with emphasis on the forested savannah which had a reduction of 11,09%, leaving 1,88%. As for land use, livestock has the highest occupancy rate, with 67,37%. Thus, it is concluded that the situation of Araguaína is worrying, since the changes bring several environmental impacts.

Introdução

A manutenção dos diversos biomas é fundamental para a conservação das espécies, regulação das chuvas e manutenção das paisagens naturais. No estado do Tocantins encontra-se tanto às áreas de transição amazônica, como as de Cerrado. De acordo com o PROBIO (2007), a Amazônia é considerada a maior floresta tropical do mundo, este tipo de vegetação ocupava cerca de 8,79% do Tocantins. Por sua vez, o Cerrado cobria originalmente 91,21% do território tocantinense.

Tanto a floresta amazônica como o Cerrado apresentam fauna e flora diversas. Na Amazônia encontra-se 10% das plantas de todo o planeta, muitas de ocorrência restrita a região Norte do Tocantins (APA-TO, 2020). O Cerrado é considerado o segundo maior bioma da América do Sul, onde encontram-se nascentes de rios que formam bacias hidrográficas importantes, como o

* Graduando em Geografia pela UFT/Campus Araguaína. E-mail: gustavomelo.silva@hotmail.com.

** Docente do curso de Geografia da UFT. E-mail: mauricio.mendes@uft.edu.br.

Keywords: Anthropic action; landscape dynamics; geoprocessing.



Tocantins/Araguaia, o São Francisco e o Paraná, o que tem influência em sua biodiversidade e endemismo de espécies, reconhecida como a mais rica savana do mundo e um dos pontos *hotspots* para a conservação mundial (MMA, 2020).

Porém, com a ocupação destas áreas naturais foram intensificadas atividades de urbanização, agricultura, criação de gado, caça, pesca, extração de madeira ilegal e produção de carvão, todas estas atividades passaram a ameaçar a biodiversidade e atualmente pesquisadores estimam que, aproximadamente, 80% do Cerrado foram ocupados e/ou sofreram alguma alteração (MMA, 2020).

Ademais, com o processo da chamada Revolução Verde, iniciou-se o uso de sementes melhoradas em laboratório (híbridas), uso intensivo de água, pesticidas e adubos químicos, que embora representem a modernidade do sistema produtivo industrial capitalista foi o que vem acarretando danos a biodiversidade atualmente (GUERRA; ICHIKAWA, 2013).

Somente para exemplificar, o avanço global da agricultura industrial em relação ao uso de água triplicou dos anos de 1950 a 2003, e hoje agricultura capitalista utiliza mais de 70% da água bombeada em rios, lagos e aquíferos. Frisa-se ainda, que o volume de água desperdiçada na agricultura capitalista é superior à soma dos demais consumos humanos (MALVEZZI, 2010).

Diante de tantas ameaças a diversidade e a manutenção dos biomas, é necessário e urgente adotar estratégias de conservação e de manejo sustentável. Nesse sentido a agroecologia pode proporcionar bases científicas e metodológicas para a realização de uma agricultura sustentável, que tenha como foco a produção de alimentos de qualidade e quantidade para a população, ou seja, adotando um outro modelo de desenvolvimento, mais justo e sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

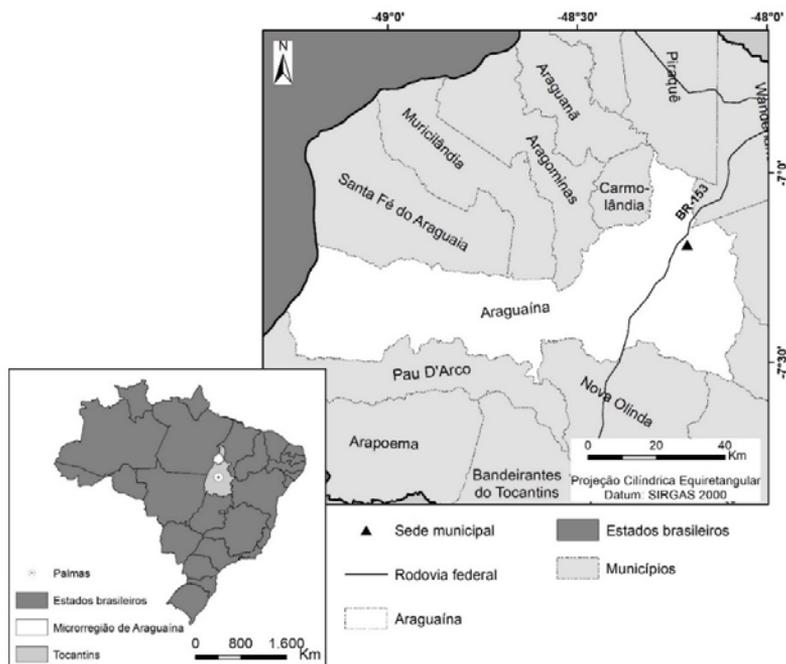
Para tanto estudos sobre os elementos da paisagem se tornam fundamentais, a vegetação, por exemplo, protege o solo, evitando a erosão, contudo a sua retirada causa desequilíbrios ambientais sobre o meio físico e biótico, que podem ser graves para a sobrevivência de numerosas espécies dos biomas e comprometedoras para a manutenção do equilíbrio dinâmico das paisagens (CABACINHA; CASTRO; GONÇALVES, 2010).

Diante do contexto exposto, o objetivo deste trabalho foi analisar a dinâmica da cobertura vegetal e o uso da terra no município de Araguaína/TO, com recorte temporal de 2009 a 2019, com vistas a conservação ambiental e/ou manutenção dos biomas presentes na área de estudo.

Material e métodos

Área de estudo

O município de Araguaína está localizado ao Norte do estado de Tocantins (Figura 1), possui uma área de 4.004,39 km² e limita-se com os seguintes municípios: Aragominas, Babaçulândia, Carmolândia, Filadélfia, Muricilândia, Nova Olinda, Palmeirante, Pau d'Arco, Piraquê, Santa Fé do Araguaia e Wanderlândia; todos estes no próprio estado do Tocantins, e ainda com o município de Floresta do Araguaia, no estado do Pará. O município de Araguaína integra a Microrregião Geográfica de Araguaína (ARAGUAÍNA, 2013).

Figura 1. Localização do município de Araguaína/TO.

Fonte: SILVA, G. M. (2020).

A área do município de Araguaína se localiza na bacia do rio Araguaia, que tem como principal afluente o rio Lontra, onde está construída a Usina Hidrelétrica Corujão, a primeira a fornecer energia para Araguaína (ARAGUAÍNA, 2013).

O clima da região é do tipo tropical úmido, com precipitação anual de aproximadamente 1.700 mm, caracterizado por duas estações bem definidas, a saber: o período chuvoso que ocorre entre outubro e abril; e o período de estiagem, entre maio e setembro. A temperatura máxima oscila entre 30° C e 34° C e a mínima entre 19° C e 21° C (RIBEIRO; WALTER, 2008).

O relevo de Araguaína é bem variado, destacando-se o de Planalto, sem grandes elevações. No município, a altitude média dos morros varia entre 200 a 300 metros (suave ondulado). Os solos predominantes são o Podzólico Vermelho Amarelo e Latossolo Vermelho Amarelo, ambos com cascalho em profundidade (SANTOS et al., 2018). A presença de cascalho, ou laterita, aponta solos com atividade hidromórfica por ocasião da sua formação, enquanto permaneceram com a cobertura vegetal de florestas.

A vegetação predominante no município de Araguaína é o Cerrado, cujas principais características são os arbustos e as árvores esparsas, de galhos retorcidos e raízes profundas. O extremo Oeste do município é constituído por floresta de transição amazônica (RIBEIRO; WALTER, 2008).

Atualmente, Araguaína conta com uma grande zona de influência econômica que envolve o Sul dos estados do Maranhão e do Pará. O município tem como principal fonte econômica a agropecuária, além de ser um polo de prestação de serviços, o que atrai muitas pessoas de fora e investimentos externos, refletindo diretamente no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Araguaína, que foi de 0,752 em 2010. Porém, há desigualdade na distribuição de recursos financeiros, renda concentrada em uma pequena parcela da população, afetando principalmente a população que reside em bairros mais afastados e nos assentamentos rurais (ARAGUAÍNA, 2013).

Procedimentos metodológicos

Para consecução do objetivo da pesquisa, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: i) pesquisa bibliográfica, com base nos autores que tratam sobre a dinâmica da paisagem e conservação ambiental; ii) consultas em órgãos públicos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria de Planejamento do Estado de Tocantins (SEPLAN/TO); e iii) elaboração de mapas de cobertura vegetal e uso da terra da área estudo.

Para a confecção dos mapas, foram utilizadas imagens dos anos de 2009 e 2019 dos satélites Landsat 5, sensor Themathic Mapper – TM, e Landsat-8, sensor Operational Land Imager – OLI, possuindo as seguintes órbitas/ponto 222/65, 222/66, 223/64, 223/65 e 223/66. As imagens de ambas as datas foram obtidas no sítio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de forma gratuita. As mesmas possuem resolução espacial de 30 metros e foram obtidas entre os meses de junho e setembro dos anos de 2009 e 2019. O processamento das imagens foi executado no Sistema de Informações Geográficas Spring, versão 5.4.3 (CÂMARA et al., 1996).

Inicialmente foi criado um Banco de Dados Geográficos (BDG), e neste foi utilizado o sistema de coordenadas métricas (UTM), por meio do Datum SIRGAS 2000, sendo que a área de estudo está totalmente compreendida no fuso 22 Sul.

No BDG, as imagens do ano de 2019 foram importadas e utilizadas para o georreferenciamento das cenas do ano de 2009. Os dados do satélite Landsat 8 são georreferenciados e por este motivo foram utilizados para o ajuste das cenas do satélite Landsat 5. Após o registro as cenas foram mosaicadas para recobrir em uma única cena a área de estudo.

Após a elaboração dos mosaicos estes foram recortados pelo arquivo vetorial da área de estudo em formato shapefile (.shp). Após o recorte foi executado

a segmentação, por meio do método crescimento de regiões. Os parâmetros de similaridade e área no ano de 2009 foram respectivamente 10 e 10. No ano de 2019 houve mudanças nos parâmetros de similaridade e área, devido as características radiométricas do satélite, sendo que foram utilizados respectivamente 100 e 100.

O arquivo de cobertura vegetal e uso da terra criado no Spring, foi exportado e em seguida aberto no SIG ArcGis versão 10.6.1 (ESRI, 2018), neste momento foram executadas atividades de pós-classificação que consistem na correção de pequenos erros cometidos durante a etapa de classificação. Neste SIG foram ainda elaborados os *layouts* dos mapas e quantificados os valores de área que cada classe temática apresentou em cada data.

As classes temáticas definidas neste estudo, de acordo com o IBGE (2012), foram as seguintes:

- Floresta Ombrófila Aberta Submontana: domínio caracterizado por ocupar uma faixa situada acima dos 100 m de altitude e abaixo dos 600 m, com a presença de palmeiras, cipós, sororocas e bambus.
- Floresta Ombrófila Densa Aluvial: classificada anteriormente como floresta perenifólia de várzea, é um tipo de vegetação que se relaciona com ambientes situados nas margens de alguns cursos de água, periferia de brejos, bem como em baixadas úmidas, e até mesmo em áreas alagadas temporariamente. Também é conhecida sob as designações de floresta ciliar, floresta de galeria e floresta ribeirinha.
- Savana Arborizada: região plana com presença de vegetação herbácea e arbórea, pequenas árvores espaçadas, com caules de espessura grossa.
- Savana Florestada: caracterizada por árvores de até 12 metros de altura, mais fechada e densa que a savana arborizada.
- Área de Tensão Ecológica com contato entre Savana e Floresta Ombrófila: constituem os contatos entre tipos de vegetação que podem ocorrer na forma de ecótono, quando a transição se dá por uma mistura florística, ou na forma de enclave quando existe uma transição edáfica.
- **Água:** locais ocupados por massas d'água.
- Agricultura: atividade que tem por objetivo a cultura do solo para produzir grãos, fibras, alimentos ao homem.
- Pecuária: área onde houve ação humana voltada diretamente para a criação de gado, com fins econômicos e de consumo.
- Influência Urbana: aglomeração humana localizada numa área geográfica circunscrita e delimitada.

Resultados e discussão

Na atual paisagem do município de Araguaína predomina o modelo de desenvolvimento dominante no Brasil, com pecuária extensiva e a soja chegando no município e em todo o Norte do Tocantins. A monocultura da soja, carro chefe das exportações, tem na região dos Cerrados o seu eixo básico de crescimento (SHIKI, 2003).

O mais grave, porém, é que a ocupação do Cerrado pelas empresas rurais repete alguns dos erros básicos presentes na história econômica e ecológica do país. O modelo dominante continua privilegiando o vulnerável sistema de monocultura exportadora, que substituiu de forma descontrolada os ecossistemas nativos e direciona para fora do país grande quantidade de produção primária com pouco valor agregado (SHIKI, 2003, p. 8).

Concomitante, a região amazônica tem promovido diversos impactos ecológicos sobre a floresta. Os madeireiros desmatam e promovem aberturas nas florestas (clareiras) ao retirarem árvores de valor econômico (MOUTINHO; RAMOS, 2001). A monocultura da soja nos últimos anos também chegou no Sul do Pará, em municípios como Marabá e Altamira, provocando desmatamentos e queimadas.

Portanto, é necessário o conhecimento prévio dos dados sobre a vegetação para tomada de decisões pelos gestores públicos. Também é necessária uma efetiva mudança no processo de formação de políticas públicas, além do desenvolvimento de propostas e estratégias que incluem as dimensões: ambiental, econômica, social e cultural (CARVALHO, 2001).

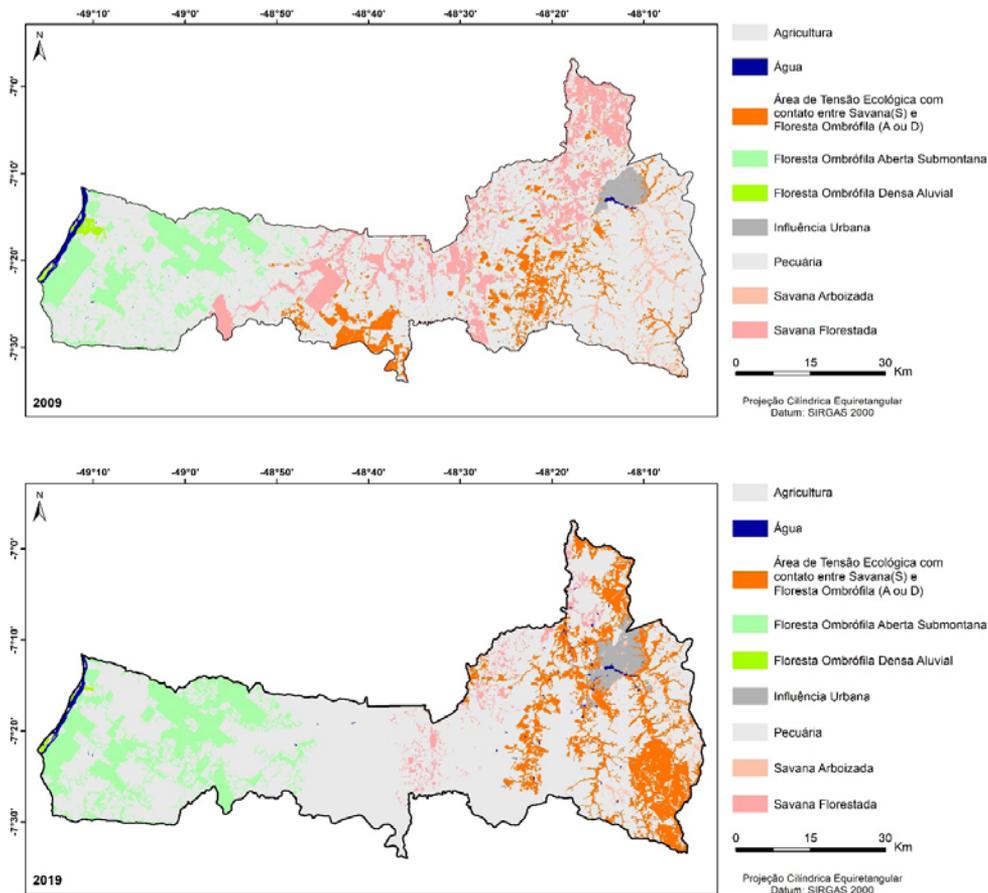
Nesse íterim, apresentamos os dados sobre a dinâmica paisagem do município de Araguaína (cobertura vegetal e uso da terra) entre os intervalos dos anos de 2009 a 2019 (Tabela 1 e Figura 2).

Tabela 1. Percentuais (%) atribuídos as categorias cobertura vegetal e uso da terra no município de Araguaína/TO.

Categorias	Classes temáticas	Percentual (%)	
		2009	2019
Cobertura Vegetal	Floresta Ombrófila Aberta Submontana	10,03	13,00
	Floresta Ombrófila Densa Aluvial	0,39	0,12
	Savana Arborizada	1,52	0,67
	Savana Florestada	11,09	1,88
	Área de Tensão Ecológica com contato entre Savana e Floresta Ombrófila (A ou D)	7,18	12,27
Uso da terra	Água	0,60	0,67
	Agricultura	0,16	1,87
	Pecuária	67,65	67,37
	Influência urbana	1,38	2,15
	Total	100	100

Fonte: SILVA, G. M. (2020).

Figura 2. Cobertura vegetal e uso da terra no município de Araguaína, nos anos de 2009 e 2019.



Elaboração: SILVA, G. M. (2020).

A partir dos dados expostos (Figura 2 e Tabela 1) percebe-se que a paisagem do município de Araguaína teve mudanças de cobertura vegetal e uso da terra entre os anos de 2009 e 2019. A Floresta Ombrófila Aberta Submontana no ano de 2009 apresentava uma área de cobertura vegetal de 10,3%, mas com o decorrer de dez anos teve um aumento, e passou a ser 13% em 2019. Uma das hipóteses para este aumento pode estar relacionada a áreas degradadas que foram abandonadas e estão se regenerando. Este aumento tem um grande valor, pois ilustra a importância de se manter o mosaico de vegetação natural como estratégia básica de se manter uma diversidade biológica expressiva (MACHADO et al., 2004).

Em 2009, a Floresta Ombrófila Densa Aluvial continha um percentual de 0,39% de cobertura vegetal, e em 2019 passou a ser apenas 0,12%, tendo uma redução

de mais de 50% de vegetação. Esta alteração na paisagem pode ser observada na figura 2. Segundo a Embrapa Informação Tecnológica (2020), a Floresta Ombrófila Densa Aluvial é uma vegetação que praticamente não existe mais, pois sua localização geográfica correlaciona-se com ambientes onde a ocupação e uso agrícola são muito intensivos, o que gera impactos irreversíveis a este tipo de vegetação.

Em Araguaína, estes dois tipos de florestas [Ombrófila Aberta e Densa] ocorrem no oeste do município, próximo ao rio Araguaia, e estão fortemente sobre pressão da pecuária, ou seja este tipo de vegetação se encontra entrecortados pela atividade extensiva de criação de gado e corre o risco de não existir mais em um curto espaço de tempo (Figura 2).

A Savana Arborizada indicava em 2009 o percentual de 1,52%, entretanto em 2019 passou para 0,67%. A Savana Florestada apresentava em 2009 um percentual de 11,09%, passou a ter um percentual de 1,88% em 2019 (Figura 2). Com essa constatação de degradação no intervalo de dez anos [2009 e 2019] podemos afirmar que praticamente não existe mais vegetação de Cerrado (savana) na área de estudo, dando lugar a agricultura e principalmente a pecuária extensiva (Figura 2). Esses dados corroboram com os estudos da Organização Não Governamental *World Wide Fund for Nature* (WWF, 2020) que afirmam que a principal causa de desmatamento no Cerrado é a expansão do agronegócio sobre a vegetação nativa. Entre 2007 e 2014, 26% da expansão agrícola ocorreu diretamente sobre vegetação de Cerrado muitas vezes, a área desmatada para pastagem é abandonada, e logo depois, abrem-se novas áreas. Essa substituição das vegetações de Savana Arborizada e Florestada refletem não só na paisagem, mas também na fauna e em toda a biota.

Porém, sabemos que os interesses pelas savanas brasileiras ou cerrados de dois milhões de quilômetros quadrados vem desde a época do Brasil colonial, culminando com a criação dos projetos de assentamentos humanos de Getúlio Vargas. A edificação de Brasília, a construção da BR-153 e a divisão do estado do Tocantins em 1988 aceleraram ainda mais o processo de devastação da vegetação, conflitos sociais e luta pela terra (SHIKI, 2003).

Em 2009, a Área de Tensão Ecológica com contato entre Savana e Floresta Ombrófila (A ou D) apresentava um percentual de 7,18%, alterando-se para 12,27% em 2019. Uma das explicações para o aumento nos dados deste tipo de vegetação pode estar relacionada no momento da quantificação, visto que um tipo de vegetação sobrepõe a outra. O município de Araguaína é representado por um mosaico de transição savana-floresta e estas zonas [ecótono] podem representar ambientes equilibrados para a especiação (SILVA; BATES, 2002 apud MEWS et al., 2011).

Quanto a categoria Uso da Terra, temos o seguinte panorama: a classe temática Água em 2009 trazia um percentual de 0,60%, e em 2019 o percentual aumentou para 0,67%. Segundo Mendes e Zukowski Júnior (2015) o município de Araguaína apresenta o ano hidrológico de sazonalidade bem definido, possuindo dois períodos bem distintos: o período seco de maio a setembro e o chuvoso de outubro a abril. Apesar do aumento, a situação é preocupante, pois os rios como o Lontra e suas matas ciliares vem sofrendo com a superexploração de seus recursos, poluição e desmatamento, causando grandes impactos não só ao rio Lontra, mas também córregos como o Cará e o Neblina (TRINDADE; SIEBEN, 2012).

Em 2009, a classe Agricultura apresentava um percentual de 0,16%, passando a ser 1,87% em 2019. De acordo os dados da safra brasileira de grãos (CONAB, 2015) a área semeada no Estado aumentou 9,5% e a produção de grãos 11,4%, chegando a 3,7 milhões de toneladas, colocando-se como o maior Estado produtor da região Norte do país (BORGHI et al., 2015). O que reflete diretamente no aumento da agricultura no município de Araguaína, porém a agricultura tem uma contribuição pequena para a economia do município comparada a pecuária. Segundo Costa e Lopes (2017) um dos possíveis motivos para a falta de uma agricultura forte seria uma preferência formada ao longo de vários anos pela pecuária extensiva, pois o mercado sempre está aquecido no território nacional e internacional.

A classe Pecuária em 2009 representava um percentual de 67,65% e em 2019 passou a ser 67,37%, quase não tendo alteração e com uma área de abrangência significativa em Araguaína. A pecuária é a principal cadeia produtiva do agronegócio no Tocantins e segunda maior atividade em termos de exportação, ficando atrás apenas da soja, sendo um importante pilar da economia do Estado (SEAGRO, 2015). Araguaína possui o maior rebanhos do Estado, com o total de 237.951 cabeças de gado (IBGE, 2017). Apesar da ativa participação da pecuária na economia municipal e estadual, a atividade provoca vários impactos ambientais.

A pecuária tem sido apontada como uma das atividades que mais impactam o meio ambiente. As externalidades negativas causadas pela bovinocultura estão relacionadas com o meio de produção adotado no Brasil, o sistema extensivo. O mesmo se caracteriza pelo baixo investimento em formação e manutenção da pastagem, que muitas vezes podem gerar destruições de ecossistemas ambientais, degradação do solo e poluição dos recursos hídricos (ZEN et al., 2008) o que torna a situação alarmante, pois pode impactar a biodiversidade.

A classe temática Influência Urbana em 2009 representava um percentual de 1,38%, chegando ao índice de 2,15% em 2019. Uma das explicações para o crescimento é o fato de Araguaína ser considerada uma cidade média, de acordo com a classificação do IBGE e tendo atuação como distribuidora de bens e produtos,

voltados ao apoio de serviços prestados à agricultura e pecuária, que são demandadas por si mesma, e pelas cidades da região em que Araguaína tem influência, conduzindo e captando a produção de matéria prima (ANTERO, 2017).

Considerações finais

A partir dos dados do mapeamento constatou-se que a vegetação do município de Araguaína sofreu grandes alterações devido à ação humana, cerca de 67,37% do território em 2019 apresentava-se consolidado para a atividade de pecuária, fazendo com que a infraestrutura econômica urbana e regional seja de apoio a pecuária, sendo este um dos fatores que provocam impactos sobre a vegetação nativa.

Todas as classes estudadas sofreram alterações, porém as que mais se sobressaíram foram a Savana Florestada e a Pecuária. A Savana Florestada apresentou uma redução de 9,21% entre 2009 e 2019, restando apenas 1,88% deste tipo de vegetação no município analisado. Logo, a pecuária tem uma abrangência de 67,37% sobre a área de estudo, o que altera as áreas de vegetação.

Desta forma, concluímos que a situação é preocupante, pois vem ocorrendo transformação de áreas de vegetação nativa em pasto, porém esta atividade tem uma influência econômica expressiva no município, sendo assim é importante conservar áreas de vegetação nativa no município, para garantir a existência da fauna e da flora local e em consonância com a atividade de pecuária de forma sustentável.

A partir do resultado exposto indicamos algumas ações que poderiam ser adotadas pelo governo federal, entre elas citamos: a recuperação de áreas degradadas, a implementação de monitoramento e a fiscalização de forma contínua das áreas de vegetação nativa, investimentos em formação de profissionais voltados para conservação da biodiversidade e de recursos hídricos, além de pesquisas e fortalecimento das universidades e centros de pesquisas públicos.

Agradecimentos

Esta pesquisa conta com a concessão de bolsa de estudo pela Universidade Federal do Tocantins, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFT).

Referências

- ANTERO, R. Centralidade urbano-regional da pecuária de Araguaína-TO: a capital do boi gordo? *Revista de Geografia*, Recife, v. 2, n. 34, p. 194-215, 2017.
- APA-TO. Alternativas para pequena agricultura no Tocantins. *Amazônia*. 2020. Disponível em: <http://www.apato.org.br/quem-somos/biomas/amazonia/>. Acesso em: 02 fev. 2020.
- ARAGUAÍNA. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Planejamento. *Plano Municipal de Água e Esgoto do município de Araguaína – Tocantins*. Disponível em: <http://araguaina.to.gov.br/portal/pdf/13.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.
- BORGHI, E.; LUCHIARI JÚNIOR, A.; AVANZI, J. C.; BORTOLON, L.; BORTOLON, E.S.O.; CAMPOS, J. L. M.; CORREA, L. V. T. Embrapa. *Estado da arte da agricultura e pecuária do estado do Tocantins*. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2015. 68p.
- CABACINHA, C. D.; CASTRO, S. S.; GONÇALVES, D. A. Análise da estrutura da paisagem da alta Bacia do rio Araguaia na savana brasileira. *Floresta*, Curitiba, v. 4, n. 40, p. 675-690, 2010.
- CÂMARA, G.; SOUZA, R. C. M.; FREITAS, U. M.; GARRIDO, J. SPRING: Integrating remote sensing and GIS by object-oriented data modeling. *Computers & Graphics*, Oxford, v. 20, n. 3, p. 395-403, 1996.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: alguns princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004. 24p.
- CARVALHO, G. Histórico e impacto das políticas públicas na Amazônia. In: BARROS, A. C. (Org.). *Sustentabilidade e Democracia para as políticas públicas na Amazônia*. Rio de Janeiro: FASE/IPAM, 2001. p. 13-24
- COSTA, D. P.; LOPES, A. P. A territorialização do capital do agronegócio e a agroindústria do município de Araguaína (TO). *Revista Tocantinense de Geografia*, Araguaína, v. 10, n. 6, p. 39-58, 2017.
- EMBRAPA. Embrapa de Informação Tecnológica. *Floresta Ombrófila Densa Aluvial*. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_mata_sul_pernambucana/arvore/CONT000gt7eon7102wx7ha087apz2tjys6j3.html. Acesso em: 05 jun. 2020.
- ESRI. *ArcGis advanced: release 10.6*. Redlands: Environmental Systems Research Institute, 2018.
- GUERRA, G. C. M.; ICHIKAWA, E. Y. As representações sociais da agroecologia para a agricultura familiar: a visão de pesquisadores, extensionistas e produtores rurais. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 11, n. 23, p. 40-73, 2013.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção da pecuária municipal 2017*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to>. Acesso em: 10 jun.2020.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Manual Técnico da Vegetação Brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 323p.
- MACHADO, R. B.; RAMOS NETO, M. B.; PEREIRA, P. G. P.; CALDAS, E.; GONÇALVES, D. A.; SANTOS, N. S.; TABOR, K.; STEININGER, M. *Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro*. Relatório técnico. Brasília; Conservação Internacional Brasil, 2004. 25p.
- MALVEZZI, R. Água nos agroecossistemas: aproveitando todas as gotas. *Revista Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 4-6, 2010.
- MENDES, A. T.; ZUKOWSKI JÚNIOR, J. C. Caracterização do Regime Pluviométrico do Município de Araguaína -TO. *Revista Brasileira de Meteorologia*, São José dos Campos, v. 34, n. 4, p. 449-459. 2015.
- MEWS, H. A.; MARIMON, B. S.; MARACAHIPES, L.; FRANZAK, D. D.; MARIMON-JUNIOR, B. H. Dinâmica da comunidade amadeirada de um cerrado típico no Nordeste mato-grossense, Brasil. *Biota Neotropica*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 72-82, 2011.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *O bioma cerrado*. 2020. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>. Acesso em: 10 mar. 2020.

MOUTINHO, P.; RAMOS, C. A. O empobrecimento da floresta amazônica: desmatamento, exploração madeireira e fogo. In: BARROS, A. C. (Org.). *Sustentabilidade e Democracia para as políticas públicas na Amazônia*. Rio de Janeiro: FASE/IPAM, 2001. p. 25-40.

PROBIO. Projeto de conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira. *Cobertura vegetal dos biomas brasileiros*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2007. Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/mapas/aplic/probio/datadownload.htm?/>. Acesso em: 5 abr. 2020.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de; RIBEIRO, J. F. (Eds.). *Cerrado: ecologia e flora*. 2. ed. Brasília: Embrapa Cerrados, 2008. 876 p.

SANTOS, H. G. dos; JACOMINE, P. K. T.; ANJOS, L. H. C. dos; OLIVEIRA, V. A. de; LUMBRERAS, J. F.; COELHO, M. R.; ALMEIDA, J. A. de; ARAÚJO FILHO, J. C.; OLIVEIRA, J. B.; CUNHA, T. J. F. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. 5. ed. Brasília: Embrapa, 2018. 356p.

SEAGRO. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Aquicultura. *No Dia da Pecuária, o Tocantins destaca os números com ênfase no rebanho bovino*. Disponível em: <https://seagro.to.gov.br/noticia/2015/10/14/no-dia-da-pecuaria-o-tocantins-destaca-os-numeros-com-ênfase-no-rebanho-bovino/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SHIKI, S. *O futuro do Cerrado: degradação versus sustentabilidade e controle social*. 2. ed. Rio de Janeiro: FASE, 2003. 56p.

TRINDADE, R. R.; SIEBEN, A. Impactos socioambientais na área urbana de Araguaína-TO: o rio Lontra no Bairro JK. *Revista Interface*, Porto Nacional, v. 1, n. 04, p. 39-52, 2012.

WWF. World Wide Fund for Nature. *Cerrado nas mãos do mercado o futuro do cerrado*. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/cerrado/manifestodocerrado/. Acesso em: 05 jun. 2020.

ZEN, S.; BARIONI, L. G.; BONATO, D. B. B.; ALMEIDA, M. S. P.; RITTL, T. F. *Pecuária de corte brasileira: impactos ambientais e emissões de gases efeito estufa (GEE)*. 2008. Centro de Estudos Avançados de Economia Aplicada da Esalq/USP. Piracicaba/SP. Disponível em: www.cepea.esalq.usp.br. Acesso em: 10 jun. 2020.

ATIVIDADE FÍSICA EM ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL DO PANTANAL SUL-MATO-GROSSENSE: ESTUDO DE CASO

Physical Activity in Students in The Integral Education of The South-Mato-Grossense Pantanal: Case Study

Actividad Física en Estudiantes de Educación Integral del Pantanal Sur-Mato-Grossense: Estudio de Caso

Edineia Aparecida Gomes Ribeiro*
Rogério Zaim-De-Melo**
Sarita de Mendonça Bacciotti***

Resumo: O objetivo do estudo foi verificar a prática habitual de atividade física em estudantes de uma escola pública de Tempo Integral. O estudo de caso foi realizado com 28 estudantes do ensino fundamental dos anos finais da Educação Integral de Corumbá - MS. Os estudantes responderam o Questionário de Atividade Física para Adolescentes. A maioria dos estudantes declarou praticar esportes/atividade física ≤ 5 vezes na semana. As modalidades esportivas mais praticadas entre os estudantes investigados foram aquelas de menor custo, tais como a dança, caminhada e o futebol.

Palavras-chave: Esporte, Atividade física, Jovens, Educação Integral.

Abstract: The objective of the study was to verify the habitual practice of physical activity in students of a public school of Full Time. The case study was carried out with 28 elementary school students from the final years of Integral Education in Corumbá - MS. The students answered the Physical Activity Questionnaire for Adolescents. Most of the students declared to practice sports / physical activity ≤ 5 times a week. The most

Introdução

A inatividade física (IF) em jovens tem sido apontada como um problema de Saúde Pública, uma vez que esse estilo de vida é diretamente associado aos riscos para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (ALVES et al, 2012). Em contrapartida, a prática de atividade física (AF) por estudantes tem relação com a prevenção de fatores de risco cardiovasculares e metabólicos (EKELUND et al., 2012; MOLINER et al., 2009).

Considerando que alguns jovens frequentam a Escola de Tempo Integral, o tempo disponível para a prática de AF pode estar comprometido ao longo do dia. Desta maneira, conhecer

* Doutora em Educação Física. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Câmpus do Pantanal edineia.ag.ribeiro@ufms.br.

** Doutor em Ciências Humanas. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Câmpus do Pantanal rogerio.melo@ufms.br.

*** Doutora em Ciências do Desporto. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Faculdade de Educação sarita.bacciotti@ufms.br.

practiced sports among the investigated students were those with less cost, such as dance, walking and soccer.

Keywords: Sport, Physical activity, Youth, Integral Education.

Resúmen: El objetivo del estudio fue verificar la actividad física habitual de los alumnos de la escuela pública integral. El estudio de caso se realizó con la participación de 28 alumnos de último año de educación fundamental de la Educación Integral de Corumbá-MS mediante aplicación de un Cuestionario de Actividad Física para Adolescentes. La mayoría de los alumnos declararon practicar deporte / actividad física ≤ 5 veces por semana. Los deportes más practicados entre los alumnos investigados fueron los de menor costo, como la danza, la caminando y el fútbol.

Palabras clave: Deporte, Actividad física, Juventud, Educación Integral.



o perfil da prática de AF praticada por estudantes advindos de uma escola com educação integral permitirá verificar se eles estão mais propícios a serem insuficientemente ativos ou inativos, uma vez que esses comportamentos entre os estudantes vêm crescendo no Brasil (OEHLSCHLAEGGER, et al., 2004).

Um maior tempo de permanência dos estudantes na escola merece atenção, e pode ser analisado a partir de diversos olhares, por exemplo: no âmbito econômico e no campo do ensino (CAVALIERE, 2009), bem como no âmbito das práticas corporais no ambiente escolar (formal) e fora da escola (informal). Por outro lado, os estudantes considerados ativos, tanto dentro como fora do ambiente escolar, possuem maior chance de prevenção às doenças cardiovasculares e metabólicas provenientes da vida adulta. Sendo assim, conhecer as AFs realizadas pelos jovens no tempo livre e identificar a frequência em que elas ocorrem entre estudantes que passam tempo integral na escola poderá contribuir para futuras ações de intervenção frente a este grupo peculiar (LAZZOLI et al., 1998). Dessa forma, o objetivo do estudo foi verificar a prática de atividade física em estudantes de uma escola pública de Tempo Integral.

Métodos

Esse trabalho contempla dados secundários de um projeto maior inti-

tulado “Comportamento sedentário e correlatos associados de escolares de uma comunidade do Pantanal Sul-Mato-Grossense”, aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Paraná (protocolo nº 1.564.995, de 2016).

Trata-se de um estudo de caso realizado em uma escola pública localizada na periferia, área de vulnerabilidade, na cidade de Corumbá - MS, com a concepção da Educação Integral, que por sua vez é articulada ao Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005 de junho de 2014, na qual prevê que os alunos passem maior ou igual a sete horas diárias na escola. A amostra foi composta por 28 estudantes do sétimo ao nono ano do ensino fundamental - anos finais.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado o Questionário de Atividade Física para Adolescentes (*Physical Activity Questionnaire for Adolescents, PAQ-A*) validado por Guedes e Guedes (2015), utilizando-se para este estudo somente as questões que avaliaram a prática de atividade física (questões 13 a 21 do questionário).

Inicialmente a quantidade de alunos matriculados foi disponibilizada pela coordenação da escola e a pesquisa autorizada por ela. Seguindo as normas em pesquisa com seres humanos pautadas nas Resolução vigentes do Ministério da Saúde e na Norma Operacional do Conselho Nacional de Saúde, foi disponibilizado aos estudantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que deveria retornar à escola após assinatura dos pais/responsáveis.

No dia da coleta de dados, após o café da manhã e entrega dos TCLEs, os alunos foram reunidos na sala de informática (espaço maior da escola) e receberam as orientações sobre o preenchimento do questionário, contendo oito páginas com 32 questões. Os estudantes foram orientados a não se comunicarem entre si, buscando minimizar possíveis interferências nas respostas.

Os dados foram descritos em termo de frequência absoluta. A análise exploratória dos dados, assim como o cálculo da frequência absoluta foi realizado no Programa Excel do sistema operacional Microsoft Windows 8.

Resultados e discussão

Participaram da pesquisa 28 estudantes distribuídos nas seguintes turmas dos do ensino fundamental: 7º ano (n=12), 8º ano (n=13) e 9º ano (n=3). Destes, 17 eram moças, com média de idade de 13,5 anos.

O Quadro 1 mostra as opções de modalidades esportivas e de AF que os estudantes declararam realizar ao longo da semana durante o tempo livre. Com

relação às modalidades, nota-se que as moças relataram dançar ≥ 5 vezes na semana enquanto os rapazes praticam, de modo similar, o andar de bicicleta, correr e jogar basquetebol e futebol. Sinteticamente, a maioria dos estudantes declarou praticar esportes/atividade física ≤ 5 vezes na semana.

Quadro 1 – Descrição sobre os tipos de AF praticadas no tempo livre de estudantes de uma Escola de Tempo Integral, Corumbá, MS.

Tipos de AF no tempo livre	Moças Frequência Absoluta		Rapazes Frequência Absoluta	
	≥ 5 vezes na semana	≤ 5 vezes na semana	≥ 5 vezes na semana	≤ 5 vezes na semana
Pular corda	0	17	1	10
Andar de patins	0	17	0	11
Brincar de pega-pega	0	17	1	10
Andar de bicicleta	2	15	3	8
Caminhar como exercício físico	3	14	1	10
Correr	3	14	3	8
Nadar	1	16	1	10
Dançar	5	12	0	11
Fazer exercícios em academia de ginástica	1	16	0	11
Fazer musculação	1	16	0	11
Jogar basquetebol	1	16	3	8
Jogar futebol/futsal	2	15	3	8
Jogar voleibol	3	14	1	11
Jogar handebol	0	17	2	10
Jogar tênis de campo/tênis de mesa	1	16	0	11
Lutar judô, karatê, etc	1	16	1	11
Outras atividades	1	16	0	11

Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2020.

De acordo com o objetivo do presente estudo, os resultados mostraram que as atividades físicas/modalidades mais praticadas durante o tempo livre, com uma frequência de ≥ 5 vezes na semana, pelas estudantes foram a dança, caminhada/corrida e o voleibol ($n= 5, 3/3$ e 3 , respectivamente). Já os rapazes declararam jogar basquete/futebol e futsal, andar de bicicleta e correr ($n= 3/3, 3$ e 3 , respectivamente). Todavia, outras modalidades esportivas e manifestações lúdicas, por exemplos: brincadeiras de rua, esportes, lutas, nadar, estiveram presentes na prática de atividade física dos estudantes até cinco vezes na semana.

O estudo de Silva e Malina (2000) realizado com estudantes (n=325) de Niterói-RJ, identificou que as atividades físicas mais praticadas foram o futebol entre os rapazes e a caminhada entre as moças. Diversos fatores, como a cultura, o sexo, gênero, ambiente, a família, a mídia e a escola, podem influenciar na escolha dos esportes.

A prática do futebol, por exemplo, está atrelada com a cultura brasileira e a mídia, sendo ainda uma modalidade predominantemente praticada pelo sexo masculino enquanto a dança tende a prevalecer entre as mulheres (SILVA; MALINA, 2000; GONÇALVEZ et al., 2007; MATIAS et al., 2012). A literatura aponta que existe uma associação entre o futebol, basquetebol e outras modalidades coletivas tendo maior adesão pelos rapazes, enquanto as moças tendem a optar por atividades individuais, por exemplo, a dança e a ginástica (NOBRE, 2006).

No Quadro 2 observa-se que a maioria dos estudantes da Escola de Tempo Integral relatou ser ativo fora da escola nos diferentes períodos do dia até cinco vezes na semana. Observou-se que o máximo de 15 moças declararam ser ativas fora da escola no período da tarde enquanto os rapazes (n=10) relataram ser ativos fora da escola no período da manhã. Em suma, ambos os sexos demonstram ser ativos fora da escola e discretamente os casos ativos aumentam no final de semana.

Quadro 2 – Descrição sobre a prática de atividade física na última semana, em diferentes períodos do dia, entre os estudantes de ambos os sexos.

Ser ativo fora das aulas				
Períodos do dia	Moças (n=17)		Rapazes (n=11)	
	≥ 5 vezes na semana	≤ 5 vezes na semana	≥ 5 vezes na semana	≤ 5 vezes na semana
Ativos fora da escola manhã	4	13	1	11
Ativos fora da escola tarde	2	15	2	9
Ativos fora da escola noite	3	14	2	9
Ativos final de semana	6	11	2	9

Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2020.

No Quadro 3 são apresentadas as frequências de AF praticadas nos dias de semana entre os estudantes da escola de tempo integral. Nota-se a maioria das moças declarou nenhuma/poucas vezes realizar AF na segunda-feira (n=9), terça-feira (n=9) e quarta-feira (n=9). Já os rapazes demonstraram ser pouco ativos na segunda-feira (n=9) e quarta-feira (n=9). Em contrapartida, os rapazes disseram ser bastante/muito ativos no final de semana (sábado e domingo). O comportamento foi similar entre as moças que relataram ser pouco ou bastante/muito ativas nos finais de semana.

Quadro 3 – Descrição sobre a frequência de AF praticadas nos dias de semana entre os estudantes de uma Escola de Tempo Integral, Corumbá, MS.

Frequência diária para prática de AF		
Dias da semana	Moças (n=17)	Rapazes (n=11)
Segunda-feira	Nenhuma/Pouco= 9 Médio= 2 Bastante/Muito= 6	Nenhuma/Pouco= 7 Médio= 3 Bastante/Muito= 1
Terça-feira	Nenhuma/Pouco= 9 Médio= 6 Bastante/Muito= 2	Nenhuma/Pouco= 4 Médio= 5 Bastante/Muito= 2
Quarta-feira	Nenhuma/Pouco= 9 Médio= 3 Bastante/Muito= 5	Nenhuma/Pouco= 9 Médio= 1 Bastante/Muito= 1
Quinta-feira	Nenhuma/Pouco= 7 Médio= 1 Bastante/Muito= 9	Nenhuma/Pouco= 5 Médio= 2 Bastante/Muito= 4
Sexta-feira	Nenhuma/Pouco= 8 Médio= 2 Bastante/Muito= 7	Nenhuma/Pouco= 5 Médio= 4 Bastante/Muito= 2
Sábado	Nenhuma/Pouco= 8 Médio= 2 Bastante/Muito= 7	Nenhuma/Pouco= 1 Médio= 3 Bastante/Muito= 7
Domingo	Nenhuma/Pouco= 8 Médio= 0 Bastante/Muito= 9	Nenhuma/Pouco= 2 Médio= 2 Bastante/Muito= 7

Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2020.

No que diz respeito à comparação entre jovens estudantes, a literatura sugere que as moças costumam ser menos ativas que os rapazes tanto nas aulas de educação física como fora do ambiente escolar (FARIAS JUNIOR; LOPES, 2008). O meio social, ou seja, a esfera em que o indivíduo se localiza, pode efetuar uma vigorosa importância em relação ao nível de AF (DOWDA, 2001). Além disso, as condições econômicas e a localidade, também influenciam e devem ser consideradas (GONÇALVES, 2007) na adoção do estilo de vida ativo.

Quando questionado sobre ser muito ativo fisicamente nos últimos sete dias durante as aulas de educação física, observou-se que somente oito estudantes relataram ser “muitas vezes/sempre” ativos. Por outro lado, 20 estudantes declararam que foram “quase sempre/algumas vezes” ativos durante as aulas de Educação Física.

As aulas de Educação Física devem ocorrer de forma prazerosa para o aluno, encorajando-o à adoção de um estilo ativo também fora do ambiente escolar

(DARIDO, 2004). É sugerido por Nobre (2006), por exemplo, que é um papel importante da escola proporcionar o oferecimento de práticas prazerosas na disciplina curricular de Educação Física (NOBRE, 2006), especialmente na Educação Integral em que muitas atividades físicas/modalidades esportivas podem ser implementadas como projetos extracurriculares para além do que é aplicado como conteúdo estruturante da Educação Física.

A Educação Integral considera o sujeito em sua totalidade, contemplando todas suas relações afetivas, sociais, culturais, físicas e psicológicas em busca de seus prazeres e necessidades pessoais e enquanto sujeito inserido na sociedade (GONÇALVES, 2006). A concepção do ensino integral está totalmente garantida, tendo finalidade em ser usada tanto na área de ensino formal como em outras áreas da política social. O padrão de acolhimento total assegura os direitos da criança e do adolescente para poderem ter auxílio e suporte nas dificuldades, tanto sociais como pessoais, para que assim adquiram conhecimento e haja prolongamento do mesmo (GUARÁ, 2009). Cabe ressaltar que o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (lei 13.005/2014) enuncia o oferecimento de Educação de Tempo Integral de no mínimo, 50% das escolas públicas, buscando atender em torno de 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica, como meta a ser alcançada.

A escola que não busca enriquecimento nos procedimentos curriculares, mesmo tendo autoridade, mas ainda assim não proporcionando a provocação pelo conhecimento, acaba se tornado algo repreensível pelos sujeitos, perdendo para outras atividades do cotidiano (CAVALIERE, 2009).

Segundo Matias (2010, p.126),

Não só as atividades extracurriculares e ações socioeducativas, mas o que crianças e adolescentes fazem fora do ambiente escolar mostram-se como um campo de pesquisa com inúmeras questões a serem respondidas, tais como quais são as influências das ações extraclasse para o ajustamento emocional, na relação com a instituição escolar, não inserção no mundo do crime, desempenho acadêmico e desenvolvimento cognitivo, entre outras.

Não deve haver delimitação da escola no processo da educação. Além disso, o conhecimento também pode ser adquirido fora da escola (GUARÁ, 2009). O processo de aprendizagem inicia-se desde quando nascemos e segue ao longo da vida. A aprendizagem ocorre tanto em ambientes informais como formais, em meios aos relacionamentos familiares e outros. Olhando desta forma, a Educação Integral deve levar em conta as vivências e experiências do sujeito que são adquiridas e trazidas fora do âmbito escolar. Essa concepção de ampliação da jornada escolar deve ter a função de fazer com que os aprendizados adquiridos sejam significativos e ampliadores, logo havendo um enriquecimento curricular e ampliação na aprendizagem (GONÇALVES, 2006).

A lei 13.005/2014, cita que uma das estratégias em relação à proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental é “[...] promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional”. Apesar de haver uma lei que norteia as práticas corporais esportivas no ambiente escolar, o presente estudo não investigou as propostas esportivas que poderiam estar sendo oferecidas na Escola de Tempo Integral investigada. Assim, sugere-se que outras pesquisas sejam realizadas a fim de identificar as habilidades esportivas que são estimuladas entre os estudantes da Educação Integral.

Considerações finais

Os estudantes da Escola de Tempo Integral investigada mostraram ser fisicamente ativos diariamente durante o tempo livre, tanto durante a semana como nos finais de semana. Todavia, não é possível afirmar se os jovens atendem ou não a recomendação para prática de AF preconizada para os adolescentes, uma vez que essa variável não foi investigada nesta pesquisa.

As modalidades esportivas mais praticadas entre os estudantes investigados foram aquelas de menor custo, tais como a dança, caminhada e o futebol. Essas modalidades, talvez, sejam aquelas mais vivenciadas nas aulas de Educação Física por estes estudantes. Somado a estes fatores econômicos e as experiências vividas na escola, as modalidades esportivas de lazer podem também estar atreladas ao aspecto cultural destes jovens.

A Educação Integral e a prática de atividade física são temas que merecem pesquisas e análises robustas. As evidências poderão contribuir para a redução do tempo que alunos ficam sentados nas salas de aulas, bem como a implementação de ações para um ambiente mais ativo nas escolas de Tempo Integral, contribuindo para a formação, o bem-estar e o desenvolvimento de habilidade esportivas entre os estudantes da Educação Integral.

Referências

ALVES, C. F. A.; SILVA, R. C. R.; ASSIS, A. M. O.; SOUZA, C. O.; PINTO, E. J.; FRAINER, D. E. S. Fatores associados à inatividade física em adolescentes de 10-14 anos de idade, matriculados na rede pública de ensino do município de Salvador, BA. *Revista Brasileira Epidemiologia*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 858-870, 2012.

BRASIL. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. *Plano Nacional de Educação*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 24 ago. 2020.

- CAVALIERE, A. M. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. *Em Aberto*, Brasília, v. 21, n. 80, 2009.
- DARIDO, S. C. A educação física na escola e o processo de formação dos, não praticantes de atividade física. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 61-80, jan./mar. 2004.
- DOWDA, M.; AINSWORTH, B. E.; ADDY, C. L.; SAUNDERS, R.; RINER, W. Environmental influences, physical activity, and weight status in 8-to 16-year-olds. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, Chicago, v. 155, n. 6, p. 711-717, 2001.
- EKELUND, U.; LUAN, J.; SHERAR, L. B.; ESLIGER, D. W.; GRIEW, P.; COOPER, A.; International Children's Accelerometry Database (ICAD) Collaborators. Moderate to vigorous physical activity and sedentary time and cardiometabolic risk factors in children and adolescents. *Jama*, Chicago, v. 307, n. 7, p. 704-712, 2012.
- FARIAS JUNIOR, J. C.; LOPES, A. S. Comportamentos de risco relacionados à saúde em adolescentes. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Taguatinga, v. 12, n. 1, p. 7-12, 2004.
- GUARÁ, I. M. F. R. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. Educação integral e tempo integral. *Em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 80, 2009.
- GONÇALVES, A. S. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. *Cadernos Cenpec | Nova série*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 129-135, 2006.
- GONÇALVES, H.; HALLAL, P. C.; AMORIM, T.; ARAÚJO, C. L. P.; MENEZES, A. M. B. Fatores socioculturais e nível de atividade física no início da adolescência. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, v. 22, n. 4, p. 246-253, 2007.
- GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. Medida da Atividade Física em Jovens Brasileiros: Reprodutibilidade e Validade do PAQ-C e do PAQ-A. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, São Paulo, v. 21, n. 6, p. 425-432, 2015.
- LAZZOLI, J. K.; NÓBREGA, A. C. L.; CARVALHO, T.; OLIVEIRA, M. A. B.; TEIXEIRA, J. A. C.; LEITÃO, M. B.; LEITE, N.; MEYER, F.; DRUMMOND, F. A.; PESSOA, M. S. V.; REZENDE, L.; DE ROSE, E. H.; BARBOSA, S. T.; MAGNI, J. R. T.; NAHAS, R. M.; MICHELS, G.; MATSUDO, V. Atividade física e saúde na infância e adolescência. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 107-109, 1998.
- MATIAS, T. S.; ROLIM, M. K. S. B.; SCHMOELZ, C. P.; ANDRADE, A. Hábitos de atividade física e lazer de adolescentes. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 15, n. 3, 2012.
- MOLINER-URDIALES, D.; RUIZ, J. R.; ORTEGA, F. B.; REY-LOPEZ, J. P.; VICENTE-RODRIGUEZ, G.; ESPAÑA-ROMERO, V.; MUNGUÍA-IZQUIERDO, D.; CASTILLO, M. J.; SJÖSTRÖM, M.; MORENO, L. A.; HELENA Study Group. Association of objectively assessed physical activity with total and central body fat in Spanish adolescents; the HELENA Study. *International Journal of Obesity*, London, v. 33, n. 10, p. 1126-1135, 2009.
- NOBRE, F. S. S. *Habits of leisure, level of physical activity and characteristic somatomotora of adolescents*. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento Humano) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- OEHLSCHLAEGER, M. H. K.; PINHEIRO, R. T.; HORTA, B.; GELATTI, C.; SAN'TANA, P. Prevalência e fatores associados ao sedentarismo em adolescentes de área urbana. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 157-163, 2004.
- SILVA, R. C. R.; MALINA, R. M. Nível de atividade física em adolescentes do Município de Niterói, Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 1091-1097, 2000.

NAS ENTRELINHAS DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS

In the Lines of the Geography Teaching book: The Perception of Teachers and Students

Aline de Lima Rodrigues*
Elisângela de Souza Cunha**

Resumo: O estudo teve como finalidade analisar o papel do livro didático no ensino de geografia. Deste modo, realizou-se pesquisa com alunos e professores de escolas públicas de Corumbá, MS, por meio de entrevistas concedidas. Na pesquisa de campo observou-se que para o professor o livro didático é utilizado como ferramenta indispensável para planejamento e desenvolvimento de suas aulas. Os alunos consideram o livro didático um material importante e em muitos cenários é a única ferramenta de estudo, destacando o caráter popular do livro didático e a sua importância no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: prática docente, ensino de Geografia, livro didático.

Abstract: The study aimed to analyze the role of the textbook in teaching geography. Thus, research was conducted with students and teachers from public schools in Corumbá, MS, through interviews. In the field research it was observed that for the teacher the textbook is used as an indispensable tool for planning and developing his classes. Students consider the textbook an important material and in many scenarios it is the only study tool, highlighting the popular character of the textbook and its importance in the teaching-learning process.

Keywords: teaching practice, Geography teaching, textbook.

Introdução

O livro didático é considerado um instrumento importante na relação professor-aluno, pois oferece um rol de informações, ilustrações, textos e atividades, que são utilizados durante as aulas, instrumentalizando o processo de ensino-aprendizagem.

No decorrer do século XX, a política educacional brasileira esteve pautada na produção de guias e propostas curriculares que deveriam servir para orientar a organização curricular das escolas, a elaboração de livros didáticos e o trabalho pedagógico. Isso tornou-se fundamental na visão de Sposito (2009, p. 297) quando afirma que “o processo de ensinar/aprender está mediado pela presença desses dois instrumentos de trabalho pedagógico: o livro didático e o currículo”.

Com o crescimento populacional brasileiro e o conseqüente aumento

* Doutora em Geografia; professora no curso de Geografia do Departamento Interdisciplinar do Campus Litoral Norte, UFRGS. E-mail: ali_geo1@yahoo.com.br.

** Graduada em Geografia e professora contratada da rede estadual de educação do estado de Mato Grosso do Sul. E-mail: elisangelasouzacunha@gmail.com.

da demanda por escola pública, várias foram as políticas implantadas pelo governo federal, ao final do século passado, visando dinamizar o processo de ensino/aprendizagem, como, por exemplo, a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’S (1990) e a avaliação dos livros didáticos, por meio do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD. (SPOSITO, 2009). Recentemente, tem-se a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, documento elaborado pelo MEC, que serve para a orientação de conhecimentos, conceitos e abordagens no tocante ao ensinar a milhões de crianças e jovens em todo o território nacional. (PORTELA, 2018)

O PNLD foi pensado, primeiramente, para avaliar os livros didáticos destinados ao 1º ciclo do ensino fundamental (1º ao 4º ano), no período de 1996/1998. Somente a partir de 1999 é que os livros didáticos do 5º ao 8º anos passaram a fazer parte do programa. (SPOSITO, 2009). Desta data em diante, as avaliações são intercaladas entre os livros do ensino fundamental anos iniciais e finais (com a inclusão do 9º ano). Estendendo-se posteriormente ao Ensino Médio (PNLEM), às escolas do campo (PNLD Campo) e à educação de Jovens de adultos (PNLD EJA).

Desta forma, o governo federal lança periodicamente, num calendário trienal, o Edital do PNLD, para os anos iniciais e finais do ensino fundamental, para todas as áreas do conhecimento. Os autores e as editoras devem seguir

as orientações e as exigências contidas no edital, que segue as fundamentações teórico-metodológicas que regem a educação brasileira especificamente, a educação básica.

Sposito (2006) aponta cinco princípios que servem de orientação para definir a função do livro didático em Geografia:

(a) Em primeiro lugar, o livro didático, como meio de acessar o mundo letrado de Geografia, deve, entre outras características básicas: conter o conhecimento geográfico (...), apresentar linguagem clara (...) e ser inovador (...); (b) Um outro princípio básico refere-se à natureza do conhecimento geográfico que se pretende levar o aluno a aprender. (...) Foi considerado, como objeto do conhecimento, o espaço geográfico, avaliado como convergência interativa de variáveis da natureza e sociedade (...); (c) Outro princípio refere-se aos conceitos e instrumentos que devem ser elaborados e utilizados pelo aluno. (...) Além disso, o aluno deve se apropriar e utilizar a linguagem cartográfica; (d) Outro princípio básico refere-se à participação propositiva e reativa diante de questões socioambientais (...) e, (e) finalmente, um último e importante princípio refere-se à adequação geral do livro didático de geografia aos três sujeitos básicos da relação ensino-aprendizagem: ao aluno, ao professor e a escola. (SPOSITO, 2006, p. 65-66)

Ao se referir aos sujeitos básicos do processo ensino-aprendizagem, a autora entende o aluno como ator do próprio aprendizado, que o professor deve ser inovador na proposta pedagógica, conceitos e informações atualizadas e a escola deve ser compatível em suas atividades diárias com o que é proposto no projeto pedagógico, que deve também definir o currículo, a estrutura e os recursos, além de uma proposta interdisciplinar (SPOSITO, 2006).

O livro didático para ser adequado aos alunos deve conter os conteúdos e atividades que partam da realidade de cada aluno, de suas noções e experiência do lugar onde vivem. Além disso, o livro deve apresentar estratégias de integração entre os conhecimentos geográficos acadêmicos e o saber escolar, considerando o aluno como sujeito da sua própria aprendizagem.

Em relação ao professor, compreendido como sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, este precisa ultrapassar o papel de transmissor de conhecimento que exerce, na sala de aula, assumindo a função de mediador do conhecimento, promovendo ações que levem o aluno a criar e produzir conhecimento, com apoio do livro didático e dos demais materiais pedagógicos, vistos como meios de auxiliar o professor nesse processo, e não um instrumento absoluto na prática docente.

Nesta perspectiva, a escola também é fundamental para o uso racional do livro didático, pois é a partir do currículo, da estrutura e recursos da escola, que o livro didático deve se organizar, partindo do que consta no projeto pedagógico da escola, promovendo a articulação com as demais áreas do conhecimento.

Para Sposito (2006, p. 23):

O livro didático deve ser compreendido como elemento de intermediação nos processos de ensino e aprendizagem, como produto comercializado que contém o conhecimento para a formação do aluno, como produto que precisa ter qualidade em termos de conteúdo, formatação e durabilidade.

As pesquisas sobre livros didáticos são bastante antigas, com maior volume de publicações na área da história da educação, abordagem de conteúdos, enfoques burocráticos de seleção e distribuição e, a distância da abordagem em relação a realidade dos alunos. No âmbito da geografia, as publicações ainda são recentes, com pequeno número de pesquisas sobre essa questão, sobretudo carência de pesquisas que discutam o uso do livro didático pela ótica da interligação entre o conteúdo proposto no livro, o saber do professor e o saber do estudante (PINA, 2009).

O livro didático continua sendo o material didático mais usado nas salas de aula do Brasil, muitas vezes sendo colocado como o único objeto de estudo e fonte de pesquisa possível. No entanto, o problema mais evidente é em relação à forma de uso do livro didático, pois continua, em muitos casos, sendo utilizado de forma equivocada, apenas como instrumento de reprodução de conteúdo, baseado no qual o aluno faz cópia literal da matéria ou o professor faz resumo do texto do livro na lousa. Essa forma ainda recorrente de uso do livro didático não tem garantido a aprendizagem dos alunos, pois a mediação do professor e a conexão entre os conteúdos do livro e a realidade vivida e experienciada pelos alunos é cada vez mais importante para uma aprendizagem significativa.

Para Nascimento et al. (2014, p. 01): “o professor precisa usar/criar metodologias diferenciadas para trabalhar melhor os conteúdos adotados no livro, formando um elo entre o assunto abordado e a realidade do aluno”.

Desta forma, a presente pesquisa visou analisar a relação existente entre a prática escolar do professor de Geografia e o uso do livro didático em sala de aula, além de quais as metodologias de ensino e aprendizagem recorrem os professores em sala de aula ao utilizarem o livro didático de geografia. Os livros didáticos têm papel relevante na relação professor, aluno e ensino. É a partir da utilização adequada do livro didático que o mesmo pode ser considerado um elo significativo entre o aluno e o mundo a ser compreendido.

A pesquisa teve como objetivo geral: Analisar o processo de escolha e a prática docente de utilização do livro didático de geografia em sala de aula, como instrumento didático no processo de ensino-aprendizagem. E, em termos específicos: (a) discutir os princípios e procedimentos utilizados pelos docentes para a escolha dos livros didáticos para serem utilizados em sala de aula; (b) analisar as práticas docentes no que se refere às metodologias de utilização do livro didático de geo-

grafia e, (c) avaliar a eficiência e/ou ineficiência do livro didático de geografia no processo de ensino aprendizagem.

Além disso, outra preocupação central da pesquisa é a visão que os alunos e professores tem sobre o livro didático e sua função, quais são os benefícios e as dificuldades que ambos encontram na sua utilização e a eficácia do uso do livro didático como instrumento de aprendizagem e conhecimento sobre o espaço geográfico vivido cotidianamente por alunos e professores, pois a questão da eficiência ou não do livro didático depende de como o professor o utiliza em sala de aula e de qual é o papel que o mesmo direciona para o livro didático no processo de ensino-aprendizagem.

Em termos metodológicos, a pesquisa se organizou da seguinte forma: Primeiramente, procurou-se o aprofundamento teórico da questão teórico-metodológica envolvida na pesquisa com leituras em obras especializadas na discussão sobre o livro didático de geografia, seu uso em sala de aula e os resultados dessa prática na aprendizagem dos alunos.

Posteriormente, organizou-se a segunda etapa da pesquisa com a realização da pesquisa de campo. Num primeiro momento, a pesquisa de campo realizou-se para a identificação do processo de seleção dos livros didáticos na rede pública de ensino de Corumbá, MS, junto às secretarias municipais e estaduais de educação. Para tal, foi realizada uma entrevista na qual constaram questões pertinentes ao assunto em estudo, como por exemplo: Como os livros são escolhidos? Como é a participação das escolas nesse processo? Como ocorre a discussão por componente curricular? Entre outras questões.

Para a compreensão de como é a prática docente adotada para o uso do livro didático, realizaram-se entrevistas com professores de geografia da rede pública de ensino de Corumbá/MS, selecionados por amostragem aleatória. Nessas entrevistas estiveram arroladas questões referentes à utilização do livro didático de geografia em sala de aula, procedimento de trabalho e metodologias de ensino adotadas mediante o uso desse material didático.

Após a identificação do processo de escolha dos livros didáticos e da forma de utilização pelos professores, foi a vez da avaliação da eficiência ou ineficiência do uso do livro didático de geografia no processo de ensino-aprendizagem. Para isto foi aplicado um questionário junto aos alunos, com a finalidade de obter informações dos resultados e impactos das práticas docentes com o livro didático de geografia na aprendizagem dos conteúdos programáticos nos alunos, servindo de material de apoio e fonte de pesquisa ou apenas representando material de reprodução de conteúdo no caderno.

Por último, analisaram-se as informações coletadas nas etapas da pesquisa descritas acima, de acordo com os objetivos definidos, que constaram nos relatórios parciais e finais da pesquisa, contribuindo para a ampliação da discussão sobre o livro didático de geografia como ferramenta de ensino.

De acordo com Passos, Nascimento, Reis (2011, p.7):

O livro didático mesmo sendo alvo de muitas visões contraditórias, pode sim ser um ótimo instrumento didático para o professor, contanto que este saiba usufruí-la de maneira apropriada, destacando-se nesse ponto a importância da atuação do professor na transformação desse instrumento ideológico e fonte de lucro em um adequado instrumento de trabalho.

Portanto, as transformações da sociedade e as mudanças que são provocadas no espaço geográfico são cada vez mais rápidas e o educador deve acompanhar as mudanças, promovendo um repensar constante dos princípios e metodologias que regem a educação brasileira. Assim, metodologias dinâmicas de uso dos livros didáticos devem ser adotadas pelos professores, dando relevância para atividades diversificadas e que proponham, por exemplo, debates, raciocínio, uso da criatividade, que são princípios fundamentais para atingir uma aprendizagem significativa na geografia.

O livro didático: seus usos e representações

A seleção do livro didático é uma tarefa bastante importante para a relação entre ensinar e aprender. Durante a pesquisa, observou-se que os professores pesquisados são convocados pelas duas redes de ensino a participar desta seleção. A presença dos professores na escolha livro didático é fundamental para a avaliação do potencial qualitativo e das deficiências do livro.

Após análise das entrevistas, percebeu-se que o professor escolhe livros que se assemelham à realidade do aluno, claramente levando em consideração o perfil regional, mesmo sabendo que nem sempre serão contemplados com a coleção escolhida, pois depende da escolha da maioria. De qualquer forma, torna evidente a preocupação dos professores em partir do local, no ensino dos conceitos geográficos.

De acordo com Libâneo (1994, p. 128)

Não basta a seleção e organização lógica dos conteúdos para transmiti-los. Antes, os próprios conteúdos devem incluir elementos da vivência prática dos alunos para torná-los mais significativos, mais vivos, mais vitais, de modo que eles possam assimilá-los ativa e conscientemente.

Partindo desse pressuposto, é incumbido ao professor de geografia usar de forma coerente os conteúdos contidos nos livros didáticos alicerçando com

conhecimentos próprios e de seus alunos para melhor contextualizar o ensino-aprendizagem.

Os professores entrevistados veem o livro didático como uma importante ferramenta para o ensino aprendizagem em sala de aula, por sua vez não sendo único instrumento utilizado, pois cada vez mais outras linguagens são utilizadas em sala de aula, como música, literatura, cinema, mas nenhum exclui o uso associado do livro didático.

Na questão “De que maneira é feita a escolha do livro didático na sua escola?” Os professores, na sua maioria, responderam que é encaminhado para as escolas os exemplares dos livros didáticos a serem escolhidos. Nestes livros são analisados os conteúdos e as formas de abordagens e o que melhor suprir as necessidades, é indicado a secretaria de educação. O livro que tiver o maior número de indicações será o escolhido.

Já a questão “O/A professor (a) de geografia tem participação na escolha do livro didático?” Os professores responderam que todos da rede pública de ensino são convidados a participar da escolha do livro didático, a partir das coleções já selecionadas no edital do PNLD. No entanto, é importante ressaltar que dentro da política atual do livro didático no Brasil, o professor da educação básica não é ouvido sobre o que espera de um livro didático, como também não, sobre a formatação dos textos e temas. Não mencionaram também a realização por parte das escolas e/ou das secretarias da educação de momentos de formação docente para se discutir as finalidades e a importância do uso do livro didático.

Há, de forma geral, uma concepção generalizada sobre o livro didático, de que serve de apoio didático-pedagógico do professor, mas não ocorre uma discussão entre professores e coordenações pedagógicas sobre o papel do livro na sala de aula. É um movimento robotizado, as secretarias recebem os livros, encaminham às escolas, que junto com os professores selecionam os considerados pelos pares dos componentes curriculares os mais indicados. Não se observa um debate sobre o porquê do livro, como melhor aproveitar as informações contidas nos exemplares. Em resumo, o professor não participa do processo de discussão pedagógica do livro didático, o seu papel centra-se na mediação da escolha.

No que se refere aos critérios de escolha dos livros, dentro da questão “Quais critérios o(a) professor(a) de geografia leva em consideração na escolha do livro didático?” Foi respondido que existem critérios pré-estabelecidos para cada ano, e que é necessário alinhar com as necessidades que existem, além de conteúdos atualizados pois a geografia sempre está em constante transformação. Com a Base

Nacional, é a partir das competências e habilidades definidas para cada ano que devem ser pautados os critérios das escolhas.

A questão “Como o professor utilizou o livro didático em sala de aula?” Apon- tou que o livro didático é utilizado para introdução dos conteúdos e os exercícios contidos nele auxiliam para *fixação* do conteúdo, evidenciando uma concepção de ensino-aprendizagem, baseada na memorização e reprodução dos conteúdos.

O fato do livro ser usado como um repositório de conteúdo e exercícios, não é aderente a todos os elementos que os livros trazem, traduzindo, uma concepção de ensino ainda bastante tradicional e/ou falta de preparação/conhecimento das possibilidades didáticas e pedagógicas que o livro didático pode oferecer.

Respondendo à questão “Considera o livro didático uma importante ferra- menta no processo de ensino-aprendizagem dos alunos? Quais outras ferramentas o professor utiliza nas suas aulas?” Os professores ressaltaram que o livro didá- tico é, sem dúvida, um instrumento importantíssimo para a aprendizagem do aluno, ele é rico em informações. Sobre o uso de outras ferramentas, destacaram o uso da sala de tecnologia com acesso à internet, com isso, as possibilidades se ampliam, além do uso de retroprojetores para levar textos, vídeos e muitas outras informações para complementação do livro didático.

Para a questão: “Como pode se observar algumas relevâncias no processo de ensino-aprendizagem dos alunos através de livros didáticos?” Os professores responderam que utilizando o livro didático como material de leitura em sala de aula pode-se aguçar a curiosidade para que eles venham a se interessar mais pela disciplina, com a aplicação das atividades contidas no livro de forma dinâmica, e ainda são aplicadas avaliações bimestrais para “testificar” o aprendizado, seguindo a tendência de quantificação da aprendizagem.

No que se refere a etapa final da pesquisa, que consistiu em buscar entender como os alunos identificam o livro didático como um instrumento de ensino, se isso realmente acontece, ou qual a visão dos alunos sobre o uso deste instrumento pedagógico, aplicou-se um questionário com perguntas diretas sobre o uso do livro didático e a sua importância dentro do processo de ensino-aprendizagem.

A questão “Você utiliza o livro didático de geografia fora da sala de aula?” Apresentou como resposta mais relevante que os alunos usam o livro fora da sala de aula apenas quando o professor solicita, para resolução de exercícios e para estudar para as avaliações. A resposta se repete para a questão “Com que intensi- dade os livros didáticos de Geografia lhe interessa?” Em que foi respondido que os alunos tem pouco interesse pelo livro, precisando ser solicitado pelo professor a sua exploração.

O mesmo ocorre com a questão “Você faz as leituras complementares que existe no livro didático? E Você tem o costume de ler o livro didático de geografia sem que a professor tenha solicitado?” Os alunos mais uma vez responderam que realizam as leituras complementares ou leem os demais textos dos livros didáticos apenas quando solicitadas pelos professores.

Na questão “Você considera o livro didático um recurso indispensável para aprender Geografia?” Os alunos responderam que o livro didático é muito importante e por ser utilizado diariamente em sala de aula ele é a base de toda a disciplina, ressaltando o papel político pedagógico do livro didático.

A partir dessas respostas, pode-se afirmar que os alunos não concebem o livro como um instrumento de aprendizagem para além do repositório dos conteúdos da disciplinas, mais com a função de um caderno, do que como um instrumento para pesquisa, leitura, reflexão e aprofundamento dos temas estudados.

Esse comportamento é resultado da forma com a qual o próprio professor utiliza e concebe o livro, como um instrumento conteudista, que não deixa de ser correto, mas os recursos oferecidos nos livros didáticos vão além, e que se os alunos compreendessem o significado de receber o livro didático, poderiam explorá-los de uma maneira mais significativa.

A questão “Na sua opinião, o livro didático de geografia tem uma linguagem clara?” A resposta predominante foi de que a linguagem é simples e quando encontram dificuldades de compreensão, o professor busca esclarecer.

“Para estudos e pesquisas sobre os assuntos relacionados a Geografia, o que você utiliza além do livro didático?” Nesta questão, a resposta que mais se repetiu foi que os alunos utilizam a internet, por considerarem ser de acesso mais fácil para pesquisa, em detrimento de outros livros ou recursos pedagógicos, corroborando o que já mencionamos acima, além de ressaltar um comportamento dos estudantes da era da internet, que pouco frequentam as bibliotecas, recorrendo aos sites de procura rápida para realizar suas pesquisas.

Os alunos ressaltaram, dentro da questão “Se você pudesse, faria algum tipo de melhoria no livro didático de geografia?” Que os livros poderiam trazer mais informações atuais sobre o Estado e a cidade deles, apresentando dados e imagens de realidades mais próximas as suas, reforçando o caráter do local para o global do ensino de geografia. Neste caso, como os livros são elaborados e editados para serem comercializados no Brasil todo, seguindo a lógica da Base Nacional, os aspectos regionais são limitados, ficando sob a responsabilidade do professor fazer a interação dos temas do livro com a realidade local/dos alunos.

Sobre “Se pudesse substituir o livro didático por outro instrumento (para ter a mesma finalidade). Qual seria? E por quê?” Os alunos expuseram que se o livro fosse online e os mesmos tivessem acesso a tablets ficariam mais fácil, pois carregar livros para cada uma das disciplinas fica pesado, acompanhando a tendência tecnológica. O ideal seria um livro interativo, dinâmico para acompanhar a criança e ao adolescente de hoje, muito mais conectado com os meios tecnológicos do que com os analógicos.

Considerações finais

O desenvolvimento dessa pesquisa nos mostra que o livro didático de Geografia é um material de apoio significativo para os alunos e para os professores.

Sua escolha é um assunto muito importante pois requer o esclarecimento de parâmetros que deem suporte no processo de escolha e impulsione discussões com respeito ao ensino/aprendizagem. O professor possui uma responsabilidade social, política e cultural na escolha do livro didático, pois os alunos serão influenciados de maneira positiva ou negativa, dependendo do material que chegar até ele.

Assim como as concepções de currículo e de didática são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem, o livro didático também tem papel ativo nesse processo, pois é, sem dúvida, o material didático mais popular e democrático no que se refere ao acesso. Portanto, a sua construção teórica deve traduzir uma atualização didático-pedagógica bem como conceitual do componente curricular ao qual se refere.

Nos tempos em que vivemos de pandemia, em que os alunos estão fora do ambiente escolar físico, reaprendendo formas de estudar e aprender, o livro se consagra como indispensável, pois para os estudantes de escolas públicas é o instrumento formal no que se refere aos conteúdos estudados, e para o professor possibilita elaborar atividades baseadas no livro. Para muitos, o livro é a materialização da escola em tempos de afastamento da escola, pois como nos é sabido, no Brasil o acesso à tecnologia ainda não contempla uma parcela significativa dos estudantes brasileiros e somados ao acesso, outros fatores, como qualidade e ferramenta tecnológica para acesso, tornam o ensino remoto ainda mais complexo, num país de desigualdades socioeconômicas gigantescas.

Reduzir esse momento que a educação brasileira está enfrentando apenas nas condições de acesso à tecnologia, com a adoção de plataformas digitais de última geração, não será suficiente para minimizar as tão relevantes disparidades educacionais. Há de se pensar nos recursos possíveis dentro de cada realidade e

para tanto, o livro didático, pode e deve ser utilizado cada vez mais, explorado na sua dimensão de conteúdo, de atividades, de leituras complementares, como fonte de pesquisa.

Utilizar o livro didático nada se relaciona com uma percepção tradicional de ensino, é a forma/metodologia de uso que vai direcionar a concepção de ensino-aprendizagem desejada pelo professor, fazendo com que o próprio aluno passe a compreender o livro dentro de uma perspectiva de aprendizagem, de pesquisa.

Quando os alunos mencionam a possibilidade do livro ser digital, observa-se o quanto esse material poderia ser atualizado de forma mais rápida e barata, impactando diretamente num recurso econômico vital para a educação brasileira.

O livro didático é um importante testemunho da historiografia da educação brasileira, registrando em suas páginas a evolução das concepções de ensino, de currículo, de didática, de geografia, ao longo do tempo.

Referências

- NASCIMENTO, A. H. de et al. *O livro didático e o ensino de geografia na escola municipal de ensino fundamental*. Edilton Fernandes em Marcelino Viera/RN. Disponível em: enalic2014.com.br/anais/anexos/1512. Acesso em: 07 dez.15.
- PASSOS, G. dos S.; NASCIMENTO, S. de J.; REIS, S. de J. O ensino de geografia e o livro didático como instrumento no processo educacional. In: FÓRUM IDENTIDADES E ALTERIDADES, 5., e CONGRESSO NACIONAL EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE, 1., 2011, Itabaiana. *Anais [...]*. Itabaiana: UFS, 2011.
- PELUSO, M. L. O processo de avaliação do livro didático de Geografia, uma aposta no futuro. In: SPOSITO, M. E, B. (Org). *Livros didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 127-139.
- PINA, P. P. G. do N. *A relação entre o ensino e o uso do livro didático de geografia*. 2009. 104 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, UFPB, 2009.
- SPOSITO, E. S. As diferentes propostas curriculares e o livro didático. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de. *Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 297-311.
- SPOSITO, E. S. Livro didático em Geografia, do processo de avaliação à sua escolha. *O livro didático em questão*. 2006. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/161240livrodidatico.pdf>. Acesso em: 10 dez.15.
- SPOSITO, E. S. O livro didático de Geografia: necessidade ou dependência? Análise da avaliação das coleções didáticas para o ensino fundamental. In: SPOSITO, M. E, B. (Org). *Livros didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 55-71.
- SPOSITO, M. E, B. A avaliação de livros didáticos no Brasil – Por quê? In: SPOSITO, M. E, B. (Org). *Livros didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 15-25.

PERCEÇÃO DE ADOLESCENTES SUL-MATO-GROSSENSES SOBRE O AMBIENTE ESCOLAR E A PARTICIPAÇÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Perception of the South-Mato-Grossense Adolescents About the School
Environment and Participation in Physical Education Classes

Percepción de los Adolescentes del Sur-Mato-Grossense sobre el Entorno
Escolar y la Participación en Clases de Educación Física

Edineia Aparecida Gomes Ribeiro*
Carlo Henrique Golin**
Sílvia Beatriz Serra Baruki***

Resumo: O objetivo do estudo foi analisar a percepção dos adolescentes em relação ao ambiente escolar e a participação nas aulas de Educação Física (EF). Trata-se de um estudo transversal com 445 adolescentes, matriculados no Ensino Médio da rede pública de Ladário/MS. Observou-se que 92% dos adolescentes declararam participar das aulas de EF, com maior participação dos rapazes comparados às moças. A maioria dos adolescentes demonstrou ter boa percepção sobre o ambiente escolar. Em síntese, os adolescentes do local investigado participam das aulas de EF no Ensino Médio e percebem positivamente o ambiente escolar.

Palavras-chave: Estudante, Ensino Médio, Ambiente, Exercício Físico, Percepção.

Abstract: The aim of the study was to analyze the perception of adolescents in relation to the school environment and participation in Physical Education (PE) classes. This is a cross-sectional study with 445 adolescents enrolled in public high school in Ladário/MS. It was observed that 92%

Introdução

A Educação Física (EF), de acordo com a LDB 9394/96, é uma disciplina obrigatória na Educação Básica, sendo um dos componentes curriculares que integra a matriz curricular em todas as etapas. Portanto, é uma disciplina que demanda assumir o seu papel de relevância, dentro do contexto escolar, permitindo uma formação do indivíduo de forma integral. No Ensino Médio, por exemplo, um dos seus pressupostos é a promoção de um estilo de vida saudável (BRASIL, 1999). Destaca-se que esses preceitos para o “estilo de vida saudável” podem ser justificados por se tratar de uma disci-

* Doutora em Educação Física. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Câmpus do Pantanal. edineia.ag.ribeiro@ufms.br.

** Doutor em Educação Física. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Câmpus do Pantanal. carlo.golin@ufms.br.

*** Doutora em Ciências do Movimento Humano. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Câmpus do Pantanal. silvia.baruki@ufms.br.

of the adolescents declared to participate in the PE classes, and with greater participation of boys, compared to girls. Most adolescents demonstrated good perception of the school environment. In summary, the adolescents from investigated location participate in PE classes in high school, and positively perceive the school environment.

Keywords: Students, Education Secondary, Environment, Physical Exercise, Perception.

Resumen: El objetivo fue analizar la percepción de adolescentes en relación con el entorno escolar y participación en las clases de Educación Física (EF). Se trata de un estudio transversal con 445 adolescentes matriculados en la escuela secundaria pública en Ladário/MS. Se observó que el 92% de los adolescentes declaró participar en las clases de EF, con una mayor participación de los niños en comparación con las niñas. La mayoría de los adolescentes demostró buena percepción del entorno escolar. En resumen, los adolescentes del lugar investigado participan en clases de Educación Física en la escuela secundaria, y perciben positivamente el entorno escolar.

Palabras claves: Estudiantes, Educación Secundaria, Ambiente, Ejercicio Físico, Percepción.



plina na escola que adentra fortemente nessa linha da “qualidade de vida”, principalmente no referido nível escolar e inclui, como um dos conteúdos, a atividade física (AF) para promoção da saúde dos jovens (NAHAS; BARROS; OLIVEIRA, 2005). Entretanto, ressalta-se também que, embora exista o conteúdo “saúde” como foco da Educação Física aplicada ao Ensino Médio, os objetivos direcionados à “promoção da saúde” precisam ser melhor estruturados, avaliados e aplicados dentro das escolas (COLEDAM, 2013).

No Brasil, a participação dos alunos nas aulas de EF é um problema enfrentado pela disciplina. Um estudo, realizado com 3.845 adolescentes de São Paulo, mostrou que 50,5% dos jovens relataram não participar das aulas de EF (CESCHINI et al., 2009). Santos et al. (2019) analisaram 1.471 escolares de Porto Velho, Rondônia e identificaram que 43,6% dos adolescentes da rede pública não participam das aulas de EF.

A literatura destaca que as aulas de EF são importantes para a prática de AF, principalmente entre àqueles jovens com condição econômica mais baixa e que trabalham no período em que não se encontram na escola, bem como entre àqueles que não praticam AF por outros motivos (ALBERTO et al., 2009; SANTOS et al., 2010). Com isso, torna-se relevante conhecer os aspectos relacionados à participação dos adolescentes nas aulas de EF do Ensino Médio, de diferentes regiões do Brasil.

Araújo et al. (2019) realizaram uma revisão sistemática sobre as publicações que analisaram a participação de adolescentes brasileiros nas aulas de EF e os resultados não foram satisfatórios. Os autores encontraram poucos estudos sobre a participação de adolescentes nas aulas de EF. Além disso, não foram apontados estudos na região centro-oeste do Brasil e existe carência de evidências científicas sobre o tema com a população jovem sul-mato-grossense.

Sabe-se que a escola é um espaço de interação entre os adolescentes. A sala de aula é um dos principais locais para a realização das atividades formais de ensino-aprendizagem, ainda que existam diferentes ambientes de interação social e facilitadores da aprendizagem, como as bibliotecas, pátios, quadras, sala de informática entre outros (MELO, 2013; BARBOSA FILHO et al., 2014). Assim, a escola é também um espaço de oportunidade para a implantação e implementação de variados tipos de programas para melhorar a qualidade de vida dos jovens (SEABRA et al., 2008). Todavia, a escola é um ambiente construído e, a maneira como o adolescente percebe o ambiente pode influenciar em seu comportamento (GONÇALVES, 2012).

O ambiente percebido refere-se à percepção que o indivíduo tem sobre o ambiente construído. Ele percebe as características do ambiente físico onde mora, onde estuda, entre outros locais (HINO et al., 2011). No caso do ambiente escolar, é necessário que haja, por exemplo: avaliações objetivas dos espaços escolares e dos equipamentos esportivos oferecidos; do número de aulas de EF; das melhorias dos espaços da escola e das políticas escolares; das avaliações subjetivas que acrescentem o apoio social de pais e amigos; e da aproximação da comunidade aos espaços da escola (KNUTH; HALLAL, 2012). A falta de espaços apropriados para a prática de EF e AF, pode contribuir na falta de motivação para participar das aulas de EF (SEVERO; CARVALHO, 2015; TEIXEIRA, 2010).

Diante do exposto, a explicação para a participação ou não nas aulas de EF pode se dar por barreiras e fatores como o espaço físico e os recursos oferecidos pela escola, que podem influenciar no comportamento participativo nas aulas. Com isso a percepção que os adolescentes têm sobre o ambiente escolar é fundamental no processo ensino-aprendizagem da EF. Desta forma, o objetivo do estudo foi analisar a percepção dos adolescentes, de uma cidade sul-mato-grossense, em relação ao ambiente escolar e a participação deles nas aulas de Educação Física aplicada no Ensino Médio.

Métodos

Trata-se de um estudo epidemiológico de corte transversal com característica descritiva (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). Esta pesquisa é de base

escolar, que foi realizada por meio de um projeto maior, intitulado: “Estilo de Vida e Fatores Associados em Adolescentes da Região Fronteiriça”, aprovado pelo Comitê de Ética nº 1.802.998 da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no ano de 2016.

De acordo com o levantamento realizado pelo Censo Escolar de 2013, haviam 3.788 alunos matriculados no Ensino Médio na rede estadual nos municípios de Corumbá (N= 3.235 distribuídos entre 11 escolas, sendo 3.221 alunos de dez escolas da área urbana) e Ladário (N= 553 advindos de duas escolas urbanas), ambas cidades situadas na região fronteira/pantaneira do Mato Grosso do Sul. Essas informações foram consultadas no endereço eletrônico (<http://www.sed.ms.gov.br/>) da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, no link censo escolar. Todavia, para o presente trabalho foram utilizados somente as informações das escolas estaduais da rede pública da cidade de Ladário-MS, também conhecida como ‘Pérola’ do Pantanal Sul-Mato-Grossense.

Participaram da pesquisa os adolescentes sul-mato-grossenses de 14 a 18 anos de idade, de ambos os sexos. Primeiramente, foi realizado o contato com a direção das escolas para solicitar a autorização para a pesquisa. Em seguida, realizou-se o levantamento do número total de alunos (N= 500) matriculados e frequentes, por séries (1º ao 3º ano do Ensino Médio) e turmas.

Os dados foram disponibilizados e o agendamento das coletas de dados foram autorizados pela coordenação pedagógica das escolas. Além disso, os menores de idade também entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos pais/responsáveis.

Os jovens foram convidados a responder um questionário que avalia o Comportamento do Adolescente Catarinense (CompAC), composto por 49 questões e validado por Silva et al. (2013). Neste estudo, foram analisadas somente as questões sobre a percepção do ambiente escolar e da EF (questões de 24 a 31), sendo elas: 24) “Sua escola oferece aulas de Educação Física?”; 25) “Durante uma semana normal (típica), você participa de quantas aulas de Educação Física?”; 26) “De uma maneira geral, seus colegas são simpáticos e prestativos?”; 27) “De uma maneira geral, você gosta do tempo que passa na escola?”; 28) “Quais espaços físicos, para a prática de esportes e Educação Física, existem na sua escola?”; 30) “De uma maneira geral, os espaços físicos existentes em sua escola estão em que condição?”; e 31) “Sua escola oferece a prática de atividades esportivas (não inclua as aulas de Educação Física)?”

O questionário foi aplicado por acadêmicos, previamente treinados, do curso de Educação Física, integrantes do Grupo de Estudo e Pesquisa em Edu-

cação Física e Saúde do Câmpus do Pantanal (CPAN), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Fizeram parte da amostra 500 sujeitos, sendo que 55 foram excluídos por inconsistência nos dados. Com isso, a amostra final foi de 445 adolescentes entrevistados. Os dados foram analisados por meio da estatística descritiva (frequência absoluta e relativa) e, para isto utilizou-se o programa Excel versão 7.

Resultados e Discussão

Participaram do estudo 445 adolescentes, sendo 53% moças. A média de idade dos participantes, de ambos os sexos, foi de 16,3 anos. Na Tabela 1 verificou-se que 92,0% dos adolescentes declararam participar das aulas de EF de uma a duas vezes na semana e 96,0% dos jovens disseram que suas escolas oferecem aulas de EF.

Tabela 1 – Participação dos adolescentes nas aulas de educação física e presença da disciplina de educação física no Ensino Médio das escolas de Ladário-MS, 2016.

Variáveis	FA	FR (%)
Participação nas aulas		
Não tem	21	5,0
1-2 vezes	409	92,0
=3 vezes	14	3,0
Dispensado	1	0,0
Escola tem aulas de EF		
Sim (aula)	429	96,0
Sim (contra turno)	12	3,0
Não	4	1,0

Fonte: Elaborada pelos próprios autores, 2020.

Na Tabela 2 observou-se que os rapazes tendem a ser os mais participativos nas aulas de EF (91,3%). De modo geral, somente 22,5% declararam não participar das aulas de EF.

Tabela 2 – Nível de participação nas aulas de educação física separado por sexo.

	Masculino %	Feminino %	Geral %
Sim	91,3	66,1	77,5
Não	8,7	33,9	22,5

Fonte: Elaborada pelos próprios autores, 2020.

Na tabela 3 é apresentada a percepção dos adolescentes em relação ao ambiente escolar. Os resultados mostram que a maioria parece ter uma boa percepção sobre os seus colegas, grupo de professores e outros profissionais da educação. Os adolescentes também declararam que gostam do tempo que passam na escola (74,1%). Quanto ao espaço físico, existe a presença de ginásio ou quadra coberta; e 55,0% dos adolescentes disseram que as condições do espaço físico no ambiente escolar são excelente/boa. Também houve similaridade quando questionado sobre a prática esportiva no contraturno (Tabela 3).

Tabela 3 – Percepção dos adolescentes sul-mato-grossenses em relação ao ambiente escolar.

Variáveis	FA	FR (%)
Colegas são simpáticos e prestativos		
Sim	341	76,5
Não	104	23,3
Gosta do tempo que passa na escola		
Sim	330	74,1
Não	115	25,8
Percepção sobre o grupo de Prof. e adm.		
Muito bom	331	74,0
Regular	96	22,0
Ruim/Muito ruim	18	4,0
Espaços Físicos		
Quadra de esporte s/ cobertura	27	6,0
Ginásio ou quadra coberta	401	90,0
Sala multiuso/sala de jogos	10	3,0
Outros	6	1,0
Condições do espaço físico		
Excelente/boa	245	55,0
Regular	162	37,0
Ruim/péssima	36	8,0
Não existe	1	0,0

Práticas esportivas no contra turno

Sim	225	51,0
Não	220	49,0

Fonte: Elaborada pelos próprios autores, 2020.

Com a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, regimentando e regulando o ensino no país, acabou estabelecido, na seção I, artigo 26, parágrafo 3º, que: “[...] a Educação Física, integrada à proposta da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (BRASIL, 1996). Portanto, essa introdução, por força de Lei, da disciplina Educação Física como componente curricular integrado à escola foi um grande avanço para área, sobretudo pelo “equilíbrio” educativo frente as demais disciplinas do contexto escolar básico. Entretanto, ainda existiam lacunas na Lei, sobretudo quanto à obrigatoriedade da Educação Física dentro do currículo escolar. Assim, em razão de diferentes necessidades e a conjuntura da área no país, incluindo o próprio desempenho olímpico do Brasil em Sydney, houve a proposta de uma nova mudança, nesse caso a partir da Lei 10.328, de 12 de dezembro de 2001, na qual foi introduzido a palavra “obrigatório”, o que acabou expressando o seu caráter essencial e legal na Educação Básica (BRASIL, 2001).

Em seguida, surge outra mudança, expressada pela Lei 10.793, de 01 de dezembro de 2003, na qual estabeleceu que a prática da Educação Física passa a ser facultativa para o aluno que: trabalhar mais de seis horas por dia; tiver mais de 30 anos de idade; for portador de algum problema de saúde, crônico ou temporário; estiver prestando serviço militar; estiver submetido a atividade física; e tiver filhos (BRASIL, 2003).

A disciplina EF, de acordo com a LDB 9394/96, no Brasil é uma disciplina obrigatória que compõe a Educação Básica, sendo assim um dos componentes curriculares que integra a matriz curricular em todas as etapas para formação do indivíduo. Portanto, é uma disciplina que demanda assumir o seu papel de relevância, dentro do contexto escolar, permitindo uma formação do indivíduo de forma integral.

Vale também ressaltar que, recentemente, houve manifestações sobre a retirada da EF na etapa do Ensino Médio, algo extremamente preocupante quando se considera a sua colaboração dentro do contexto escolar, no trato com os adolescentes. Golin e Moreira (2018) comentam que esse problema, advindos da reforma atual do Ensino Médio, realmente pairou fortemente sobre a área e acabou por evidenciar a falta de um olhar cuidadoso sobre os jovens e a suas diferentes

condições de saúde na atualidade, sendo que a promoção de exercícios físicos (sistemizados) pode resultar em melhor qualidade de vida e até numa possível redução dos gastos futuros destinados à Saúde Pública.

Golin, Ferreira e Lancillotti (2019) ressaltam que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é, em parte, reflexo dessa polêmica reforma do Ensino Médio, sancionada em 2017 (Lei n. 13.415) e foi “apelidada” de Novo Ensino Médio. As críticas mais evidentes no documento são que a área de EF aglutinou demasiadamente os objetivos e excluiu elementos sobre as concepções de ser humano, sociedade, educação, escola, o que fragilizou o documento. Entretanto, evidenciou-se a falta de compromisso com a quantidade de aulas por semana da área no Ensino Médio e a determinação dela em toda as séries (1^a; 2^a e 3^a) do Ensino Médio, além do desprestígio conceitual da disciplina em comparação com as demais. Essas inúmeras questões demonstram os grandes desafios existentes na EF escolar que requer a consolidação por meio de um documento salutar para a área (GOLIN; FERREIRA; LANCILLOTTI, 2019).

Portanto, indiferente a esses gargalos e, em termos prático, o aluno deve vivenciar e ter prazer nas aulas de EF (DARIDO, 2004), uma vez que ela proporciona benefícios para a saúde física, cognitiva e social, especialmente entre os adolescentes (REZENDE et al., 2015; SANTOS et al., 2015). Estudo realizado com adolescentes de Pernambuco mostrou que entre os adolescentes que participam de, no mínimo, uma aula de EF por semana possuem chances de 73% nos rapazes e 93% nas moças de gostar de praticar AF quando comparado àqueles que não participam das aulas (HARDMAN et al., 2013).

Apesar de não ter sido investigado no presente estudo, é importante ressaltar que a maioria dos jovens ao concluir o Ensino Médio vão para o mercado de trabalho e/ou para a universidade, tendo que conciliar o seu tempo. Considerando que o trabalho e/ou estudo têm sido apontados como barreiras para a prática de AF no lazer, os autores Nascimento, Alves e Souza (2017) identificaram que a jornada de estudos extensa (33,4%), falta de energia/cansaço (20,7%) e a jornada de trabalho extensa (17,8%) são barreiras percebidas para a prática de AF entre os universitários da área da saúde em Fortaleza, CE.

Nesta vertente, é fundamental que a sociedade e a comunidade escolar provoquem o estímulo para maior adesão e participação nas aulas de EF entre os adolescentes, especialmente no Ensino Médio, uma vez que as aulas de EF tem um ambiente favorável para promover o comportamento saudável, isto é, fortalecer o conhecimento e estimular a reflexão para atitudes positivas em relação à saúde (BRASIL, 2009; HINO; REIS; FLORINDO, 2010) que, aliás, possam perdurar ao longo da vida.

Outro aspecto que chama a atenção é a presença de alunos que não participam das aulas de EF, especialmente as moças, bem como os motivos por essa não participação que ainda pouco definido pela ciência (KREMER; REICHERT; HALLAL, 2012; COLEDAM et al., 2014). Estudo realizado em Santa Catarina apontou que 48,1% dos adolescentes do Ensino Médio participam das aulas de EF, maior ou igual a duas vezes na semana (SILVA et al., 2009). Em síntese, a literatura brasileira mostra que o percentual de estudantes que participam nas aulas de EF varia de 29,3 a 75,0% (ARAÚJO et al., 2019). Em contrapartida, o presente estudo mostrou uma proporção de 77,5% de adolescentes que disseram participar das aulas de EF no Ensino Médio (tabela 2). Logo, menos de 25,0% dos jovens avaliados do Pantanal Sul-Mato-Grossense declararam não participar das aulas de EF no Ensino Médio. O resultado do estudo parece ser positivo quando comparado às prevalências elevadas de não participação dos adolescentes nas aulas de EF citadas nos estudos de Ceschini et al. (2009) e Santos et al. (2019).

O ambiente é considerado um elemento significativo para o processo de aprendizagem e formação humana, devendo ser bem-visto pelos estudantes, inclusive no que se refere ao ambiente para as aulas de EF (AMORIM et al., 2018). Logo, compreender a relação pessoa-ambiente permite identificar variáveis que possam explicar comportamentos frente ao ambiente físico e natural, bem como destacar indicadores preditivos de determinados comportamentos; e propor estratégias para promover comportamentos de manutenção da qualidade do ambiente e, conseqüentemente, promoção da qualidade de vida (RIVLIN, 2003).

Rodrigues (1998) explica que a percepção do ambiente é a forma como o indivíduo sente seu ambiente geográfico. Oliveira (2005) cita que a percepção é seletiva, exploratória, antecipadora. Em suma, a percepção considera a experiência repleta de significação para o sujeito.

Embora não tenha sido realizada uma análise estatística para verificar a relação entre uma variável e outra, é notório que os adolescentes investigados neste estudo gostam do tempo que passam na escola. E isso pode estar atrelado à boa convivência com os colegas e à equipe educacional, bem como aos espaços físicos que as escolas oferecem. Todavia, a oferta de práticas esportivas no contraturno parece não acontecer na totalidade das escolas investigadas. Além disso, a presente pesquisa não identificou quais são os esportes oferecidos no contraturno.

Considerações finais

A literatura aponta que a participação efetiva dos adolescentes nas aulas de EF e fora deste contexto, pode diminuir a exposição a comportamentos de risco à

saúde na adolescência e fase adulta da vida (SANTOS et al., 2019). Por outro lado, o ambiente escolar é um local propício para promover a saúde e o bem-estar dos jovens incorporando ações que devem ser fortalecidas pela disciplina EF, podendo envolver toda a comunidade escolar em prol do seguimento de uma Escola Ativa.

Em síntese, o resultado da pesquisa mostra que os adolescentes locais parecem ter uma boa percepção do ambiente escolar, a maioria participa das aulas de EF e gostam do tempo que passam com os colegas dentro das escolas.

Sugere-se que outros estudos sejam realizados, buscando analisar os fatores associados à participação dos adolescentes nas aulas de EF, bem como observar como é a participação dos jovens nas aulas de EF aplicadas no Ensino Médio.

Referências

- ALBERTO, M. F. P.; SANTOS, D. P.; LEITE, F. M.; LIMA, J. W.; PAIXÃO, G. P.; SILVA, S. A. Trabalho infantil doméstico: perfil bio-socio-econômico e configuração da atividade no município de João Pessoa, PB. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 57-73, 2009.
- AMORIM, N. B. S.; PESSOA, V. S. A.; FONSÊCA, P. N.; ARAÚJO, P. V. A percepção ambiental dos estudantes do ensino médio sobre o cuidado com a sala de aula. *Revista de Psicopedagogia*, São Paulo, v, 35, n. 107, p. 156-67, 2008.
- BARBOSA FILHO, V.; CAMPOS, W.; LOPES, A. S. Epidemiology of physical inactivity, sedentary behaviors, and unhealthy eating habits among Brazilian adolescents: a systematic review. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2014.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833-27841.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais do ensino médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Brasília, 1999.
- BRASIL. Lei n. 10.328, de 12 de dezembro de 2001. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2001. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Lei n. 10.793, de 01 de dezembro de 2003. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 dez. 2003. Seção 1, p. 3.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Saúde na Escola*. Brasília (DF): Ministério da Saúde (Série B. Textos Básicos de Saúde). Caderno de Atenção Básica, p. 24:96, 2009.
- CESCHINI, F.L. Prevalência de inatividade física e fatores associados em estudantes do ensino médio de escolas públicas estaduais. *Journal of Pediatrics*, Cincinnati, p.01-06, 2009.
- COLEDAM, D. H. C. *Participação nas aulas de educação física e prática de atividade física habitual com o atendimento dos critérios de aptidão física relacionada à saúde em escolares*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.
- COLEDAM, D. H. C.; FERRAIOL, P. F.; PIRES JUNIOR, R.; DOS SANTOS, J. W.; OLIVEIRA, A. R. Factors associated with participation in sports and physical education among students from Londrina, Paraná State, Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 533-545, 2014.

GOLIN, C. H.; MOREIRA, W. W. Educação Física no Ensino Médio: experiências recentes e a (re)significação do conteúdo esporte para o trato de valores. In: SILVA, João Batista Lopes da; BELTRAME, André Luís Normanton (Orgs.). *Educação Física, Esportes e Lazer em perspectiva Sociocultural e Inclusiva* - v. 2. Brasília: Art Letras Gráfica e Editora, 2018. p. 63-79.

GOLIN, C. H.; FERREIA, V.; LANCILLOTTI, S. S. P. O Ensino Médio e a disciplina Educação Física: revisitando as “águas turbulentas” do passado, entendendo as “ondas presentes” e perspectivando as “marés” do futuro. In: PACHECO NETO, Manuel (Org.). *Educação, Atividade Física e Lazer: vivências na contemporaneidade*. Dourados/MS: Seriema, 2019. v. 1. p. 135-158.

GONÇALVES, P. B. *Associação entre o ambiente percebido e a atividade física em adultos de Curitiba-PR*. 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <http://dspace.c3st.ufpr.br/>. Acesso em: 30 jun. 16.

HINO, A. A. The built environment and recreational physical activity among adults in Curitiba, Brazil. *Prev Meds*, [S. I.], v. 52, n. 6, p. 429-422, jun. 2011.

HINO, A. A.; REIS, R. S.; FLORINDO, A. A. Ambiente construído e atividade física: uma breve revisão dos métodos de avaliação. *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano*, Florianópolis, v. 12, n. 5, p:387-394, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional de saúde do escolar*: 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/pense/2012/pense_2012.pdf. Acesso em: 11 jul.16.

HARDMAN, C. M.; BARROS, S. S. H.; ANDRADE, M. L. S. S.; NASCIMENTO, J. V.; NAHAS, M. V.; BARROS, M. V. B. Participação nas aulas de educação física e indicadores de atitudes relacionadas à atividade física em adolescentes. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 623-31, 2013.

KREMER, M. M.; REICHERT, F. F.; HALLAL, P. C. Intensidad y duración de los esfuerzos físicos en clases de Educación Física. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 46, n. 2, 2012.

KNUTH, A. G.; HALLAL, P.C. School environment and physical activity in children and adolescents: systematic review. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, Florianópolis, v. 17, n. 6, p. 463-473, 2012.

MATOS, M. G.; CARVALHOSA, S. F. A saúde dos adolescentes: ambiente escolar e bem-estar. *Psicologia, saúde e doenças*, Lisboa, v. 2, n. 2, p. 43-53, 2001.

MELO, E. N. Associação entre o ambiente da escola de educação infantil e o nível de atividade física de crianças pré-escolares. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p.53-62, 2013.

NASCIMENTO, T. P.; ALVES, F. R.; SOUZA, E. A. Barreiras percebidas para a prática de atividade física em universitários da área da saúde de uma instituição de ensino superior da cidade de Fortaleza, Brasil. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 137-146, 2017.

NAHAS, M. V.; BARROS, M. V.; OLIVEIRA, E. S. Promoção da saúde na adolescência: o papel da Educação Física. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 13-24, 2005.

OLIVEIRA, S. K. S. *Percepção da Educação Ambiental e Meio Ambiente no Ensino Fundamental: Olhares em Porto do Mangue/RN*. 2005. 119p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró-RN, 2005.

REZENDE, L. F. M.; AZEREDO, C. M.; SILVA, K. S.; CLARO, R. M.; FRANÇA-JUNIOR, I.; PERES, M. F. T.; LUIZ, O. C.; LEVY, R. B.; ELUF-NETO, J. The Role of School Environment in Physical Activity among Brazilian Adolescents. *Plos One*, San Francisco, v. 10, n. 6, 2015.

RIVLIN, L. G. Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as inter-relações pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 8, n. 2, p. 215-20, 2003.

RODRIGUES, A. B. *Mapeamento Geoambiental como Instrumento de Educação Ambiental e Prevenção de Escorregamentos nas Encostas Favelizadas: um estudo de caso – Projeto Tuiuti sem Riscos*. 1998. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SANTOS, J. P.; MENDONÇA, J. G. R.; BARBA, C. H.; CARVALHO FILHO, J.; BERNALDINO, E. S.; FARIAS, E. S.; SOUZA, O. R. Fatores associados a não participação nas aulas de Educação Física Escolar em adolescentes. *Journal of Physical Education*, Maringá, v. 30, e3028, 2019.

SANTOS, M. S.; HINO, A. A. F. REIS, R. S.; RODRIGUEZ-AÑEZ, C. R. Prevalência de barreiras para a prática de atividade física em adolescentes. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 94-104, 2010.

SANTOS, S. J.; HARDMAN, C. M.; BARROS, S. S. H.; SANTOS, C. F. B. F.; BARROS, M. V. G. Association between physical activity, participation in Physical Education classes, and social isolation in adolescents. *Journal de Pediatria*, Porto Alegre, v. 91, n. 6, p. 543-550, 2015.

SEABRA, A.F.; MENDONÇA, D. M.; THOMIS, M. A.; ANJOS, L. A.; MAIA, J. A. Determinantes biológicos e sócio-culturais associados à prática de atividade física de adolescentes. *Cadernos de saúde pública*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 24, p. 721-736, 2008.

SEVERO, N. A.; CARVALHO, M. J. A Carência de Espaço Físico na escola: Implicações a prática pedagógica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 19., e CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 6., 2015, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: CONBRACE, 2015. – Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2015/6conice/paper/viewFile/7450/4026>. Acesso em 15 ago. 2020.

SILVA, K.S.; NAHAS, M. V.; PERES, K. G.; LOPES, A. S. Fatores associados à atividade física, comportamento sedentário e participação na Educação Física em estudantes do Ensino Médio em Santa Catarina, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 2187-2200, 2009.

SILVA, K.S.; LOPES, A. S.; HOEFELMANN, L. P.; CABRAL, L. G. A.; DE BEM, M. F. L.; BARROS, M. V. G.; NAHAS, M. V. Projeto COMPAC (comportamentos dos adolescentes catarinenses): aspectos metodológicos, operacionais e éticos. *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 1-15, 2013.

TEIXEIRA, F. A. Materiais e Infraestrutura nas aulas de Educação Física. In: ENCONTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DA UFSJ: Formação pedagógica, saberes e experiências, 2., 2010, São João Del-Rei. *Anais [...]*. São João Del-Rei/MG: UFSJ, 2010. v. 01. p. 10-11.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. *Métodos de pesquisa em atividade física*. Artmed Editora, 2012.

GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL: A OCORRÊNCIA DO CRIME DE ESTUPRO NO BRASIL EM 2016

Geography of Sexual Violence: The Occurrence of the Crime of Rape in Brazil in 2016

Géographie de la Violence Sexuelle: L'occurrence du Crime de Viol au Brésil en 2016

Victória Caroline Vidal*
Rahyan de Carvalho Alves**

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo contribuir para o debate sobre a violência de gênero, com enfoque na vitimização da mulher por estupro, no âmbito da ciência geográfica. A metodologia utilizada consistiu em análise bibliográfica sobre as seguintes temáticas: Geografia e gênero, violência de gênero, violência contra a mulher e estupro, além de apresentar análise dos resultados divulgados por órgãos de segurança pública e da saúde sobre a ocorrência do crime de estupro em 2016 no âmbito nacional. Destaca-se que o poder público deve ampliar urgentemente os serviços voltados à proteção da mulher vitimizada sexualmente.

Palavras-chave: Geografia e Gênero; Violência contra Mulher; Estupro.

Abstract: This work aims to contribute to the debate on gender violence, focusing on the victimization of women by rape, in the context of geographic science. The methodology used consisted of bibliographic analysis on the

Introdução

As discussões sobre gênero têm sido impulsionadas pelas teóricas feministas e, gradativamente, ganharam espaço na política, nos meios de comunicação, na sociedade, no sistema educacional e em determinados segmentos religiosos. Os estudos sobre gênero receberam enfoque nos anos de 1980 e, nas palavras de Costa (2011, p. 80), pode-se entender: “gênero como uma construção sociológica, político cultural do termo sexo, não é uma variável demográfica, biológica ou natural apenas, mas traz toda uma carga cultural e ideológica.”.

* Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Bolsista pelo PIBIC/CNPq do Projeto Planejamento Regional e a Viabilidade da Região Metropolitana de Montes Claros: Interações Espaciais, Diagnóstico Urbano e Políticas Públicas (Montes Claros/MG - Brasil). E-mail: victoria.caroline.vidal.13@gmail.com. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3652124135694342>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0778-0559>.

** Doutorando em Geografia. Docente da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Coordenador do Subprojeto Geografia no Núcleo de Promoção da Cidadania e subcoordenador do Projeto de Pesquisa Biotemas, ambos institucionalizados na Unimontes (Montes Claros/MG - Brasil). E-mail: rahyancarvalho@yahoo.com.br. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/0593456424985792>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7225-5959>.

following themes: Geography and gender, gender violence, violence against women and rape, in addition to presenting an analysis of the results released by public security and health agencies on the occurrence of rape crime in 2016 at the national level. It is important to emphasize that public authorities must urgently expand services aimed at protecting women who are sexually victimized.

Keywords: Geography and Gender; Violence against Women; Rape.

Resumé: Ce travail vise à contribuer au débat sur la violence sexiste, en se concentrant sur la victimisation des femmes par le viol, dans le contexte de la science géographique. La méthodologie utilisée a consisté en une analyse bibliographique sur les thèmes suivants: géographie et genre, violence de genre, violence contre les femmes et viol, en plus de la présentation d'une analyse des résultats publiés par les agences de sécurité et de santé publiques sur la fréquence des crimes de viol en 2016 au niveau national. Il est important de souligner que les autorités publiques doivent de toute urgence développer les services visant à protéger les femmes victimes de violences sexuelles.

Mots clés: Géographie et genre; Violence contre les femmes; Viol.



Nessa perspectiva, sexo diferencia-se de gênero; enquanto o sexo está relacionado a características biológicas, gênero vincula-se a construção social que delimita as condutas apropriadas a serem seguidas de acordo com os papéis de gênero feminino e masculino. Schraiber e Oliveira (1999) esclarecem que gênero é o que transforma bebês em homens e mulheres, concepção diferente de acordo com a cultura e o período histórico.

Reis (2015) esclarece que a temática gênero foi incorporada primeiramente pelas ciências sociais, mas devido estas darem pouca importância às implicações espaciais, a Geografia supriu esta lacuna. Assim, emergiu a vertente de gênero na ciência geográfica, denominada de Geografia Feminista ou de Gênero.

Os debates sobre a relação entre gênero e espaço visa elucidar “[...] acerca das relações de gênero como um elemento de análise para o entendimento da sociedade contemporânea e das distribuições espaciais das atividades humanas, destacando neste caso o trabalho das mulheres na produção do espaço” (REIS, 2015, p. 12). A autora defende que a perspectiva de gênero permite desvendar a organização geográfica das sociedades e as consequências da hierarquização de gênero na produção e reprodução socioespacial.

Os papéis de gênero atribuídos ao homem e a mulher tem reafirmado ao longo do tempo dicotomias tais quais,

respectivamente: dominação-submissão, ativo-passiva, público-privado, virilidade-recato, entre outros. A mulher tratada como sexo frágil, elo fraco da relação, em contraste ao homem tido como forte e racional. Para Teles (2002) a hierarquização dos gêneros tem induzido relações violentas entre os sexos, vitimizandando as mulheres.

A violência contra a mulher é amplamente difundida em todas as culturas, mas a sua magnitude varia. Assim, é menos expressiva em culturas “[...] que buscam soluções igualitárias para as diferenças de gênero”. (BLAY, 2003, p. 87). Por isso, esta problemática tem recebido crescente notoriedade nos movimentos feministas, uma vez que reivindicam direitos e lutam em prol de uma sororidade.

Vale destacar que por sororidade, entende-se, como sendo um conceito que diz respeito à:

[...] uma experiência subjetiva pela qual as mulheres devem passar com a finalidade de eliminarem todas as formas de opressão entre elas. É, além disso, conscientizar as mulheres sobre a misoginia. É um “esforço pessoal e coletivo de destruir a mentalidade e a cultura misógina, enquanto transforma as relações de solidariedade entre as mulheres”. É, por fim, empoderar a mulher. Pela definição, as relações entre as mulheres são colocadas em evidência. Essas relações são conflituosas. A própria mulher, às vezes, não “valoriza” outra mulher. A luta feminista também é para que isso se efetive, ou seja, há a tentativa pelo coletivo de romper com uma forma de violência contra a mulher praticada pela própria mulher, por não ter consciência de suas relações de companheirismo. (GARCIA; SOUSA, 2015, p.1003).

Então, a sororidade é um conceito chave na luta feminista uma vez que estimula a união entre as mulheres para alcançar o respeito e a igualdade almejados. Além do mais, evidencia a empatia àquelas vítimas de violência.

A violência contra a mulher possui variadas manifestações, como: agressões físicas, psicológicas, estupros, prostituição forçada, mutilação genital, assassinatos, etc. podem ser perpetrados por familiares, conhecidos, estranhos e agentes do Estado (SCHRAIBER et al., 2002). A violência institucional diz respeito à negligência do Estado na implementação de estratégias de proteção a autonomia, saúde e dignidade da mulher.

Dentre os diversos tipos de violências, destaca-se a violência sexual que se manifesta sob as formas de: “[...] abuso (ato sexual entre um adulto e uma criança), estupro (conjunção carnal forçada por meio de violência), ou do atentado violento ao pudor (prática de ato libidinoso diverso da conjunção carnal mediante coerção)” (VILLELA; LAGO, 2007, p. 473).

Diotto e Souto (2016) pontuam que o estupro consiste no ato mais abominável porquanto não apenas fere a dignidade sexual da vítima, mas também a sua hon-

ra, bem estar e equilíbrio psicológico. No que concerne à etimologia da palavra, o termo estupro deriva da palavra latina *stuprum* e no direito romano antigo era atribuído a todo o comportamento sexual anômalo. Atualmente, no ordenamento jurídico está incluso no rol de crimes hediondos. (MOLINA, 2008).

Neste contexto, este artigo tem por objetivo contribuir ao debate sobre violência de gênero, com ênfase na vitimização da mulher por estupro, no âmbito da ciência geográfica. E esta pesquisa é justificada como relevante devido ao alarmante número de ocorrências do crime (em questão) no cenário nacional, necessitando de ampliação de políticas públicas voltadas à prevenção, contenção e tratamento das vítimas, tendo em vista as sequelas físicas e traumas psicológicos que podem perdurar por toda a sua vida.

A metodologia utilizada consiste em:

a) revisão bibliográfica das temáticas: Geografia e Gênero, Violência de Gênero, Violência contra a Mulher e Estupro. Tal discussão é embasada a partir dos autores: Blay, 2015; Diotto; Souto, 2016; Molina, 2008; Reis, 2015; Schraiber; Oliveira, 1999; Soares, 1999; Teles, 2002, entre outros.

b) análise dos dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015; 2016; 2017; 2018), Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2016), Mapa da Violência (2018), Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan (2017) e Pesquisa de Informações Básicas Municipais e Estaduais (MUNIC, 2018) sobre a ocorrência do crime de estupro no ano de 2016 no país.

O artigo está estruturado em quatro seções: na introdução, discute-se sobre a perspectiva de gênero nos estudos feministas e na Geografia, a violência de gênero e o estupro contra a mulher; na segunda, os resquícios históricos da cultura patriarcal e a relação com a violência contra a mulher; na terceira, analisa-se os dados publicizados pelos órgãos supracitados e por último, apresenta-se as considerações finais, reafirmando-se a necessária desconstrução do pensamento patriarcal e ampliação de políticas públicas de proteção à mulher no âmbito nacional.

A Relação entre a Ideologia Patriarcal e a Persistência da Violência contra a Mulher na Contemporaneidade

Com o mundo cada vez mais urbano, devido, principalmente ao aumento das populações vivendo na *polis*¹, é inegável a emergência de se analisar algumas problemáticas presentes nos espaços urbanos. Mendonça, Cunha e Luiz (2016, p.

¹ Diante projeções da Organização das Nações Unidas (ONU), até 2030 os centros urbanos concentrarão dois terços da população mundial (PELLIZZARO; HARDT, 2006; SILVA; ARAÚJO, 2011).

334) salientam que no ambiente urbano as interações entre o subsistema natural, construído e humano/social “[...] revelam precariedade, esgotamento, deterioração e contaminação” que se manifestam, principalmente, em países não desenvolvidos.

No Brasil, a questão urbana é caracterizada pela ineficiência de planejamento e gestão que, por sua vez, acentuaram os problemas urbanos relacionados às desigualdades sócio espaciais, favelização, especulação imobiliária, infraestrutura precária, saneamento básico, entre outros presentes marcadamente nas metrópoles do país. (PELLIZZARO; HARDT, 2006),

Sobre esse conjunto de problemática, vale destacar que:

Passadas mais de três décadas do debate acerca da questão urbana brasileira, que tiveram como máxima expressão as desigualdades urbanas das principais metrópoles do país, especialmente pela ausência de serviços e infraestrutura em suas periferias, podemos observar ainda hoje a existência de contrastes urbanos quando as analisamos no espaço intrametropolitano, configurando situações muito díspares dentro de uma mesma metrópole referente ao acesso aos recursos coletivos necessários à reprodução social nas grandes cidades, o que caracteriza as diferentes condições de bem-estar urbano. Apesar de não apresentar a mesma situação observada nas décadas de 1960 e 1970, pois houve mudanças econômicas, sociais e políticas significativas no país ao longo das últimas décadas, as desigualdades urbanas ainda são uma marca presente das principais metrópoles brasileiras. (RIBEIRO, 2016, p. 204).

A fim de ter um panorama das desigualdades urbanas das principais metrópoles brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Manaus, Belém, Goiânia, Campinas, Florianópolis e Grande Vitória), o Observatório das Metrópoles elaborou o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) a partir de dados do censo demográfico do IBGE, de 2010, que possibilita uma análise intraurbana dos municípios do país. Nesse estudo, consideraram-se as dimensões: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana. (RIBEIRO, 2016). E constatou-se que:

[...] praticamente um quarto das pessoas ainda sofre com a precariedade das condições urbanas nas principais metrópoles do país. Algo nada desprezível quando se considera em termos absolutos, pois corresponde a um contingente de 16.643.181 de pessoas. Se considerar que o Estado do Rio de Janeiro possuía, em 2010, em torno de 16 milhões de pessoas - terceiro estado mais populoso do país -, podemos considerar que há um contingente maior que a população desse Estado em condições precárias de bem-estar urbano, porém espalhadas pelo conjunto das 15 principais metrópoles do país. (RIBEIRO, 2016, p. 205).

Acrescenta-se a esta precariedade condições que não são exclusivamente urbanísticas, como: comércio informal, saúde, educação, violência e criminalidade que implicam na diminuição da qualidade de vida dos cidadãos (MARICATO, 2002).

No que tange a violência, salienta-se que essa tem sido palco de várias discussões. Sendo analisada, por diversos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento como: medicina, psicologia, sociologia, direito, história, geografia, política, pelos próprios cidadãos e imprensa.

A Geografia enquanto “[...] uma ciência social, que estuda o espaço construído pelo homem, a partir das relações que estes mantêm entre si e com a natureza, quer dizer, as questões da sociedade, com uma visão espacial” (CALLAI, 2001, p. 134), contribui à temática por analisar a violência a partir de sua distribuição socioespacial. Nesse sentido, alguns geógrafos como Paviani; Ferreira; Barreto (2005), Gomes (2016), discutem o tema em suas pesquisas.

A violência no espaço urbano brasileiro pode ser entendida como um problema decorrente dos processos de urbanização² e industrialização - sendo intensificados em meados da década de 1970. Os processos supracitados ocasionaram um aumento do fluxo migratório do campo para a cidade, provocando uma elevação populacional e contribuindo na intensificação da expansão urbana de algumas cidades brasileiras.

No Brasil, é perceptível, que a urbanização proporcionou aumento do fluxo migratório da população oriunda do campo para as cidades, principalmente em meados da década de 1970. Grande parte desta migração ocorreu, inicialmente, devido à busca por emprego, moradia e melhores condições de vida nas cidades. A migração nos dias atuais se faz pela “necessidade” e/ou busca ao acesso de serviços especializados de saúde, educação, comércio e lazer, geralmente encontrados nos centros urbanos (VELOSO, 2017, p.12).

Dessa forma, considera que a migração ocorreu inicialmente na busca por emprego, educação, saúde, ou seja, melhores condições de vida. Todavia, o crescimento urbano não acompanhou de forma igualitária o acesso a esses serviços, acarretando uma urbanização desordenada e agravamento dos problemas urbanos supramencionados.

Em relação à violência, Drumond Júnior (1999) elucida que há uma relação entre a espacialidade e a violência, tendo em vista que as localidades com maior ocorrência apresentam problemas relacionados às condições de moradia e urbanísticas além de baixos índices de escolaridade e nível de renda. E no que tange a epistemologia da palavra o termo violência, esta “[...] deriva da palavra latina *vis*, que significa força. Está relacionado às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro” (CASIQUE CASIQUE; FUREGATO, 2006, p. 2).

² Segundo Santos (2008, p. 11) a urbanização é entendida: “[...] como processo, como forma, e como conteúdo dessa forma. O nível da urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidade a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socio-culturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos. Os nexos que esses fatores mantêm em cada fase histórica devem permitir um primeiro esforço de periodização que deve iluminar o entendimento do processo”.

A violência no espaço urbano tem ocasionado o constante sentimento de insegurança e medo por parte dos cidadãos. As crianças, mulheres e idosos são os grupos mais vulneráveis, os mais afetados pelas diversas formas de violência.

E nesse contexto a Lei Maria da Pena, nº 11.340 sancionada em 7 de agosto de 2006, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, com o intuito de garantir à mulher o direito à vida, à segurança e à própria dignidade. Conforme o artigo 7º da Lei Maria da Pena, a violência doméstica e familiar é classificada em: Física, Psicológica, Moral, Patrimonial e Sexual.

A violência física é apreendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal. Assim, consiste na prática de agressões físicas. Enquanto a violência Psicológica:

É entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocionais e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (LEI MARIA DA PENHA, art. 7º, 2006).

Assim, a violência psicológica, geralmente, é ocasionada pelos maridos e/ou companheiro (a)s da vítima. Esse tipo de violência é considerado um dos principais atos de violência contra a mulher. Na maioria dos casos as agressões iniciam com insultos, ameaças, pressão psicológica, menosprezo, humilhação, isolamento entre outros, gerando no lar da vítima um ambiente familiar de opressão.

Já a violência moral é aquela que há a presença de qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. Enquanto a violência patrimonial é compreendida como “qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades” (LEI MARIA DA PENHA, art. 7º, 2006).

Dessa forma, a ocorrência de tal violência é perceptível, principalmente, nos casos em que a mulher quer separar ou divorciar-se, momento em que o companheiro se mostra agressivo e, como forma de punir ou coagir a mulher a permanecer com ele, danifica objetos dela referentes ao trabalho ou até mesmo de valor sentimental.

Por sua vez, a violência sexual é entendida como:

Qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comer-

cializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (LEI MARIA DA PENHA, art. 7º, 2006).

A violência sexual não é somente o ato sexual em si, mas abrange o constrangimento em presenciar imagens pornográficas, obrigar a ter relações sexuais com outras pessoas ou a forçar ter relações sexuais mediante ameaça ou violência física, como é o caso do estupro conjugal (CARVALHO; FERREIRA; SANTOS, 2010).

A ocorrência desta violência acontece, geralmente, no âmbito doméstico sendo poucas vezes denunciadas uma vez que o silêncio das vítimas se deve ao medo de relatar o ocorrido e ficar vulneráveis frente a possíveis atos de violência física ou ameaça de morte, além de também muitas mulheres não compreenderem o ato sexual forçado como crime, mas sim como dever conjugal. (CARVALHO; FERREIRA; SANTOS, 2010). E nesse contexto, é pertinente ressaltar que a violência contra mulher se perpetua em decorrência dos resquícios do sistema patriarcal sendo que este, conforme Diotto e Souto (2016) elucidam, caracteriza-se pela dominação do homem sobre a mulher, sendo o estupro a expressão mais abominável.

Barreto (2004) elucida que o patriarcalismo consiste em um sistema basilar presente marcadamente na cultura da sociedade contemporânea, sendo institucionalizada uma autoridade imposta do homem sobre a mulher e filhos no ambiente familiar, transpondo para toda a organização da sociedade em seus diferentes segmentos, seja no mercado de trabalho, nas instituições estatais ou nos meios privados.

Dessa forma, o patriarcalismo cultivou uma concepção de superioridade do sexo masculino perante o sexo feminino. Tal concepção contribuiu consideravelmente para a difusão da ideia de que um sexo possui maior capacidade de sobressair-se perante a sociedade, ou que determinado sexo deve ter seus campos de atuação delimitados ante o outro. Logo, estagnou-se e difundiu-se o pensamento de que cada qual teria o seu lugar de atuação dentro da sociedade a partir do papel de gênero que lhe foi atribuído (BARRETO, 2004).

Deste modo, instaurou-se a cultura patriarcal sendo a mulher a responsável pelo âmbito privado, a maternidade, gerência das relações internas da família como educação dos filhos. Ao passo que o homem é, teoricamente, responsável pelo suporte econômico que a família necessita. Tal situação gerou a dependência econômica da mulher do seu cônjuge, sendo sua função a satisfação das necessidades dele (BARRETO, 2004).

A cultura patriarcal refletiu-se também, dentre diversos âmbitos, na questão da sexualidade, pois a mulher é aceita como sendo respeitosa apenas quando é re-

catada e tida como vulgar quando expressa o seu desejo sexual. Em contrapartida, a sociedade não inibe quando a mesma postura é adotada pelo homem, como se o prazer fosse exclusividade dele, ao passo que se difunde a concepção de que o ato sexual para mulher é somente em função da maternidade. Com base nisso, a mulher é vista como objeto de desejo, alguém que está ao dispor do homem para satisfazer as suas necessidades sexuais, independentemente de seu consentimento (DIOTTO; SOUTO, 2016).

Ao decorrer da história, devido à objetificação do corpo da mulher, o estupro somente era condenado pelas sociedades quando a vítima era uma mulher virgem que morava com o pai. Assim, observa-se que a proteção visava primeiramente à moral do pai frente à sociedade deixando a integridade da vítima em segundo plano. Vale destacar que as mulheres que não se enquadravam no perfil aceito pelas sociedades, geralmente, as vítimas, guardavam segredo do ocorrido por motivo de vergonha, devido ao status social do infrator ou por medo de represálias visto que em certas situações eram vistas como provocadoras da agressão sexual (DIOTTO; SOUTO, 2016).

Em agosto de 2009 foi sancionada a Lei nº 12.015 do Art. 213 do Código Penal Brasileiro que prevê:

Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso sendo a pena de 6 a 30 anos de reclusão, dependendo da idade da vítima e se resultou na morte da mesma (Código Penal, art. 213, 2009).

Dessa forma, não há distinção entre as vítimas tendo por base valores morais e a lei também inclui os homens como vítimas. O ato criminoso não consiste apenas na penetração vaginal, abrange o sexo anal, oral, o beijo forçado, enfim qualquer ato de intimidade sem o consentimento da mulher.

O surgimento e a divulgação da expressão “Cultura do Estupro”, emergiu na segunda onda do movimento feminista nos Estados Unidos, na década de 1970, tal expressão é usada para apontar e debater comportamentos - sutis ou explícitos - que silenciam ou relativizam a violência sexual contra a mulher. Ou seja, “a naturalização dos comportamentos e assédios sexuais contra a mulher” (SOUZA LEITE, 2016, p. 39).

As feministas “[...] queriam demonstrar que o estupro não era um caso isolado ou cometido por poucos homens, mas uma maneira pela qual os homens exerciam o poder” (CAMPOS et al., 2017, p. 986). Nesse sentido, queriam evidenciar que a prática era ensinada na sociedade em uma cultura do estupro.

Para Machado (2000), as relações de poder no ato sexual refletem as atribuições dos papéis de gênero ao feminino e ao masculino:

O que importa, no meu entender, é perceber a construção social da configuração culturalmente perversa das relações de gênero no imaginário erótico e no imaginário de poder. As fantasias da passividade feminina em torno da ideia unilateral de que o corpo feminino é o apoderado, e o masculino é o ativo, predestinado a servir e a ser apoderado, e que o corpo masculino é o predestinado a apoderar e a se servir do corpo feminino, são os eixos ordenadores do erotismo ocidental. Tais eixos de sentido não só produzem fantasias, mas práticas. O jogo perverso entre os gêneros no imaginário do erotismo, mais do que um jogo de perversos, organiza-se como configuração cultural perversa (MACHADO, 2000, p. 26).

Nessa perspectiva, as sociedades são permissivas à construção de uma cultura do estupro ao construir o modelo de sexualidade masculina como agressiva e violenta, cabendo ao homem tomar a iniciativa no ato sexual e não devendo aceitar a negativa da mulher, pois caso o contrário, a sua sexualidade/virilidade é contestada.

Nessa direção corrobora Soares (1999, p. 125) ao defender que “o ato criminoso não tem relação com sexo ou desejo sexual, mas provém da necessidade de o homem controlar a mulher e exercer sobre ela o seu poder”. A consumação do crime não está relacionada ao prazer sexual do homem, mas, acima de tudo, pelo sentimento de domínio e subjugação da vítima, para reafirmar a inferioridade hierárquica da mulher nas relações entre os gêneros.

Então, a cultura do estupro tem como pilares o pensamento patriarcal que objetifica o corpo feminino e culpabiliza a mulher pelo ocorrido a partir de julgamentos morais. Ademais, a construção dos papéis de gênero contribui ao crime por estimular que as relações entre os sexos sejam de dominador/dominada e, com isso, banaliza os atos sexuais violentos.

Os casos de estupro no Brasil de acordo com os órgãos de segurança pública e de saúde em 2016

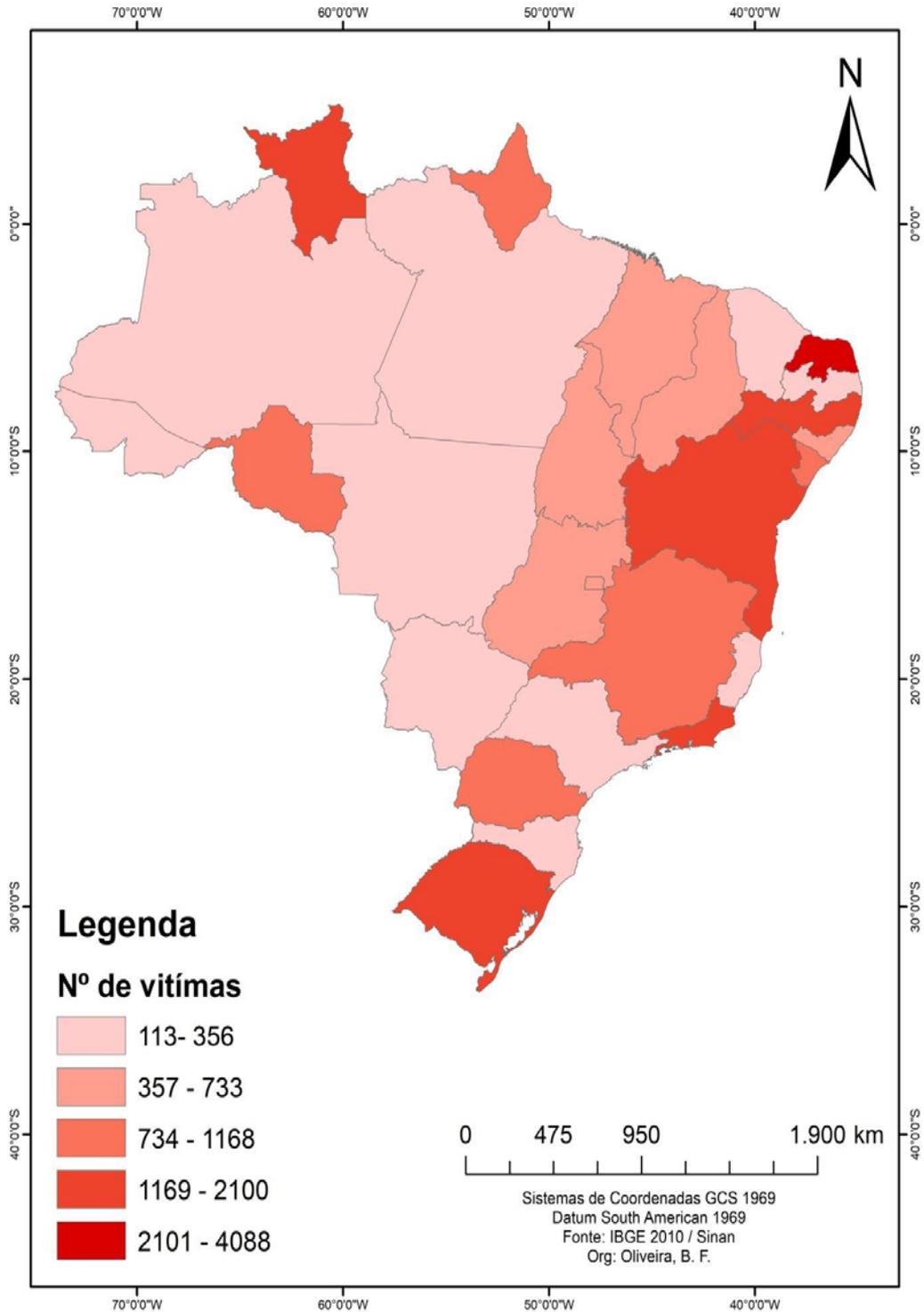
Os dados registrados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 9 de agosto de 2018, referentes ao ano de 2017, constatou a ocorrência de 60.018 casos de estupro no Brasil, com aumento em relação à 2016, que registrou 49.497 casos, enquanto que em 2015 foram registrados 45.460 casos com uma redução em relação à 2014, em que foram registradas 50.438 ocorrências. Vale frisar que o aumento das notificações pode “[...] ter se dado pelo aumento real do número de casos, por maior conscientização das vítimas e/ou profissionais de saúde que

fazem o acolhimento ou ainda por melhor estruturação e quantidade de unidades notificantes.” (GASPAR; PEREIRA, 2018, p.51).

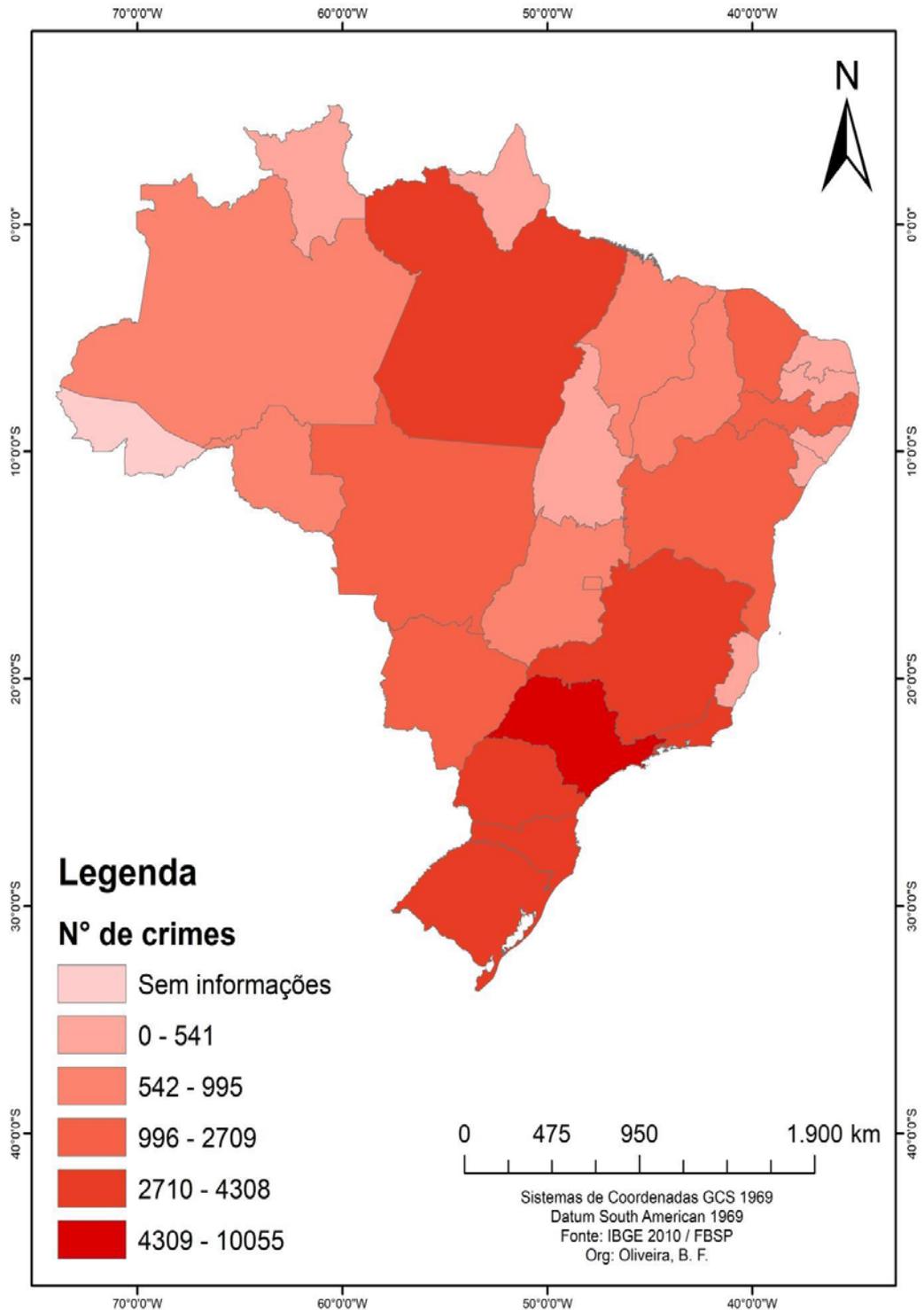
De acordo com o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, “Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no Sistema de Saúde entre 2011 e 2014” realizadas por Daniel Cerqueira, Danilo de Santa Cruz Coelho e Helder Ferreira (2017), constatou-se que 88,5% das vítimas de estupro são mulheres. Analisando por faixa etária, verificou-se que nos casos de estupro contra crianças de até 13 anos, na adolescência e na fase adulta as mulheres foram vítimas, respectivamente, em 81,2%, 93,6% e 97,5% dos casos registrados.

Além disso, o Mapa da Violência 2018 desenvolvido por Cerqueira *et. al.* (2018), com base nos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, registrou 22.918 casos no ano de 2016, enquanto o Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontou 49.497 ocorrências, conforme ilustrados nos Mapas 1 e 2.

Mapa 1. Ocorrências do crime de estupro no Brasil de acordo com o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) no ano de 2016.



Mapa 2. Ocorrências do crime de estupro no Brasil de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública no ano de 2016.



De acordo com o Sinan, Mapa 1, no ano de 2016 a região do Nordeste concentrou o maior número de casos de estupro do país, aproximadamente 10.254 (44,7%), destacando-se os estados: Rio Grande do Norte (39,8%), Pernambuco (20,4%) e Bahia (14,7%). Em seguida, o Norte, com 4.751 casos, ressalta-se, aí, Roraima (30,7%), Amapá (22,7%) e Rondônia (18,4%). O Sudeste, com cerca de 3.382, pontua-se: Rio de Janeiro (46,9%), Minas Gerais (34,5%) e São Paulo (10,5%). O Sul, com 3.145 ocorrências, sobressai, primeiramente, Rio Grande do Sul (61,3%), seguido por Paraná (29,1%) e Santa Catarina (9,5%). O Centro-Oeste, com 1.368 casos, evidencia-se: Goiás (43,1%), Distrito Federal (39,2%) e Mato Grosso (9,4%).

Verificou-se que, em consonância com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais e Estaduais (MUNIC, 2018), as regiões brasileiras com maior incidência de estupro são as que detêm o maior número de municípios dotados de serviços especializados de enfrentamento à violência contra mulheres. Os estados predominantes são, respectivamente, Bahia (90), Pernambuco (75) e Maranhão (54); São Paulo (155), Minas Gerais (115) e Rio de Janeiro (41); Rio Grande do Sul (86), Paraná (69) e Santa Catarina (65).

Os serviços especializados no enfrentamento à violência contra a mulher abrangem o Centro Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM, Centro de Referência e Atendimento à Mulher - CRAM, Núcleos Integrados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - NIAM; as Casas-Abrigo; os Serviços Especializados de Atendimento à Violência Sexual; Juizados ou Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Defensorias da Mulher ou Núcleo Especial de Direito da Mulher Vítima de Violência - NUDEMs; Patrulha Maria da Penha; Delegacias de Atendimento às Mulheres - DEAM, entre outros.

O Nordeste possui o maior número de Centro Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM, Centro de Referência e Atendimento à Mulher - CRAM, Núcleos Integrados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - NIAM, com 138 do total de 385 do país. Em seguida, destaca-se o Sudeste (117), o Sul (68), Norte (35) e o Centro-Oeste (27), valendo destacar que “[...] são espaços importantes da rede especializada municipal porque reúnem uma gama de serviços (atendimento psicológico e social, encaminhamento jurídico etc.) próprios para mulheres em situação de violência. De acordo com os resultados da Munic, em 2018, foram realizados 168.178 atendimentos a mulheres.” (MUNIC, 2018, p. 93).

Quanto às Casas-Abrigo, “[...] os resultados da Munic 2018 mostram que, 12 anos após a criação da Lei Maria da Penha, somente 2,4% dos municípios brasileiros contavam com casas-abrigo de gestão municipal.” (MUNIC, 2018, p. 91). Comparando com o percentual de 2013 (2,5%), observa-se que não houve avanço desde então.

Sobre a Casa-Abrigo faz importante destacar que:

A principal atividade realizada pelas casas-abrigo foi o atendimento psicológico individual, presente em 74,5% das estruturas existentes. Além dessa atividade, os resultados da Munic 2018 mostram que também estão entre os mais ofertados o atendimento social acompanhado por assistente social que insira a mulher em programas sociais e o atendimento na área de saúde ou encaminhamento da mulher para o serviço de saúde da rede pública – 69,3% das casas-abrigo os ofereceram. (MUNIC, 2018, p. 91).

Segundo os dados da Munic 2018, somente 9,7% dos municípios brasileiros ofereciam serviços especializados de atendimento à violência sexual. Os Serviços Especializados de Atendimento à Violência Sexual também apresentam a maior concentração no Nordeste, com 181 de 540 do país, seguido pelo Sudeste (145), o Sul (104), o Norte (57) e o Centro-Oeste (53).

O Brasil conta com 251 Juizados ou Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, destes 80 situam-se no Nordeste, 59 no Sudeste, 50 no Sul, 42 no Norte e 20 no Centro-Oeste.

Quanto às Defensorias da Mulher ou Núcleo Especial de Direito da Mulher Vítima de Violência - NUDEMs, do total de 87 do país, destaca-se: Nordeste (28), Sudeste (27), Sul (13), Norte (10) e Centro-Oeste (9). A Patrulha Maria da Penha é presente marcadamente no Sul (64), seguido do Nordeste (49), Sudeste (39), Centro-Oeste (20) e Norte (10), do total de 182 do país.

De acordo com a Munic (2018), apenas 8,3% dos municípios possuíam Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). De 460 DEAMs, 195 estão localizadas no Sudeste, 90 no Sul, 85 no Nordeste, 50 no Norte e 40 no Centro-Sul. Tal distribuição pode explicar os dados do FBSP, Mapa 2, que aponta maior número de denúncias no Sudeste, aproximadamente 18.477, destacando-se os estados: São Paulo (54,4%), Rio de Janeiro (23,3%) e Minas Gerais (21,2%). Em seguida pelo Sul, com 11.392, ressalta-se: Paraná (36,5%), Rio Grande do Sul (36,3%) e Santa Catarina (27%). O Nordeste, com 9.494, evidencia-se: Bahia (28,5%), Pernambuco (20,8%) e Ceará (16,1%). O Norte, com 5.726, sobressai: Pará (52,4%), Amazonas (16,2%) e Rondônia (13,7%). Por último, o Centro-Oeste, com 4.408 denúncias, pontua-se: Mato Grosso (36,6%), Mato Grosso do Sul (33%) e Goiás e Distrito Federal, ambos com 15, 1%.

É pertinente ressaltar que os números são ainda mais alarmantes tendo em vista a subnotificação, porquanto uma parcela das vítimas não denuncia pelo receio de represálias pela sociedade, resposta negativa das autoridades, entre outros motivos. De acordo com o estudo supracitado do IPEA, estima-se que ocorreram no Brasil em 2013 aproximadamente 527 mil tentativas ou casos de estupros, em que somente 10% foram denunciados à polícia.

A subnotificação também pode resultar de erros ou preenchimento incompleto das fichas de notificação pelos agentes de saúde, “[...] causados pela dificuldade de preenchimento aliada à falta de sensibilização dos profissionais que as preenchem.” (GASPAR, PEREIRA, 2018, p. 8). Na área da segurança pública, a subnotificação pode estar relacionada ao medo da vítima de sofrer ameaças do agressor, ainda mais quando o perpetrador é conhecido da vítima, descrença da resolução pelos meios legais e/ou da punição do estupro, entre outros motivos.

Além do mais, é relevante destacar a construção social da imagem do estupro atribuída a um homem desconhecido da vítima, com transtornos psicológicos, agressivo, que age em um beco escuro à espera de um descuido da mulher. Essa perspectiva implica em dois equívocos quanto à natureza do fato, a primeira diz respeito à isenção da culpa do agressor ao difundir a ideia de que possui transtornos psicológicos sendo que, geralmente, são praticados por homens que possuem plenas faculdades mentais. A segunda transfere a culpa para a vítima alegando que está ter se colocado em uma situação de risco – sair à noite sozinha, por exemplo. Portanto, em consonância com Sousa (2017, p. 13) é depositado “[...] na mulher a responsabilidade sobre os atos dos terceiros contra a sua integridade sexual”.

Em contrapartida ao ideário popular, o estudo supracitado do IPEA (2014) evidenciou o vínculo entre vítima e agressor sendo que no caso das vítimas de até 13 anos, aproximadamente em 30,9% das denúncias, o agressor era conhecido/amigo da família. Além disso, são possíveis estupradores: o padrasto (12,5%), o pai (11,4%) e demais membros da família, demonstrando que é grande a probabilidade de que o crime ocorra em ambiente familiar. As crianças, geralmente, não denunciam por serem ameaçadas, possuem medo de relatar o abuso sexual e não serem escutadas ou gerar briga de família.

Já no caso das adolescentes, em 30,6% dos casos os agressores são desconhecidos, número este que aumenta na fase adulta para 53,6% dos registros. Quanto às mulheres na fase adulta, 17,1% dos casos o agressor é amigo/conhecido da vítima. Não vamos nos ater aos casos praticados por desconhecidos, tendo em vista ser amplamente difundido no ideário popular, mas ao praticado por amigos ou conhecido que possui a confiança da vítima. (IPEA, 2014, p. 222)

Em conformidade com Sousa (2017), o amigo pretende sair da zona da amizade e ter relações sexuais com a vítima e acredita que o “não” da mulher deve ser revertido em “sim” e que esta adotou esta postura por charme e que apenas precisa de um estímulo - drogas, álcool ou força física. A vítima, confusa, tem dificuldade de identificar que foi vítima de estupro e, quando identifica, não denuncia tendo em vista que por serem amigos a sociedade compreende que, pelo fato de os dois manifestarem afeto, o ato consistiu em relação sexual consentida.

Diante disso, retomamos ao segundo equívoco: o de atribuir a culpa à vítima devido esta ter se colocado em situação de risco ou ter tido uma conduta que incitou o crime. O repúdio da sociedade pelo agressor, geralmente, está subordinado à condição socioeconômica e conduta da vítima, o que acaba muitas vezes na “inversão dos papéis”, ou seja, dependendo como a vítima (mulher) se comportou a revolta pelo agressor é reduzida - tal situação é denominada de culpabilização da vítima.

A culpabilização é evidente quando se procura na vítima motivos que justificariam a violência sexual - vista como provocadora, por vezes - colocando-a como culpada pela conduta do perpetrador, logo, amenizando a punição do agressor, inserindo-o novamente à sociedade. (OLIVEIRA et al., 2016).

A conduta da vítima é medida claramente pela sua vestimenta, se possui o hábito de sair, beber a noite e como lida com a sua sexualidade. Diante disso, o ato criminoso cometido contra uma mulher recatada causa mais repúdio à sociedade do que contra uma mulher que tem uma postura mais despojada e vanguardista - a qual, por vezes, se veste com roupas curtas e justas, com maquiagens, dita por muitos, extravagantes e que, constantemente, troca de parceiro sexual, esquecendo-se - porém, existem mulheres que utilizam burcas e que também são agredidas sexualmente. (DIOTTO; SOUTO, 2016).

Considerações finais

A partir da compreensão da gravidade da problemática da violência sexual contra as mulheres no Brasil, ressalta-se a contribuição, sobretudo, do movimento feminista por evidenciá-la e, assim, pressionar o poder público a tomar medidas de prevenção, contenção e combate ao crime e o devido tratamento das vítimas.

Nos últimos anos, verificou-se um aprimoramento na legislação no que tange à compreensão do estupro em que não se trata apenas da penetração vaginal, mas abrange demais atos que constroem a vítima. Além de não haver mais distinção de acordo com valores morais e condição socioeconômica.

Em contrapartida a esses avanços, verifica-se a persistência da violência sexual contra a mulher em decorrência dos resquícios do pensamento patriarcal presente através da objetificação da mulher, culpabilização da vítima e desigualdade de gêneros. Quanto à herança cultural, é evidente no discurso defendido pela sociedade relacionado ao agressor e vítima em que não é feito um julgamento do crime, mas sim da conduta da mulher, julgando o seu comportamento como merecedor ou não da agressão. Assim, percebe-se que são

utilizados valores morais com o intuito de desonrar a mulher por causa de suas práticas independentes, justificando, assim, a violência sofrida por colocá-la como responsável pelo ato criminoso.

Em síntese, a pesquisa aferiu que os estados com maior incidência de casos de estupro reportados ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação no ano de 2016 situam-se na região do Nordeste que, por sua vez, corresponde a maior concentração de unidades notificantes, contendo serviços de atendimento à vítima voltada ao tratamento físico, psicológico, jurídico, entre outros.

Já as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher possuem predominância de suas unidades no Sudeste, (esclarecendo, assim, o maior número de denúncias apontadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2016). O crime de estupro fere a honra, integridade e dignidade sexual da mulher e, por isso, deve haver uma ampliação destes serviços a todas as vítimas, independente da região, perfil socioeconômico, orientação sexual, raça ou etnia e, assim, reduzir a subnotificação e conseqüente impunidade dos agressores.

Ademais, deve ser aliado aos meios de comunicação através de campanhas de conscientização e respeito à mulher. Juntamente com medidas abrangendo o sistema educacional, incorporando a discussão sobre a hierarquia de gêneros e o quanto o patriarcalismo torna as mulheres vulneráveis à violência. Assim, abrindo caminho para um sistema mais igualitário. Ao superar as bases que alicerçam a cultura do estupro, a dignidade, identidade e autonomia da mulher estarão asseguradas.

Referências

- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, v. 12, 2018. 90 p.
- BARRETO, M. P. S. L. Patriarcalismo e o Feminismo: uma retrospectiva histórica. *Revista Ártemis*, João Pessoa, n. 1, 20 dez. 2004.
- BLAY, E. A Violência contra uma mulher e políticas públicas. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003.
- BRASIL. *Código Penal. Lei 12. 015*, de 07 de agosto de 2009. Brasília: Planalto, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.
- BRASIL. *Lei Federal nº 11.340*, de 07 de agosto de 2006. Brasília: Planalto, 2006.
- CALLAI, H. C. A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino? *Terra Livre*, São Paulo, v. 1, n. 16, p. 133-152, 2001.
- CAMPOS, C. H. de et al. Cultura do estupro ou cultura antiestupro? *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 981-1006, 2017.

CARVALHO, C. S.; FERREIRA, D. N.; SANTOS, M. K. R. Analizando a Lei Maria da Penha: a violência sexual contra a mulher cometida por seu companheiro. In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2010, Londrina – PR. *Anais [...]*. Londrina: UEL, 2010. p. 2177-8248.

CASIQUE CASIQUE, L.; FUREGATO, A. R. F. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 6, p. 950-956, 2006.

CERQUEIRA, D. et al. *Mapa da Violência*. Rio de Janeiro: IPEA/FBSP, 2018. 93p.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C.; FERREIRA, H. Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/view/779>. Acesso em: 19 fev. 2020.

COSTA, C. L. A Presença e ausência do debate de gênero na Geografia do Ensino Fundamental e Médio. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 76-84, ago./dez. 2011.

DIOTTO, N.; BUZATTI SOUTO, R. Aspectos Históricos e Legais sobre a Cultura do Estupro no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 13., 2016, Santa Cruz do Sul – RS. *Anais [...]*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016. p. 1-18. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/15867/3764>. Acesso em: 19 fev. 2020.

DRUMOND JUNIOR, M. Homicídios e desigualdades sociais na cidade de São Paulo: uma visão epidemiológica. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 63-81, 1999.

GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A. A sororidade no ciberespaço: laços feministas em militância. *Estudos Linguísticos*, São Paulo [1978], v. 44, n. 3, p. 991-1008, 2015.

GASPAR, R. S.; PEREIRA, M. U. L. Evolução da notificação de violência sexual no Brasil de 2009 a 2013. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, p. e00172617, 2018.

GOMES, P. I. J. *Território, Criminalidade e tráfico de drogas ilícitas em Montes Claros/MG*. 2016. 220 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). *Pesquisa de Informações Básicas Municipais*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MACHADO, L. Z. *Sexo, estupro e purificação*. Série Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 121-192.

MENDONÇA, F.; CUNHA, F. C. A.; LUIZ, G. C. Problemática socioambiental urbana. *Revista da ANPEGE*, Goiânia, v. 12, n. 18, p. 331-352, 2016.

MOLINA, V. M. *O tratamento Jurídico-Penal do Estupro*. 2008. 88 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade Integrada Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, 2008.

OLIVEIRA, F. M. A. et al. O Crime de Estupro e a Cultura de Culpabilização da Vítima. In: ENCONTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FACULDADE LUCIANO FEIJÃO, 8., 2015, Sobral. *Anais [...]*. Sobral-Ceará: Faculdade Luciano Feijão, 2015. p. 89-90.

PAVIANI, A.; FERREIRA, I. C. B.; BARRETO, F. F. P. *Brasília: dimensões da violência urbana*. Brasília: UNB, 2005. 219p.

PELLIZZARO, P. C.; HARDT, L. P. A. Efetividade do Planejamento Urbano e Regional: a Cidade Planejada e a Cidade Real. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3., 2006, Brasília. *Anais [...]*. Brasília-DF: ANPPAS, 2006.

- REIS, M. L. Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, jul./dez. 2015.
- RIBEIRO, M. G. Desigualdades urbanas e desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 42, p. 198-230, 2016.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993. 80p.
- SCHRAIBER, L. B. et al. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 470-477, 2002.
- SCHRAIBER, L. B.; OLIVEIRA, A. F. L. P. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. *Interface – comunicação, saúde, educação*, Botucatu, v. 3, n. 5, p. 13-26, 1999.
- SILVA, J. M.; ARAÚJO, M. L. M. Estatuto da cidade e o planejamento urbano/regional. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 105, p. 57-74, 2011.
- SOARES, B. M. *Mulheres invisíveis: Violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 327p.
- SOUSA, R. F. Cultura do trabalho: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, 2017.
- SOUZA LEITE, T. Cultura do Estupro: A desconstrução das categorias sociais da mulher. In: SIMPÓSIO LINGUAGENS E IDENTIDADES DA/NA AMAZÔNIA SUL- OCIDENTAL, 10., 2016, Rio Branco. *Anais [...]*. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 2016. p. 1-8. Acesso em: 19 fev. 2020.
- TELES, M. A. de A.; MELO, Mônica. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- VELOSO, L. M. M. *Expansão Urbana e Risco em Cidades Médias*. 2017. 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.
- VILLELA, W. V.; LAGO, T. Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 471-475, 2007.

Editorial

**O Resgate e a Importância do Conceito
Lugar na Geografia em Tempos de
Pandemia**

José Adolfo Iriam Sturza

**Prólogo Festivo: o “Esperando São João de
Cachoeira”**

Sérgio Ricardo Oliveira Martins

Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins

**O Ouro dos Espíritos – Tradição e
Esperança no Imaginário Paraguaio**

Andriolli de Brites da Costa

**Fronteiras da Ilegalidade: a importação e o
uso de agrotóxicos ilegais na fronteira do
Brasil com o Paraguai**

Cíntia Fiorotti

Eric Gustavo Cardin

Silvio Antônio Colognese

**O Estado e a Reforma Agrária de Mercado
na Produção do Espaço da Agricultura
Familiar em Itiquira/MT**

Hemily Sued Alves Costa

**Transição Agroecológica no Rural
Brasileiro: a complexidade de quatro
experiências práticas**

Rodrigo Ozelame da Silva

Bruna Schmidt Gemim

Júlio Carlos Bittencourt Veiga Silva

**Usos das Plantas do Cerrado pela
Comunidade Rural Nossa Senhora da
Guia, no Município Mato-Grossense de
Cáceres, Brasil**

Luciene da Costa Rodrigues

Sandra Mara Alves da Silva Neves

Valter Roberto Schaffrath

**Deliberando o Entendimento sobre
Multifuncionalidade e Pluriatividade em
Assentamentos Rurais**

Iolanda Lopes de Oliveira

José Adolfo Iriam Sturza

Vera Maria Favila Miorin

**Gênero e Sexualidade em Assentamentos
Rurais: um balanço de produção científica**

Dominique Stefany Gomes dos Santos

Sandro Benedito Sguarezi

Luciene Neves

**Análise da Dinâmica da Cobertura Vegetal e
Uso da Terra no Município de Araguaína/TO**

Gustavo Melo da Silva

Maurício Ferreira Mendes

**Atividade Física em Estudantes da Educação
Integral do Pantanal Sul-mato-grossense:
estudo de caso**

Edineia Aparecida Gomes Ribeiro

Rogério Zaim-de-Melo

Sarita de Mendonça Bacciotti

**Nas Entrelinhas do Livro Didático de
Geografia: a percepção de professores e
alunos**

Aline de Lima Rodrigues

Elisângela de Souza Cunha

**Percepção de Adolescentes
Sul-mato-grossenses sobre o Ambiente
Escolar e a Participação nas Aulas de Educação
Física**

Edineia Aparecida Gomes Ribeiro

Carlo Henrique Golin

Sílvia Beatriz Serra Baruki

**Geografia da Violência Sexual: a ocorrência
do crime de estupro no Brasil em 2016**

Victória Caroline Vidal

Rahyan de Carvalho Alves